

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

Diretor: Reitor MURILO GUIMARÃES
Diretor-Assistente: Prof. NEWTON SUCUPIRA
Secretário: Prof. CÉSAR LEAL

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. *Aluizio Bezerra Coutinho*
Prof. *Cecília Maria Domenica Sanioto Di Lascio*
Prof. *Evaldo Bezerra Coutinho*
Prof. *Francisco de Albuquerque Barbosa*
Prof. *Guilherme de Albuquerque Martins*
Prof. *José Cavalcanti de Sá Barreto*
Prof. *Gilberto Osório de Andrade*
Prof. *Luiz Ferreyra dos Santos*
Prof. *Lourival Vilanova*
Prof. *Luiz Osório de Siqueira Neto*
Prof. *Maria do Carmo Tavares de Miranda*
Prof. *José Lourenço de Lima*

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Prof. *Luiz Delgado*
Prof. *Gláucio Veiga*
Prof. *Nilo Pereira*

Estudos universitários; revista de cultura [da] Universidade Federal de Pernambuco | v. | -1- jul./set. — , 1962— Recife, Universidade Federal de Pernambuco | Imprensa Universitária | 1962—

v. em trimestral

De jul. 1962 até ago. 1964 foi publicada sob o título Estudos universitários; revista de cultura da Universidade [do] Recife.

Diretor: 1962-ago. 1964, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima. 1964-set.

Murilo Humberto de Barros Guimarães e Newton Sucupira.

1. Educação superior — periódicos. I. Título.

378.5 (CDD 16. ed.)

378.4 (813.41) (05) CDU

U.F.Pe.

SD-BC 62-1278/rev.

Livros, cartas e pedidos de assinatura devem ser enviados para:
ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS —
Rua Gervásio Pires, 674 —
Recife — Pernambuco — Brasil

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

Teoria do Direito no Brasil — <i>A L. Machado Neto</i>	5
Fenomenologia e Definições da Dimensão Temporal — <i>Carlo Borghi</i>	23
Dinâmica do Povoamento e a Ocupação do Espaço Geográfico no Maranhão — <i>Manuel Correia de Andrade</i>	35
Modernos Estudos Geográficos e Trópicos — <i>Mário Lacerda de Melo</i>	57
Processo Criador em História — <i>Gadiel Perruci</i>	73
Ajuda ao Desenvolvimento ou Imperialismo Econômico — <i>Tarcízio Rêgo Quirino</i>	89
Sociologia das Regiões Subdesenvolvidas — <i>Pinto Ferreira</i>	101
Camões — <i>César Leal</i>	125
Considerações sobre Ficção — <i>Fábio Lucas</i>	161

ESTUDOS

Sobre a Exemplaridade do Direito Romano — <i>Nelson Saldanha</i>	195
Os Concursos de Sílvio Romero no Recife — <i>Vamireh Chacon</i>	201
Resenhas	209
Necrológio	213
Romances — <i>Jaci Bezerra</i>	3-38

COLABORADORES

A. L. MACHADO NETO

Professor de Introdução à Ciência do Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Ex-coordenador do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Autor dos livros *Teoria Geral do Direito e Problemas das Ciências Humanas*.

CARLO BORGHI

Físico teórico, sacerdote, antigo professor de Física da Universidade de Milão, chefe da Seção de Física do Instituto de Física da UFPe.

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

Professor Catedrático de Geografia e Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPe. Cursos de especialização das Universidades do Rio de Janeiro e de Paris.

MÁRIO LACERDA DE MELO

Catedrático de Geografia Humana da Universidade Federal de Pernambuco — Geógrafo. Autor de numerosos trabalhos sobre sua especialidade.

GADIEL PERRUCCI

Professor de Introdução aos Estudos Históricos da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco. Catedrático de História (no Ensino Médio) ex-professor-assistente da Universidade de Brasília.

TARCÍZIO REGO QUIRINO

Pesquisador do Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal de Pernambuco. Cursos especializados na Alemanha. Autor de numerosos ensaios publicados em revistas de cultura nacionais e estrangeiras.

PINTO FERREIRA

Professor catedrático de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Autor de numerosos livros sobre Direito Constitucional e literatura brasileira.

CÉSAR LEAL

Poeta e crítico de poesia, professor de Teoria da Literatura na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco.

FÁBIO LUCAS

Crítico literário, autor de numerosos livros de crítica e interpretação literária. Professor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais. Um dos fundadores da antiga revista "Vocação".

NELSON SALDANHA

Professor Adjunto de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da UFPe. e Livre-docente de Direito Constitucional da mesma Universidade. Autor de numerosos livros sobre sua especialidade.

VAMIREH CHACON

Professor de Economia das Faculdades de Direito e Economia da Universidade Federal de Pernambuco. Encontra-se atualmente na Alemanha, lecionando na Universidade de Munster.

JACI BEZERRA

Poeta da novíssima geração, nascido em 1945, em Jaboatão, começou a publicar seus poemas no suplemento literário do "Diário de Pernambuco", em fins de 1964.

A TEORIA DO DIREITO NO BRASIL(*)

A. L. MACHADO NETO

1 — *A Tradição Jusnaturalista*

Mesmo antes da nossa independência, já se encontra em Tomaz Antônio Gonzaga, o poeta da Inconfidência Mineira, o primeiro teórico do Direito Natural. Seu *Tratado de Direito Natural*, escrito ainda no século XVIII e significativamente ofertado ao Marquês de Pombal, expressão do iluminismo no governo português da época, embora apresentando já certos sinais iluminísticos, sustenta ser Deus o princípio do Direito Natural, rechaçando, assim, a famosa tese de Grotius, segundo a qual a existência do Direito Natural, por fundar-se apenas na razão humana, prescinde da própria existência de Deus (1)

O lírico de *Marília de Dirceu* não ousa, ao escrever uma tese destinada à Universidade de Coimbra, por-se à altura teórica dos tempos. Sua atitude política de revolucionário republicano e liberal não se reflete de todo em sua teoria jurídica. Quiçá uma precaução que, contudo, não lhe evitou a condenação ao exílio na África, quando descoberta a conjura dos intelectuais mineiros.

Foi necessário aguardar a independência e, cinco anos após, a criação, por D. Pedro I, das duas primeiras faculdades de Direito — a de Olinda (depois Recife) e a de S. Paulo — para que tivéssemos um novo surto de produção teórica sobre o Direito, como consequência dos cursos de Direito Natural do primeiro ano daquelas faculdades. Os professores dessas pri-

* Versão portuguesa da autoria de Zahidé Machado Neto, do artigo originalmente escrito pelo A. em espanhol para a revista argentina *La Ley* e para ser traduzido ao servo-croata e publicado nos Anais da Faculdade de Direito de Split, Iugoslávia, pelo Prof. Nikolá Viskovic, daquela Universidade.

meiras cátedras tiveram o empenho e o dever de redigir seus cursos em forma de livros-texto para seus alunos. Dêsse expediente resulta um considerável acervo de obras de Direito Natural produzidas por autores brasileiros.

É numa dessas obras que vamos encontrar a mais cabal expressão brasileira do iluminismo e do ideologismo jurídicos. Trata-se do compêndio de Avelar Brotero, professor da Academia de S. Paulo.

Porém, nêsse autor, não é ainda explícita a manifestação iluminista de seu pensamento. O professor Miguel Reale observa uma curiosa duplicidade doutrinal no compêndio de Brotero, ao ponto de que o leitor tem a impressão de estar lendo dois livros ao mesmo tempo: no texto doutrinas tradicionais; nas notas ao pé das páginas, transcrições de autores novos e heterodoxos (2).

Outro modo peculiar de eludir a censura e a acusação de heterodoxia foi sua curiosa maneira de expor suas idéias através da personificação do próprio compêndio — “o compêndio “pensa...”, “o compêndio julga...”, “opinião do compêndio...” etc. — que, aliás, era, em seu próprio título, qualificado como uma compilação (3).

Ainda que valha como boa excusa o fato de que o livro de Brotero tenha sido obra da pressa e da improvisação, o certo é que a obra foi impugnada pela Comissão de Instrução Pública (4). Pode ser que tal comissão parlamentar se inspirasse nos interesses reais da instrução pública, mas não é demasiado aventuroso supor que para tal impugnação deveria ter concorrido o fato insólito de que o improvisado professor citasse Helvétio, Cabanis e Condillac, e tão de perto acompanhasse o pensamento de Holbach, embora não lhe citasse o nome.

A tradição jusnaturalista prossegue no país, sustentada ainda pelas cátedras das duas faculdades e sua produção científica para efeitos didáticos. Sob forma iluminista e racionalista, e até com suas consequências revolucionárias relativas ao direito de resistência à opressão e à injustiça, no professor baiano de Recife, doutorado em Aix, Pedro Autran, e em seu continuador e sucessor na cátedra, João Silveira de Souza, em Recife, e, com traços ultramontanos e vivo combate anti-positivis-

ta, com Sá e Benevides, em S. Paulo, onde também depois floresceu uma expressão Krausista do jusnaturalismo com João Teodoro Xavier de Mattos, autor da *Teoria Transcendental do Direito*.

Hoje ainda temos autores de filiação jusnaturalista, mas todos na perspectiva tomista, com variações e nuances, antes em seu pensamento social e político — catolicismo pre e pos-conciliar — que pròpriamente em seu pensamento jurídico. Estão nêste caso Armando Câmara, A. B. Alves da Silva, Benjamin Oliveira Filho, numa perspectiva política mais conservadora e, em posição mais liberal, Edgard Matta Machado e Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), êste, expoente máximo do pensamento cristão progressista no Brasil atual.

2 — A Renovação das Idéias no Século XIX

a — *Positivistas* — Tal como sucedeu na Europa, só que com alguns decênios de atraso, consequência de uma situação intelectual ainda colonial e, pois, simplesmente receptiva e quase nada criadora, o século XIX viu surgir um mundo de idéias novas que viriam romper a tradição jusnaturalista ainda dominante em nosso país até a entrada do último quartel do século, quando surgem as expressões brasileiras do positivismo e do evolucionismo que representam, em nosso meio, o influxo de uma relativa urbanização e modernização da vida social que, em pouco tempo, repercutia no plano mais visível da vida política com a abolição da escravatura e a proclamação da república.

Positivismo e evolucionismo são realmente, as duas rubricas teóricas com as quais se pode resumir um conjunto de idéias novas que povoaram o final do século com mais significativo influxo sôbre a teoria jurídica. É verdade que, por vêzes, as duas concepções se associavam como na obra de João Monteiro e, outras tantas vêzes, o mesmo autor passava pelas duas escolas, quando, então, geralmente, com fé de converso, a primeira passava a ser objeto das mais agressivas críticas elaboradas, no comum, do ponto de vista da segunda ou ainda uma terceira, como ocorreu com Sílvio Romero e Tobias Barreto.

Mas, se abstraímos essas passagens e aquelas associações

doutrinárias, uma divisão didática pode-se fazer do país, considerando que o positivismo teve muito maior influência no sul — Rio de Janeiro, S. Paulo e Rio Grande do Sul — enquanto a Escola do Recife, no nordeste, estava mais intimamente associada ao monismo evolucionista, seja inicialmente na formulação de Haeckel e, depois, na de Noiré, com acentuado influxo kantiano em Tobias Barreto, Sílvio Romero e Clóvis Beviláqua.

Tomando com a devida cautela essa divisão didática do país é que vamos iniciar a exposição pelos pensadores jurídicos positivistas do sul para, somente após, concentrar nosso interesse na expressiva Escola do Recife, mediante a qual o monismo evolucionista se irradia por todo o nordeste, desde a Bahia ao Ceará, com alguma influência inclusive sobre o Rio de Janeiro.

Em verdade, foi enorme a influência do positivismo sobre a intelectualidade brasileira de fins do século XIX e começo do XX, especialmente nas capitais do sul.

No Rio de Janeiro, sua influência se faz manifesta, inclusive no episódio político-militar da proclamação da república, em cuja bandeira nacional está inscrito, ainda hoje, o lema comteano — *Ordem e Progresso*.

Vária foi, contudo, a disposição do positivismo dos pensadores sulistas com relação ao Direito. Mais ortodoxos, um Pereira Barreto e um Alberto Salles vão sacrificar o Direito e sua ciência em favor da ciência comteana da sociologia. Profissionais do Direito, um João Monteiro, um Pedro Lessa e seu seguidor José Mendes, ainda, que devendo ao positivismo a inspiração dominante de suas obras, vão tentar reconciliar o positivismo e o Direito através da própria sociologia, e, pois, com perspectiva nitidamente sociologista, até na formulação de um Direito Natural indutivo, que foi o empenho maior de Pedro Lessa.

O médico Luiz Pereira Barreto em sua obra *As Três Filosofias*, de inspiração comteana até no título, reserva amargas palavras para o Direito e os profissionais do Direito, que pretendem “fazer leis, quando a ciência não as faz, mas, sim, as descobre”. Contra a própria Academia de S. Paulo êle

volta sua crítica impiedosa, por lançar anualmente sobre o país “uma onde calculada de saber falso, de virtudes falsas, e de anarquia certa.” (5)

Já Alberto Salles, ideólogo da república como o caracterizou Luiz Washington Vita em obra recente, atribui ao Direito uma perspectiva científica mais respeitável, ainda que ao preço de uma completa subjugação da ciência jurídica à sociologia.

“É por isso que pensamos justamente como Roberty, que o estudo do Direito, interpretado de uma maneira científica, será efetivamente o maior esforço tentado pelo espírito moderno, para a organização de um verdadeiro gabinete de história natural da sociedade”... “o direito tende a entrar, definitivamente, em sua fase positiva e a sua interpretação científica, que constitui precisamente o objeto da jurisprudência, há de necessariamente se efetuar pelos modernos processos da experiência e da observação histórica. A legislação perderá, então, o seu caráter convencional, próprio de sua fase metafísica; o Direito eliminará de si o elemento coercitivo; e a jurisprudência, como ciência descritiva, passará a constituir um dos mais úteis emprêgos da inteligência humana, pela preparação indispensável e preliminar do estudo de um dos mais interessantes fenômenos oferecidos pelos agregados humanos para as grandes generalizações filosóficas da ciência social. Tal é o futuro da jurisprudência científica.” (6)

Os juristas positivistas, ainda que discípulos de Comte, não poderiam acompanhar o mestre em sua idéia do desaparecimento do Direito na idade positiva. Tal é o caso do famoso processualista João Monteiro que, associando Comte e Spencer, e inspirando-se em Sumner Maine, Carle, Ihering, Fonstel de Coulanges e Bagehot, teoriza sobre a universalização e unificação do Direito numa futura *Cosmópolis do Direito* aonde se pudesse dizer: “minha pátria é toda a terra.” (7)

Positivista embora não ortodoxo, como bem o viu Reynald Porchat (8), foi Pedro Lessa, antigo catedrático de Filosofia do Direito da Academia de S. Paulo. Definindo a Filosofia do Direito como a “parte geral da ciência jurídica que determina o método aplicável ao estudo científico do Di-

reito, expõe sistematicamente os princípios fundamentais dos vários ramos do saber jurídico e ensina as relações deste com as ciências antropológicas e sociais”, (9) Pedro Lessa jamais escapou do sociologismo. E é, em verdade, o sociologismo que o inspira, seja quando fundamenta o Direito no instinto de conservação (op. cit. p. 31), seja quando submete a ciência jurídica e as demais ciências sociais ao imperialismo da sociologia, (id. p. 92), seja, finalmente, em sua pretensão de um Direito Natural indutivo que delinea nêsse trecho de sua obra:

“O filósofo que indutivamente sobe de generalização em generalização é obrigado a reconhecer que tôda legislação em qualquer país e em qualquer período histórico, repousa em princípios fundamentais, necessários, sempre os mesmos.

“Neguem, se quizerem, a êsses princípios o qualificativo — jurídico; digam que há uma *lei natural* e não um *direito natural*, como querem alguns; afirmem, como pretendem outros, que são *princípios sociológicos*, que devem ser estudados na *sociologia jurídica*, ou na *história natural do direito lo cierto és que la cosa continua siendo la misma*”. (10)

Como tantos positivistas e sociologistas do passado e do presente, sejam nacionais ou estrangeiros, também Pedro Lessa não percebe a impossibilidade de passar do ser ao dever ser e, por essa sua impossibilidade, pretende que o Direito Natural possa ser fundado cientificamente por indução.

José Mendes, discípulo e admirador de Pedro Lessa, e para quem Augusto Comte e Herbert Spencer são os dois maiores pensadores do século XIX, escreve, nos comêços do século XX, seus *Ensaio de Filosofia do Direito* para os alunos de Pedro Lessa, cuja doutrina adota, reputando-a “consentânea com os últimos progressos da evolução mental na matéria em foco” (11).

b — *A Escola do Recife* — Si o positivismo dominava o espírito dos intelectuais do sul no dealbar do século, o monismo evolucionista, nas perspectivas de Spencer, Haeckel e Noiré foi a expressão do naturalismo filosófico que difundiria a chamada Escola do Recife, que nos anos setenta e oi-

tenta dominou o ambiente cultural do nordeste brasileiro em sucessivas irradiações partidas da Faculdade de Direito do Recife.

Ainda que recentemente em primoroso livro o pensador baiano Antônio Paim sustente a tese da relativa unidade de doutrina filosófica dos componentes da Escola do Recife, (12) um destacado integrante do movimento a ela se refere nos termos seguintes: “... a escola do Recife não era um rígido conjunto de princípios, uma sistematização definitiva de idéias, mas sim uma orientação filosófica progressiva que não impedia a cada um investigar por sua conta e ter idéias próprias, contanto que norteadas cientificamente.” (13)

O certo é que se tratava de um vigoroso movimento de idéias de tal significação que fazia com que seus integrantes tivessem uma viva impressão de sua superioridade cultural sôbre os intelectuais da Capital do Império, por aquêles considerados como atrasados, ignorantes e racionários, segundo o depoimento de um intelectual do sul. (14) A princípio — o movimento acompanha a evolução intelectual de seu líder, Tobias Barreto — a escola teve uma expressão literária na poesia hugoana de Tobias Barreto e Castro Alves, depois, encaminhando-se pelas vertentes filosóficas do evolucionismo, do monismo e do kantismo, para depois culminar em sua expressão jurídica e social, onde seu influxo parece ter sido mais constante e significativo sôbre o país inteiro.

Tobias Barreto de Menezes, mestiço de extraordinário talento, poeta e orador, jurista, político e filósofo, foi inegavelmente o líder e orientador do movimento que se abriga sob a rubrica de Escola do Recife. Em sua evolução espiritual, Tobias passa por uma fase predominantemente literária de inspiração hugoana e, dali a uma predominância dos estudos filosóficos, primeiro sob a influência do ecletismo espiritualista, depois com parcial adesão ao positivismo, volvendo-se já em violenta crítica ao comtismo brasileiro ou estrangeiro, crítica esta feita do ponto de vista de um monismo evolucionista, a princípio inspirado na obra de Haeckel, e, pois, de cunho acentuadamente mecanicista e, mais tarde, por influência de Noiré, transformado no monismo teleológico que já se permitia alguma in-

fluência da gnoseologia kantiana. A fase final de sua vida, Tobias a dedicou predominantemente aos estudos filosóficos e científicos a propósito do Direito, como uma consequência de sua entrada na Faculdade de Direito pela porta de um brilhante concurso, no qual saiu vitorioso enfrentando notáveis concorrentes.

Sua obra tem um marcado sentido polêmico, quicá uma reação do mestiço de invulgar talento, às restrições da sociedade provincianamente aristocrática e escravista do Recife de seu tempo, aonde deveriam ter sido muito notáveis os esforços que teve de realizar para chegar à posição social e intelectual de que afinal desfrutou, a despeito de sua sempre precária situação econômica.

Em teoria do Direito, Tobias, que mereceu de Haeckel ser qualificado como pertencente à raça dos grandes pensadores, combinava as concepções de Ihering e Hermann Post, que refletiam no Direito as teorias de Darwin e Haeckel. Nêste campo, produziu numerosas obras, tôdas elas marcadas pelo rasgo característico de seu espírito polêmico e inovador. Entre elas destacamos seu estudo *Introdução ao Estudo do Direito*, hoje integrando seus *Estudos de Filosofia*, publicados como os dois primeiros volumes da recente edição de suas *Obras Completas*, que se começam a editar pelo Instituto Nacional do Livro e sob a direção de Paulo Mercadante e Antônio Paim. ⁽¹⁵⁾

Nêste pequeno mais significativo ensaio que resume seu pensamento definitivo sôbre o Direito, Tobias declara como seu propósito teórico “fazer o Direito entrar na corréncia da ciência moderna, resumindo sob essa rubrica, os descobrimentos mais plausíveis da antropologia darwínica”, ⁽¹⁶⁾ naturalismo curioso, donde surpreendentemente emerge uma visão do Direito como cultura. ⁽¹⁷⁾

Depois de Tobias Barreto é, sem dúvida, seu fraternal amigo Sílvio Romero o nome mais significativo da Escola do Recife. Também são mui distintos os âmbitos culturais sôbre os quais exerceu sua fecunda atividade intelectual. Historiador da literatura e das idéias, folclorista e sociólogo, polemista e pensador, o pensamento brasileiro muito deve a Sílvio Romero em uma permanente atualização com as idéias vigentes na

Europa, combinada harmoniosamente com um também permanente e incansável interêsse pelas coisas brasileiras.

Numa passagem de sua obra sôbre *A Filosofia do Brasil*, que é a primeira história das idéias filosóficas em nosso país, Sílvio revela seu desamor por todo e qualquer sistema filosófico: “o meu sistema filosófico reduz-se a não ter sistema algum; porque um sistema prende e comprime sempre a verdade”. ⁽¹⁸⁾

É, contudo, na mesma obra que Sílvio traça seu próprio perfil ideológico em uma evolução espiritual do positivismo ao transformismo: “Sou eu, pois, sectário do positivismo e do transformismo? Sim; entendo-os, porém, de um modo largo e não sacrificando a minha liberdade de pensar a certas imposições caprichosas que os sistemas possam, por ventura, apresentar”. ⁽¹⁹⁾

Em *Doutrina contra Doutrina*, uma obra polêmica dedicada à análise do positivismo e do evolucionismo no Brasil faz, não obstante, uma crítica violenta e sarcástica às idéias positivistas, ao tempo em que procede a uma devota exaltação de Spencer e suas idéias evolucionistas. ⁽²⁰⁾

No âmbito da teoria do Direito, obra fundamental de Sílvio Romero é o livro titulado *Ensaio de Filosofia do Direito*, obra que escreveu quando professor dessa cátedra em mais de uma faculdade de Direito no Rio de Janeiro. Antes, como candidato ao doutorado da Faculdade de Direito do Recife, ficou famosa sua célebre afirmação agressivamente contrária às idéias de seus examinadores jusnaturalistas, de acôrdo com a qual a metafísica estava morta. Depois dêsse cometimento juvenil, Sílvio Romero, apartou-se do Direito, volvendo sua atenção para os estudos folklóricos. Apenas retornou à teoria do Direito por obra daquêles ensaios onde se compendia seu pensamento filosófico e sociológico-jurídico. O espírito da obra, didático em sua origem, é reveladamente o de contribuir para “o alargamento dessa nova compreensão da idéia do Direito e de seu desenvolvimento, que se vai de alguns anos a esta parte espalhando no Brasil”. ⁽²¹⁾

Nêste empenho teórico é que Sílvio Romero, em seu compêndio de filosofia jurídica, explica e difunde o espírito novo

em filosofia; a sociologia e sua localização entre as ciências; as criações fundamentais e irreduzíveis da humanidade e do Direito entre elas; a extensão das criações políticas do homem até o Estado e o Direito; os elementos natural, cultural e nacional no Direito e os elementos que o compõem. Como se vê, o sociologismo domina a teoria jurídica de Sílvio Romero, que nos presenteia com uma espécie de sociologia geral do Direito um pouco sob a inspiração de M. Jourdain, como no comum ocorre a todos os sociologistas.

Tal sociologismo se faz patente em sua caracterização da ciência jurídica: “O direito, como fato observável e capaz de ser estudado em sua evolução, dá origem a uma ciência especial — a ciência jurídica, subdividida em vários ramos, que todos entram no quadro de uma ciência mais geral — a sociologia”.⁽²²⁾ Assim, a expressão nortista do positivismo evolucionista ou transformista chega à mesma conclusão sociologista do positivismo Comteano predominante no sul, em obras como as de Alberto Salles, Paulo Egydio e Pereira Barreto, sendo que este, em sua expressão positivista extremada, negara o Direito e sua ciência em favor da sociologia, fazendo um curioso e dialético “pendant” com Tobias Barreto, que leva a sua crítica ao comtismo ao ponto extremo da própria negação da sociologia, em seu escrito polêmico titulado “Glosas Heterodoxas a um dos Motes do Dia, ou Variações Anti-Sociológicas.”

O maior jurista da Escola do Recife foi, inegável e indubitavelmente, Clóvis Beviláqua, a quem o país deve, entre muitas outras obras, as diretrizes fundamentais do atual Código Civil. É verdade que a parte mais substancial de sua obra se situa no campo do Direito positivo e não especialmente na teoria do Direito. Porém, ainda neste âmbito, além de uma extensa e cuidada obra histórica sobre a Faculdade de Direito do Recife, publicada em 1927 como comemoração do primeiro centenário de sua fundação, Beviláqua publicou vários livros de ensaios versando temas de filosofia, sociologia e história do Direito.

Suas influências teóricas predominantes são Ihering e Post,⁽²³⁾ a aquêle referindo-se como nada menos que “o jurista de seu século e do futuro”. De Ihering toma o fim social criador do Direito; e de Post, o naturalismo que faz do Direito

uma expressão social das forças de atração e repulsão que governam o cosmos.

Sua visão da evolução jurídica é otimista e progressista. Segundo essa visão, o Direito evolui na história de acôrdo com essas diretrizes: “a) pelo reconhecimento de um número de mais em mais avultado de direitos atribuídos a cada pessoa; b) pelo alargamento progressivo das garantias jurídicas, que são concedidas a um maior número de pessoas; c) pela segurança sempre crescente dos direitos reconhecidos”.⁽²⁴⁾

Pelo visto, embora fôsse um jurista prático de significação internacional, Beviláqua não pode eludir um influxo sociologista acentuado sobre seu pensamento teórico acerca do Direito. Tal influxo se manifesta mais visivelmente quando afirma que “a sociologia é quem nos pode dar uma verdadeira concepção do Direito”.⁽²⁵⁾

Também Fausto Cardoso é um ilustre integrante da Escola do Recife. Numa obra célebre sobre *A Concepção Monística do Universo*, êle participa das vigências espirituais do movimento. Por exemplo:

“O Direito, portanto, não é uma criação humana; é um fenômeno histórico-natural que existe independentemente do espírito que o reflete e o faz objeto de uma ciência: a jurisprudência, a qual está para as relações entre as forças sociais — famílias, classes, Estados — como a astronomia para as relações entre as forças físicas” —⁽²⁶⁾, onde se faz manifesto seu sociologismo epistemológico em face da ciência jurídica. Sua ciência jurídica de tipo sociológico faz da coexistência das famílias a razão causal de ser do Direito privado; da coexistência das classes, o Direito público; e da coexistência das nações, o Direito internacional⁽²⁷⁾.

José Isidoro Martins Júnior foi o historiador do Direito produzido pela Escola do Recife. Em duas obras ainda hoje compulsadas com proveito — uma *História Geral do Direito* e uma *História do Direito Nacional* — Martins Júnior aplica à evolução histórica do Direito as idéias monístico-evolucionistas. Republicano apaixonado, foi por três vêzes prejudicado pela Monarquia em suas pretensões magisteriais relativas à Faculda-

de do Recife. Foi necessário aguardar a República para que visse suas justas pretensões realizadas.

Muitas outras figuras ilustres poderiam ainda ser citadas como integrantes da Escola do Recife, mas restringimos aqui nossa referência não mais que a quatro nomes dentre os mais destacados. O primeiro é o de Phaelante da Câmara, que foi o que por primeiro intentou um bosquejo histórico do movimento, seja em sua célebre *Memória Histórica*, seja no estudo *A Faculdade do Recife como Centro de Cultura e Coesão Nacional*. Arthur Ardando, autor de *Propedêutica Político-Jurídica*, obra na qual sustenta que os problemas do Direito são estudos de sociologia dinâmica. Gumerindo Bessa, autor de um interessante ensaio *Que é o Direito?*, publicado como apêndice aos *Ensaio de Filosofia do Direito* de Sílvio Romero, onde divulga, aplicando-as ao conceito do Direito, as idéias fundamentais da Escola. Depois de passar em revista as várias definições do Direito desde Heráclito e Pitágoras até Bentham, Ihering e Tobias Barreto, apresenta sua definição pessoal, revelando-a como uma síntese das de Ihering, Savigny e Schopenhauer. O último nome a ser citado aqui, já é o de um crítico do movimento, embora, de certo modo, nêle enquadrado. É o do filósofo Laurindo Leão, que já combate o monismo, sustentando a primazia de um específico princípio em cada um dos âmbitos do real; o movimento, no cosmos físico; a organização, na vida; a consciência, no espírito; e a associação, na sociedade. A repercussão justeórica de tal ontologia é que o Direito será um fenômeno social, irreduzível, pois, à esfera psíquica, biológica ou física, como o monismo da Escola, de certo modo, implicava.

Si há uma palavra a mais que deva ser acrescentada sobre a Escola do Recife, esta palavra deve referir-se o grupo baiano da Escola, sob cujo influxo se fundou, nos fins do século (1890), a então Faculdade Livre de Direito da Bahia, onde se formou um núcleo justeórico que teve em Leovigildo Filgueiras, Virgílio de Lemos, Almachio Diniz e Edgard Sanches, expressões destacadas das idéias jurídicas do tempo veiculadas pelo movimento do Recife. (28)

3 — O Século XX

a — *Sobrevivências Naturalistas* — O século XX, ao menos em seus primórdios, não logrou libertar o país de sua posição de vassalagem intelectual aos grandes centros hegemônicos da cultura européia.

Contudo, essa vassalagem cultural envolvia ainda um relativo atraso na recepção das novas idéias européias. Dêsse modo, as tendências intelectuais propagadas pela Escola do Recife com seu naturalismo jurídico de cunho evolucionista, seja spenceriano ou haeckeliano, continuou, ora sob tais nomes tutelares, ora substituindo-os por Icilio Vanni, Kohler, a "Allgemeine Rechtslehre", Picard, Korkounov, Asturaro ou Nardi Greco, como vigências espirituais dominantes nas Faculdades de Direito do país e no mundo jurídico em geral. A visão sociologista da ciência jurídica domina agora tranquilamente as cátedras.

Nessa corrente, podemos situar Francisco Campos, jurista notável e homem político de direita, autor inclusive da constituição para-fascista de 37 e também do Ato Institucional n.º 1 do governo militar decorrente da revolução direitista de 1964. Como filósofo do Direito, Francisco Campos tem uma tese titulada *Introdução Crítica à Filosofia do Direito*, editada em Belo Horizonte em 1918, na qual uma atitude cientificista com laivos kantianos se faz patente na sua negação de toda deontologia jurídica pois "o que deve ser... faz parte da realidade, enquanto exprime uma tendência, um comêço de realização". (29)

Inspirado num sociologismo larvar o pretemático, também Queiroz Lima nega o caráter de ciência à jurisprudência, assimilando-a a uma arte. O campo de estudos jurídicos ao qual parece conferir dignidade científica é a teoria geral do Direito definida em termos positivísticos. (30)

Sociologismo e positivismo, sob a forma atual do empirismo lógico é a tendência básica de Pontes de Miranda, quiçá o mais erudito e fecundo jurista brasileiro do presente. Indagando que é a ciência positiva do Direito, êle mesmo o responde nêsses têrmos:

“A ciência positiva do Direito é a sistematização dos conhecimentos *positivos* das relações sociais, como função do desenvolvimento geral das investigações científicas em todos os ramos do saber. É, pois, cúpula da ciência” (31).

O sociologismo de Pontes de Miranda prolonga-se em seu discípulo, o professor Djacir Menezes. Aplaudindo o mestre em um livro dedicado a seu pensamento, Djacir Menezes, escreve:

“E a ciência do Direito entra assim, na concepção de Pontes de Miranda, harmoniosamente, no quadro das ciências que estudam os fenômenos naturais da adaptação”. (32)

Próximos dessa linha de pensamento encontram-se alguns pensadores do nordeste, em especial de Pernambuco, que se aglutinam novamente ao redor da velha Faculdade de Direito, e que, por algum tempo, quiseram representar uma nova Escola de Recife. Compõem esse grupo os professores Pinto Ferreira e Gláucio Veiga, ambos do Recife e Sílvio de Macedo, de Maceió.

O primeiro, autor de numerosas obras de Direito Constitucional, teoria do Estado, sociologia e filosofia escritas em vários idiomas, e o segundo, economista, jurista e cientista político, expressam uma visão marxista liberal com influxos da filosofia contemporânea. Sílvio de Macêdo, autor de uma *Lógica Jurídica*, denuncia uma especial predileção pela filosofia da linguagem, tema a que dedicou também um de seus recentes livros. Só em parte integrado no espírito do grupo está o professor Lourival Villanova, professor de teoria do Estado e autor de uma tese sobre o conceito do Direito. Também em posição de relativa integração, estão outros professores mais jovens, tais como Nelson Nogueira Saldanha, Cláudio Souto e Vamireh Chacon, que têm já significativas contribuições pessoais.

Este parágrafo não se poderia concluir sem uma referência ao positivismo sociológico com certos laivos marxistas do professor Hermes Lima, autor do livro mais divulgado de *Introdução à Ciência do Direito* entre nós.

b — *A Superação Culturalista do Naturalismo do Século XIX* — Si necessitássemos uma rubrica doutrinal para rotular

o mais atual movimento intelectual, que resumisse tôdas as tendências justeoréticas do Brasil de hoje, não vacilaríamos em escolher o culturalismo como tal rubrica, nela condensando tôdas as tentativas de superação do positivismo do século XIX, incluindo alí tôdas as vertentes justeoréticas derivadas desde o idealismo neokantiano à filosofia da existência.

Tal movimento se centraliza na figura exponencial do professor Miguel Reale, catedrático de Filosofia do Direito da Universidade de S. Paulo e presidente do Instituto Brasileiro de Filosofia, entidade cultural de caráter privado que congrega em torno das páginas da Revista Brasileira de Filosofia, seu órgão oficial, a variedade dos estudiosos brasileiros de temas teóricos, alí compreendidos, por suposto, os que se dedicam aos problemas teóricos do Direito. Embora a orientação do I.B.F. e de sua revista seja a mais liberal, acolhendo contribuições de representantes de tôdas as doutrinas e ideologias, não se pode negar que em torno da obra singular do professor Miguel Reale se reúne um grupo de pensadores culturalistas das mais variadas tendências, desde o historicismo idealista italiano ao raciovitalismo orteguiano, ao egologismo e ao marxismo, passando por tendências tradicionais jusnaturalísticas atuadas pela filosofia contemporânea. Tais são os casos de Renato Cirell Czerna, idealista gentiliano hoje sob forte influência do materialismo dialético; de Luiz Washington Vita e Irineu Strenger, ambos de forte coloração raciovitalista orteguiana, de Goffredo Telles Júnior, Theophilo Cavalcanti Filho e Wilson Chagas, que têm o empenho de revalorar as concepções da filosofia tradicional com perspectiva atual, de Paulo Dourado Gusmão e do autor desta resenha, de filiação egológica mais ou menos pronunciada.

Por agora, é a obra do professor Reale a contribuição realmente significativa deste movimento de idéias. O professor Reale, homem de pensamento e de ação, jurista profissional, teórico do Direito e também político intermitentemente atuante, é autor de mais de uma dezena de obras sobre teoria do Estado e Filosofia do Direito. Sua obra capital, na qual expõe de modo sistemático a expressão definitiva de sua filosofia jurídica, é ainda incompleta, constando apenas, até agora, dos dois

tomos do primeiro volume de sua *Filosofia do Direito*, aos quais se devem seguir mais três, pelo menos. Contudo, já se encontra ali o perfil inconfundível duma das mais expressivas filosofias jurídicas da atualidade, cuja influência já transbordou das fronteiras nacionais para exercer seu influxo até mesmo sobre expressões exponenciais da filosofia jurídica européia e latino americana, tais um Luigi Bagolini na Itália e um Recaséns Siches no México, ambos já tendo revelado seu débito atual para com o tridimensionalismo de Miguel Reale.

Rechaçando tôda interpretação unilateral do Direito como puro fato, como puro valor ou como pura norma, Reale assume uma posição tridimensionalista a exemplo de Sauer, de Legaz y Lacambra e de Garcia Maynez. Mas, diferentemente desses ilustres representantes da filosofia jurídica do século, Reale assume um tridimensionalismo concreto, dinâmico e dialético, já que, segundo suas exposições mais autorizadas, fato, valor e normas, como elementos integrantes do ser do Direito, estão em uma permanente atração polar (já que o fato tende a realizar o valor, mediante a norma), os três polos entrando em conexão mediante uma peculiar dialética cultural a que Reale chama a dialética da implicação e da polaridade para distingui-la da dialética da oposição ou dos contrários, de Hegel e Marx.

Dessa peculiar e original ontologia jurídica, ⁽³³⁾ Reale faz derivar consequências epistemológicas, deontológicas e culturais que, embora antecipadas em suas obras até aqui publicadas, serão mais bem desenvolvidas nos subseqüentes volumes de sua obra maior ainda em preparação, já que o filósofo se encontra hoje em plena atividade produtiva; pois vem, faz pouco, de passar os cinquenta anos, embora já tenhamos comemorado as bôdas de prata de sua ascensão à cátedra de São Paulo.

NOTAS

(1) Cfr. TOMÁS ANTONIO GONZAGA — *Obras Completas* — edição crítica de Rodrigues Lapa — Companhia Editora Nacional — S. Paulo — 1942 — p. 431, 432.

(2) Cfr. MIGUEL REALE — *Horizontes do Direito e da História* — Saraiva — S. Paulo — p. 213.

- (3) *Princípios de Direito Natural Compilados por J. M. de Avelar Brotero* — lente do primeiro ano do Curso Jurídico de S. Paulo — (Rio — 1829). Tal é o frontespício do livro de Brotero. Também Brotero, tal como Gonzaga, ainda que em sua teoria jurídica o professor de S. Paulo fosse muito mais longe do que ousou o poeta de *Marília de Dirceu*, rechaça o racionalismo ilustrado no ponto capital da origem racional — e não divina — do Direito Natural. No *Compêndio* lê-se: "Muitos autores querem que o Direito Natural derive seu nome por causa da promulgação, isto é, por ser promulgado pela razão natural do homem."
"Porém o *Compêndio* não quer que ele derive seu nome da promulgação, porém sim de seu Autor (§ 30), isto é, lei ditada pela Natureza Naturante, pela Natureza do Universo, ou alma do universo, isto é, Deus" (pág. 77 da ed. cit.).
- (4) Cfr. SPENCER VAMPRE — *Memórias para a História da Academia de S. Paulo* — Liv. Acadêmica — S. Paulo — 1924 — 1.º vol. — p. 95.
- (5) Apud Miguel Reale — *A Filosofia em S. Paulo* — ed. do Conselho Estadual de Cultura — S. Paulo — 1962 — p. 92 e 94.
- (6) Apud LUIZ WASHINGTON VITA — *Alberto Salles — Ideólogo da República* — Companhia Editora Nacional — S. Paulo — 1965 — pp. 112-113. Em uma linha aproximada haveria que citar a Paulo Egydio, autor de *Do Estudo da Sociologia Como Base do Estudo do Direito* — S. Paulo — 1898.
- (7) JOÃO MONTEIRO — *Universalização do Direito, Cosmópolis do Direito, Unidade do Direito* — S. Paulo — 1906 — p. 171.
- (8) Cfr. REYNALDO PORCHAT — "O Pensamento Philosophico no Primeiro Século da Academia" in *Revista da Faculdade de Direito de S. Paulo* — vol. XXIV — p. 367.
- (9) PEDRO LESSA — *Estudos de Filosofia do Direito* — Liv. Francisco Alves — Rio de Janeiro — 1912 — p. 70.
- (10) PEDRO LESSA — op. cit. p. 21 — O trecho vem em castelhano do texto de P. Lessa.
- (11) JOSÉ MENDES — *Ensaio de Philosophia do Direito* — Duprat e Cia. — S. Paulo — 1905 — in "Ao Leitor".
- (12) ANTONIO PAIM — *A Filosofia da Escola do Recife* — Ed. Saga — Rio de Janeiro — 1966.
- (13) CLÓVIS BEVILÁQUA — *História da Faculdade de Direito do Recife* — (2 vols.) — ed. Francisco Alves — 1927 — 2.º vol. p. 121.
- (14) João Ribeiro — "A Filosofia no Brasil" — *Revista Brasileira de Filosofia* — n.º 15 — p. 415.
- (15) TOBIAS BARRETO — *Estudos de Filosofia* — tomos II e III das *Obras Completas de Tobias Barreto* — Instituto Nacional do Livro — Ministério da Educação e Cultura — Rio de Janeiro — 1966.
- (16) TOBIAS BARRETO — op. cit. tomo III — p. 127.
- (17) Cfr. op. cit. tomo II — p. 140 e segs. "O Direito é um produto da cultura humana".

- (18) SILVIO ROMERO — *A Philosophia no Brasil* — Tipografia da Deutsche Zeitung — Porto Alegre — 1878 — p. 183.
- (19) Id. p. 185.
- (20) Cfr. SILVIO ROMERO — *Doutrina Contra Doutrina — o evolucionismo e o positivismo na República do Brasil* — 1a. série — Ed. J. B. Nunes — Rio de Janeiro — 1894.
- (21) SILVIO ROMERO — *Ensaio de Philosophia do Direito* — Cunha e Irmão — Rio de Janeiro — 1895 — p. VII.
- (22) Id. p. 14.
- (23) CLÓVIS BEVILÁQUA — *Juristas Philosophos* — Magalhães — Bahia — 1897 — p. 105-106.
- (24) CLÓVIS BEVILÁQUA — *Criminologia e Direito* — Magalhães — Bahia — 1896 — p. 195-196.
- (25) *História da Faculdade de Direito do Recife* — ed. cit. — 2.º vol. p. 128.
- (26) FAUSTO CARDOSO — *A Concepção Monística do Universo (Introdução ao Cosmos do Direito e da Moral)* — Laemert — Rio — 1894 — p. 278-279.
- (27) Id. — p. 168.
- (28) Sobre a contribuição deste grupo e seus continuadores, tivemos a oportunidade de publicar, no *Festschrift* do jubileu de cátedra do professor Miguel Reale, um ensaio titulado “Contribuição Baiana à Filosofia Jurídica e à Sociologia do Direito”. Cfr. *Revista da Faculdade de Direito — Em Comemoração ao Jubileu de Cátedra do Professor Dr. Miguel Reale* — Universidade de S. Paulo — vol. LXI — Fascículo I — 1966 — p. 117-118.
- (29) FRANCISCO CAMPOS — *Introdução Crítica à Philosophia do Direito* — Imprensa Oficial — Belo Horizonte — 1918 — p. 69.
- (30) Cfr. QUEIROZ LIMA — *Princípios de Sociologia Jurídica* — Freitas Bastos — Rio de Janeiro — 1941 — p. 125.
- (31) PONTES DE MIRANDA — *Introdução à Política Científica ou os Fundamentos da Ciência Positiva do Direito* — Liv. Garnier — Rio — 1924 — p. 19.
- (32) DJACIR MENEZES — *A Teoria Científica do Direito de Pontes de Miranda* — Fortaleza — 1934 — p. 55.
- (33) Reale preferiria dizer ontognoseologia, já que participa, em filosofia geral, da tendência ontognoseológica que tem em Scheler e Hartmann suas expressões maiores. Cf. Miguel Reale — *Filosofia do Direito* (2v) — Saraiva — São Paulo — 1953.

FENOMENOLOGIA E DEFINIÇÕES DA DIMENSÃO TEMPORAL

CARLO BORGHI

1) *O tempo como dimensão unidirecional homogênea com um comprimento (definição empírica)*

A experiência nos diz que além de um “lugar” as ações, que nos deixam perceber a existência das coisas, são caracterizadas pelo “instante” em que a percepção acontece e por “duração”. A duração é percebida como uma “distância” entre dois instantes, da mesma maneira que um comprimento sobre uma coordenada métrica é percebido como a distância entre duas posições sobre aquela coordenada. Esta confusa percepção do tempo como de qualquer maneira sendo homogêneo com os comprimentos, é representada na linguagem comum por expressões como “ao longo do tempo”, *et similia*. A medida deste “comprimento” é a *data* de cada acontecimento, cujo número é dado fixando arbitrariamente um começo da data, uma “data zero”. A medida do tempo é operada por meio da medida de um movimento uniforme, isto é, de velocidade constante, como na clepsidra, no relógio solar ou no relógio mecânico. Mas é claro, que o movimento, é só a medida do tempo, não é o tempo, como o termômetro não é a temperatura. O “comprimento de tempo” é uma percepção como o “comprimento” é uma percepção. Os dois são “experiência”, que como se sabe, é demonstração de si a si mesma. Na realidade empírica, o tempo é percebido sob duas modalidades características. A primeira é “o meu tempo” é a minha vida, a duração e o passar da minha vida, do meu tempo, e isso é feito por meio da percepção genérica que temos de ser vivo, isto é, de existir. É este o movimento que percebemos como medida do tempo, o relógio do viver que é meu. A segunda característica é muito dramática,

e distingue o tempo de todos os outros "comprimentos", e é o fato pelo qual o tempo "não volta para trás", isto é, o tempo que nós percebemos é *unidirecional*, vai numa direção só, que é a que vai para o *futuro*, e que, porquanto eu possa desejá-lo, nunca consigo em repetir o passado, nem em parar o presente, repetindo o lendário experimento do doutor Faust.

2) *O tempo como quarta dimensão (definição relativística)*

Na percepção (empírica) do tempo como um comprimento está incluída a percepção de que se trata de um comprimento que varia num sentido só, unidirecionalmente. Êste comprimento que varia pode ser representado como o produto de uma velocidade pela medida de um tempo, o que quer dizer um deslocamento sobre um espaço métrico devido a uma velocidade. Expressando matematicamente esta representação da percepção unidirecional do tempo, se vê que o tempo fica expressado como uma coordenada homogênea com os três comprimentos do espaço métrico, com a diferença de que, o quadrado de um "comprimento de tempo", tem o sinal contrário ao dos quadrados de outros três comprimentos. Isso quer dizer que o tempo se pode expressar como uma *quarta coordenada* (pitagórica ou não), perpendicular às outras, que também são perpendiculares entre si, mas diferente das outras por ter o sinal negativo (o que se expressa dizendo que a quarta coordenada é medida em unidades "imaginárias").

Desta maneira, todavia, a quarta coordenada é introduzida como um simples artifício gráfico, sem outra significação. Mas a análise que dêste espaço a 4 dimensões foi feita por Minkowsky, Levi-Civita e Einstein mostrou que esta representação tetradimensional contém duas possibilidades, igualmente lógica ou possíveis. A primeira consiste em admitir que existe um *tempo absoluto*, isto é, uma coordenada temporal que seja igual para todos os objetos contidos no Universo, do qual portanto poderá dizer-se que todos os objetos nêle contidos são contemporâneos. Êste modelo de Universo chamado "Clássico". Outra possibilidade é que o tempo tem um valor diferente para cada ponto do Universo assim como para cada ponto as outras três coordenadas métricas têm valor diferente.

Em lugar de dizer que o Universo é feito de "pontos" onde há objetos, teremos de dizer que o Universo é um conjunto de "eventos", de coisas "aqui e agora", sendo o "agora" diferente para cada lugar como é diferente o "aqui". Os dois modos de representar o Universo têm consequências que se podem controlar experimentalmente. Não é importante conhecer os pormenores técnicos dêstes famosos experimentos (começando com o experimento de Nicholson), mas é importante saber que o experimento concorda com o modelo não clássico, ou relativístico, no qual o tempo é uma coordenada própria para cada lugar, uma medida sobre uma *quarta dimensão*.

3) *Definição entrópica do tempo (definição termodinâmica)*

Quando se fala do determinismo da matéria logo se encontra a quantidade que se chama de Entropia, ou determinismo estatístico. Os acontecimentos em que a matéria está envolvida são tais que para êles a entropia sempre aumenta. Portanto a entropia constitui uma espécie de "flecha" que indica a direção única do tempo como *coordenada em movimento*. Todavia, veremos que não há uma definição única da entropia, pois a matéria vivente tem uma quantidade análoga mas diferente, que Fantappio chamou de *sintropia*, e que também varia continuamente num sentido único. Também êste sentido poderá ser identificado como a única direção do tempo, de maneira que a direção do tempo se pode indicar como aquela em que a entropia e a sintropia, independentemente do sinal, continuamente variam.

4) *Definição quântica do tempo como não-simultaneidade*

Uma das maneiras de representar o Princípio de Heisenberg consiste em dizer que se entre dois observáveis não há troca de energia (isto é, os dois não se perturbam reciprocamente) então as medidas daquêles observáveis não estão sujeitas a nenhuma indeterminação, de maneira que êles podem ser observados *simultaneamente*. Pelo contrário, quando há troca de energia entre dois objetos representados por dois observáveis, então a observação de um dêles pode ser simultânea à do outro, mas

deve existir entre as duas observações um atraso “indeterminado”, tal que o produto dêste atraso, que é um intervalo de tempo, pela energia trocada entre os observáveis deve ser da ordem de grandeza da constante de Planck. Desta maneira se vê que, segundo os modernos conceitos da ciência, a não “simultaneidade”, isto é, o tempo, é consequência do fato de que no Universo há um sem número de interações entre as suas partes e que essas interações não acontecem de maneira qualquer, mas, por meio de “quanta” de energia, isto é, de unidades indivisíveis de energia. Se a constante de Planck fôsse diferente do que ela é, a energia contida num *singulo quantum* seria diferente da que agora ela é, porque é igual a constante de Planck multiplicada por algo que tem as dimensões de uma frequência. Um Universo com uma constante de Planck um bilhão de vezes maior do valor que nós conhecemos, teria um tempo com um “ritmo” um bilhão de vezes mais lento do que o tempo do nosso Universo. Com uma expressão bastante exata, podemos dizer que “o tempo existe porque a matéria é quantizada, e o ritmo do tempo depende da maneira como a matéria é quantizada, isto é depende do valor numérico da constante de Planck”.

5) *Sistema com constante de tempo interno e com “Feed-Back”*

Quando há troca constante de perturbações entre um grupo de objetos e essas perturbações obedecem a regras prefixadas, então aquele conjunto forma um “sistema” e não mais um simples “aglomerato” de partes. As recíprocas perturbações com regras prefixadas são como “informações” ou mensagens que circulam entre as partes de um sistema. Se existe uma prefixada relação semântica entre grupos de informações e correspondentes grupos de observáveis, então aquelas informações constituem uma “linguagem” ou um “código”. Ora, segundo a definição quântica do tempo, onde há troca de interação há uma não-simultaneidade, e isso no caso do sistema é percebido como um *atraso* entre o tempo de saída de uma informação por parte de um membro do sistema, e o tempo em que aquela informação é recebida, percebida, assinalada e utilizada pelo membro ao qual ela era destinada. Êste atraso de tempo, que é uma generalização definida, se chama *constante de tempo* do

sistema. Todos os sistemas materiais contêm uma ou mais constantes de tempo. O mesmo Universo contém aquela constante de tempo que é a velocidade da luz, a velocidade com que se propaga o mensageiro das interações entre as partes do Universo, mensageiro que toma o nome de “energia.” Conhecemos importantes casos de sistemas com constante de tempo, e conhecemos também a importância desta constante naqueles casos. Os organismos, além de todo o restante, são complicados sistemas onde se têm constantes de tempo como aquela devida a velocidade da propagação das percepções e a velocidade de propagação das reações bioquímicas. A eletrônica nos oferece exemplos sem número de sistemas com constante de tempo, como os sistemas com osciladores e os multivibradores.

A constante de tempo de um sistema é muitíssimas vezes coligada com o problema, do contróle das interações recíprocas entre o sistema e o restante do mundo. Quer dizer que há sistemas, ou partes de sistemas, cuja ação *agora* é determinada pelo que o sistema fez ou recebeu *antes*. Esta ação do passado sobre o presente chama-se tènicamente “feed-back” ou retroação. Por exemplo, uma corrente elétrica na bobina de sinete faz o martelo interromper a corrente elétrica. O vapor não entra mais no cilindro de uma locomotiva, porque o vapor que entrou fecha a válvula pela qual entra o vapor. E assim por diante.

6) *A indeterminação do presente*

Em cada lugar onde haja objetos materiais observáveis teremos de sobrepôr o fato que aí chegam os campos de presença de tôdas as outras coisas do Universo onde tudo perturba tudo, e o outro fato que êsses campos chegam aí “diferentemente atrasados” por causa das constantes de tempo próprias, seja dos diferentes campos, seja dos diferentes lugares. Em consequência disso, o conceito de que tudo deve ser completado com o outro, que tudo perturba tudo mas diferentemente para cada lugar, porque as perturbações que chegam num lugar “saíram” das suas origens em tempo ou épocas diferentes. Para assim dizer, em cada lugar do Universo tem-se uma mistura única e sui-generis de tôdas as épocas do Universo. Esta mistura úni-

ca e *sui-generis* é uma das origens do que chamamos o “presente daquêlê lugar”. A esta origem do presente, temos porém de acrescentar a que chamaremos a “causa local do presente”, isto é, o conjunto de “feed-backs” ou retroações, que atuam naquêlê lugar e com os observáveis que aí estão. Desta maneira podemos ver qual é a origem daquilo que a Relatividade chamou de “tempo próprio”, ou quarta coordenada, pois tôdas as interações que cada objeto tem com cada outra e as interações de cada objeto consigo mesmo, por causa das retroações, fazem com que aquêlê objeto seja não-simultâneo em relação a outro, no sentido da Indeterminação de Heisenberg. O presente daquêlê objeto é a sua não-simultaneidade para com todo o Universo, e os “feed-backs” que lhe são próprios determinam a “rapidez” com que esta quarta coordenada varia. Assim vemos que os conceitos relativístico e quântico de tempo coincidem, interpretados como “comprimentos em movimento” segundo a definição empírica do tempo mesmo. Todavia, esta unificação de conceito tem o seu preço, que é a indeterminação do presente. Com efeito, o presente entendido como não-simultaneidade para com o restante do Universo, cai no caráter geral das quantidades para as quais vale o princípio de Heisenberg, isto é, deve existir um “erro” inevitável no “presente”, relacionado com um outro “erro” inevitável na energia que é trocada nas interações do objeto cujo tempo é observado, com todo o resto do Universo, e o produto desses dois “erros” deve ser da ordem da grandeza da constante de Planck, isto é, os dois erros são reciprocamente condicionados. Por quanto concerne a energia, êsse “erro” representa o fato de que a energia é trocada por “quanta”; mas será que a mesma coisa vale também para o tempo? Esta questão, se existe um “quantum de tempo”, ainda não está resolvida, mas a constatação mais geral, que o “presente” apresenta o que bastante imprópriamente chamamos de “erro”, está estabelecida. O “presente” não é um instante determinado com infinita exatidão, mas é um “intervalo de tempo” de limites não definíveis, a não ser estatisticamente. Isso importa numa correção a ser introduzida na definição empírica do tempo, como sendo um comprimento que varia ou uma coordenada em movimento; isso deve ser entendido não como um ponto em movimento sô-

bre uma linha reta, mas sim como uma mancha de contorno indefinido, “nuance”, que se desloca. O “presente” está colocado “em algum lugar dentro daquela mancha”. Já na percepção empírica do tempo entendemos que, na realidade, o presente não é um instante infinitamente exato que se move: pois logo percebemos que o “mediato passado” é ainda pertencente ao presente, e que deixa de pertencer a êle “lentamente”, com o decorrer do tempo. Esta percepção é o equivalente empírico do conceito quântico, indeterminado, do presente. Poder-se-ia ver como esta maneira de entender tem muita importância para uma definição observacionalmente correta de que chamamos *determinismo*.

7) As “memórias” e o passado como um invariante

O presente, com a sua indeterminação, é a resultante de tôdas as interações e do “feed-back” local que atuam sôbre um determinado observável. Aí temos, portanto, um conjunto de causas físicas atuando sôbre êste observável, e portanto, uma sequência de efeitos que ficam conservados no conjunto de observáveis que se chama *um objeto*. Por sua vez, cada objeto é causa de outros efeitos sôbre todos os outros. As modalidades desta recíproca interação sem fim entre objetos são discutidas quando falar-se no determinismo. O que agora merece ser considerado é que êsses efeitos “permanecem mais ou menos naquêlê conjunto de observáveis que é um objeto; haverá efeitos duradouros ou não, mas sempre haverá um prazo mais ou menos comprido de tempo em que os tais efeitos serão reconhecíveis. Diremos que aquêlê objeto acumulou “memórias” daquêles efeitos, ou memórias do “seu passado”. Bem considerando, esta é sômente uma outra maneira de dizer o que já temos dito em tôrno do *feed-back*, isto é, do fato que o que “agora” acontece a um objeto condiciona o que vai acontecer “depois” ao objeto, só que êste “depois”, quando observado, é um outro “agora”, e o primeiro “agora” tornou-se um “passado”. Podemos dizer que o passado é o conjunto das memórias dos efeitos que estão condicionando o presente, e, por causa das interações dêles, o presente é indeterminando. Ainda uma vez, o nome “memória” deve induzir no êrro

de crer que cada memória seja “memória consciente”, pelo antropomorfismo que é o pendor natural das nossas interpretações. Nada disso, ou pelo menos não necessariamente, pois por memórias indicamos objetos ou campos com constante de tempo, que do passado condicionam o presente. Um golpe de cinzel deixa uma memória de si sobre o objeto que recebeu o golpe, mas também o cinzel é um pouco deformado por cada golpe, e cada golpe que ele dá agora leva consigo a memória de cada golpe anterior. Outro exemplo: qualquer instrumento “*se adapta*” à mão que o usa. Justamente, cada forma de “*adaptação*” é uma forma de memória que evidentemente condiciona o presente.

A adaptação forma aos poucos o código que determina mais profundamente o presente.

Enquanto é fixado nas diferentes formas de memória, o passado é um invariante, como se o tempo deixasse de maneira permanente (isto que muda pouco ou nada) os sinais de sua “passagem”, do movimento que é implícito no tempo. As memórias dos sucessivos “presentes” ou dos sucessivos “agora”, enquanto deixaram as correspondentes memórias que condicionam agora mesmo, são aquêles invariantes que, como sabemos são a base da ciência que é a *história*. A história pode existir como ciência, porque o passado não se pode mudar nem controlar: é um invariante.

Uma forma de memória bem especial, é o que se chama um “*código*”, isto é, uma *estrutura* de qualquer tipo que, ao se repetir, determina ou desencadeia efeitos prefixados semanticamente em correlação com aquela estrutura. Trata-se de uma forma de *feed-back* coligado com um conjunto (mais ou menos arbitrário) de relações semânticas entre “sinais” e “respostas”. A imagem mais sugestiva do código, além das linguagens, é o que chamaremos o “autômato”, que será objeto de ulteriores considerações em outra ocasião.

8) *Irreversibilidade do tempo e antimatéria*

Na percepção empírica do tempo está contida a unidirecionalidade do mesmo, e a definição entrópica dêle diz que a “flecha” que indica a única direção do tempo é aquela na

qual a entropia sempre cresce.. Acrescentamos que a percepção da unidirecionalidade do tempo é mais dramaticamente interpretada, quando ela se torna coligada com a percepção da “vida que passa, e não pode voltar atrás”. O problema é: admitindo o fato empírico de que a direção do tempo é sempre a mesma, existe alguma possibilidade para que o tempo, em circunstâncias diferentes das que encontramos na nossa atual experiência, possa voltar para trás? Isto é: a unidirecionalidade do tempo é também irreversibilidade? Naturalmente, isso deve ser relacionado à matéria, pois todos sabemos que com a “mente” podemos “voltar para trás, lembrando e revivendo o passado”. Não se trata disso, mas sim, se pode existir para a memória, ou qualquer tipo de matéria, uma correnteza de tempo para o qual o futuro, seja correspondente ao que para a “nossa” matéria é o passado, e vice-versa. Por esquisito que isso possa parecer, este problema é um dos muitos que a ciência moderna impôs à nossa atenção, pois se conhecem corpúsculos (evidentemente materiais) cujas ações podem ser relacionadas (segundo o Princípio de Leibniz) somente se se admite que êles estão “viajando para o passado”, justamente como se dizia antes. A matemática que demonstra isso é realmente muito árdua e aqui nem podemos nem queremos reduzi-la em termos “vulgarizados”, todavia o lado experimental do problema é totalmente compreensível.

Esses estranhos corpúsculos pertencem a uma outra matéria diferente da matéria usual do nosso mundo, e é a chamada *antimatéria*, a que existe naquêles estranho antitempo. Fôra demonstrado teoricamente por Dirac no caso dos elétrons, e foi estendido por analogia a tôdas as outras partículas “elementares”, que a cada partícula corresponde a sua própria antipartícula caracterizada pelo fato que, se uma partícula vai se chocando contra uma das suas antipartículas (ou vice-versa), elas se destroem, e em lugar delas aparece energia sob a forma de quanta de luz (“quanta gama”). É o fenômeno chamado imprópriamente “aniquilação”, que é frequentíssimo na natureza para os elétrons e os antielétrons ou positrons, mas é muito raro para outras partículas (como foi visto por Sagrè com prótons e antiprótons). A relação dêste fenômeno com o tempo e o antitempo é a seguinte. Na Relatividade se

demonstra que o tempo próprio da luz, a quarta coordenada dela, é imóvel, isto é, não varia, como se para a luz o tempo fôsse sempre-parado no instante inicial (não que o tempo para ela não exista!). Para que isso seja possível é necessário que o tempo da partícula pertencente à matéria e o tempo da partícula pertencente à antimatéria, que se aniquilam gerando raios gama, isto é, Luz, tenham direção contrária, quer dizer tenham sinal diferente, um positivo e outro negativo, de maneira que a soma dêles na aniquilação seja zero. Isso quer dizer que, se a "matéria" viaja para o futuro, a "antimatéria" deve viajar para o ... passado. É somente um modo de dizer que, ainda uma vez, constatamos que o nosso Universo é *um* dos Universos possíveis, e que o futuro vai naquela direção, e não na contrária. Por esta razão não é possível voltar o tempo para trás, a não ser que se encontre a maneira de transformar a matéria em antimatéria.

9) *Unicidade ou pluralidade do futuro?*

Em cada ponto do Universo tudo perturba tudo (tendo em conta as constantes de tempo), de maneira que cada "presente" é a resultante de um grande número de interações, e isso cria uma não simultaneidade, quer dizer um tempo cuja direção é única, a que vai para o futuro. Todavia, podemos fazer a pergunta: o futuro conseguinte a um determinado presente é único ou não é? Se a pergunta é se o "futuro" do nosso passado, isto é, o nosso "presente", é único, a resposta é: sim, é único, pois assim nos diz a experiência, na qual não encontramos traços de muitos "presentes" coexistentes, mas sim um só. Mas se a pergunta quer significar: o futuro que seguirá ao presente de agora é único ou não, então a resposta é: não é, pois a sobreposição de tôdas as interações que atuam no presente de agora poderiam criar um sem número de futuros possíveis. Isto é contido na definição termodinâmica ou entrópica do tempo, onde a direção do tempo é a em que a entropia cresce. Mas a entropia é uma quantidade estatística, portanto ela só pode dar probabilidades, não certeza.

A direção entrópica é sempre "para a frente", mas para frente pode acontecer entre uma gama imensa de "ângulos",

a condição de não voltar para trás, e cada ângulo representa um futuro possível. Desta maneira vemos que a função do presente, daquela mistura de inúmeras interações que é o presente, é a de "escolher" em cada instante qual entre os futuros possíveis será o futuro "existente". E todos os outros futuros? Caem no imenso oceano das coisas que poderiam ter sido, e não foram, sem ser absurdas, mas somente porque "não receberam existência".

10) *Tempo psicológico*

A percepção do tempo em relação com os objetos materiais tem a característica de se apresentar como *uniforme*, tanto que êle é imaginado como uma correnteza de velocidade constante que arrasta tudo consigo, "o rio do tempo", e a imagem desta uniformidade é o movimento uniforme e global dos astros no céu ou no ponteiro do relógio. Em contraposição com esta uniformidade, o tempo percebido em relação à nossa estrutura pessoal nos parece ter velocidades diferentes, segundo as condições em que o percebemos. Há dias ou épocas em que o "nosso" tempo nos parece lento, e outros em que nos parece veloz. Trata-se de um fenômeno de apreciação que pouco ou nada tem a ver com o tempo como constituinte do esquema da natureza material, mas sendo que usamos a mesma palavra para o tempo da matéria e para a apreciação do ritmo dos acontecimentos que nos interessam ou não interessam, temos de introduzir uma terminologia que nos permita de não confundir as duas coisas, e portanto falaremos em *tempo psicológico*, frisando que êle não entra na definição de matéria.

11) *Os "tempos" dos hiperespaços.*

Sabe-se que o "nosso" espaço é um dos espaços possíveis. Entre os espaços possíveis há aqueles nos quais existe mais do que uma dimensão homogênea com o tempo, sempre com a condição (que não diz nada à nossa imaginação) que êsses tempos nos hiperespaços (de mais de que as quatro dimensões do espaço do mundo físico relativístico) têm de ser perpendi-

culares entre si, assim como em relação às outras coordenadas métricas. Aliás, segundo um teorema de M. H. A. Newman, o nosso espaço, o da “nossa” matéria, tem *dois tempos*, entre si perpendiculares (e existem de descrever o nosso mundo material com tôdas as cinco dimensões que então teríamos, isto é, as três dimensões métricas e os dois tempos). (M.H.A. Newman, *Journal of the London Mathem. Society*, 7, 1932, p.92, 272). Todavia não temos nenhuma experiência dêste “segundo” tempo, ou porque não existe (o que não é possível) ou porque êle não varia, como o nosso tempo não varia para a luz, ou, como alguns estão sugerindo, porque êle varia com extrema lentidão. Sôbre êste assunto não acrescentemos mais nada, e sômente queremos frizar que, embaixo desta experiência tão “simples” e tão misteriosa que é o tempo, se escondem alguns dos maiores segredos da natureza.

12) *Observação*

A fenomenologia do tempo é ligada também ao problema Cosmológico e Cosmogônico, que aqui não tratamos por motivos de brevidade, mas talvez seja objeto de outro artigo.

A DINÂMICA DO POVOAMENTO E A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO NO MARANHÃO

Manuel Correia de Andrade

I — *A conquista e o povoamento*

Oficialmente, só no século XVII o Maranhão entrou para a história do Brasil. No primeiro século de vida brasileira êle teve as suas costas perlustradas pelos precursores de Cabral — Alonso de Hojeda, Vicente Pinzon e Diego de Lepe — e por navegadores que se aventuravam pela costa Norte do país, explorando-a ou procurando uma passagem para o Peru.

As tentativas de colonização por ocasião da divisão da América Portuguesa em capitânicas hereditárias fracassaram, o Maranhão permaneceu por mais de um século esquecido, apenas como palco da disputa entre entrélopes e traficantes que comerciavam com os índios, levando para a Europa os produtos tropicais ⁽¹⁾. O vantajoso comércio de pau Brasil era, aí, menos abundante que no Nordeste Oriental, mas ainda encontrado em proporções ponderáveis, ao lado de produtos da região, como o algodão, o ambar, as madeiras, etc. Para êste comércio a que se dedicavam sobretudo os franceses, não necessitaram certamente de fundar colônias. Essas, implicando no êmprêgo de muito trabalho e de capitais vultosos, seriam difficilmente deslocadas para outros lugares quando os recursos

(1) Esta suposição decorre de informações obtidas em Abbeville, Claude d' — em *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão*, pág. 52 — Biblioteca Histórica Brasileira. Livraria Martins Editora — São Paulo. s/d e Lisboa, João Francisco em *Apontamentos, Notícias e Observações para servirem a História do Maranhão*, pág. 72 em *Obras*. 2.º volume — São Luís do Maranhão, 1865.

locais se esgotassem. Além disto, atrairiam a atenção dos portugueses, senhores da terra pelo Tratado de Tordesilhas e, desde a quarta década do século XVI, preocupados em semear de povoações as extensas costas da sua imensa colônia. Até os fins do século XVII — 1600 — porém, era a cidade de Natal o mais setentrional centro de povoamento português na costa do Brasil.

Os franceses negociavam com os índios e obtinham destes os valiosos produtos tropicais em troca de mercadorias cistosas e pouco valiosas da Europa, auferindo grandes lucros. Deixavam na costa uns poucos aventureiros sequiosos de riquezas e de aventuras que aí permaneciam até o regresso da embarcação, aprendendo a língua, os costumes e adquirindo e armazenando as mercadorias que seriam embarcadas na viagem seguinte. Esgotados os recursos das áreas vizinhas àquela feitoria, dirigiam-se a outros pontos ainda pouco explorados. Sabendo da luta que mais cedo ou mais tarde teriam que travar com os portugueses para manter essas terras, trataram os franceses de cortejar e dar bom tratamento aos tupinambás — índios que habitavam a costa maranhense — a fim de contar com os mesmos nessa luta. (2)

Os rendimentos oferecidos pela costa maranhense, o fracasso da colônia fundada por Villegaignon no Rio de Janeiro e o desejo de expansão colonial da França no início do século XVII, levaram os franceses, com apóio do seu Governo, a desejar estabelecer uma colônia na costa setentrional do Brasil e fundar o que chamaram de França Equinocial. Por isto, em 1612, estabelecia-se na ilha do Maranhão, entre a foz do rio Anil e a do Bacanga, uma expedição francesa sob o comando de Daniel de la Touche, Senhor de la Ravardière. Aí, uma frota de três navios transportando cerca de quinhentos homens de mar e guerra (3) se estabeleceu a 12 de agosto e tratou de construir a cidade de São Luís, cujo nome foi escolhido em homenagem ao Rei de França.

(2) Berredo — Anaes Históricas. Tomo I. Terceira Edição, pág. 56. Typographia Barbera. Florença, 1905.

(3) Berredo — Obra citada. Tomo I, pág. 51 e Viveiro, Jeronimo de — História do Comercio do Maranhão, 1612-1895, vol. I pág. 7. Edição da Associação Comercial do Maranhão, São Luís, 1954.

Dando bom tratamento aos indígenas, conseguiram os franceses manter a simpatia e o entendimento já existentes, contando com a colaboração dos mesmos na construção da nova cidade que, inicialmente, não passava de um aglomerado de palhoças.

Ainda prestariam êles inestimáveis serviços aos novos colonizadores, coletando os produtos da floresta para a realização do escambo e, posteriormente, combatendo ao lado dos franceses contra os portugueses. Não se limitaram os franceses, conforme depoimento do próprio D'Abbeville (4), de desenvolver a extração dos produtos da terra como nos primeiros tempos, comerciando o pau brasil, as madeiras, o bálsamo, o ambar e o jaspe verde, mas observaram e incentivaram a agricultura indígena do fumo, do milho, da mandioca, do algodão e da pimenta.

A localização da sede da colônia francesa era a que melhor podia servir aos novos conquistadores. A ilha, embora separada do continente ao Sul por um estreito canal, era mais facilmente defendida do que o próprio continente e se situava no centro de um golfo para onde convergiam as amplas bacias do Itapicuru e do Mearim, esta última acrescida por dois grandes afluentes então desconhecidos, o Grajaú e o Pindaré. Para o Oeste estendia-se a recortada costa que confina com o Pará, em zona muito úmida e cheia de florestas, de onde os franceses certamente esperavam tirar grandes riquezas e a Leste a longa costa arenosa oferecia salinas e campos onde com o aumento da população poderia ser feita a criação de gado.

Pouca duração teve, porém, a França Equinocial; a civilização portuguesa plantada em Olinda por Duarte Coelho, se desenvolvia de tal forma e apresentava tanta capacidade de expansão que a partir de 1850, vencera os índios e expulsara os traficantes franceses da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará e em 1615 se via em condições de expulsar também os franceses do Maranhão. Assim, em uma memorável arrancada para o Norte, os habitantes de Pernambuco, auxiliados por fôrças do Reino, conseguiram, em menos de 35 anos, prática-

(4) Berredo — Obra citada — págs. 161 e 162.

mente conquistar e integrar na civilização portuguesa toda a costa setentrional do Brasil (5). Essa expansão tanto animou o Governo Português que em 1621 êle separava a costa Norte do resto da colônia, passando a mesma a formar o Estado do Maranhão e Grão Pará e a terna pequena cidade fundada pelos franceses a sua capital.

Conquistado o Maranhão, tratou D. Alexandre de Moura de organizar a conquista, entregando o governo da mesma a Jerônimo de Albuquerque que aliava ao fato de ser um valeroso capitão, a sua qualidade de mameluco, podendo, assim, não só se fazer respeitar, como também melhor compreender os indígenas que necessitavam ser pacificados. A metrópole tratou de enviar levas de colonos que deveriam explorar as terras reconquistadas, com a finalidade de exportar produtos tropicais para a Europa. A essa altura, outra não podia ser a preocupação dos colonizadores europeus que esperavam encontrar solos muito férteis, impressionados que estavam com a punjança da floresta equatorial, e mão de obra abundante que pudesse ser posta a trabalhar para carregar as náus que levariam à Europa as riquezas produzidas.

A nova colônia, porém, não prosperou rapidamente; as dificuldades de comunicações com a Europa eram grandes devido à direção dos ventos e das correntes marítimas; além disso, a produção dos primeiros tempos era pequena. Na realidade, a escravização do indígena a que dedicaram os portugueses, levando a guerra sem piedade às aldeias nativas, reduzindo os mesmos aos duros trabalhos do campo, levou os selvagens a reagir, a lutar defendendo as suas terras e a sua liberdade. Essas lutas se desenrolaram por mais de um século e ainda em 1720 os indígenas chegavam a fazer incursões na própria ilha pondo mesmo em perigo a capital. A caça ao índio e a luta com o mesmo tornaram-se uma constante na vida do maranhense, sendo o aprisionamento do gentio um grande negócio, sendo o mesmo usado tanto nas lavouras da Capitania como exportado para outras mais prósperas, como Pernambuco. Assim, quando os holandeses conquistaram esta capitania encontraram os canaviais

(5) Andrade, Manuel Correia de — A Economia Pernambucana no Século XVI págs. 63 e 64. Arquivo Público Estadual. Recife, 1962.

aí existentes trabalhados por três classes de escravos: os índios locais, os negros africanos e os índios do Maranhão (6). Talvez a necessidade de braços para a lavoura canavieira tenha levado os batavos a expandir a sua conquista pelo Ceará e Maranhão, onde tiveram domínio efêmero.

Essa luta possibilitou a formação de entradas que se distanciavam da costa a procura do gentio, realizando o devassamento do interior, porém dificultou naturalmente a progressão do povoamento. Na realidade, o entradista distanciava-se da costa, preava o índio e a ela retornava para vender a sua mercadoria, deixando o Sertão despovoado. O agricultor ou o criador de gado, por sua vez, procurava ficar próximo à costa, não se distanciando da mesma ou do trecho navegado dos rios, a fim de conseguir evacuar facilmente a sua produção e também temendo os frequentes ataques dos indígenas. Por isto, um século após a conquista, como testemunha ativo viajante (7), o povoamento se estendia apenas em tórno das bacias de São Marcos e de São José, ocupando a ilha do Maranhão, espraiando-se pelo continente ao Nordeste, onde se situava a vila de Alcântara, nos baixos cursos do Grajaú, do Pindaré e do Mearim, onde havia fazendas de gado, e ainda nas várzeas da baixada do Itapicum e Munim, em cuja foz se erguia a vila de Icatu. Era um modesto povoamento para um século de colonização.

Entre as principais atividades econômicas destacavam-se a cultura da cana destinada à fabricação do açúcar e da aguardente. Para isto existiam, então, dois engenhos e seis "molinetes" de aguardente na ilha, seis em Alcântara, três no Mearim, seis no Itapicuru, três no Munim e dois no Gurupi. Assim, havia na Capitania cerca de vinte engenhos, destacando-se o vale do Itapicuru e a região do Alcântara como prin-

(6) van der Dussen, Adrien — Relatório sobre as Capitánias conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639), pág. 91. Edição do Instituto do Açúcar e do Alcool — Rio de Janeiro, 1947. Ver também Andrade, Manuel Correia de — em A Terra e o Homem no Nordeste, pág. 64. Editora Brasiliense, São Paulo, 1963.

(7) Heriarto, Maurício de — Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corujá e o rio das Amazonas, pág. 10. Imprensa do filho de Carlos Gerold, Viena d'Austria, 1874.

cipais centros produtores. Todo o Estado tinha nesse ano, segundo Berredo (8), cêrca de 1378 vizinhos. Ao lado da atividade canavieira destaca-se a pecuária bovina na baixada em tôrno do golfão, a cultura do fumo na ilha, havendo também abundância de frutas, de mantimentos de madeiras de qualidade.

O grande problema com que se defrontava a população era o indígena que infestava tôda a área e lutava com os colonizadores, tirando-lhes muitas vêzes a vida e destruindo as propriedades. Estes, por sua vez, impiedosos, faziam constantes guerras aos selvagens, capturando-os para escravizá-los. Em verdade, prear índios era o negócio mais rendoso na Capitania, de vez que, organizando estradas, prendendo índios nas selvas e trazendo-os para o litoral, não dispendiam de grandes cabedais e vendendo-os aos agricultores até a trinta mil reis por cabeça, proporcionava-lhes um lucro às vêzes de 1.000% (9)

A captura do índio provocaria na primeira metade do século XVIII, em uma comunidade formada por pequena população e meio isolada — era pequeno o número de navios que aportava ao Maranhão em cada ano — uma séria luta entre colonos e jesuítas. Os primeiros não podiam comprar escravos pois, produzindo artigos a serem consumidos na própria região, devido às dificuldades de exportação, não dispunham de moedas e usavam certos produtos vegetais — o algodão e o cacau, por exemplo — como unidade de valor.

Se não escravizassem os índios não dispunham de braços para o trabalho. Os jesuítas, porém, consideravam as entradas prejudiciais à catequese, uma vez que utilizavam o indígena no trabalho de suas terras e essas entradas iriam privá-los dos braços que garantiam a manutenção e o desenvolvimento dos trabalhos da Companhia no Norte do Brasil. (10)

Para incrementar a exportação dos produtos do Maranhão e atender às reclamações dos moradores de que os navios da

(8) Viveiros, Jeronimo de — Obra citada, pág. 63.

(9) Viveiros, Jerônimo de Obra citada, pág. 27.

(10) Azevedo, João Lúcio de — O Marques de Pombal e sua época, pág. 152 e segs. Livraria Clássica Editora, Lisboa 1909, e Viveiros, Jeronimo de — Obra citada, págs. 45 e segs.

Metrópole demoravam a aí aparecer, o Govêrno português criou a Companhia de Comércio com a finalidade de organizar frota que fôssem ao Maranhão e ao Pará levando mercadorias da Metrôpole e trouxessem para esta as da Colônia. Ao lado do contrôle do comércio do Maranhão, cabia à Companhia, nos vinte anos em que devia operar, introduzir 10.000 africanos, contribuindo, assim, para substituir o braço indígena pelo do negro. Os preços pagos pela Companhia monopolista pelos produtos da terra eram baixos, enquanto os cobrados pelos produtos que vendiam eram elevados, contribuindo para empobrecer ainda mais a população. Ao mesmo tempo, a prepotência com que agiam os agentes da Companhia, aliados aos Governadores, levavam os colonos à miséria, à insegurança e à revolta, provocando em fevereiro de 1684 (11), o levante chefiado por Manuel Bequimão.

2 -- O desenvolvimento da agricultura

No século XVIII completa transformação se processaria na economia maranhense com a organização dada ao mundo português pelo Marquês de Pombal. Compreendendo as possibilidades econômicas do Norte do Brasil e desejando dinamizar a exploração da mesma, colocou no Govêrno do Estado do Grão Pará e Maranhão o seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado e criou uma Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão em 1756. A posterior expulsão dos jesuítas tirava aos índios a proteção que dêsses recebia e afastava dos colonos os seus mais temíveis inimigos.

Para a Colônia a nova Companhia foi de grande utilidade, de vez que passou a oferecer transporte para a Europa e possibilitou a exportação dos produtos da terra. A introdução de escravos negros iria permitir que as culturas de algodão, de arroz e, posteriormente, de cana de açúcar, ocupassem as terras férteis mais próximas dos grandes rios e viessem competir na economia maranhense com a pecuária e a indústria extrativa.

(11) Amaral, Prof. J. Ribeiro do — Ephemerides Maranhenses 1a. parte (1499-1823) Typogravura Teixeira, Maranhão, 1923.

Para organizar a economia maranhense de forma produtiva, procurou a Companhia, através do seu administrador José Vieira da Silva, tomar uma série de medidas de grande importância como: introdução de escravos africanos e fornecimento de crédito aos colonos não só para a aquisição destes como para estabelecimento de campos de cultura, introdução de sementes de arroz e algodão de melhor qualidade a fim de obter um aumento quantitativo e qualitativo da produção; organização de uma criteriosa política de preços para a aquisição dos produtos da terra e venda dos produtos europeus e o estabelecimento de um sistema de navegação para o Reino que permitisse a exportação no tempo oportuno dos produtos da terra.

Essa organização se dava quando a Europa começava a interessar-se na aquisição do algodão que iria competir com outras fibras na fabricação de tecidos e cujo mercado se expandiria cada vez mais com a revolução industrial. A expansão da cultura e o aumento da produção do algodão e do arroz teriam consequências que marcariam consideravelmente o Maranhão tornando-o nas últimas décadas do período colonial, uma das áreas mais prósperas e ricas da América Portuguesa. Assim, ao chegar a Independência, a área de povoamento se expandia alcançando o alto Itapicuru, onde o povoamento do Norte alcançou o do Sul, oriundo da Bahia, o baixo Pindaré, onde se fundaram duas vilas — Viana e Monção — enquanto no litoral surgiam vilas como Guimarães. (12)

A área ocupada era enorme, se comparada com a população, pois a sede de novas terras era uma das características da agricultura maranhense desde os primeiros tempos e já no início do século passado os estudiosos que escreveram sobre o Estado salientavam (13) que a atividade agrícola era extremamente predatória. O agricultor queimava a mata e fazia a

(12) Gama, Bernardo José da — Informação sobre a Capitania do Maranhão dada em 1813 — pág. 10. Imprensa do filho de Carlos Gerold, Vienna d'Austria, 1872.

(13) Gama, Bernardo José da — Obra citada pág. 17 e Lago, Antônio Bernardino Pereira do — Estatística Histórico-Geográfica da Província do Maranhão — pág. 20 Typ. da Academia Real das Sciencias. Lisboa, 1822.

roça; após a colheita não voltava a cultivar a área desmatada, nem estabelecia aí outra forma de exploração econômica condizente com as condições naturais, como a pecuária. Simplesmente abandonava o roçado à capoeira e ao babaçual que logo se expandiam e tratava de avançar, derrubar novo trecho da floresta e fazer novo plantio. Por isso, já em 1813, Bernardo José da Gama clamava contra o sistema, sem compreender que este era determinado pelas condições edáficas e lastimava que as áreas em torno às povoações estivessem abandonadas e que os campos de cultura se localizassem a grande distância, às vezes a mais de cem léguas da Capital.

A composição étnica também sofreria uma ponderável modificação. Aos grupos brancos e indígenas se juntaria o negro que iria com eles se mesclar largamente, expandindo-se sobretudo no vale do Itapicuru que por ter clima menos úmido seria aquele onde se desenvolveria a cultura do algodão atraindo, conseqüentemente, a mão de obra. O fato marcou tanto a região que "o algodão apesar de branco, tornou preto o Maranhão". (14)

A economia maranhense que se mantivera até a primeira metade do século XVIII dedicada ao auto-abastecimento e onde, até então, havia uma quase ausência da moeda, voltou-se para o mercado externo e em poucos anos tornou-se famosa por suas exportações de algodão e de arroz. A vez do açúcar só chegaria após a independência.

A quantidade de dinheiro que passou a penetrar no Maranhão crescia de ano para ano, de vez que iniciada a exportação do algodão pela Companhia em 1769, com apenas 130 sacas, viu essa quantidade crescer de ano para ano, até atingir 29.799 sacas em 1800 quando era, depois de Pernambuco, o maior exportador de algodão da América Portuguesa. O arroz, embora tivesse sempre uma contribuição muito menos valiosa que o algodão, teve também um crescimento espantoso após a introdução de sementes da Carolina e a instalação de fábricas de beneficiamento, a ponto de sua exportação ter sido iniciada, provavelmente, em 1766 com 2.847 arrobas e ascender a 102.944 arrobas oito anos depois, em 1774, para

(14) Prado Júnior, Caio — História Econômica do Brasil, pág. 84, 4a. edição, Editora Brasiliense Limitada. S. Paulo 1956.

alcançar 360.000 arrobas no último ano da atuação da Companhia (1777).

O couro seria a terceira riqueza do Maranhão no século XVIII e a sua exportação subiu de 21.810 peles em 1760 para 31.625 em 1767, decaindo daí em diante a ponto de resumir-se em 1771 a apenas 11.460 peles. A participação do couro no desenvolvimento do comércio maranhense foi consequência direta do estabelecimento de comunicações entre o Norte do Maranhão, povoado em virtude da luta com os franceses, e o Sul, desbravado e ocupado por vaqueiros baianos. E se a facilidade de comunicações não redundou numa completa captura do Sul, que continuou a enviar seu gado para a Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, pelo Norte, fêz pelo menos com que parte do gado descesse pelo rio Parnaíba para a cidade dêste nome e para São Luís através das estradas que seguiam os rios Itapicuru e Grajaú-Mearim, esta aberta no século XIX por Bernardo José da Gama (15).

Na realidade, o Sul era um outro Maranhão pelas suas condições naturais, pelo seu povoamento e pelas atividades econômicas dominantes. Assim, enquanto o povoamento se processava vagarosamente no litoral, o Sul era atingido no início do sé-giu e transpôs o São Francisco povoando os sertões do Piauí. vagarosamente no litoral, o Sul era atingido no início do século (16) pela corrente de povoadores que tangendo gado, atingiu e transpôs o São Francisco povoando os sertões do Piauí. Após a conquista dêste Estado, transpuzeram o Parnaíba e ocuparam as pastagens que se estendiam em sua margem esquerda, onde fundaram Pastos Bons. Êsse trecho, porém, se manteria por muito tempo ligado a Bahia para onde remetia o gado e vivia no maior isolamento aquela "civilização do couro" de que fala Capistrano de Abreu. Só quando apareceram as "oficinas" de fabricação de carne sêca, trazendo grandes vantagens aos criadores de gado da região, que abate-ndo os animais, ganhavam muitas arrobas de carne perdi-

(15) Gama Bernardo José da — Obra citada, págs. 16-17.

(16) Marques, Cesar Augusto — Dicionário Histórico-Geográfico da Provincia do Maranhão, pág. 440, Typ. do Frias. Maranhão, 1870.

das nas longas caminhadas, é que foram abertas as comunicações entre essa área e a foz do Parnaíba. As primeiras charqueadas foram fundadas em 1770 pelo negociante João Paulo Diniz na margem do Parnaíba, a 80 léguas da foz, onde o gado do Sertão maranhense e piauiense era abatido e transformado em carne sêca que descia o rio em embarcações até a vila de São João da Barra na foz, de onde era remetida para os principais centros produtores. (17) Essa indústria seria pouco a pouco liquidada pelas sêcas periódicas que dizimavam o rebanho nordestino e que terminariam por extinguí-la completamente nos últimos anos do século XVIII. (18)

O século XIX iniciou-se em próspera situação econômica, situação que aumentou consideravelmente após 1808, quando o príncipe Regente, fugindo a Napoleão, estabeleceu-se no Rio de Janeiro abriu os portos do Brasil às nações amigas. Foi nessa época que o surto algodoeiro tomou maiores proporções e o Maranhão atraiu a atenção dos ingleses, apesar de ser êsse produto inferior ao pernambucano. Após o tratado de 1810 que estabelecia uma série de privilégios em favor dos súditos britânicos, privilégios que eram até prejudiciais aos portugueses, estabeleceu-se uma importante colônia inglesa em São Luís dedicada ao comércio do algodão.

Êsse comércio com a Europa e a presença de europeus em São Luís fizeram com que os habitantes da terra fôssem assimilando hábitos de luxo e de conforto e, dispondo de capitais, passassem a importar mercadorias européias que no século XVIII não chegavam a São Luís. Como ocorreu em todo o Brasil, a abertura dos portos aumentou consideravelmente a exportação, elevou o preço dos produtos da terra e deu um certo alento à economia brasileira, mas em compensação, aumentou muito as despesas com importação.

O enriquecimento atingiria, porém, apenas as classes privilegiadas, os comerciantes e proprietários de terra, ao mes-

(17) Roteiro do Maranhão a Goiás. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXII, Parte I, pág. 64. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro 1900.

(18) Girão, Raimundo — Pequena História do Ceará, pág. 97. Editora A. Batista Fontenele. Fortaleza, 1953.

mo tempo que aumentava a população escrava e de pessoas livres e pobres que praticamente não participavam da distribuição das rendas da capitania. Na própria cidade de São Luís, os desníveis sociais eram muito acentuados (19) e no interior era considerável a população escrava. Os escravos viviam em fazendas, alimentando-se principalmente de arroz e recebendo um tratamento tão rigoroso que em Pernambuco costumava-se vender para o Maranhão os negros incorrigíveis. Chegava a constituir uma ameaça muito temida pelos escravos nos canaviais pernambucanos, a de exportá-los para o Maranhão ou Pará. (20) Daí a formação desde o século XVIII, de quilombos, aí chamados "mucambos". Mucambos que se localizavam sempre na porção Oeste, na área de floresta equatorial — Turiaçu, Viana, Pinheiro, Alcantara, Guimarães, Maracassumé — onde os negros, julgavam-se protegidos pela floresta em que se embrenhavam, pois tornava-se mais difícil aos capitães de mato encontrá-los e destruí-los. (21)

Na realidade, as diferenças sociais e econômicas existentes entre as camadas mais ricas e mais pobres e as facilidades de aquisição de alimentos em uma área de floresta onde abundava a caça, a pesca e produtos alimentícios vegetais, formaram na plebe maranhense um espírito de independência que possibilitou a sua participação nas lutas pela independência, contrariando os interesses dos altos comerciantes de São Luís (22) e que realizasse dez anos depois a epopéia da Balaiada.

3 — *A independência e a economia maranhense no século XIX e no início do século XX.*

Os historiadores são unânimes em salientar o desenvolvimento que ocorreu no Maranhão na segunda metade do século XVIII e no início do século XIX, graças à ação da Companhia

(19) Gama, Bernardo José da — Obra citada, pág. 13.

(20) Koster, Henry — Viagens ao Nordeste do Brasil, pág. 526. Coleção Brasileira. Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1942.

(21) Viveiros, Jerônimo de — Obra citada, pág. 88.

(22) Quase todos os autores que estudaram a guerra da Independência no Maranhão assim pensam. Astolfo Sena em A Balaiada, afirma textualmente o caráter popular desta luta à pág. 123.

criada por Pombal, mas não salientam, baseados em depósitos de contemporâneos, que quase toda a renda advinda deste desenvolvimento ficava concentrada em mãos de uma minoria insignificante. O progresso consistiu apenas numa ampliação da área cultivada, num aumento de população e de produção de certos artigos tropicais, o algodão e o arroz, sobretudo. Em função disto, apenas uma minoria de comerciantes — ingleses e portugueses, sobretudo, — estabelecidos em São Luís e em Caxias e um pequeno grupo de grandes proprietários se beneficiariam do lucro advindo do crescimento da exportação e poderiam elevar o nível de vida, melhorar as condições de conforto e enviar filhos a estudar na Europa.

Garcia d'Abranches, o Censor, que viveu no Maranhão no período das lutas da Independência nos dá num dos seus estudos uma idéia da situação econômica do Maranhão num quadro bastante elucidativo.

QUADRO N.º I

Exportação de algodão e arroz do Maranhão de 1783 a 1820

EXPORTANAÇÃO (ANO)	S A C O S	
	ARROZ	ALGODÃO
1783	41.129	12.439
1788	78.358	16.377
1812	67.020	40.570
1815	70.915	50.757
1817	56.383	71.132
1820	64.736	66.613

FONTES: Espelho Crítico — Político da Província do Maranhão por um habitante da mesma província — 1822.

Observa-se, assim, que enquanto a produção de arroz que esteve em ascensão na segunda metade do século XVIII, decaiu e depois estacionou nas duas primeiras décadas do século XIX, a de algodão continuava em grande ascensão no período que precedeu à independência. Para manter este ritmo de crescimento não foram suficientes os escravos existentes na Província e entravam anualmente pelo porto de São Luís milhares de cativos africanos. Só nos oito anos que vão de 1812 a 1820, o Maranhão importou 36.456 escravos ⁽²³⁾ o que corresponde a uma média de 4.500 por ano. A esta situação de opulência e de crescimento econômico, correspondia um instável equilíbrio social, e desta instabilidade sérios problemas surgiriam para a Província. O comércio de São Luís oprimia os lavradores mais pobres, vendendo, desde a extinção da Companhia, escravos por preços elevados e juros altos. Os lavradores endividados, carentes de crédito se sujeitavam a pagar juros de dois, três e até quatro por cento ao mês, ⁽²⁴⁾ que eram elevados demais para os lucros de suas plantações. Os escravos levavam uma vida miserável, sub-alimentados sujeitos a um trabalho perigoso, pois ao desbravarem as matas eram muitas vezes mordidos por cobras venenosas e vítimas de esmagamento por árvores derrubadas, e quase sempre submetidos à sanha dos feitores, de vez que os proprietários viviam distante, na cidade ou nas vilas. Grande era a quantidade de homens livres que viviam em choupanas, semi-nús, alimentando-se graças à riqueza da região, com animais silvestre e com peixes. Muitos, em certas ocasiões, participavam de bandos armados que ameaçavam a segurança das fazendas e sítios. ⁽²⁵⁾ Criminosos foragidos da justiça e índios armados, faziam, às vezes, correrias pelo sertão, pondo em pânico as fazendas e vilas que para se defenderem necessitavam permanecer garantidos por gente armada. Havia, assim, no interior, uma enorme parcela da

(23) Abranches, Dunshee de — aGrcia de Abranches, o Censor (O Maranhão em 1822) pág. 113. Typographia Brazil de Rothschild & Co. São Paulo, 1922.

(24) Abranches, Dunshee de — Obra citada, pág. 118.

(25) Abranches, Dunshee de — Obra citada, págs. 126 e 127.

população vivendo miseravelmente, sem perspectiva de melhoria das condições de vida, a espera de qualquer movimento em que se engajar.

Foi então que D. Pedro I proclamou a Independência do Brasil. Os portugueses que controlavam o comércio de São Luís e de Caxias, então os principais centros da Província, permaneceram fiéis às Cortes de Lisboa, considerando o jovem Príncipe um traidor. Quando, porém, o movimento favorável à Independência se alastrou pelo Nordeste e, vitorioso no Ceará, provocou a invasão do Piauí e do Maranhão por revolucionários cearenses, encontrou a maior simpatia da população do interior. Grandes proprietários radicados no interior como Salvador Cardoso de Oliveira e homens do povo como o creoulo João Bunda ⁽²⁶⁾ e Militão Bandeira de Barros, aderiram à nova causa. O apêlo popular à causa da Independência foi o mais decisivo e os composeses rudes desceram dos sertões ocupando sítios, fazendas e vilas por toda a área oriental da província. ⁽²⁷⁾ O Major Fidié que abandonando o Piauí se estabeleceu em Caxias, ficou aí situado, enquanto os rebeldes desciam o vale do Itapicuru e punham em perigo a própria ilha. ⁽²⁸⁾ Quando o Almirante Lord Cockrane em julho de 1823 se apresentou em frente a São Luís e intimou a Junta do Governo a aderir à causa da Independência, já os rebeldes eram senhores de quase todo o território maranhense a exceção apenas de São Luís, Alcântara e Guimarães. Em São Luís já houvera distúrbios, lutas entre partidários do Príncipe D. Pedro e partidários das Côrtes.

A adesão da Junta à nova ordem e a influência das classes ricas fizeram que com a Independência nenhuma modificação fôsse feita na estrutura econômico-social. O Brasil era, agora, um Império independente, mas a situação das classes menos favorecidas não mudara; apenas as ordens vinham do Rio de Ja-

(26) Ribeiro do Amaral, Prof. J. — Ephemerides Maranhenses — 1a. parte (1499-1823), pág. 137. Typogravura Teixeira. Maranhão, 1925.

(27) Serra, Astolfo — A Balaiada, pág. 124. Biblioteca Militar, Bedeschi, Rio de Janeiro, 1946.

(28) Vieira da Silva, Dr. Luís Antônio — Historia da Independencia da Província do Maranhão (1822-1828) Typografia do Progresso. São Luís, 1826.

neiro em substituição às de Lisboa. Até os executores das ordens, os governantes, eram, no Maranhão, os mesmos. A luta política entre absolutistas e liberais era travada pela imprensa, dela participando apenas as classes mais favorecidas, pouco influindo para os mais pobres quem estivesse no poder. Para as classes menos favorecidas a revolução fôra um lôgro, a sua situação não mudara. O espírito de luta, porém, permaneceu latente, pronto a fazer eclodir no momento favorável uma revolução de maiores proporções.

Este momento surgiu no período Regencial, quando a Abdicação do Imperador e as lutas políticas na Côrte enfraqueceram o poder central. Houve, então, em todo o país, uma série de revoluções com grande penetração popular, nas quais os habitantes do interior procuraram conquistar o poder. Parecia que o Brasil procurava se encontrar a si mesmo. Esse sentimento empolgou todo o país e tivemos a Cabanagem no Pará, a Balaiada, no Maranhão, a Guerra dos Cabanos em Pernambuco e Alagoas, a Sabinada na Bahia e a Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul. Foram revoltas que duraram, algumas delas, vários anos, conflagraram áreas imensas que se ligaram a vários motins de menor expressão e puzeram em perigo a estabilidade do Império e a unidade nacional, mas que, salvo as duas últimas, não conseguiram grande atenção por parte dos nossos historiadores.

A Balaiada, apontada por muitos dos que sôbre ela escreveram como uma explosão de banditismo, devido à origem humilde de seus chefes e aos excessos que êles cometeram, foi, na realidade, um dos mais expressivos movimentos populares realizados neste país. (29) Para ela confluíram várias correntes de revoltados, como os negros escravos que formavam os "mucambos" liderados pelo preto Cosme, uma grande malta de perseguidos e injustiçados do médio curso do Itapicuru, liderados pelo pobre fabricante de cestos, Manuel Francisco Ferreira dos Anjos, cognominado "o Balaio" e o mestiço piauiense Raimundo Gomes que, como vaqueiro, tangendo gado, percorrera grande parte da região que posteriormente conflagrara. A êles

se juntaria um homem abastado, mas que mantinha contacto com as massas e que desceu de Pastos Bons com mais de 600 homens — Lívio Lopes. Êsses homens não tinham conhecimento necessário à organização de um govêrno nas áreas que ocupavam, não foram capazes de dar uma disciplina rígida e uma organização militar às fôrças que mobilizaram e não chegaram nem mesmo a se unir formando uma frente única que pudesse enfrentar as organizadas fôrças do Império. Sem apôio dos liberais de São Luís que temiam a liderança popular da mesma, não chegaram a ocupar a Capital e a formar um govêrno como os Cabanos fizeram no Pará. Conseguiram, porém, dominar grandes áreas da Província por meio período superior a 3 anos, ocupar centros importantes como Caxias, destruir fazendas e plantações e só cessaram de amedrontar os senhores do Maranhão quando veio da Côrte o General Lima e Silva que com a sua energia e habilidade os derrotou. Cometeram uma série enorme de crimes e de barbaridades como que a vingar os crimes e as barbaridades que eram há séculos contra êles cometidos.

A luta armada, o egoísmo desenfreado dos altos comerciantes e grandes proprietários e a ignorância generalizada, fizeram decair também aquela prosperidade parcial de que o Maranhão gozara a partir da segunda metade do século XVIII. O algodão e o arroz continuaram a ser cultivados por processos antiquados, a ser industrializados em péssimas condições e a exigir cada vez mais terras de matas virgens e braços negros. O latifúndio e a escravidão continuaram a ser uma constante na economia agrícola do Maranhão e ao grande proprietário interessava apenas uma grande produção e não uma elevada produtividade para manter elevadas as suas rendas.

Um governador inteligente e desejoso de salvar a economia da Província ainda muito abalada pelos eventos da Balaiada — Joaquim Franco de Sá — achou que uma das soluções para o problema maranhense era fazer ressurgir a cultura da cana de açúcar que florescera no início da colonização, mas que com a Companhia Geral de Comércio quase desapareceram, ante o crescimento da produção de algodão e de arroz. Para isto, introduziu sementes importadas de Caiena, estabeleceu o pagamento de sobretaxas para o açúcar importado de outras pro-

(29) Serra, Astolfo — Obra citada, págs. 135 e segs.

víncias, fêz propaganda em favor da introdução da máquina a vapor nos engenhos, em substituição às de tração animal e estabeleceu prêmios para os que obtivessem maior produção. A propaganda deu resultado e numerosos fazendeiros instalaram engenhos, sobretudo no vale do Pindaré, na região onde o clima era mais úmido. Formou-se, assim, uma nova classe de senhores rurais, ricos e perdulários, no dizer de Jerônimo de Viveiros (30) que viviam como potentados, cercados de escravos em suas propriedades, delas só se afastando na estação chuvosa que passavam em São Luís ou em Alcântara. Em 1860, já existiam no Maranhão 410 engenhos, dos quais 284 movidos a vapor.

Um depoimento de 1875 (31) informa que as principais culturas eram o algodão, a mandioca, a cana, o arroz e o milho. O algodão era cultivado sobretudo no vale do Itapicuru e na baixada do litoral Ocidental, mas a sua cultura era feita por processos antiquados e sua produção estacionara de tal forma que nem os elevados preços obtidos durante a Guerra de Secessão provocaram um aumento da produção, ao contrário do que ocorrera em outras áreas do Brasil. Três eram os tipos de algodão cultivados: o arbustivo que produzia durante três anos, dando fibras longas de maior valor; o herbáceo, de ciclo vegetativo curto, mas que produzia duas safras em um ano, fornecendo uma fibra curta e de menor valor comercial e o algoduí, mais ordinário, de fibra feia e de cor amarela, que não concorria no mercado externo, sendo utilizado na confecção de rês e de tecidos de uso doméstico. A industrialização estava bastante atrasada de vez que o descaroçamento era feito principalmente pelo processo de *engenhos de serra* que cortavam e esfarrapavam o algodão na ocasião em que extraíam a semente. A sua grande vantagem era ser uma cultura que requeria pequeno número de braços, sendo em consequência mais barata do que a cana de açúcar.

Esta ocupava já o segundo lugar entre os produtos agrí-

(30) Obra citada, págs. 201 e segs.

(31) Rego, Fabio Hostilio de Moraes — Breve Notícia sobre a Província do Maranhão. Exposição Nacional. Typographia da Reforma. Rio de Janeiro, 1875.

colas da Província e crescera de tal forma que ascendera de 417 arrobas em 1821, para 100.000 em 1858 e 460.000 em 1875. O Maranhão só retirava da cana e exportava o açúcar bruto, mas essa atividade tinha tanta importância e se desenvolveu tanto que no último decênio do século passado lá foi construído o Engenho Central São João — onde hoje existe a cidade de Pindaré-Mirim — que foi um dos mais importantes do país. Para este Engenho Central foi construído um grande galpão com chaminé de 100 pés de altura na margem do rio Pindaré, em trecho navegável, e aí instaladas novas máquinas inglesas. As moendas poderiam esmagar 250 toneladas de cana por dia e a matéria prima era a ela trazida por estrada de ferro com 12 quilômetros de extensão, a qual ligava a atual cidade de Pindaré-Mirim ao bairro de Santa Inês. Foi inaugurada a 16 de agosto de 1885, no mesmo ano em que se instalariam os primeiros engenhos centrais de Pernambuco. Foi efêmera, porém, a vida da nova indústria devido aos grandes débitos assumidos durante a montagem da fábrica, aos desentendimentos havidos com os plantadores de cana em consequência do estabelecimento do preço da matéria prima e ao esgotamento dos solos que forçava os canaviais a se afastarem cada vez mais da estrada de ferro, encarecendo o frete pago pela cana. Em 1891, depois de tornar-se insolvente, a fábrica encerrou o seu funcionamento e suas máquinas foram vendidas. (32)

O arroz, cultivado em 1875 em centros distantes, já não pesava quase na exportação devido o encarecimento provocado pelo transporte. Abastecia o mercado provincial e era a alimentação básica dos escravos, de vez que na opinião dos senhores, êle dispensava a carne da dieta dos negros.

A mandioca era cultivada em toda a Província, mas utilizada apenas nos locais de produção sob a forma de farinha seca, de farinha d'água, de tapioca, de polvilho, prestando-se ainda para a fabricação de uma bebida alcoólica, a *tiquira*, muito popular no vale do Munim.

Passara, assim, aquela fase de opulência dos fins do período colonial. O aprovisionamento em escravos cessara desde

(32) Viveiros, Jeronimo de — Obra citada págs. 517 à 552.

1850, quando o tráfico foi abolido e a decadência da lavoura fez com que muitos fazendeiros vendessem seus negros por alto preço para o Rio de Janeiro e São Paulo onde a lavoura cafeeira estava sempre sequiosa de braços. Caminhava o Maranhão para a decadência, ao mesmo tempo em que o Centro-Sul se desenvolvia, se enriquecia com a cultura do café.

A abolição da escravatura veio criar um forte impacto sobre a economia maranhense, de vez que os proprietários não haviam se preparado para ela. Escrevendo sobre o problema do trabalho livre e do trabalho escravo em 1888, no ano portanto em que a abolição foi feita, o escritor Dunshee de Abanches salientava ⁽³³⁾ a falta de preparação das classes patronais para a nova forma de relações de trabalho e lastimava não ter ela se preparado para a mesma quando, desde 1850, tudo indicava que a escravidão tendia a ser extinta. Nem a lei do Ventre-livre em 1871, nem a dos Sexagenários em 1884, levaram os proprietários a procurar uma solução fora da escravidão. E eis que vendendo para o Sul os seus escravos, justamente os melhores, aqueles que obteriam maior preço, iam desfalcando a Província de braços e agravando cada vez mais as condições da lavoura.

Quando a Lei Áurea foi promulgada, já a situação da Lavoura era crítica. Os preços do algodão que haviam obtido níveis astronômicos durante a Guerra de Secessão, caíram após a conclusão desta com a reconstituição das plantações do Sul dos Estados Unidos. Esta queda se acentuou na nona década do século XIX, quando o algodão egípcio, de fibra longa, penetrou no mercado europeu, acarretando dificuldades tremendas para os produtores brasileiros e provocando o aparecimento no país de várias fábricas de tecidos. Procurava-se, assim abastecer o mercado interno de tecidos já que o externo refugava e dava baixa cotação ao nosso algodão de inferior qualidade. Nessa ocasião também caía o preço do açúcar e sendo a cana um vegetal de ciclo vegetativo longo — geralmente 18 meses — requeria para a cultura um maior número de braços.

(33) Transformação do Trabalho, págs. 12. Maranhão, 1888.

A baixa dos preços e a abolição, colocaram muitos proprietários, acostumados a um alto padrão de vida e endividados, em situação de desespero. Procuraram se desfazer dos seus engenhos, enquanto os ex-escravos debandavam para as áreas onde havia caça e pesca em abundância ou se fixavam em pontos onde pudessem fazer uma mísera lavoura de subsistência. Grandes áreas, sobretudo na região mais úmida onde a pecuária era contra indicada, entravam em rápido declínio dando margem à agravação da espantosa decadência de certos centros como Alcântara, que expõe de maneira chocante em suas ruínas o testemunho de um passado de esplendor.

O pouco dinheiro obtido com a venda das propriedades era quase sempre empregado pelos vendedores na aquisição de ações de sociedades anônimas que se organizavam em São Luís, visando à fundação de indústrias. Essas, organizadas sem qualquer planejamento nem sempre tiveram vida longa. Muitas faliram antes das fábricas começarem a funcionar, outras funcionaram alguns anos para, endividadas, encerrarem as suas atividades e só algumas delas chegarem aos nossos dias. ⁽³⁴⁾

A decadência do Estado, porém, continuou a acentuar-se a ponto de ser confessada pelos escritores maranhenses da primeira década deste século. Ao comemorar-se o primeiro século da Independência do Brasil, voltavam os maranhenses as suas esperanças para a exportação de um novo produto, o babaçu nativo e abundante no Estado, mas que só a partir de 1916, passou a ter colocação no mercado internacional. O algodão ainda continuava a ser a principal fonte de riqueza do Estado, embora a sua cultura fosse feita por processos primitivos, sob a forma de pequena lavoura — ao contrário do que ocorrera nos tempos aureos da escravidão — e o descaramento estragasse a fibra, provocando a sua desvalorização. ⁽³⁵⁾ Apesar disto, grande parte da produção era indus-

(34) Viveiros, Jerônimo de — Obra citada, págs. 553 e segs.

(35) Amaral, José Ribeiro do — Estado do Maranhão, em Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, 2 vol. pág. 274. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1922.

trializada no Estado, onde existiam 11 fábricas de tecido: 3 em Caxias, 1 em Codó e 7 em São Luís. ⁽³⁶⁾

A industrialização do Maranhão, porém, não se realizou nos termos das regiões mais adiantadas do Brasil. Sua posição geográfica e a dificuldade de transportes consequente da quase ausência de ferrovias e rodovias e da incerta navegabilidade dos seus rios, contribuiu para isso. Além disso, o esgotamento dos seus solos, o atraso de sua agricultura, a concentração das riquezas nas mãos de uma minoria pouco empreendedora, a má saúde, a falta de iniciativa da população pobre e a abundância de alimentos em seus rios e em suas matas, como que levaram o povo à inércia, à paralização e o Estado à decadência. Decadência aceita e reconhecida, como que consentida por seus habitantes que deviam enfrentá-la e derrotá-la. Em pouco mais de século, um Estado que fôra um dos mais ricos do Brasil e que procurava no Norte competir até com Pernambuco, se viu reduzido a um dos mais pobres e subdesenvolvidos da Federação. Só recentemente, quando o Brasil tomou conhecimento de seu subdesenvolvimento e resolveu reagir, é que o Maranhão, impulsionado pelo todo nacional, parece querer despertar, parece querer compensar as dezenas de anos de atraso em que se encontra distanciado do Centro-Sul do país. E êste caminho êle percorrerá, influenciando e sendo influenciado pelos Estados vizinhos de onde se origina grande parte dos imigrantes que com excedentes demográficos para êle se dirigem.

MODERNOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS E TRÓPICOS

Mário Lacerda de Melo

1. *Geografia, Ciências Sociais e Tropicologia*

Começando com uma referência ao característico dos Modernos Estudos Geográficos de interesse mais direto para abordagens interdisciplinares do tipo das que vêm sendo realizadas neste Seminário, lembramos a ajuda que a Geografia Humana recebe das demais ciências sociais e presta a cada uma delas.

Não é novidade falar do senso de localização e do senso de interrelação como diretrizes centrais da metodologia geográfica. Nenhum estudo de fenômenos do domínio social pode dispensar a visualização locacional que o coloca dentro de determinada posição e ocupando determinada extensão da superfície da terra. Também não pode prescindir da visualização que o situa dentro de determinado contexto, como elemento de um conjunto a ser explicado pelas relações que o vinculam a elementos de essência múltipla, desde os do mundo inerte até as instituições administrativas. Ganha em esclarecimentos, e não pouco, o fato social olhado através dessas duas lentes eficazes da ótica geográfica.

Não se pode considerar simples frase de geógrafo a assertiva de P. George de que "il est nécessaire de répéter inflassablement que l'on ne peut faire de bonne économie, de bonne sociologie, de bonne science politique, et de bonne administration sans une culture géographique. "Mas isso, ao nosso ver, é apenas uma parte da verdade. Seria necessário acrescentar que a recíproca é verdadeira, sendo indispensável, para fazer geografia, uma base cultural nas demais ciências sociais.

São noções bastante conhecidas para que nelas se insista,

(36) Amaral, José Ribeiro do — O Estado do Maranhão, págs. 274-5.

lembradas, neste início de palestra, porque falamos, não apenas para geógrafos, mas para especialistas de várias especialidades, reunidos pelo interesse comum que se abriga ao amplo guarda-chuva da Tropicologia. E quem diz Tropicologia diz não apenas tratamento interdisciplinar, mas também abordagem interrelacionista de um conjunto heterogêneo de fatos cujo elemento de identidade reside em aspecto de natureza espacial: situarem-se em áreas tropicais. A Tropicologia possui, assim, mais de um ponto de analogia com a Geografia: (a) não tem unidade de objeto, ocupando-se, antes, de fatos de essência variável; (b) distingue-se ou individualiza-se, não pelo objeto, mas pela peculiaridade metodológica; (c) possui como domínio determinada área do globo terrestre coincidente com uma parte do domínio da Geografia.

Tudo isso indica que, embora não se trate de criação de geógrafo, a Tropicologia é mais filha, ou, pelo menos, está mais perto, da Geografia do que de qualquer outra ciência. Seu reino é uma grande província dos domínios de Geografia, embora os ramos e diversidades do saber tropicológico excedam os do conhecimento geográfico. Por isso, um tropicologista nem sempre é geógrafo, mas um geógrafo especialista em assuntos tropicais é um tropicologista.

Observações como essas creio nunca serem inoportunas em um seminário como este, não apenas pelos seus objetos e sua metodologia, mas também pela personalidade científica do seu Diretor. Personalidade científica, a de Gilberto Freyre, que lhe permite atuar eficazmente nos estudos interdisciplinares (de que é pioneiro) de assuntos e áreas tropicais, jogando de sociólogo, de antropólogo, de antropogeógrafo, de historiador, de tudo isso junto e mais de virtuoso da pena.

Pode-se ter uma idéia sobre a contribuição da Geografia Humana para o melhor conhecimento das realidades sociais dos trópicos em visualização interdisciplinar, quando se olha a dupla posição que possui no tocante às suas relações com outros ramos do conhecimento: de um lado, como um dos andares integrantes do edifício geográfico, superpondo-se à Geografia Física e à Geografia Biológica; do outro lado, como compartimento das ciências sociais, justapondo-se entrelaçadamente à Sociologia, à Antropologia e à Economia.

Certos tratamentos dados à Geografia Humana a situam ora mais próxima de uma, ora de outra das ciências sociais. Segundo tendências de autores e escolas, existe, com efeito, uma Geografia Humana, ora mais histórica, ora mais antropológica e etnográfica, ora mais sociológica, ora mais econômica. As duas grandes tendências são as que a apoiam predominantemente na Antropologia e na Economia.

Quando se trata do estudo de áreas, com o seu tempo social, em que os instrumentos e técnicas por onde se processam as relações das comunidades humanas com o meio geográfico, são os da tradição culturoológica, a grande ciência auxiliar continua sendo a Antropologia. Quando, porém, a área e sua época estão dominadas por uma tecnologia oriunda do progresso científico, de feição universalizante, a Geografia Humana é menos antropológica e passa a ter um fundamento predominantemente econômico.

Torna-se por isso e por outros motivos cada vez maior o interesse dos geógrafos pelos conjuntos de fatos que caracterizam o desenvolvimento econômico-social, o que se explica mais particularmente porque o desenvolvimento: (a) tem explicação também geográfica ou é acelerado e dirigido com apêio em estudos de que participa a Geografia; (b) representa renovação dinâmica de formas de relação das comunidades humanas com o meio geográfico (natural e humano); (c) exprime correspondentemente novas formas de utilização e organização dos espaços produtivos. E não esquecer, por outro lado, que toda uma nova e prestigiosa teoria econômica, a teoria do crescimento polarizado, tem apêio em relações espaciais. Concepção que está também no centro da chamada "ciência regional". O apêlo ao geográfico para a explicação dos fatos econômicos cada vez mais se acentua.

Ao nosso tema, interessa considerar, como ponto de partida, um espaço mundial extremamente diversificado pelas variações das condições e recursos naturais. Por mais conhecida que seja a noção referente às desigualdades com que se distribuem e se combinam os elementos do mosaico imensamente variável constituído pelos quadros naturais em que se diversifica a superfície da terra, convém recordar os grandes tipos dos seus condicionamentos:

a) No domínio climático, os elementos temperatura e umidade, em suas grandes variações espaciais e em suas múltiplas combinações, condicionam direta ou indiretamente diferentes formas de atividades humanas;

b) No domínio edafológico, a fertilidade e aptidão do maior dos recursos da natureza, o dos solos, variando também em larga escala e combinando-se com as variações dos climas, oferecem possibilidades correspondentemente variadas para o seu uso e a sua próprias ocupações humanas;

c) No domínio dos recursos do su-solo e dos agentes naturais, a forma como se distribuem os jazimentos de minerais energéticos (carvão e petróleo, principalmente), dos minerais fertilizantes, bem como as riquezas em potencial hidráulico, influenciando poderosamente sobre as possibilidades e as condições do seu aproveitamento, decidem não raro sobre o arcabouço econômico infra-estrutural e sobre atividades industriais de base;

d) No domínio dos recursos bio-naturais, seria de lembrar apenas a variação de riquezas potenciais postas à disposição do homem em termos de tipos, qualidades e dimensões das áreas de pastagens ou da extensão e composição dos domínios florestais, bem como em termos de diversidade de repartição das riquezas do mar.

Esses elementos, condições e recursos, além de, como ficou entendido, distribuírem-se de modo extremamente desigual, também de modo extremamente desigual se combinam em cada região para formarem o mosaico de quadros naturais já aludido. Um mapa geral ou um conjunto de mapas setoriais registrando essas desigualdades de repartição de combinações deve ser examinado como fator de explicação primeiro e mais geral do modo como, universalmente, se distribuem os tipos de sociedade e de estruturas econômicas.

Mas a análise geográfica de um cartograma possível ou ideal, ou de atlas de cartogramas, onde, em escala de mapa-mundi, se registrassem os grandes padrões universais de tipos de sociedades e de estruturas econômicas, seria parcial ou até tendencioso se procurasse fatores de explicação somente nos elementos constitutivos dos quadros naturais e no conjunto de condições em que se compartimentam de modo multiforme os

espaços terrestres habitados e organizados pelo homem. Já passou de há muito, e passou rapidamente, a fase das tendências chamadas de determinismo geográfico.

A outra face da análise, muito mais difícil, por ocupar-se de fatos muito mais complexos, teria de focalizar elementos ligados às condições humanas e de origem humana. Haveria de considerar, entre outros aspectos, (a) as feições quantitativas e qualitativas da repartição dos efetivos humanos sobre os quadros naturais mencionados; (b) os seus níveis e padrões culturais em seus reflexos ou influências sobre os tipos de atividades; (c) os padrões tecnológicos dessas atividades; (d) as técnicas de organização econômica, política e social. Tudo isso sob ângulos diferentes e perspectivas diversas onde a do historiador não poderia faltar.

A repartição geral dos tipos de sociedades e de estruturas econômicas, resultando da atuação de fatores humanos e de fatores naturais em combinações extremamente variadas e tremendamente complexas, parece afastar a possibilidade de uma generalização interpretativa válida. Uma interpretação a resultar de estudos caso por caso, de região em região em diferentes escalas dimensionais, deverá oferecer menos riscos e melhores resultados.

A bipartição da superfície da terra para destaque de todo o conjunto da áreas chamadas tropicais representa, entretanto, manifestação de um procedimento metodológico legítimo. Tem o pecado de imprimir delimitação espacial de campo de estudos de proporções excessivas para determinados propósitos. Mas não resulta de atitude arbitrária, pois se fundamenta em distinções cientificamente estabelecidas para os tipos de fenômenos ocorrentes no seu domínio posicional. Além disso, o destaque tem validade para a identificação de largos caracteres gerais, o que não impede, antes facilita, sub-classificações e subdivisões em escala degressiva até a de dimensões de unidades regionais ou sub-regionais. E, se o caminho é feito de volta, o conhecimento nessas escalas menores e em número maior de casos constitui apóio para generalizações mais seguras.

2. *O mundo tropical*

Vimos que o conceito da Tropicologia não é eminentemente geográfico. O de trópico ou de regiões tropicais, todavia, o é. Mas uma delimitação exata, representando o consenso das opiniões e que, tendo fundamentação climática, possa servir a estudos com objetivos diferentes, dentro e fora da geografia, não está fixada. Dizer que as áreas tropicais são as de clima sempre quentes e as de climas com verões quentes e invernos brandos talvez seja simplificar excessivamente o problema. Primeiro por que não saberíamos até que altura se poderiam incluir ou excluir as regiões intermediárias ou subtropicais. Teríamos dificuldade, por exemplo, em excluir regiões com a Flórida e a Luisiana, no sul dos Estados Unidos, onde não apenas o uso da terra mas o tipo de sociedade possui caracteres tropicais.

Em segundo lugar, pela interferência da segunda grande variável climática, a variável pluviométrica. A definição de trópico com base apenas térmica inclui as áreas desérticas e semi-áridas, formadoras de categoria climática própria, e, por isso, geralmente não incluídas nas superfícies de clima tropical. Trata-se, no entanto, de áreas tropicais pelas condições térmicas e pela posição ou latitude. Teríamos dificuldade, por exemplo, em excluir da área tropical a agricultura do Vale do Nilo, no Egito, situada em pleno deserto climático.

Para solucionar dificuldades dêsse tipo, acreditamos de maior conveniência uma delimitação ampla, sob critério apenas térmico. O trópico seria uma zona térmica. Dentro da grande faixa se distinguiriam, como é necessário distinguir, o úmido e o seco com suas gradações. E, para a delimitação com áreas não tropicais, o mais seguro indicador seriam as plantas cultivadas e as combinações agrícolas. Limites latitudinais de cultura como a do café, e da cana-de-açúcar, a da banana, e do agave, poderiam ser considerados fronteiras das áreas tropicais.

Lembramo-nos, porém, que, precisamente dessa matéria, trata a reunião final dêste Seminário, a qual possui como tema "Conceito de Trópico no Sentido Geográfico-ecológico da zona tropical do planeta".

Estamos longe de apresentar uniformidade, mesmo no domínio climático, os vastíssimos espaços tropicais são suscetíveis de divisões e subdivisões. Sob critério térmico, poder-se-iam distinguir: (a) áreas equatoriais de onde se destacariam as sub-equatoriais, e (b) áreas tropicais propriamente ditas de onde se destacariam as sub-tropicais. E, para uma idéia das divisões possíveis, governadas pelas variações da pluviosidade, bastaria lembrar a amplitude da escala que estas variações compõem.

Dado o fato de ser, como se sabe, a vegetação um reflexo das condições climáticas, torna-se fácil entender a existência de um conjunto de áreas biogeográficas em correspondência de grandes traços com as áreas climáticas tropicais. As grandes associações vegetais próprias das áreas de clima megatérmicos diferenciam-se umas em relação às outras e o seu conjunto se peculiariza, a seu turno, no cotêjo com a vegetação das outras faixas de tipos climáticos. O fato acrescenta um característico fitogeográfico à diferenciação climática, tornando-a bioclimática. O característico imprime-se em côres e traços das paisagens dos trópicos, tornando-as, em que pese a diversidade de umas em relação às outras, inconfundíveis em seu conjunto.

Semelhante ao ajustamento da vegetação ao clima é o condicionamento por êste exercido sobre a agricultura. Correspondendo aos diferentes ambientes bio-climáticos tropicais numerosas plantas cultivadas e combinações agrícolas, pode-se falar também de tipos de agricultura, de sistemas agrícolas e mesmo de organizações agrárias inconfundivelmente tropicais. Em consequência, temos não poucos exemplos de paisagens agrárias próprias dos trópicos e tão definidoras das terras tropicais como o são o clima e o revestimento florístico.

Essa noção, entretanto, tem de ser tomada em termos não rígidos, especialmente quando se trata de certas plantas cultivadas de origem tropical que, por terem curto ciclo vegetativo, transpõem as fronteiras dos climas megatérmicos e são cultivadas em áreas de latitudes médias durante a quadra quente do ano. O caso do arroz da China, no Japão e no sul da Europa, e o do milho, na América do Norte e na Europa, são exemplos de lavouras de plantas tropicais em terras temperadas não raro

sob processo tecnológico e vigor econômico como não possuem nas suas terras origem.

Considerações muito gerais referentes à geografia climatológica, à biogeografia e à agrogeografia das regiões tropicais estão a indicar, portanto, de um lado, que se trata de um conjunto de terras com certos característicos comuns a partir de uma constância relativa dos níveis térmicos dos seus climas e das repercussões dêsse fato nos revestimentos florísticos e nas formas de uso da terra, bem como, o que é mais importante, das influências dêsse conjunto sobre os mais diversos domínios humanos, sociais e econômicos. Êsses característicos legitimam a consideração do conjunto de terras tropicais como um mundo à parte. É, com efeito, um mundo à parte, quando em cotêjo com os ambientes de latitudes médias.

De outro lado, as referidas considerações geográficas oferecem, ao mesmo tempo, uma idéia sobre a riqueza de variações dos quadros geográficos tropicais. A noção é básica para estudos das áreas dos trópicos a exemplo dos que, sob o toldo largo da Tropicologia, nos reúne neste Seminário. Ela impõe idéia preliminar não apenas quanto à variabilidade das condições tropicais mas também quanto a gradações dos caracteres tropicais ou de uma escala de tropicalidade. Os espaços equatoriais úmidos teriam o grau máximo; as áreas transicionais dos subtrópicos, os graus menores. A Baixada Santista é mais tropical do que o Planalto de São Paulo; a Baixada Fluminense mais do que Petrópolis ou Terezópolis; a Região Canavieira de Pernambuco, mais do que o Planalto de Garanhuns; Belém do Pará, mais do que qualquer das áreas ou cidades referidas.

3. *Condicionamentos dos quadros naturais tropicais*

Interessa mencionar nesta altura as influências das condições caracteristicamente tropicais sobre os tipos de sociedades e de estruturas econômico-sociais das áreas onde dominam essas condições.

Pela sua natureza, certas plantas cultivadas próprias das regiões tropicais, dadas as peculiaridades do seu cultivo ou exigências do beneficiamento dos seus produtos, condicionam certos hábitos, costumes e tradições, bem como certos tipos de

estruturas e relações sociais. São plantas que, como a cana-de-açúcar, governando, em lugares diferentes dos trópicos, estruturas econômico-sociais mais ou menos assemelhadas, são tidas como capazes de modelar civilizações ou de lhes imprimir determinados característicos. Influências de sentido paralelo têm certas culturas alimentares através da diferenciação e individualização regional de dietas, o que se incorpora aos diferentes acêrvos culturais para peculiarizar áreas dentro dos trópicos ou para caracterizar o conjunto espacial tropical face às regiões de climas temperados.

Tornar-se-ia de interesse para estudos tropicológicos de maior grau de precisão a avaliação quantitativa e qualitativa do elenco de plantas cultivadas tropicais em cotejo com o das latitudes médias. A significação que, para as regiões temperadas, tem um produto como trigo, somada ao já referido ingresso sazonal de plantas tropicais nas regiões temperadas, tornaria o balanço desfavorável aos trópicos.

Acrescente-se que as áreas tropicais possuem maiores extensões de terras excessivamente secas ou excessivamente úmidas. As imensas áreas tropicais secas e semiáridas representam diminuição, na mesma escala, de recursos potenciais para o uso econômico do solo ou possibilidade de utilização tornada difícil e penosa pela baixa pluviosidade agravada por temperaturas permanentemente elevadas. Em situação oposta estão os grandes espaços equatoriais super-úmidos, onde o excesso de chuvas limita o número de plantas e de combinações agrícolas, ao mesmo tempo em que acarreta efeitos restritivos outros aos setores da criação de animais, da circulação e da saúde.

No domínio adafológico, o velho problema dos solos tropicais é matéria de estudos e controvérsias. Como quer que seja, por efeito das temperaturas constantemente elevadas, das umidades excessivas e dos dois fatores combinados, degradam-se êles mais rapidamente que os das áreas de outros climas. Além disso, pelos mesmos motivos, sabe-se que conservam por menos tempo os efeitos dos fertilizantes nêles incorporados pelos agricultores.

Os característicos bio-geográficos também não favorecem as regiões tropicais. Nas áreas campestres, predominam as gramineas duras, que se tornam ressequidas e lenhosas durante

grande parte do ano. O fato constitui limitação à produtividade da pecuária e, ao mesmo tempo, explica, em amplíssimas superfícies, a incorporação da prática das queimadas aos hábitos do criatório extensivo e de baixo poder povoador. Por outro lado, as zonas de vegetação do tipo florestal têm na mata um recurso de valor econômico diminuído pela grande heterogeneidade de composição. Ademais, é ausente ou muito escassa, para a mata tropical, a possibilidade de exploração semelhante à de florestas de outras latitudes visando à produção de celulose.

O que está escrito, numa tentativa de visão realística, não pode exprimir juízo subjetivo, posição préconcebida ou falta de reflexão detida sobre os fatos. A superfície inteira da terra está constituída de áreas possuidoras de graus de favorecimento à presença e às atividades do homem que, em escala percentual começam na marca zero e terminam na marca cem. Ocorre efetivamente que, nos trópicos, as regiões menos favoráveis ocupam extensões proporcionalmente maiores. Enquanto os países temperados possuem superfícies agrícolas úteis em proporções geralmente superiores a 50% dos seus territórios, nos trópicos, essas proporções descem para cifras geralmente inferiores a 30%. No caso do Brasil, os dados oficiais registram 17,9 por cento, o que se pode comparar com os 58 por cento dos Estados Unidos da América do Norte.

Êsses números não são difíceis de entender para quem possui uma visão panorâmica dos quadros naturais das regiões de baixas latitudes ou de um país caracteristicamente tropical como o Brasil, aliás, o maior país tropical do mundo. Nos vastos espaços equatoriais super-úmidos, um povoamento e um desenvolvimento, que teriam de partir da atividade agrícola, têm encontrado nas condições edáficas e climáticas embaraços até agora não superados. Nas regiões imensas de savanas, cerrados e caatingas, a pequena proporção de áreas agrícolas úteis e o problema da água estão na base de um baixo povoamento e uma baixa significação econômica, em contraste, como no caso da Floresta Equatorial, com seu enorme potencial de espaço.

Em contraposição, surgem espaços amplamente favoráveis nas áreas subtropicais, de que temos exemplo válido em nosso Planalto Meridional Brasileiro. Do mesmo modo, nas exten-

sões das Florestas Tropicais, como é o caso da Floresta Tropical Atlântica do nosso país. Êsses, aliás, os dois grandes ambientes brasileiros de verdadeira expressão demográfica e econômica.

Postos de lado os tipos intensivos de agricultura tropical tradicional do Oriente (caso principalmente da rizicultura) e algumas manchas de sistemas agrícolas evoluídos, sabe-se que a agricultura e as organizações agrárias tropicais se repartem por duas grandes categorias: a das lavouras extensivas primitivas e a do sistema *plantation*. Não desejando demorar em um aspecto que constitui capítulo especial no temário dêste Seminário de Tropicologia, registremos, sem delongas, a nossa impressão de que, no primeiro caso, — lavouras extensivas primitivas, os vícios e distorções inerentes ao sistema prendem-se sobretudo a fatores humanos como os padrões culturais, a tecnologia da produção, os mecanismos de mercadização e à estrutura agrária. No segundo caso, para os característicos definidores do sistema (o de *plantation*), parece prevalecer a influência de um meio natural mais limitativo quanto a formas alternativas de uso da terra...

O exemplo das áreas das *plantations* açucareiras é bastante típico a respeito. Nesse caso, como em tantos outros, a estrutura de grandes domínios fundiários, de grandes lavouras e de monoculturas dificilmente se harmoniza com as exigências de bem-estar das populações rurais. Acrescente-se, a propósito, a tendência recente de agravamento do problema social oriundo de soluções tecnológicas econômicas. Anteriormente, um dos característicos definidores dêsse tipo de organização agrária eram os altos índices de emprêgo de mão-de-obra. A motomecanização está fazendo desaparecer êsse característico, ao tempo em que se agrava o problema do desemprego, já antes muito sério por se tratar de regiões de elevadas densidades demográficas. Aos efeitos dêsse fator, somam-se, na mesma direção, os da explosão demográfica.

3. *Fatores humanos e diretrizes de evolução*

Uma reflexão sobre os fatores de categoria humana os históricos, os sociais, os culturoológicos, os econômicos e os políti-

cos — a serem invocados para explicar a variação dos tipos de sociedades e de estruturas econômicas das regiões tropicais, cremos dever partir do fato de tratar-se de áreas situadas, até há alguns séculos, totalmente fora do espaço mundial onde se desenvolveram os padrões e estilos de ciência, de técnica, de economia, de cultura e de civilização ditos ocidentais. Em nosso tempo, por mais que se tendam a universalizar ou ecumenizar, êsses padrões e estilos de origem européia alcançaram em escala variada a grande parcela de humanidade existente nos trópicos.

Os fatos são conhecidos. A totalidade das terras tropicais e as grandes áreas de terras não tropicais incluíram-se em grandes impérios que tinham na Europa seus países metropolitanos. Os baixos estágios de evolução das populações dessas áreas possibilitaram sua subordinação aos países colonizadores. As condições e recursos naturais, o grau de povoamento, os antecedentes históricos e os acêrvos culturais respectivos iriam constituir circunstâncias particulares a cada colônia, condicionadoras de peculiaridades da evolução de cada uma.

A primeira distinção a ser feita, numa tentativa de entendimento das diferentes linhas de evolução, deve separar as colônias de condições naturais presididas por climas mesotérmicos das de climas tropicais. Um outro critério de classificação distingue as de enquadramento ou de exploração (pequeno contingente de população de origem européia) das de povoamento ou enraizamento (elevados contingentes de população de origem européia).

As colônias de condições naturais não tropicais ou pouco tropicais foram as que contruíram, através de circunstâncias evolutivas variadas, uma estrutura econômica e um tipo de sociedade classificadas como desenvolvidas. Os grandes exemplos são os dos Estados Unidos da América do Norte, do Canadá, da União Sul-Africana e da Austrália. Não se pode deixar de associar o fato ao já aludido grau maior de favorecimento dos quadros naturais das latitudes onde se encontram.

Registre-se, por outro lado, serem de colonização anglo-saxônica êsses quatro grandes países que passaram da posição de colônias à de nações desenvolvidas. Fica-se tentado a explicar o destaque assumido por êsses países com o fato de ha-

verem êles reunidos, embora em grau variados, o favorecimento de condições naturais com o favorecimento das condições humanas ligadas a padrões culturais europeus tidos como mais elevados em termos da evolução tecnológica.

Essa explicação seria, porém, insatisfatória e incompleta. Não pode, é verdade, deixar de ter havido, a partir dos fins do século XVIII, influência positiva dos migrantes europeus procedentes de países pioneiros da industrialização. Mas existe um elemento mais geral e certamente de importância maior a ser considerado, cujos efeitos, fazendo-se sentir desde os primeiros contactos dos europeus nas terras novas, serão altamente positivos na formação das economias e das sociedades coloniais de latitudes médias. É a semelhança de condições naturais com os países metropolitanos. A circunstância permitirá aos colonizadores, usando as mesmas combinações agrícolas e as mesmas técnicas de exploração de recursos e de produção de riqueza, edificar sociedades assemelhadas às das suas pátrias de origem.

Cremos estar antes a recordar fatos do que a dizer novidades, mas prossigamos, pois êles interessam ao conteúdo central dêste documento. No mundo dos trópicos, como se sabe, as coisas se passam de modo totalmente diverso. De um lado, pela existência de condições e recursos naturais mais limitativos. Do outro lado, porque o meio natural iria reclamar do europeu formas de aproveitamento de recursos e estilos de comportamento que, se não podendo improvisar, exigiriam todo um processo histórico de adaptação criadora. Para explicar as tendências evolutivas das sociedades que criaram, atuariam de modo diverso em cada caso, ao lado das influências de recursos naturais, as já aludidas influências da densidade do povoamento encontrado pelo europeu, dos antecedentes históricos e dos acêrvos culturais. Mas, por sobre tudo isso, a formação das sociedades novas tropicais tiveram como fator de modelamento, de estruturação e de criação de valores culturais o processo, um processo geográfico, de ajustamento recíproco entre o homem de cultura européia (em via de modificação pelo contacto com outras culturas) e os meios naturais dos trópicos.

Claro que o processo não teve nas colônias de enquadramento (caso da Índia) a mesma intensidade e os mesmos efei-

tos que nas colônias de povoamento, como é o exemplo do Brasil.

Embora de interêsse eminentemente geográfico, a matéria não tem sido ou pouco tem sido, examinada sob a ótica do geógrafo. Mas, as observações sôbre elas realizadas, sob o ângulo sociológico e de história social, seria difícil acrescentar algo de novo depois dos conhecidos trabalhos de Freyre. Êsses mesmos estudos tornariam supérflua uma palavra sôbre as qualidades dos colonizadores anglo-saxões, vitoriosas nas terras de condições e recursos naturais presididos por climas mesotérmicos e sôbre sua inadequação aos ambientes de baixas latitudes. Do mesmo modo e em contraposição quanto às qualidades dos colonizadores ibéricos, especialmente os portugueses, para a tarefa de, sob os trópicos, fundarem novas sociedades e construirem novas civilizações.

5. *Considerações finais*

Tudo o que dissemos representa indicações para a compreensão dos condicionamentos exercidos pelos meios naturais tropicais sôbre a atuação humana nêles desenvolvida, bem como para o entendimento das influências dessa atuação nos quadros geográficos dos trópicos. Aos caracteres que diferenciam um mundo tropical pelas suas feições fisiográficas e pelas suas paisagens naturais, juntam-se, com elas se entrelaçando em jôgo de influências, os caracteres definidores de tipos de sociedades e de paisagens humanizadas, a formarem, no grande todo, um espaço geográfico à parte, o espaço geográfico tropical.

Observações objetivas dêsse espaço, em suas realidades naturais e suas componentes sociais, não se harmonizando com certas linhas pessimistas de pensamento referentes ao seu conjunto de regiões, também não correspondem às idéias ufanísticas que, no Brasil, se iniciaram na carta de Pero Vaz, passaram pelo Diálogo das Grandezas e continuaram em muitos Condes de Afonso Celso, seus filhos e netos intelectuais. Mas o otimismo côr-de-rosa está cedendo lugar: não, felizmente, a um negro negativismo, mas a uma sadia preocupação pelos estudos objetivos com vistas à solução de problemas de interêsse geral. Para a parcela tropical da humanidade, não pareceria motivo de vanglória ser o que é, ou ter o que tem, habitando uma Canaã. Motivo de vanglória haverá quando, vencendo as adversidades

e limitações do meio onde habita, puder constituir nações onde, sôbre as condições de estagnação e de miséria humana, possam prevalecer condições do progresso e bem-estar.

Parece ser essa inspiração a tomada geral de consciência dos povos tropicais, o que significa um dos maiores acontecimentos históricos desta segunda metade do nosso século. A reação tem de apoiar-se no desenvolvimento científico-tecnológico que oferece cada dia novas conquistas a serem utilizadas pelos processos de exploração dos recursos naturais dos trópicos. Passou a época em que se transportava e se procurava implantar, sem as necessárias adaptações, nas regiões tropicais, técnicas oriundas das áreas de clima temperados. Também passou o tempo em que as técnicas de produção, representando uma componente dos gêneros de vida, progrediam apenas ou principalmente por evolução espontânea. Hoje, o que se vê, ao contrário, é o conhecimento científico, senão quanto à pesquisa, ao menos pela divulgação, ir assumindo âmbito universal. E a tecnologia moderna, que a Ciência impulsiona, toma o lugar das técnicas empíricas dos velhos gêneros de vida. Reduzem-se, assim, ou tendem a reduzir-se, os obstáculos e limitações do meio natural dos trópicos.

Essa tendência, verdadeira em tudo aquilo que signifique exploração de recursos através das plantas cultivadas e dos animais domésticos, também existe, e com maior nitidez, no setor industrial. Menos subordinada às condições mesológicas do que as atividades rurais, a atividade industrial pode receber, nas regiões tropicais, impulsos mais imediatos, mais diretos e mais vigorosos. O outrora angustiante problema da energia em áreas não carboníferas já não tem fôrça de elemento impeditivo. E o desencadeamento de processos da industrialização pode acarretar transformações das estruturas econômicas, de que se não excluem os setores rurais.

Existe, em suma, todo um esforço a desenvolver, exigindo mobilização, inclusive, das universidades do mundo tropical. Esfôrço visando, através de estudos e pesquisas, ao máximo de conhecimento das realidades naturais, sociais e econômicas que ofereçam meios e instrumentos capazes de habilitar a humanidade dos trópicos a viver bem em suas pátrias tropicais.

PROCESSO CRIADOR EM HISTÓRIA (*)

GADIEL PERRUCCI

Tentarei mostrar que a História não é precisamente um tribunal plenipotenciário, porque não se trata de julgar essa ou aquela época, êsse ou aquêle personagem, mas de situar ações humanas num determinado tempo e de compreendê-las tais como aconteceram, ou melhor, tais como nós, aqui e agora, pensamos que tivessem acontecido. A História não é tão imparcial quanto às vêzes desejamos que ela seja em relação aos nossos próprios atos e não me parece justo pedir ao historiador o exercício da imparcialidade pois êle não pode se desvincular do seu próprio contexto de classe, de nação, de crenças desde que o seu padrão de medida é determinado pela sociedade em que vive. No entanto, a própria palavra "imparcialidade" revela-se ambígua quando aplicada à ciência pois que ao sábio compete colocar questões e tentar respondê-las, mesmo que suas mais entranhadas suposições não se verifiquem no fim da pesquisa; o juiz parece participar dêsse mesmo começo investigador, mas isso não quer dizer que o cientista e o juiz continuem juntos em seu exercício de imparcialidade. O primeiro termina sua tarefa quando, depois da investigação, formula a síntese explicadora do fenômeno. O segundo continua, pois é mister do seu ofício prolatar sentenças; ora, essa mesma capacidade de ditar juízos pressupõe um padrão de referências obrigatória, isto é, uma escala de valores pré-existente — a legislação — que o juiz aceitar, mas que de qualquer maneira já lhe tinha sido oferecido prèviamente; êle é imparcial apenas no sentido em

* O presente trabalho reproduz básicamente o texto de uma conferência do autor para estudantes universitários de Biblioteconomia da UFPe., dentro de um curso sôbre "Processo de Criação e Técnica de Leitura". Permanece inalterado o espírito didático e expositivo da conferência exigido pelos organizadores do referido Curso. (N. A.)

que, aceitando uma norma de valores estabelecida, compara e mede os fatos investigados em relação a essa norma. A tarefa do cientista, entretanto, quando termina, muda qualitativamente de aspecto desde que a verdade descoberta se torna nova criação que se autonomiza em sua singularidade.

É evidente que aqui nos deparamos com um sério problema de terminologia científica; enquanto é possível estabelecer uma linguagem artificial para as ciências naturais — inclusive e principalmente a Matemática — a História, como ciência dos homens, tem sido obrigada a usar e a participar do mesmo vocabulário que utilizamos cotidianamente, vocabulário carregado de significados ambíguos de origem social e também estritamente pessoal e individual, impossíveis, êsses significados, de se tornarem precisos e claros para uso adequado de uma ciência. Além disso, a linguagem comum — de que se utiliza a História, repetimos — é bastante conservadora em relação às mudanças rápidas, vale dizer, o historiador que tem como objeto de seu estudo exatamente o fenômeno da “mudança”, não pode exprimir adequadamente desde que enquanto constata a “mudança” não a explica com uma nomenclatura específica, isto é, não oferece um nome a uma coisa nova, desde que as transformações nunca se repetem, ao contrário diferem sempre umas das outras. Eis porque, na maioria das vezes, o historiador vê-se obrigado a lançar mão dos adjetivos — em lugar dos substantivos — submetendo-se frequentemente ao jugo da retórica que não passa, na verdade, de substituições e adicionamentos emocionais e viciosos a uma impossibilidade de criar nomes. Por outro lado, essa importância terminológica atual da História implica em duas afirmações tanto verdadeiras quanto estranhas à primeira vista: que a História é uma ciência bem jovem e que por isso mesmo ainda está aprisionada pelos mecanismos da psicologia individual do homem. A nenhuma ciência natural se colocaria mais o problema do bem e do mal, do sucesso e do fracasso, da virtude e do pecado, conceitos que, entretanto, ainda pertencem ao mundo da História, à espera de uma maturidade expressional com a criação de uma linguagem artificial adequada ao seu tipo de demonstração, parecendo-nos que o seu futuro, como ciência, depende, em grande parte, dos progressos da Lógica Formal e, principalmente, da Linguística.

Essas reflexões vêm a propósito das frequentes identificações da História como um implacável tribunal do acontecido e da necessidade de se demonstrar que essa ciência em vez de ser um processo de julgamento do passado, é uma tentativa de análise dêsse passado — como afirmava Bloch, de uma “análise compreensiva”; trata-se, pois, de um trabalho científico intensamente participante pois que o historiador é um ser vivo que tenta apreender e explicar o atual pelo inatual, constituindo-se apenas num intérprete de questões que o seu momento lhe impõe, buscando respostas significantes no passado. É nesse aspecto, aliás, que se poderia aceitar o pensamento de Croce ao afirmar que a História é sempre contemporânea pois, na verdade, nada mais seria do que a ciência do atual, do homem em ação contínua, vale dizer, do conhecimento da vida e dos vivos e não dos mortos, como costumam transformá-la pseudo-eruditos e bolorentos antiquários.

Decorrente da inexistência de uma terminologia específica é que se torna necessário conceituar História sempre que se queira dizer qualquer coisa a seu respeito.

Em certo sentido, todos nós conhecemos História; afinal de contas, desde o primário que a estudamos mas dificilmente encontraremos alguém portador de diploma universitário que saiba definir precisamente a sua natureza, o seu objeto, o seu método e o seu valor. Todos estudaram História, todos pensam historicamente, todos sabem que o Brasil se tornou-se independente em 1822 — fato, aliás, que ainda espanta muita gente — mas o conhecimento que recebemos foi, em geral, superficial e anacrônico visto que estudamos em manuais baseados em historiadores já mortos e, portanto, de obra terminada. Nossos professores não nos disseram uma coisa sumamente importante a respeito da História, isto é, que o conhecimento histórico se tornou antiquado a cada geração ou, por outras palavras, é diferente, renova-se a cada geração e em consequência o conhecimento estratificado dos manuais, em grande parte, é, por definição, obsoleto. Ainda mais, o conhecimento histórico, como conhecimento sobre o próprio homem, acompanha-o em suas constantes modificações resultando que é sempre necessário “estar conhecendo” e não apenas “conhecer” ou “ter conhecido” simplesmente.

O historiador não possui leis, como o físico-matemático, que lhe possibilitem prever, à luz do passado, o que está acontecendo e o que ocorrerá no futuro. Não quero dizer que não tenha existido uma certa ordem na vida da humanidade e que a História seja incapaz de descobri-la. Na verdade, não posso inferir normas concretas para o presente e para o futuro porque os fatos históricos são irreversíveis, mas posso reconhecer no passado, em linhas gerais, pelo menos dois tipos de ordem, ou seja, o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento ideológico das sociedades e isso já basta para o teórico realizar o seu trabalho; daí em diante, cabe ao filósofo social estabelecer o que se deve desejar em matéria de desenvolvimento e ao político-prático dirigir a sociedade para êsse desenvolvimento.

Por outro lado, poder-se-ia perguntar: se o homem é um animal em progresso — ou desenvolvimento — forçosamente êle não alcançará novas etapas sem o auxílio artificial da teoria e dos programas políticos? Tomemos um exemplo bem simples: há cem anos atrás, eu teria podido ir ao Rio de Janeiro utilizando alguns poucos meios de locomoção; teria esperado um navio que me levasse em poucos meses de viagem ou teria ido por terra até o São Francisco e, por, rio, até Minas e de lá até a Côrte — nunca fiz a experiência mas deve levar bastante tempo. Hoje, o Caravelle me deixará no Rio em duas horas e meia. Ora, qual a diferença cultural entre vencer um grande distância em muito tempo e em pouco tempo? A diferença está, por certo, na tecnologia, no domínio do meio ambiente através de instrumentos artificiais. É justamente êsse domínio artificial do meio que permite acelerar cada vez mais o progresso e é realmente uma novidade na História a possibilidade de domínio artificial do meio social conseguido pela descoberta de métodos científicos que permitem a compreensão da dinâmica interna e externa das sociedades fazendo com que surjam programas políticos destinados a empurrar a humanidade para estágios superiores de organização. É claro que o homem progredirá forçosamente mas, hoje, êsse progresso pode ser dirigido e manipulado pelo emprêgo do método científico à Política. Acabei de escrever “forçosamente”, mas acho que não deveria ter sido tão incisivo porque isso foi verdadeiro apenas até a construção da usina de Los Álamos; depois de Hiroshima

e Nagazaqui, o progresso não é mais um fato natural e necessário entre os homens, antes é um tremendo risco pela própria sobrevivência e a alternativa possível é simplesmente o regresso à barbárie. Quanto a isso, o historiador nada tem a dizer, pois as lições de moral não fazem parte de sua profissão e a adivinhação do futuro é ofício, há muito tempo consagrado, das cartomantes.

Entre os gregos, a palavra “*storia*” possuía duplo sentido; subjetivamente, significava “aquêle que sabe”, isto é, o investigador, o pesquisador; objetivamente, designava o sucedido, o fato ocorrente, o ocorrido, o acontecimento. “*Storia*” era qualquer tipo de pesquisa mas foi Herodoto que usou o termo, pela primeira vez, como “busca do conhecimento das coisas humanas”. Um exemplo simples pode esclarecer os dois sentidos da palavra. José Honório Rodrigues explica que “o nosso conhecimento da era primitiva dos russos, húngaros, sérvios, croatas e búlgaros seria nulo se os escritores do Império Romano do Ocidente não tivessem se interessado tão vivamente por êsses povos”. No exemplo, não deixou de haver fatos históricos mas, se não fôssem aquêles cronistas latinos, teria deixado de haver conhecimento histórico. Êsse aspecto subjetivo é acentuado numa frase de espírito de Lucien Febvre quando afirmava que não existe História mas sim historiadores. Isso resulta em que cada historiador tem a sua própria definição de História, variando das mais sintéticas às mais complexas. Vou citar apenas os dois extremos que conheço. Marc Bloch — grande historiador francês assassinado pelos nazistas — definia a História como sendo “a ciência dos homens no tempo”. Por seu turno, Bauer — teórico alemão — afirma que a História “é a ciência que trata de descrever, de explicar e de compreender os fenômenos da vida, enquanto se tratar de mudanças que a situação dos homens implica nos distintos conjuntos sociais, relacionando aquêles fenômenos do ponto de vista de seus efeitos sôbre as épocas sucessivas ou da consideração de propriedades típicas e dirigindo sua atenção principal sôbre as mudanças que não se repetem no espaço e no tempo”. Mas, em linhas gerais, concorda-se que a História deve: 1) ser uma ciência; 2) interessar-se pelas ações humanas do passado; 3) dedicar-se à interpretação das provas; e 4) ser favorável ao

auto-conhecimento humano. Em suma, deve ser científica, humanista, racional e auto-reveladora.

Os estudos pré-históricos demonstram que o homem tem continuamente procurado obter o controle da natureza; os objetos de pedra lascada são substituídos pelos de pedra polida, de osso, de chifre e finalmente de metais. Esses instrumentos serviram para a caça, para o pastoreio, para a agricultura como serviram para a confecção de abrigos, de vestuários e de armas coletivas para lutas individuais e coletivas. Paralelamente, o homem procurou organizar esse controle também na sociedade, partindo do simples para o complexo. Todos esses esforços podem ser notados, através dos dados arqueológicos, das pinturas, das tradições orais e dos documentos escritos. A História, como afirma Childe, "é o estudo científico desses documentos". Por outro lado, tais documentos têm revelado uma característica constante, isto é, apresentam-se numa ordem ascendente de complexidade; a princípio, instrumentos de pedra lascada, depois de pedra polida, seguindo-se os metais mais simples como o cobre, o bronze, depois o ferro e recentemente o aço. O meio social, por sua vez, torna-se mais complexo com o tempo: a horda, o clã, a tribo, a aldeia, a nação etc. Esses fatos parecem demonstrar que a característica principal das ações humanas do passado tem sido o progresso e nada mais conveniente do que reduzir a História à ciência que estuda o progresso do homem.

Apesar de ser ciência, ela não pede a exatidão da Física e da Matemática, mas pode descrever uma ordem tão compreensível por si mesma como aquelas ciências o fazem. Atualmente, aliás, não se empresta tanta exatidão às próprias leis físico-matemáticas; "pelo contrário, essas leis funcionam como normas extremamente apuradas de probabilidades das coisas apreciadas em conjunto, mas com muito limitada aplicação aos acontecimentos ou objetos considerados individualmente".⁽¹⁾ Herbert Spencer apontava uma distinção entre as leis das chamadas ciências exatas e as leis sociais que pode ser aplicada à História. Lembrava o filósofo inglês que era impossível

1 — CHILDE, V. GORDON — Teorias da História — Portugal Editôra, Lisboa, 1964 — p. 16.

ao físico determinar exatamente em quantos fragmentos uma bomba se dividiria ao explodir, onde cairiam os fragmentos, com que peso etc. — a complexidade dos fenômenos impediria o cálculo exato. Ora, as ações humanas são muito mais complexas do que o estouro de uma bomba — exceto, segundo creio, nas florestas do Vietnam, e o historiador não pode pretender descobrir leis exatas, nem eternas, nem imutáveis, mas as ações do homem somadas ao fator acaso — por si mesmo imponderável, imprevisível — constituem uma ordem que podemos compreender e utilizar. Importante, também, nas leis das ciências naturais, é o fato de que elas não são impostas de fora, vale dizer, não é a lei que cria o fenômeno, antes são os fenômenos que se comportam de determinada maneira que é, por conveniência, descrita numa lei. Da mesma maneira, a História procura demonstrar tipos de ordem nas ações humanas do significado intrínseco, explicando-se por si mesmo, não precisando para serem entendidos de auxílios transcendentais. Sem planos previamente estabelecidos, a História realiza-se através do seu próprio processo criativo e disso, parece-me, segue-se o seu valor como conhecimento auto-revelador que significa "saber o que será o homem que se é, distinto de qualquer outra pessoa. Conhecer-se a si mesmo significa também saber o que se pode fazer. E como ninguém sabe o que pode fazer antes de tentar, a única indicação para aquilo que o homem pode fazer é aquilo que já fez. O valor da História está, então, em ensinar-nos o que o homem tem feito e, deste modo, o que ele é" e como pode agir. (2)

Um exemplo de ordem histórica bem interessante é apresentado pela história da tecnologia. (3) Para dominar a natureza, o homem criou instrumentos que o auxiliassem nessa tarefa. Há 500 mil anos, 98% desses artefatos eram de pedra, mas o domínio sobre esse material foi realizado de uma maneira muito lenta e somente há cerca de 100 mil anos apareceram facas, raspadores, cutelos, pilões com que se pudessem trabalhar a madeira,

2 — COLLINGWOOD, R. G. — A Idéia de História — Editorial Presença, Lisboa, s/d — p. 22.

3 — O que se segue, a respeito da História da Tecnologia, é um resumo do texto de Childe, op. cit., pp. 23 e ss.

o osso, o chifre, o marfim e a partir destes materiais fabricar remos, agulhas, lanças, anzóis etc. Até esse ponto, o homem dependia do seu próprio esforço muscular e toda a sua alimentação baseava-se na caça, na pesca e na colheita ocasional de vegetais. Entretanto, há cerca de 10 anos, foram descobertas a agricultura e a domesticação de animais com a chamada revolução neolítica. Daí por diante, a natureza começou a trabalhar para o ser humano; “uma semente de trigo ou uma ovelha passaram a ser mecanismos biológicos levados a produzir mais trigo ou mais ovelhas segundo a sua vontade”. Mais adiante, há 6 ou 5 mil anos, descobre-se a fundição do cobre que ligado ao estanho produz o bronze; nessa fase, os instrumentos são mais perfeitos provocando o aparecimento de novas ferramentas como as serras que permitem o fabrico de rodas e, em consequência, os meios de transporte melhoram consideravelmente. Sendo, no entanto, o bronze uma liga bastante dispendiosa, difundiu-se, por volta de 1.200 a.C., a fundição do ferro, metal que vem substituir completamente a pedra no fabrico de instrumentos. Da fundição de ferro até 600 a.C. ocorre uma verdadeira explosão de novas invenções instrumentais como as tesouras, tenases, foices, enxadas, plainas etc. A seguir, os bois e jumentos, que eram empregados por volta de 500 a.C. para puxar moinhos de cereais e de minérios, são substituídos pela força hidráulica, fato que conduz à descoberta da transmissão do movimento. Na Idade Média, a relojoaria é aperfeiçoada, aparecendo um tipo eficiente de bomba de aspiração mas ainda composta, em muitos detalhes, de peças de madeira. No século XVI, um forno mecânico comandado hidráulicamente consegue não só moldar o ferro como forjá-lo. Os fornos aperfeiçoados e o ferro fundido e forjado abrem caminho para a utilização do carvão de pedra, do petróleo e do gaz natural que substituem o carvão vegetal na metalurgia que dá importantes passos com a fusão do ferro, em 1700, e sua fundição, em 1783, e o fabrico do aço, em 1856. Já então aparece o vapor como força motriz das bombas nas minas como o motor de Newcomen, em 1750 e o de Watt, em 1770. Por fim, ainda, no século passado, surgem a locomotiva e o barco a vapor. As antigas máquinas de madeiras são confeccionadas em ferro e aço possibilitando cada vez mais in-

venções para, em seguida, iniciar-se a era da eletricidade com o aparecimento do dínamo e do motor elétrico, como também, numa etapa posterior, o motor de combustão interna e, “at last, but not least”, a era atômica.

Esse pequeníssimo resumo demonstra claramente uma sequência ordenada de fatos onde nenhum ponto importante da escala poderia ser deslocado para frente ou para trás, isto é, eles não somente aconteceram mas tinham que se suceder justamente uns aos outros por essa ordem e não somente constituem uma sucessão mas apresentam uma direção reconhecível. A máquina a vapor, por exemplo, dependia da descoberta da fundição do ferro, da invenção da bomba e da roda que por sua vez só poderiam se colocar na sequência depois de aperfeiçoados em muitos aspectos como, por exemplo, nos cilindros de ferro da bomba que eram de bronze, entre os romanos — e por isso dispendiosíssimos ou de madeira, na Idade Média — e por isso fragilíssimos, donde se conclui que a máquina de Watt só poderia ter aparecido depois da invenção desses requisitos indispensáveis. Isso parece apontar para a idéia de que toda descoberta ou invenção é determinada e condicionada pelos fatos que a precedem; além de ser necessária, a sequência parece ser também perfeitamente compreensível e inteligível. Isso também nos leva a concluir que não existe nada de fora da sequência para impor as novas descobertas; antes, a sequência explica-se por si mesma. Cada passo resultou de um progresso através do controle cada vez mais racional da natureza pelo homem. Descobrimos uma direção no progresso, mas não nos é lícito afirmar que ele tenha sido dirigido de fora, pois se assim fosse a sequência poderia ser desprezada, parecendo-nos um gigantesco exercício de desperdício lógico — seria, por assim dizer, uma navalha de Occam de cabeça para baixo. Pelo contrário, foi exatamente o progresso que determinou o seu próprio rumo e eis aí a sua principal característica, isto é, a sua autodeterminação.

Mas as invenções compõem apenas um aspecto de um acontecimento histórico; elas dependem de um contexto social, coltivo. Watt sabia que a sua máquina seria usada pela sociedade, pois que correspondia precisamente a uma necessidade

social. Uma invenção desconhecida ou não usada não constitui um acontecimento histórico como igualmente nenhuma invenção saiu do nada — antes representa a junção de uma experiência pessoal com uma vasta coleção de experiências sociais. A rigor, nenhuma invenção é obra individual mas isso não quer dizer que o gênio seja uma fantasia mas sim que o inventor de gênio sintetiza experiências coletivas pré-existentes em uma forma revolucionária independente — a nova invenção. Assim, todo instrumento, todo progresso é produto da sociedade. Ora, sendo o progresso o próprio objeto da História e, portanto, o fato histórico por excelência, e como o progresso é uma fato social, impõe-se a necessária redução: todo acontecimento histórico é um fato social.

Por outro lado, a sequência tecnológica resumida não perfaz um caminho em linha reta; ao contrário, é notavelmente irregular. O progresso como que se desloca frequentemente no tempo para as mais imprevisíveis regiões do espaço. Assim, por exemplo, enquanto a Inglaterra estava utilizando a máquina a vapor, outros países europeus usavam a força motriz hidráulica e ainda outros a obsoleta força animal. Em plena idade do ferro e da organização industrial européia, a América do Sul ainda estava na Idade da Pedra Lascada ou Paleolítico como igualmente enquanto os romanos estavam na Idade do Ferro, a Inglaterra, no ano anterior ao comêço da era cristã, estava em pleno Neolítico. Com efeito, diante de uma perspectiva geral a sequência tecnológica é progressiva e ascendente mas há inúmeras flutuações e atrasos que só poderão ser explicados por outro tipo de ordem histórica. Na realidade, “as instituições mágicas, teológicas, jurídicas, políticas, econômicas e sociais, costumes e crenças têm atuado umas vezes como esporas, outras vezes como freio no poder inventivo do homem”; são justamente essas relações sociais que tornam extremamente complexas o estudo da História.

Em que se baseia, entretanto, o historiador para realizar a sua tarefa, como trabalho e que tipo de obra produz?

Para continuar com o exemplo anterior da evolução tecnológica, parece ser inegável que o cientista do passado humano obtém êsses conhecimentos através de testemunhos que, submetidos a rigorosa análise crítica, informam o conteúdo de sua

obra. Os testemunhos ou documentos tornam-se, dessa maneira, o objeto principal da investigação, resultando dêsse fato que o conhecimento histórico não pode ser obtido diretamente da realidade, se bem que duvidemos de que qualquer outro tipo de conhecimento possa fazê-lo. O geólogo sabe que nas primeiras idades do globo terrestre o solo estava recoberto de gigantescas florestas; mas êle o sabe através dos documentos que são as jazidas de petróleo, que hoje estamos a dilapidar com estremada fúria. Porque não vemos florestas e sim petróleo, a verdade apresentada pela Geologia não será em nada duvidosa. Da mesma forma, o conhecimento histórico adquirido através de documentos, quer sejam escritos, orais ou materiais não representa falsa ciência, pelo único fato de ser produto de observação indireta. Na verdade apenas o atual, o presente, seria susceptível da investigação direta mas o presente, o atual, não passa de uma abstração lógica requerida por uma certa estrutura psicológica inerente ao homem — sem querer tentar, é claro, fazer frases acêrca do sentido do tempo e de sua duração. Considerando as coisas do mundo como em devenir, isto é, em processo, temos que chegar à conclusão inevitável de que apenas somos capazes de conhecer as partes anteriores dêsse processo desde que um homem isolado pode perceber apenas pequena parcela do que — por conveniência prática — chamamos de presente, ou seja, suas próprias experiências mentais sôbre coisas que o limite de sua atenção pode alcançar. Mas nem mesmo isso constitui um fato desastroso para a História; sendo rica a realidade, há também inúmeras maneiras de captá-la. A expressão “conhecimento direto” só poderia ser usada, portanto, no sentido em que todo o conhecimento devesse se originar de um observador baseado em suas próprias experiências mentais; mas como isso parece efetivamente não ocorrer, talvez seja lícito afirmar que todo conhecimento é sempre adquirido indiretamente.

Com o estudo do passado humano ocorre um fenômeno extremamente curioso: ninguém pode modificar um fato histórico — contra fatos, não há argumentos, diria um aprendiz de jurista. Entretanto, o seu conhecimento está em contínua progressão e aperfeiçoamento parecendo verdadeiro paradoxo que o estudo de uma coisa inamovível seja, êle mesmo, móvel

e evolutivo, em processo. É verdade que as técnicas modernas têm dilatado os horizontes da História tanto no sentido extensivo do tempo quanto no aspecto da compreensão dos fenômenos — há menos de 100 anos, não se conheciam métodos eficazes de estudar o meio social; a História da Economia só recentemente começou a se constituir. A nossa ciência é limitada e jamais poderemos criar fatos históricos como o químico é capaz de criar num laboratório seu próprio objeto de estudo; o documento, assim, limitada a expansão da ciência histórica pois que só nos é possível descrever uma realidade que tenha sido registrada ou deixado vestígios em qualquer tipo de documentos — na verdade, sem documentos é impossível fazer História, mas o historiador não precisa ser, de fato, um prisioneiro irremediável dos testemunhos escritos ou não que, muitas vezes, são instrumentos imperfeitos de informação, condicionados a situações especiais, registros que frequentemente se destinam mesmo a confundir a posteridade, fornecendo um quadro inteiramente falso do real. É tarefa do cientista separar o falso do verdadeiro e dentro da verdade e falsidade descobrir o sentido de ambas. O historiador não é um simples colecionador de textos e objetos antigos, pois isso seria reduzir sua ciência “àquela eterna e imóvel aluna de suas próprias crônicas” de que falava Michelet.

Os documentos históricos são extremamente variados apresentando-se como textos escritos, tradições orais, costumes, instituições, obras de arte, monumentos arqueológicos mas por sua própria natureza como que perderam a voz — mesmos os textos escritos — cabendo ao historiador fazê-lo falar. O primeiro passo, portanto, do investigador é confeccionar um questionário, é fazer perguntas; na verdade, a tarefa de conseguir documentos, de selecioná-los e de criticá-los, externa e internamente, pertence à erudição. O julgamento da autenticidade das fontes documentais e de sua veracidade — tarefa fastidiosa mas importantíssima para a História — não esgota o trabalho do historiador, antes é o seu início, é o seu material passivo e inerte sobre o qual começa a construir. Note-se que nenhuma investigação existe sem uma tomada de posição, uma direção preconcebida do pesquisador e essa é a parte mais difícil e no entanto mais fértil para a realização de uma obra

histórica. Por outro lado, à semelhança da obra literária, nada há que prove a existência do que se costuma chamar de “inspiração”, antes, a obra surge através de uma ação constante e pertinaz sobre o seu objeto de estudo e jamais artista algum ficou adomecido a espera de sua obra; a êsse respeito, seria de todo recomendável a leitura de biografias e de declarações de grandes mestres da arte quanto nitidamente se pode perceber a inquietante e, quase diria, desumana, procura das formas a que se dispuzeram. Não é a palavra, a côr, a forma, o som que vêm em busca do artista — o artista é que os procura para poder se expressar e o seu tipo de pesquisa, quanto às finalidades, em nada difere da investigação científica — apenas os métodos e o objeto é que variam.

Há uma tela de Salvador Dalí que muito me provoca a idéia que faço do conhecimento histórico como reconstrução do passado. Numa de suas crucificações, o discutido artista apresenta o Cristo assentado à vontade, quase adormecido, numa cruz de formas cúbicas. Ao primeiro momento, nos vem ó espanto de ver um jovem musculoso, perfeito de formas, imberbe, cabelos aparados, de rosto vigoroso e belo; na verdade, não é espanto, o que sentimos, mas simplesmente o impacto de uma nova descoberta, de uma nova reconstituição. O Cristo de Dalí é a própria agressividade do homem, é a vitória sobre a passividade das coisas, é o triunfo da ação humana e a cruz não é um mero objeto necessário — tirado de uma informação histórica da Bíblia — que ali esteja para auxiliar a força do quadro; antes, parece-me o resultado da imitação a que o artista obriga os objetos naturais em relação aos gestos humanos. Não é o homem que se submete à cruz mas é a cruz que imita a forma humana. Eis aí o que poderíamos chamar de brutal reconstrução do passado, isto é, a submissão da natureza inerte ao presente vivo, dinâmico, em constante devenir.

A ciência histórica tem como tarefa obter o mesmo resultado, vale dizer, descrever criadoramente as ações humanas através de instrumentos críticos adequados, formalizada essa descrição na análise compreensiva dessas mesmas ações que constitui a obra histórica resultando, portanto, uma síntese bastante complexa.

Não pretendo aqui distribuir conselhos a candidatos à pro-

fissão de historiador mas desejo ainda refletir um pouco mais sobre o que chamamos de obra de História que só podemos considerar realizada como tal através do talento do historiador em se exprimir e, nêsse aspecto, parece-me, a ciência histórica difere profundamente das ciências naturais ao exigir como término do seu trabalho uma obra expressiva, esteticamente contemplável; afinal de contas, o historiador é também um pesquisador da palavra e da forma. Já vimos, no início dêste ensaio, que a linguagem comum — de que se utiliza a História — é bastante conservadora e que requer um trabalho árduo e constante de recriação. Ora, pelo menos no estágio atual de juventude da ciência histórica, o historiador não pode fugir ao domínio da comunicação e expressão literária e duvido mesmo que o aparecimento de uma linguagem artificial — especificamente histórica — possa determinar o desaparecimento completo da beleza nos domínios de Clio. Como afirmava Tucídides “que adianta ter adquirido o conhecimento sem o talento de o comunicar; é como se nunca se tivesse pensado nisso”.

Até as primeiras décadas de nosso século, discutiu-se bastante se a História era uma ciência ou uma arte; como quase tôdas as questões levantadas pela era vitoriana, essa também não deixou de ter o seu caráter da falsidade e artificialismo, próprio de uma época de grandes oradores. Na verdade, por ser arte, a poesia não é menos verdadeira — sem necessidade, evidentemente, de se chegar ao exagêro de afirmar que é a única verdade. Mas aqui não se trata pròpriamente de dizer que o resultado da investigação histórica é uma verdade meramente estética desde que tôda obra histórica deve ser também formulação de uma teoria científica. O que parece ocorrer com o historiador é uma profunda identificação — de caráter pessoal, como escreve Marrou — com as ações humanas, seguindo-se-lhe uma responsabilidade social inerente que o obriga a comunicar sua própria experiência. Assim, ao considerar o problema das relações entre Arte e História devemos atentar exclusivamente para o aspecto da expressão, da comunicação e é nesse sentido que a obra histórica é também uma obra literária. Mas ao dizer *exclusivamente*, não quero omitir o fato de que a expressão interfere profundamente no processo investigador com resultados, diga-se de passagem, excelentes quando há talento

criador em quem pesquisa. Como afirmava Valéry, muitas vezes é no processo de expressão que o conhecimento dará passos para frente realizando progressos decisivos.

Examinem-se, por exemplo, a obra de três historiadores brasileiros a saber: Rocha Pita, Varnhagen e Capistrano de Abreu. Enquanto o primeiro, por falta de conhecimentos adequados dos fatos e pelo talento tumultuado e impuro inoculado pelo exagerado sentimento religioso e mitificador que o barroquismo vem produzir no Brasil do século XVIII, não produziu obra histórica de valor no aspecto científico da investigação e no artístico da expressão, Varnhagen, com todos os instrumentos modernos de seu tempo, no apogeu de um século extremamente fecundo no campo das ciências humanas, limita-se à erudição, impossibilitado pela ausência de talento criador em ver — diria melhor, em compreender, uma realidade tão rica quanto a do povo brasileiro, faltando-lhe exprimir, sinteticamente, o que de certo seus documentos poderiam lhe dizer, ou seja, exatamente uma situação humana tão significativa quanto o nascimento e juventude de uma nação que tentava se libertar de suas origens através de uma alteração profunda com o meio brasileiro. Varnhagen, parece-me, não pôde perceber o objeto e finalidade de sua ciência ao se restringir à pesquisa crítica, seleção rigorosa e descrição metodológica dos documentos ao invés de tentar uma reconstrução de nosso passado, brasileiromente; faltou-lhe, pois, aquela identificação de caráter pessoal com a vida nacional e é justamente porisso e, apesar de seus conhecimentos eruditos, que a historiografia nacional, brasileira, só começa com Capistrano de Abreu. Neste autor é que podemos discernir a vida e as etapas de seu processo criador sem lhe falar, contudo, o caráter científico da análise. É Capistrano o primeiro cientista do passado brasileiro que o compreende e que o expressa criadoramente, vale dizer, artisticamente.

Para citar novamente Marrou — e também para finalizar — “se a História é, também em si mesma, êsse conhecimento infinitivamente sutil que amadurece lentamente no espírito do historiador durante essa experiência pròpriamente técnica prosseguida ao contacto dos documentos, se a sua verdade, tôda de matizes delicados, é representada pela coordenação minuciosa e complexa de mil e um elementos diversos e tende ao limite de

tornar-se quase intransmissível a quem não passou pela mesma experiência, que domínio na arte de escrever, que dextreza da pena, que felicidade de expressão serão requeridos, serão indispensáveis para apresentar uma formulação autenticamente válida que comunicará, sem o deformar demais, êsse conhecimento tão precioso, tão fácil de trair”.

AJUDA AO DESENVOLVIMENTO OU IMPERIALISMO ECONÔMICO (*)

TARCÍZIO RÊGO QUIRINO

Ainda não se havia desvanecido o cheiro de pólvora que cobriu a Europa por cinco anos de guerra, quando os Estados Unidos da América do Norte resolveram semear indústrias no solo europeu ainda empapado do sangue derramado pela Segunda Guerra Mundial. Para isso foi criado o Plano Marshal, em 1947. Cinco bilhões e seiscentos milhões de dólares foram invertidos na Europa Ocidental nos primeiros 15 meses do programa. Fábricas foram reconstruídas, indústrias modernizadas, enquanto se distribuía alimentos para que os sobreviventes da catástrofe não morressem de fome, devido à profunda desorganização da produção e dos meios de distribuição dos alimentos.

Alguns anos depois, a Europa já podia caminhar por sua própria força: as indústrias superavam os índices de produção de antes da guerra, os alimentos eram abundantes e já ninguém morria de fome. Presentemente, 20 anos somente após o conflito, a Europa em geral e a Alemanha em particular atravessam um período de prosperidade econômica jamais alcançado em tempos passados, e só superado pela prosperidade norte-americana. Não há dúvida que o Plano Marshal conseguiu alcançar as metas para as quais havia sido criado. O Plano Marshal custou cerca de vinte e dois bilhões de dólares, nos quatro anos de sua vigência.

Enquanto isso, os países desenvolvidos do ocidente dispenderam, somente entre os anos de 1956 a 1959, um total de

* Estudo apresentado em seminário internacional sobre problemas do sub-desenvolvimento, na “Evangelische Gemeinde” de Iserlohn, Alemanha, em dezembro de 1966.

cêrca de \$ 28.000.000.000 (vinte e oito bilhões de dólares) como ajuda ao desenvolvimento do chamado terceiro mundo. (1) Dez anos depois dessa monumental ajuda, quais são os resultados positivos? Parece que muito pouco. Embora a renda "per capita" de alguns países tenha crescido um pouco nesses últimos anos, a diferença entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos continua crescendo. Se analisarmos um índice que seja independente do crescimento da população, como, por exemplo, o crescimento do produto bruto nacional, também aí veremos que a desproporção continua aumentando, contra os países subdesenvolvidos. Só muito poucos países conseguiram nesses 20 anos aproximar-se da fase do "TAKE-OFF" (2) e ainda menos conseguiram superá-la e ingressar no clube do desenvolvimento.

Êsses são os grandes problemas que se apresentam aos países que dão ajuda ao desenvolvimento e que são sentidos ainda mais nos países que recebem a ajuda. O Govêrno dos primeiros precisa justificar junto ao contribuinte o emprêgo de seu dinheiro, sempre pago à contra vontade, enquanto o dos segundos necessita encontrar derivativos para os anseios do povo por uma vida mais humana, por um emprêgo fixo, por uma moradia decente.

Que estará acontecendo com a ajuda ao desenvolvimento, que parece não conseguir atingir suas finalidades? Será que ela é realmente "ajuda ao desenvolvimento", ou dever-se-á chamá-la mais pròpriamente "imperialismo econômico"?

Vamos tentar fornecer alguns elementos, apoiados nos estudos mais recentes sôbre o tema, para, com êles, podermos compreender melhor o problema do subdesenvolvimento, e, através dêle, o das relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O problema do subdesenvolvimento é um dos mais jovens a preocupar a humanidade. Não apareceu como tema das relações internacionais, senão nas duas últimas décadas. Até há poucos anos, só os economistas tinham algo

1) Hautmann: "Grundlagen und Zielen der Entwicklungshilfe" Herne-Berlin, 1962, pag. 37.

2) Sôbre a fase do TAKE-OFF ver o conhecido livro de W. W. Rostow: The Stages of Economic Growth" Cambridge, 1960.

a dizer sôbre o tema. A diferença da renda "per capita" se tomava como indicador mais usado e mais prestigiado para distinguir entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos. As teorias dos economistas, desde os clássicos inglêses até os marxistas e pós-marxistas, as quais procuravam explicar o aparecimento e aumento das "riquezas das nações", também se aplicavam à interpretação do subdesenvolvimento e à sua possível superação. Só mais recentemente os cientistas e os políticos e homens de negócio começaram a descobrir que o problema era um pouco diferente, e não se circunscrevia ao campo da ciência econômica. Daí nasceu uma compreensão mais ampla do fenômeno, com base em interpretações histórico-culturais, com a qual estamos presentemente trabalhando. São essas concepções que tentaremos apresentar em linguagem acessível. Para se entender o problema do subdesenvolvimento, é necessário em primeiro lugar saber exatamente o que é desenvolvimento. Caldeiran Beltrão define-o como "um processo inédito e irreversível de mudança social, através do qual se instaura em uma região um mecanismo endógeno de crescimento econômico, cumulativo e diferenciado". (3) Êsse processo é inédito porque só aconteceu uma vez em tôda a história da humanidade, isto é, a partir da revolução industrial, no meado do século XVIII. Apesar disso não se pode confundir desenvolvimento econômico com industrialização. Há países desenvolvidos, como a Austrália e Nova Zelândia, que apenas são fracamente industrializados. O desenvolvimento se caracteriza, antes, pela racionalização da vida econômica, pela tecnologia, e pela eficácia. O aumento da renda "per capita", assim como outros fatôres que são usados como medida do desenvolvimento, são os efeitos através dos quais a presença dessas características é sentida e mensurada.

O aparecimento do desenvolvimento econômico se deu pela primeira vez na Europa Noroestina e nos Estados Unidos. Nesses países êle é o efeito do desenvolvimento cultural que se poderia chamar de endógeno, isto é, onde a evolução interna da cultura teve papel mais importante de que os

3) Caldeiran Beltrão: "Sociologia de Desenvolvimento". Pôrto Alegre, 1965, pág. 115.

contactos externos dessa cultura com outras. Empregamos aqui o termo "cultura" no sentido usado especialmente pelos antropólogos. Nos demais países o desenvolvimento econômico é importado como fato cultural, sendo, por isso, exógeno. Quando usamos o conceito de desenvolvimento como um fato histórico-cultural, é porque sentimos a necessidade de enfatizar que ele não é somente um problema econômico, mas sim um problema que afeta todas as partes de uma cultura, e, portanto, tem profundas ligações com a organização da sociedade e com o modo de ser, de agir e de pensar dos indivíduos. É muito difícil para um europeu ou um norte americano, mesmo que seja uma pessoa instruída e de espírito largo e compreensivo, entender porque um país não se desenvolve. A preguiça, a inaptidão para o trabalho, ou então a inferioridade e a maldade dos habitantes são apresentados como explicação. Essas explicações não passam, porém, de um julgamento das situações, a partir de uma posição assentada em sua própria cultura.

Os países chamados subdesenvolvidos têm culturas completamente diferentes da cultura que domina na Europa e nos Estados Unidos. O modo de pensar é diferente, a sociedade é organizada de outra maneira, e sobretudo os valores e as crenças do indivíduo são completamente distintas. Essas culturas, que podem ser tão importantes e antigas como a árabe, a chinesa e a indu, ou podem ser o patrimônio de um grupo restrito de indivíduos, como as pequenas tribos africanas e sul americanas, muitas vezes existem desde milhares de anos. Na maioria delas a vida econômica e a produção não ocupam nem de longe o lugar que ocupam para um europeu. Os valores mais importantes da cultura são outros.

Um dia, em um desses últimos dois ou três séculos, essa cultura entrou em contacto com os membros dos países desenvolvidos. Quase sempre foram os europeus e norte americanos que se deslocaram para outras partes do mundo, em busca da matéria prima para suas indústrias, ou procurando vender a produção de suas fábricas. Na maioria dos casos, porém, a verdade é mais negra. Os "desenvolvidos" chegaram até aonde viviam pessoas com outras culturas e aí, pela força das armas, instalaram uma colônia que começaram a governar e explorar sem consultar aqueles que ali viviam antes.

Os membros das outras culturas que entraram em contacto com os povos desenvolvidos viram no modo de vida destes certas vantagens evidentes: porém viver com menos trabalho, conseguir o alimento mais facilmente e com mais constância, e sobretudo conseguem se defender da morte e das doenças com mais eficácia. Além disso, há a importância do conforto, da abundância, da novidade.

Por causa dessas vantagens o desenvolvimento é desejado pelos outros povos. Mas, para possuí-las é necessário uma mudança cultural profunda, do modo a pôr no centro das preocupações da sociedade a vida econômica, organizada com base na eficácia, na tecnologia e na racionalização. A cultura de um povo, porém, os hábitos, o modo de pensar, a vida, não se mudam com a mesma facilidade com que se constrói uma fábrica ou se cria uma nova modalidade de impôsto. Mesmo quando uma pessoa tem boa vontade, não muda suas crenças e anseios com facilidade.

Quando o Plano Marshal derramou dinheiro na Europa devastada pela guerra, estava fornecendo o capital para os europeus reconstruírem uma vida a que já estavam acostumados, e que eles próprios, por assim dizer, tinham inventado. Já havia o operário que sabia ler, o engenheiro que sabia fazer as máquinas, o economista que sabia programar a produção, o empreendedor que sabia combinar os fatores de produção do modo mais eficiente. O único elemento que realmente faltava era o capital. Com a presença dele, a Europa funcionou. Nos países subdesenvolvidos as economias jamais foram organizadas como a economia desenvolvida. As pessoas têm outros hábitos, estão formadas em outra direção. Uma grande parte não possui educação escolar, porque essa educação não era funcional para a cultura ali presente. Ou então havia um sistema escolar que formava pessoas para serem membros de uma classe alta europeizada, as quais entendem muito de filosofia, estudam direito ou até mesmo medicina, conhecem bem a literatura, sabem algumas línguas, mas não se formam para fazer funcionar uma estrutura econômica, onde a produção requer a aplicação das ciências. Entre recuperar a Europa depois da guerra e desenvolver um país subdesenvolvido, há mais ou menos a mesma diferença como entre voltar

para a casa, e encontrar um determinado enderêço em cidade estranha. Para que se crie uma economia desenvolvida o trabalho não se apresenta tão simples como ao Plano Marshall, por mais complexo que êle tenha sido. Além do capital é necessário formar também o homem, criar uma nova mentalidade, mudar as estruturas sociais, juntamente com as econômi- as. Os economistas estão chamando a isso a formação dos "recursos humanos". Tôda uma especialidade já surgiu daí: a economia educacional. Nós estamos convencidos de que ela será um passo importante para a racionalização da educação, mas que o problema ainda vai adiante: deve-se conseguir a transformação ainda mais profunda da cultura, ou melhor, sua adaptação ao desenvolvimento. Só quando o desenvolvimento econômico se transforma em projeto nacional, isso é, quando passa a interessar como prioridade a tôda a coletividade, êle tem possibilidades de ser bem sucedido. Quando um país chega a êsse período, a que nós temos chamado de "TAK-OFF" sociológico, não haverá mais riscos sérios de uma frustração do processo, a não ser por causas muito poderosas. Êsse "TAKE-OFF" sociológico pode ser conseguido durante um processo revolucionário, como na União Soviética ou em Cuba, ou pela ação do govêrno, como no Brasil, com a construção de Brasília, ou por outros meios.

Antes dêsse período, o problema da diferença entre a cultura científica (ou cultura industrial como chamam outros) e as culturas pré-existentes nos países subdesenvolvidos é um dos pontos que mais criam resistência para a instalação da racionalidade econômica, mesmo quando essa racionalidade seja aparentemente perfeita sob o ponto de vista do economista ou do membro da cultura científica. Aí está a causa, porque muitas vêzes a ajuda ao desenvolvimento não consegue desenvolver coisa alguma. Os melhores estudos sociológicos e antropológicos sôbre o problema do subdesenvolvimento têm usado como metodologia uma comparação bi-polar entre duas formas de organização social e de cultura, como, por exemplo, a sociedade estática e a sociedade dinâmica de Behrend. Êsses polos às vêzes estão ligados por um "continuum", como o "folk-urban continuum" de Redfield. Que êsse método de estudo tem esclarecido muitas diferenças entre a sociedade desenvolvida e a

subdesenvolvida, está fora de dúvida. Mas, a nosso ver, ainda não é suficiente para distinguir as diferenças muitas vêzes radicais e marcantes para a criação do desenvolvimento entre as diversas culturas dos países subdesenvolvidos. Sob o ponto de vista da estratégia do desenvolvimento econômico, certamente há mais diferença entre a organização social de uma tribo poligâmica, e de um país cuja organização social se baseia na cultura ocidental, de que entre a organização social da União Soviética e dos Estados Unidos da América do Norte. Foi essa insuficiência de discernimento, a qual se reflete diretamente nos programas de ajuda ao desenvolvimento, que fêz Braz Kumar Nehru escrever, para um recém editado manual de desenvolvimento: (4) "Programas de ajuda ao desenvolvimento muitas vêzes não têm levado em conta essas diferenças que existem entre os países em desenvolvimento. Por isso há uma tendência de misturá-los todos em uma só panela e lhes oferecer a todos uma mistura de ajuda técnica e econômica, sem se incomodar muito sôbre quais sejam suas reais necessidades, e que ajuda poderia ser mais correta para as respectivas situações." É necessário fazer uma tipologia dos países subdesenvolvidos, com a finalidade de melhorar a adequação da ajuda às necessidades reais do país ajudado. Só assim será possível melhorar a eficiência da ajuda, abandonando os conceitos estereotipados sôbre os países subdesenvolvidos, para chegar a vê-los como êles são.

Quando um estrangeiro de país subdesenvolvido chega em um país que dá ajuda ao desenvolvimento, fica um tanto embaraçado pelo modo como essa ajuda é vista pelos pagadores de impostos. Êles sempre argumentam que pagam impostos demais, os quais depois são aplicados em vão nos países subdesenvolvidos. Na Alemanha, por exemplo, a história do leito de ouro (5) já se tornou legendária. Essa impressão, contudo,

4) "Entwicklungspolitik — Handbuch und Lexikon" Stuttgart — Berlin — Mainz, 1966.

5) Conta-se, em tom anedótico, mas como caso de que se deve tirar uma moral prática, que um chefe de Govêrno de certo país africano foi recebido na Alemanha pelas autoridades federais. Como todos os governantes dos países subdesenvolvidos, apresentou suas reivindicações de ajuda ao desenvolvimento para seu país, a serem atendidas através de doação. O Govêrno alemão, depois de lhe ter concedido a ajuda, veio a saber que da mesma viagem da-

parece a meu ver um mal entendido de parte a parte. A ajuda ao desenvolvimento não pode ser entendida, se fôr estudada com unilateralidade. Não é um fato em que somente uma parte esteja interessada. Ambas as partes têm seus interesses e procuram tirar as suas vantagens.

O desenvolvimento econômico só começou a ser procurado como um bem desejável, quando os países desenvolvidos entraram em contacto com os outros povos e, nesses contactos, procuraram fazer proselitismo para seu sistema de vida, ao mesmo tempo que introduziram técnicas de produção, ou fizeram nascer a necessidade das comodidades e facilidades modernas. Muitas vezes, através da instalação de uma economia colonial, foram desorganizadas as economias de subsistência das regiões colonizadas, ao mesmo tempo que a cultura das populações, a qual era antes mais ou menos integrada, ou organizada, como dizem os antropólogos, sofreu o início de um processo de desintegração. Os ideais e os valores que os povos desenvolvidos levaram para os países subdesenvolvidos são a semente de onde nasceu toda a problemática do desenvolvimento. Por isso não se pode falar em país subdesenvolvido, se esse não está já integrado na problemática de criar uma economia moderna. O país é subdesenvolvido porque começou a tentar adotar os valores e sobretudo o modo de produção dos países pertencentes à cultura científica. (6)

quêle chefe constava outra visita que êle considerava de suma importância: em uma casa especialista em trabalhos de metais preciosos o tal reivindicante de ajuda econômica ao desenvolvimento havia encomendado para si nada menos de que uma cama totalmente de ouro!

As conclusões que a opinião pública alemã tirou, foram de que a ajuda econômica ao desenvolvimento, que cada cidadão paga com seus impostos, tem servido muitas vezes para pagar "utilidades" como essa!

- 6) Os países que alcançaram por primeiro o desenvolvimento, como os Estados Unidos e a Europa Noroestina, jamais foram, a rigor, "sub-desenvolvidos", porque jamais estiveram em frente a países "desenvolvidos", para com eles se opor em relação do "sub-desenvolvimento". A situação anterior ao fenômeno do desenvolvimento econômico era antes de "não-desenvolvimento" de que "sub-desenvolvimento". O fenômeno do sub-desenvolvimento é, ao nosso ver, um fenômeno de relação, e não somente de quantidade. O desenvolvimento econômico, por sua vez, só foi possível a partir da Revolução Industrial. Antes havia crescimento econômico. (Ver François Perroux: "Les Blocages de la Croissance et du Développement. La Croissance, le Développement, les Progrès, le Progrès (Définitions)" em *Tiers Monde*, Tome VIII n.º 26, PUF, Avril-juin 1966).

Ora, essa espécie de dependência cultural tem efeitos bem marcantes sobre as relações entre os dois mundos. No mundo desenvolvido cria uma ligação de tal ordem, que leva os países a terem obrigações para com os subdesenvolvidos. Nêstes, a expectativa é que os países desenvolvidos continuem a ajudar, ou melhor, continuem a se preocupar com que os países subdesenvolvidos consigam realmente ser bem sucedidos na adoção dos valores novos ali introduzidos. Essa expectativa, que aqui analisamos do ponto de vista cultural, tem sua expressão sob diversas formas.

Muitas vezes os países subdesenvolvidos são acusados de "interesseiros" e "ingratos" para com os países doadores da ajuda. Esse é um fato sociológico que não é próprio descrever com essas palavras, mas que é explicável através do esquema histórico-cultural que estamos desenvolvendo. Quando uma sociedade muda de hábitos, de ideais, de organização social, ela atravessa problemas seríssimos de conflito entre as duas culturas que se substituem. Esses conflitos não se passam somente na esfera dos valores, nem na organização social, mas também na esfera política. A sociedade subdesenvolvida, que possuía uma cultura própria, muitas vezes muito bem integrada e viva, e aos poucos adota a cultura científica, sente como que se os países que se apresentam por modelos de nova cultura, fôssem culpados dos problemas gerados pelo conflito que forçosamente ai acontece.

São esses sentimentos contraditórios que fazem parecer incompreensíveis as reações da população de países subdesenvolvidos. Basta lembrar a respeito, a Índia faminta protestando contra a decisão do govêrno de matar as vacas, consideradas sagradas, para servirem de alimento. Foi a cultura moderna que se expressou através do govêrno, enquanto a cultura tradicional sentiu-se ofendida em sua parte mais sensível, a religião.

Mas essa explicação não esgota o tema. Precisamos ver também que espécie de ajuda ao desenvolvimento se pratica no mundo atual. A ajuda ao desenvolvimento, "expressis verbis", é aquela que contribui para que o país receptor instale em si "um mecanismo endógeno de crescimento econômico cumulativo e diferenciado." Todas as outras formas de ajuda, como,

por exemplo, ajuda contra os efeitos de terremotos, ou para a restauração de cidades inundadas, não são ajuda ao desenvolvimento. Podem ser humanitárias, caritativas, de reconstrução, ou o que se queira, mas não têm por finalidade o desenvolvimento. Isso não significa que sejam desprezíveis, ou muito menos condenáveis. Não significa também que essas ajudas não tenham algum efeito sobre o desenvolvimento. Mas elas não se destinam em primeiro lugar para este fim, só tendo, por isso, efeitos secundários sobre ele.

Se fôssemos rever as cifras que cada govêrno dedica à ajuda ao desenvolvimento usando desses critérios, descobriríamos que elas não são tão grandes como se apregôa. Muita ajuda militar, por exemplo, já foi contabilizada como ajuda ao desenvolvimento. Muita viagem com fins nitidamente políticos, muita pesquisa científica sobre assuntos que só muito remotamente repercutem (se repercutem) na dinâmica da vida econômica, foi paga com verbas destinadas à ajuda ao desenvolvimento. Por isso é necessário mudar a balança com que se pesam as realizações dos países subdesenvolvidos com a ajuda que lhes é dada.

Uma medida econômica é necessária criar e pôr em uso: é a "ajuda ao desenvolvimento per capita". Alguns autores já salientaram que o Plano Marshal empregou por habitante, algumas vezes mais dólares de que os Estados Unidos fornecem, por exemplo, à América Latina no mesmo período de tempo.

Outro item que merece mais divulgação nos países desenvolvidos, é o caminho que percorre a ajuda, e no cofre de quem o dinheiro termina. Em uma publicação de 1962 sobre a ajuda alemã ao desenvolvimento, vêm essas esclarecedoras informações que poderiam ser repetidas sobre cada país doador de tais ajudas: de um total de 5 bilhões de marcos pagos em 1961 e 1962 pela República Federal da Alemanha, nada menos de 59,5% foi destinado ao refinanciamento. O crédito é, pois, a principal forma de ajuda. E todo crédito tem que ser pago de volta. Isso significa que o país doador, que possui uma economia caracterizada pela abundância de capital, emprestando capital a juros, faz um bom negócio com a ajuda ao desenvolvimento, ao mesmo tempo que ajuda.

Alguns desses créditos são concedidos mediante uma obri-

gação: que o país subdesenvolvido compre com eles produtos industrializados do país doador. É certo que nenhum país deseja fornecer crédito para facilitar a venda dos produtos do concorrente. É certo também que os países subdesenvolvidos precisam comprar produtos industrializados. Mas nem por isso é menos verdade que a indústria do país doador faz um bom negócio com a ajuda ao desenvolvimento. Alguns países subdesenvolvidos, já em fase mais adiantada de industrialização, como é o caso do Brasil, estão tentando mudar essa forma de ajuda, reservando parte do crédito para compras no parque industrial interno, o qual necessita aumentar a produção, para isso dependendo do aumento da procura.

Quem visita os Estados Unidos, poderá ter ocasião de ver, em diversos lugares diferentes, grandes navios brancos ancorados um ao lado do outro. São os navios hospitais das últimas guerras. Hoje eles servem para outro fim. A espetacular produtividade do sistema agrário norte-americano obrigou o govêrno a tomar providências contra o aviltamento do mercado de alimentos, sobretudo cereais, não se interno, mas também internacional. Os navios brancos estão cheios desses cereais que não podem ser lançados no mercado livre. O mesmo país descobriu uma forma muito eficiente de ajudar as economias subdesenvolvidas a aliviarem sua balança de pagamento sempre deficitárias: vendem cereais, sobretudo trigo, por preço especial, pagável em 40 anos em moeda do país comprador. Ao mesmo tempo distribui como ajuda ao desenvolvimento grandes quantidades de outros produtos agrícolas, que vão matar a fome dos menos favorecidos. Não há dúvida que a fome crônica é uma das causas da baixa produtividade do trabalhador no país subdesenvolvido, como estudou Josué de Castro. Não há dúvida que os Estados Unidos estão dando uma grande contribuição para enfrentar esse problema. Mas também é verdade que o Govêrno e o Povo dos Estados Unidos da América do Norte estão fazendo um grande negócio com a ajuda ao desenvolvimento.

Para terminar, queremos dizer que só analisamos aqui a ajuda econômica que realmente ajuda. Não consideramos aquela que poderia ser classificada puramente como imperialismo: aquela que permite ou facilita a instalação de monopólios po-

derosos, em economias subdesenvolvidas; aquela que desarticula a indústria incipiente dos países, criando concorrentes fortes demais; aquela que amarra o país receptor à política internacional do país doador, mesmo quando essa é contra os interesses dos subdesenvolvidos.

Para a outra ajuda, a boa, devemos concluir que ela poderá ser muito útil ao país subdesenvolvido, se se destinar realmente à criação e fortalecimento das suas estruturas econômicas, mas que os lucros dos países desenvolvidos, que fornecem a ajuda, não são menores de que os benefícios recebidos pelos países que a recebem. A ajuda ao desenvolvimento, mesmo quando não é imperialismo econômico, é um bom negócio. E negócio bom, é bom para todos.

SOCIOLOGIA DAS REGIÕES SUBDESENVOLVIDAS

PINTO FERREIRA

1. — *A noção do desenvolvimento nas ciências sociais.* — A noção do desenvolvimento penetrou apenas recentemente, com seu significado atual, nas ciências sociais. No exame dos livros de Sociologia e Economia Política dos fins do século passado até por volta da última guerra mundial, não havia se desenvolvido nem popularizado o termo, hoje tão em moda e divulgado nas ciências sociais. Isto se deve sobretudo ao fato de que a visão dos sociólogos e economistas se concentrava de um lado no exame das sociedades industrializadas do mundo capitalista ocidental, de outro lado nas chamadas raças primitivas que eram objeto da etnologia.

Basta lembrar que o *Dicionário das Ciências Econômicas e Políticas*, ainda na sua 4a. edição de 1926, não aludia à palavra desenvolvimento para consagrar-lhe um artigo. Também no "Índice" do mesmo livro, no volume III (Jona, 1928) e no "Aditamento" à mesma obra (Jona, 1929), nenhuma referência se faz ao termo. Do mesmo modo o Manual de Sociologia de VIERKANDT, publicado em 1931, como obra prima da sociologia alemã da época não debate o problema, o que revela o estado de espírito daquelas gerações.

O mesmo já não acontece na atualidade, onde não somente os livros de Sociologia como os dicionários desta ciência se vêm obrigatoriamente na contingência de elucidar a matéria. Símbolo desta nova orientação surge no recente *Manual de Ciências Sociais (Handwörterbuch der Sozialwissenschaften, Stuttgart-Tubingen Gottingen, 13 volumes, publicado desde 1956)*, onde já se encontram dois artigos sobre desenvolvimento, ambos com o título *Entwicklungslaender*, um de autoria de

RICHARD F. BEHRENDT e outro escrito por PETER THOMAS BAUER, apreciando respectivamente os aspectos sociológicos e econômicos do desenvolvimento. Convém ainda mencionar outro grande dicionário de ciências políticas e sociais, o *Léxico do Estado* (*Staatslexikon*, Freiburg, 1958, em 8 volumes) com um trabalho de WALTHER G. HOFFMANN sobre *Países em Desenvolvimento* (*Entwicklungslander*).

Na França o recente *Tratado de Sociologia* de GEORGES GURVITCH, publicado em 2 volumes, a partir de 1958, e como obra coletiva de diversos estudiosos, traz um interessante resumo do Professor GEORGES BALANDIER intitulado *Sociologia das regiões subdesenvolvidas*.

Deve-se ainda a BALANDIER a orientação do livro intitulado *O Terceiro Mundo, subdesenvolvimento e desenvolvimento* (Paris, 1956), que é outro importante debate sobre a matéria, cujo tema foi popularizado no livro de LEBRET com o título *Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?* (São Paulo, 1960).

Na literatura econômica é oportuno lembrar ainda a síntese realizada por RAIMUNDO BARRE em seu *Manual de Economia Política* (Rio, 4 vols., 1962, I págs. 99-132), afora a obra sintética de ROSTOW sobre *As Etapas do Desenvolvimento Econômico* (Rio, 1964).

A literatura sobre o tema é enorme, provocando mesmo uma certa ambiguidade polêmica de conceituações. Mas a penetração do termo nas ciências sociais já é símbolo de uma mentalidade amadurecida no próprio pensamento científico e revela simultaneamente o crescimento de um terceiro mundo, formado pelas antigas colônias que se emanciparam do ocidente e de seu reduto europeu. Ao lado dos povos naturais ou raças primitivas e dos povos civilizados no ocidente, surge o terceiro mundo dos chamados países subdesenvolvidos.

2. — *A sociologia das regiões subdesenvolvidas*. — Foi este processo de amadurecimento das ciências sociais que permitiu surgisse a sociologia das regiões subdesenvolvidas, a princípio como uma simples extensão da sociologia econômica ou um aprofundamento da Economia Política e depois como um ramo autônomo da Sociologia, e assim encarado por diversos tratadistas, à maneira de BALANDIER, que avultou o seu interesse no tratamento do problema.

Procurou-se realizar o contraste entre as culturas e instituições sociais correspondentes, a fim de examinar o crescimento cultural e o encontro de culturas de níveis diferentes. A Escola Anglo-Saxônica da Antropologia Cultural, representada entre outros por BOAS, RUTH BENEDICT, MARGARET MEAD, RALPH LINTON, BRONISLAW MALINOWSKY, ROBERT RED FIELD, ao contrário dos sociólogos europeus continentais, preocupados em recolher artigos de coleções de indígenas para os museus europeus ou examinar simplesmente as instituições dos povos naturais pela obra de seus etnólogos, passou a examinar os problemas de expansão e crescimento da cultura, bem como os resultados decorrentes do encontro de culturas dinâmicas dos países europeus com as culturas estáticas dos chamados países semicultos. Dêste confronto e dêstes estudos já proveio uma primeira onda de pensadores sociais interessados nas questões do desenvolvimento econômico.

Hoje em dia a Sociologia das Regiões Subdesenvolvidas constitui um ramo especial da Sociologia. O seu objeto central é a análise dos países e das regiões subdesenvolvidas, pesquisando as instituições e quadros sociais correspondentes, bem como as relações de tais regiões como os países desenvolvidos.

A expressão países subdesenvolvidos é sobretudo utilizada pelos Americanos, conforme as palavras da língua inglesa "underdeveloped countries". As publicações oficiais alemãs e os tratados científicos evitam tais palavras, porque revelam um sentido desvalorativo pela suspeita de uma conotação pejorativa. Por isso os autores e o governo alemão usam as expressões "países em desenvolvimento". Países subdesenvolvidos e subdesenvolvimento são designados em alemão pelas palavras "unterentwicklung" e "unterentwickelte laender". Fala-se sempre de países em desenvolvimento ou "entwicklungslaender". O Ministério da Economia da Alemanha e o Ministério da Cooperação Econômica (Bministerium fuer wirtschaftliche Zusammenarbeit), bem como a *Enciclopédia Alemã de Ciências Sociais e o Léxico do Estado* preferem as palavras países em desenvolvimento.

Assim se pronuncia o último dêstes ministérios: "Vencer a fome, a miséria e a ignorância nos países em desenvolvimento e, assim, eliminar os contrastes entre povos pobres e povos ricos

é um dos mais prementes problemas mundiais, senão fundamentalmente o mais urgente. Não apenas motivos humanitários inspiram países industriais do ocidente, quando vêm em auxílio dos Estados que lutam pela solução de seus problemas. Também desempenham papel importante cultivar relações estreitas e cordiais com o Exterior. Em um mundo que, através dos meios de comunicações, se contrai cada vez mais, são também nossos vizinhos a Ásia a África e a América Latina e seus problemas não nos podem deixar indiferentes...”.

Vejam agora o significado ou o conceito de países em desenvolvimento. Segundo PETER THOMAS BAUER na aludida *Enciclopédia Alemã de Ciências Sociais*, poder-se-á esclarecer o conceito da seguinte maneira: “Na linguagem corrente designa-se como países ou regiões subdesenvolvidas ou em desenvolvimento aqueles países ou regiões nos quais a renda real e o capital por pessoa são baixos em relação à América do Norte, Europa Ocidental e Australasia, onde a maior parte da produção serve para satisfazer as necessidades diretas dos produtores e de suas famílias em lugar de servir à troca ou compra mais ampla e onde até agora as modernas técnicas de grande estilo não conseguiram aplicação nem na agricultura nem na indústria. O destaque da definição repousa principalmente na baixa quota de renda *per capita* feita comparativamente. Debaixo desta interpretação geral a definição compreende um grupo de países com mais de dois terços da população mundial”. Destarte nesta caracterização do subdesenvolvimento em sua problemática econômica se acentuam os seguintes indicadores: a baixa renda e capital *per capita*, a produção para consumo direto dos produtores e suas famílias em lugar de sua troca e comercialização mais ampla, e a tecnologia insuficiente e rudimentar tanto na agricultura como na indústria.

É claro que uma conceituação mais ampla do desenvolvimento no plano social traria como consequência a utilização de uma simbologia mais rica para indicar os aspectos do subdesenvolvimento. Assim sendo técnicas são utilizadas a fim de evitar as transformações dos chamados países subdesenvolvidos.

RICHARD F. BEHRENDT assim define o desenvolvimento em seu trabalho já citado: “Por desenvolvimento deve-se en-

tender aqui uma combinação consciente de medidas, cujo sentido subjetivo é a elevação da capacidade média de produção e do poder de compra dos membros de uma comunidade”.

É preciso lembrar entretanto que a generalidade dos autores mostra sempre como o conceito de desenvolvimento tem mais sucesso do que precisão. Especialistas de vários campos, sociólogos e antropólogos, economistas e historiadores, cientistas, políticos e demógrafos, cada um dentro do seu âmbito de apreciação, procuram dar relêvo ao estudo do desenvolvimento segundo suas perspectivas próprias. O conceito sociológico total do desenvolvimento deve ser assim buscado para melhor compreensão do assunto, mostrando destarte a existência de determinados aspectos do desenvolvimento em vários setores da vida social.

De um modo geral pode-se entender como países ou regiões subdesenvolvidas aqueles que dispõem de uma baixa renda e capital *per capita*, com tecnologia rudimentar na agricultura e na indústria, com uma economia predominantemente primária e agrária, daí decorrendo determinadas características sócio-culturais de analfabetismo, imitação dos estrangeiros, sistemas totalitários ou demográficos de govêrno, instabilidade da moeda e desequilíbrio orçamentário, levando à realização de uma economia e de uma cultura dependentes dos chamados países dominantes.

3. — *Caracteres sócio-culturais do subdesenvolvimento.* — Os sociólogos enunciam diferentemente os diversos símbolos ou critérios que caracterizam o subdesenvolvimento, critérios chamados também de indicadores do subdesenvolvimento.

BALANDIER alude à critérios de ordem interna e critérios ou característicos de ordem relacional. Entre os critérios de ordem interna êle menciona: 1) caracteres de ordem demográfica, com grande nível de mortalidade e natalidade elevada; 2) insuficiência de economia alimentar, coincidindo com a fome e a desnutrição; 3) caracteres técnicos e econômicos, com uma ampla utilização da energia humana (e não elétrica), recorrendo ainda aos animais, ventos, etc.; 4) caracteres sociais e culturais, como o analfabetismo, a condição inferior da mulher, a fraqueza da organização econômica na escola nacional

ou territorial. Já entre os critérios de ordem externa, para aferir o desenvolvimento, BALANDIER indica os chamados critérios de ordem relacional, examinando o estado atual das relações internacionais entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento e os países subdesenvolvidos, mais patentes entre eles, conforme declara: "A diferença entre os povos pobres e os povos ricos não cessa de se ampliar".

ALFRED SAUVY e CLAUDE LÉVY propõem os testes do sub-desenvolvimento, de natureza econômica e sócio-cultural, em pontos de vista mais ou menos aproximados.

Assim é que ALFRED SAUVY, em sua *Théorie Générale de la Population*, (1956, 2 volumes, I, págs. 241-242), utiliza os dez seguintes testes para apreciação do sub-desenvolvimento:

- 1 — forte mortalidade, sobretudo a mortalidade infantil, e com vida média baixa da população (30 a 40 anos);
- 2 — forte fecundidade, próxima da fecundidade fisiológica, com ausência de limitação de nascimento;
- 3 — alimentação insuficiente, com um número de calorias inferior a 2.500 e alimentação fraca de proteínas;
- 4 — forte proporção de analfabetos, beirando cerca de 80%;
- 5 — forte proporção de agricultores ou pescadores;
- 6 — subemprego, por falta ou insuficiência de meios de trabalho;
- 7 — inferioridade social da mulher e ausência de trabalho fora do lar;
- 8 — trabalho de menores a começar de 10 anos, ou mesmo antes;
- 9 — ausência ou debilidade de classe média;
- 10 — regime autoritário, de diversas formas, com a ausência das instituições democráticas.

CLAUDE LÉVY indica os seguintes testes de sub-desenvolvimento, no trabalho *Os Critérios do Sub-desenvolvimento* (*Les Critères du Sous-Développement*, na obra de BALANDIER intitulada *O Terceiro Mundo* (*Le Tiers Monde, Sous-Développe-*

ment et Développement, Paris, 1956), que são quasi idênticos aos de SAUVY:

- 1 — forte mortalidade e sobretudo mortalidade infantil;
- 2 — fecundidade fisiológica no casamento;
- 3 — higiene rudimentar;
- 4 — sub-alimentação; carências diversas;
- 5 — escasso consumo de energia;
- 6 — grande quantidade de iletrados;
- 7 — forte proporção de agricultores;
- 8 — condição inferior da mulher;
- 9 — trabalho de menores;
- 10 — debilidade das classes médias;
- 11 — vulto das sociedades.

Tanto SAUVY como CLAUDE LÉVY enumeram os testes do sub-desenvolvimento, mas não mencionam uma distinção precisa entre os *testes primários* e os *testes secundários*, embora aludem aos testes fundamentais. SAUVY indica tão só um teste fundamental, que é o número 5 de seu quadro, a saber, a forte proporção de agricultores e pescadores; CLAUDE LÉVY indica dois testes fundamentais, os números 5 e 7 de seu quadro, isto é, o escasso consumo de energia e a forte proporção de agricultores.

No Brasil, o prof. GUERREIRO RAMOS é autor de um ensaio intitulado *Critérios de Avaliação do Desenvolvimento*, publicado no livro *A Redução Sociológica* (Rio, 1965, págs. 157-164), onde procura tratar o problema dos critérios comparativos do desenvolvimento tendo em vista a sua essencialidade. Segundo êle, pode-se avaliar o progresso técnico e por conseguinte as estruturas econômicas das regiões, mediante o seguintes critérios:

- 1 — distribuição da mão-de-obra pelos ramos da atividade econômica, com predominância do setor primário nos países sub-desenvolvidos;
- 2 — baixa renda *per capita*;
- 3 — pequeno consumo *per capita* de energia;
- 4 — grau inferior de urbanização;

5 — insuficiente industrialização.

De um modo geral, verifica-se que há uma certa coincidência de pontos de vista e perspectivas quanto à avaliação dos critérios de desenvolvimento, conforme os testes de desenvolvimento, primários, ou secundários, que permitem a caracterização autêntica da medida do desenvolvimento.

4. — *Critérios de avaliação do desenvolvimento.* — O desenvolvimento de um país deve ser medido de uma maneira global, em referência à sociedade globalmente considerada. É bem de ver, entretanto, que a idéia do desenvolvimento é, além de global, particularizada em certos setores, daí uma análise setorial do desenvolvimento, que é tanto econômico, como político, social, cultural, técnico, etc., donde resulta a necessidade de aferir os principais testes do desenvolvimento.

De outro lado, quando se estuda o desenvolvimento, tomam-se geralmente nas estatísticas internacionais os índices de desenvolvimento de determinadas comunidades da Europa e da América, especialmente a Inglaterra, a Alemanha, a França, a Suécia, a Suíça, a URSS, e principalmente os Estados Unidos e o Canadá. Certos caracteres existentes em tais países são mencionados como índices de desenvolvimento, com os quais se avalia e se mede o grau de desenvolvimento e de subdesenvolvimento de outras comunidades.

Para apreciar de maneira global o dito desenvolvimento, poder-se-ia avaliá-lo de maneira global, mencionando os seguintes indicadores precisos do desenvolvimento, a saber:

I — *Caracteres econômicos e técnicos:* 1) baixa renda *per capita*; 2) caracter primário das economias dos países subdesenvolvidos; 3) insuficiente industrialização; 4) países exportadores de matérias primas e importadores de produtos manufaturados; 5) economias dependentes; 6) esvaziamento da economia através da deterioração dos termos de trocas comerciais; 7) excessiva utilização da energia humana e animal, domesticação precária das águas e ventos, com menor participação da energia elétrica.

II — *Caracteres demográficos:* 1) explosões e pressões demográficas, com elevado aumento da população. 2) baixa ex-

pectativa da duração de vida, com forte mortalidade e também forte fecundidade.

III — *Insuficiência das economias alimentares:* 1) pequeno consumo de calorias, abaixo de 2.200 calorias, enquanto o adulto normal deve consumir 3.200 cal. por dia; 2) desnutrição e fome.

IV — *Caracteres culturais e políticos:* 1) analfabetismo generalizado; 2) Condição inferior da mulher; 3) tendências políticas e formas totalitárias ou demagógicas de governo; 4) fraqueza da organização em escala nacional ou territorial; 7) ruralismo predominante com grande população rural; 8) mania reformista em geral.

V — *Caracteres monetários:* 1) instabilidade da moeda; 2) inflação crônica; 3) depreciação cambial; 4) deficit e desequilíbrio orçamentário; 5) aumento do custo de vida.

VI — *Caracteres psicológicos:* 1) tendência à imitação dos costumes políticos, sociais, moda, vestimenta, hábitos, padrões sexuais, etc., dos chamados países desenvolvidos.

VII — *Caracteres de saúde e sanitação pública:* 1) endemias, saúde precária da população, falta de sanitação pública, elevado nível de doentes em relação aos hospitais e médicos.

Tem-se assim uma visão global do desenvolvimento. Mas é preciso salientar que, dentre tais *indicadores* ou *testes* do desenvolvimento, alguns são primários e outros são secundários. Geralmente os doutrinadores tendem a mencionar a baixa renda per capita e a industrialização como os principais indicadores, dos quais são condicionados os restantes.

5. — *Ainda os critérios de avaliação do desenvolvimento: poucos ou muitos indicadores?* — Os economistas e sociólogos costumam indicar os chamados “testes” do desenvolvimento. Tais “testes” são ainda chamados de “indicadores”. Devem ser mencionados poucos ou muitos indicadores?

Após a primeira conferência das Nações Unidas em 1943, com sumária classificação do desenvolvimento, estas e também o Departamento de Estado norte-americano construíram a par-

tir de 1950, as suas estatísticas servindo de base à graduação do desenvolvimento.

Tais estudos evidenciaram a existência de 16 indicadores, para efeito estatístico e objetivo, a saber: a renda per capita, percentagem da nação em aprêço na população mundial e na renda mundial, índices de renda per capita, incremento médio anual proporcional da população, esperança de vida ao nascer, proporção de médicos por mil habitantes, grau de alfabetização, percentagem da renda nacional proveniente de atividades não-agrícolas, renda média da população agrícola, investimento industrial por trabalhador, consumo diário de energia per capita, rede estradal, frete transportado per capita, dieta diária per capita em termos de calorias, proteínas e substâncias graxas, consumo per capita de energia.

Êstes indicadores do desenvolvimento permitem uma medição matemática e estatística, dando assim uma média geral de desenvolvimento do país considerado.

Alguns autores de renome entretanto, acham que não há necessidade de uma extrema menção a indicadores de desenvolvimento, eis que só um dêles evidencia de modo vivo o dito processo, bem como não existiria uma nítida correlação entre os índices referidos.

É o que pensa SIMON KUZNETS em suas conferências sôbre o assunto (*Six Lectures on Economic Growth*, Glencoe, Illinois, The Press, 1959) bem como no estudo *Mudança Social (Economic Change)*, New York, W. W. Norton, 1953), salientando que basta referir-se a um só fator, o mais operacional entre todos, que é o da renda *per capita*.

Desenvolveu-se então a idéia de uma tripartição no modo de considerar as nações quanto ao seu crescimento econômico. Hoje, em vez da dicotomia de países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, passou-se à divisão tripartida: países altamente desenvolvidos, suficientemente desenvolvidos e insuficientemente desenvolvidos: São países de alta renda, de média renda e de baixa renda *per capita*.

Em 1949, segundo dados amplamente divulgados, examinou-se a distribuição da renda do mundo pelos países, em dólares, como moeda de liquidez internacional, com o seguinte resultado:

a) *Países de alta renda*: renda global — 67%; população — 18%; renda per capita — US\$ 915. Pertencem a esta categoria: Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, Europa noroestina (Grã-Bretanha, Países Escandinavos, Suíça, França, Alemanha, Bélgica, Países Baixos).

b) *Países de renda média*: renda global — 18%; população — 15%; renda per capita — US\$ 310. Pertencem a esta categoria: Europa central e meridional, URSS., Japão, Israel, União Sul Africana, Argentina, Uruguai.

c) *Países de baixa renda*: renda global — 15%; população — 67%; renda per capita — US\$ 54. Pertencem a tal categoria: América Latina, Ásia e África, fora as exceções das categorias precedentes.

Vê-se assim que no ano relativo havia uma profunda desigualdade de renda entre as nações, o que levou MARRAMA no trabalho *Saggio sullo sviluppo economico dei paesi arretrati* (Torino, 1958), a proclamar: “A má distribuição da renda entre países do mundo é muito mais marcante que entre regiões ou indivíduos do mesmo país”. Segundo BALANDIER êste contraste tende a agravar-se nos derradeiros anos.

5 — *O critério de avaliação do desenvolvimento através da renda per capita*. — A maneira mais prática de medir o desenvolvimento é equivalente pela renda per capita. Desde que COLIN CLARK, eminente economista australiano, publicou o seu livro intitulado *As Condições do Progresso Econômico* (1936), que tal teste é vivamente posto em relêvo.

De um modo geral, os países mais desenvolvidos asseguram alta renda per capita aos seus cidadãos. Mas às vêzes a regra sofre exceção, quando por exemplo a renda de uma nação provém quasi exclusivamente de um produto extrativo, como acontece com o petróleo na Venezuela. Trata-se de um produto natural, de cuja industrialização e extração participa um pequeno número de pessoas: na hipótese a renda per capita é alta, como é a da Venezuela a mais alta na América Latina, mas tal teste não traduz grande desenvolvimento, eis que ela é uma das maiores áreas de fome do mundo, não há distribuição nem circulação da renda entre as classes sociais, nem tão pouco a Ve-

nezuela tem sólida industrialização. Já o Brasil, com menor renda per capita que a Venezuela, tem mais sólida industrialização.

Quais os países de maior renda per capita? Passemos a vista em dois quadros, com uma diferença de quasi 20 anos.

Em 1949, a ONU classificou os países do mundo em 5 categorias, segundo a dita renda per capita, a saber:

1.º Países com renda de menos de 100 dólares: Indonésia (25), China (27), Bolívia (55), Índia (57), Paraguai (84).

2.º Países com renda de 100 a 250 dólares: Peru (100 dólares), Japão (100), Brasil (112), Turquia (125), Itália (235).

3.º Países com renda de 250 a 500 dólares: URSS (308 dólares), Argentina (346), Irlanda (420), França (482).

4.º Países com renda de 500 a 1.000 dólares: Austrália (679); Dinamarca (689), Reino Unido (773), Suécia (780), Suíça (849), Canadá (870).

5.º Países com renda superior a 1.000 dólares: Estados Unidos (1.453 dólares).

Nos últimos anos, novos dados são aduzidos e trazidos a lume, com o seguinte resultado, em que os Estados Unidos ocupam o 1.º lugar:

1.º Estados Unidos	2.366	dólares de renda per capita
2.º Canadá	1.767	" " " " "
3.º Alemanha . . .	1.350	" " " " "
4.º Suíça	1.316	" " " " "
5.º Suécia	1.313	" " " " "
6.º Nova Zelândia	1.281	" " " " "
7.º Austrália	1.211	" " " " "

8.º França	1.113	" " " " "
9.º Grã-Bretanha .	1.078	" " " " "
10.º Bélgica	1.029	" " " " "
11.º Venezuela . . .	975	" " " " "
12.º Israel	823	" " " " "
13.º Japão	585	" " " " "
14.º Porto Rico . .	581	" " " " "
15.º Itália	490	" " " " "
16.º Argentina . . .	474	" " " " "
17.º Uruguai	450	" " " " "
18.º Chile	409	" " " " "
19.º África do Sul .	386	" " " " "
20.º Cuba	370	" " " " "
21.º URSS	320	" " " " "
22.º Colômbia	301	" " " " "
23.º México	288	" " " " "
24.º BRASIL	250	" " " " "
25.º Portugal	218	" " " " "
26.º Peru	148	" " " " "
27.º China	72	" " " " "
28.º Indonésia . . .	69	" " " " "
29.º Índia	67	" " " " "
30.º Paquistão	63	" " " " "

Observa-se que a Norte América ocupa o 1.º lugar, a Alemanha teve um grande surto de progresso após a 2a. guerra mundial, enquanto que a Inglaterra, ocupando o 1.º lugar por volta de 1914, se encontra no 9.º lugar em anos atuais, ultrapassada pela França.

Tal critério de desenvolvimento medido pela renda per capita tem a vantagem de ser o mais simplificado possível, de maneira que, conglobado com outros testes que possam permitir uma comparação estatística, é o mais usado, sem dúvida.

As críticas levantadas contra tal procedimento devem ser apreciadas, pois têm o seu quantum de validade, para permitir assim tão somente uma visão aproximada e nunca absolutamente objetiva da realidade.

Assim, o critério da renda per capita é monetarista, porém nos países subdesenvolvidos grande parte da produção é desviada diretamente para o consumo, daí resultando ser subestimada a estatística da renda *per capita* nas regiões subdesenvolvidas.

Nos países subdesenvolvidos a sua aparelhagem estatística é menos eficiente, dando margem a um pior levantamento estatístico dos seus padrões de vida.

De outro lado, uma elevação considerável da renda *per capita* é possível, mas sem o correspondente desenvolvimento como na Venezuela.

Um menor aumento da renda *per capita* também resulta do fato de serem os países subdesenvolvidos, geralmente, aqueles em que se processam atualmente as explosões demográficas (por exemplo: a taxa de incremento anual de população do Brasil é o dobro dos Estados Unidos).

Além disso, a renda *per capita* é uma média, mas uma média comporta sempre uma dispersão, daí decorrendo uma má distribuição de renda de acordo com as classes sociais para o que cumpriria fixar o tipo optimal de distribuição de renda, que não seria a curva de concentração de LORENTZ, mas VITTORIO MARRAMA prefere a normalidade no sentido gaussiano, para entender como optimal a distribuição normal da renda.

Por isso é que, ao lado do critério de medição do desenvolvimento por intermédio da renda *per capita*, que permite

uma compreensão ampla e global do problema, sempre é importante recorrer a outros testes e indicadores, possibilitando corrigir os defeitos da dita perspectiva.

6. — *Diversas teorias sobre o desenvolvimento* — Diversas concepções têm sido construídas por sociólogo e economistas, bem como por psicólogos-sociais sobre o problema do desenvolvimento. Dentre estas se destacam a interpretação sócio-econômica de ROSTOW e MYINT, a interpretação sócio-cultural de HOSE-LITZ, a interpretação psico-sociológica de LERNER e CLELAND, bem como a interpretação econômica de DOBB.

WALT W. ROSTOW, antigo assessor do Presidente KENNEDY, é um dos maiores economistas contemporâneos, autor de uma interpretação sócio-econômica do desenvolvimento. É professor do M.I.T. ou Instituto de Tecnologia de Massachusetts (*Massachusetts Institute of Technology*), tendo introduzido desde 1953 o termo "take-off", traduzido como "arranco", "decolagem" ou "demarragem" para caracterizar a transição de uma sociedade com base agrícola para uma sociedade com base industrial, em seu estudo intitulado "O Processo do Crescimento" *The Process of Growth*, Oxford, 1953). Mais tarde publica uma importante obra denominada *Etapas do Desenvolvimento Econômico* (trad. brasileira, Rio, 1960, ou no inglês *The Stages of Economic Growth*, Cambridge, 1960).

O presuposto geral da tese de ROSTOW é de que "a produção resulta do nível (scale) e da produtividade das forças de trabalho e do capital (incluem-se no conceito de capital a terra e demais recursos naturais, bem como os conhecimentos científicos, técnico e organizativos)". Para êle, "o ritmo de crescimento de uma economia é considerado função das mudanças que sobrevenham dessas duas variáveis sobremaneira complexas".

Para ROSTOW nas decisões econômicas entram também as *motivações não-econômicas*, eis que os seres humanos não são regidos por motivos estritamente econômicos. Na análise econômica entram as variáveis consubstanciadas nas respostas humanas aos desafios e oportunidades proporcionados pelo ambiente material.

Surgem então as propensões humanas, indicando ROSTOW 6 propensões, a saber:

1. Propensão a desenvolver a ciência fundamental (física e social);
2. Propensão a aplicar a ciência a fins econômicos;
3. Propensão a aceitar inovações;
4. Propensão a procurar avanço material;
5. Propensão a consumir;
6. Propensão a ter filhos.

A utilização da palavra "propensão" já mostra que ROSTOW se coloca dentro da linha da doutrina de KEYNES, influenciado por DUESENBERY e HANSEN quanto à propensão a consumir, e por HARROD quanto à propensão a poupar.

ROSTOW analisa ainda a evolução da sociedade, distinguindo 5 etapas no desenvolvimento, como sejam, a sociedade tradicional, a sociedade apresentando pre-condições para o arranco, a sociedade em arranco, a sociedade da era da maturidade, a sociedade da era do consumo em massa.

Outra interpretação sócio-econômica é a de HLA MYINT, no estudo *Uma Interpretação do Atrazo Econômico* (*An Interpretation of Economic Backwardness*, Oxford Economic Papers, New Series, Junho, 1954, págs. 132-163), onde distingue entre povo atrasado e povo subdesenvolvido. Por população atrasada se entende uma coletividade que não consegue, de uma maneira ou outra, sustentar com êxito a sua luta econômica para ganhar a vida. Ele parte assim da contraposição clássica firmada por MARSHALL entre o homem, de um lado, e o ambiente que o envolve, de outro lado. A luta econômica é apenas o processo contínuo de adaptação recíproca entre necessidades, atividades e ambiente. A idéia de atraso comporta o confronto entre os diversos graus de sucesso nessa luta econômica.

Já a idéia de sub-desenvolvimento se utiliza para abranger a noção de recursos subdesenvolvidos, não sendo equivalente à de atraso. O sub-desenvolvimento dos recursos naturais e o atraso das populações são dois fenômenos distintos, não necessariamente coexistentes, mas quando coincidem recursos naturais sub-

desenvolvidos e atraso das populações, o problema se torna mais grave. MYINT assim distingue povos atrasados e povos subdesenvolvidos.

Para MYINT o tema fundamental dos países sub-desenvolvidos não é na essencialidade um mero problema de baixo nível ou de disparidade internacional de rendas fiscais, mas é também o de uma participação desigual nos processos de atividade econômica. Por isso, é, por exemplo, "a experiência comum dos países sub-desenvolvidos não só a de estarem a braços com escassez generalizada de gente instruída, senão também a de disporem de relativamente poucos elementos técnicos que se consideram socialmente produtivos, como, v. gr., engenheiros e médicos, enquanto possuem relativa abundância de elementos considerados socialmente menos produtivos, advogados e tutores de ordem".

Passemos agora a analisar a teoria sócio-cultural do desenvolvimento, exposta por BERT F. HOSELLITZ. Este é autor dos seguintes trabalhos: *Social Structure and Economic Growth* (in *Economia Internazionale*, 6, agosto 1953, págs. 52-77), *A Sociologia Approach to Economic Development* (em *Atti del Congresso Internazionale di Studio sul Problema delle Aree Arretrate*, Milano, Centro Nazionale di Prevenzione e Difesa Sociale, 1955, II, págs. 775-778) e *Theories of Economic Growth*, Illinois, 1960 (344 páginas).

Segundo HOSELLITZ "o desenvolvimento econômico pode ser considerado como associado à transformação do comportamento social de uma forma que, em seus aspectos economicamente relevantes, é orientado para a atribuição (*ascription*), o particularismo e a difusão funcional, a uma forma de comportamento especial orientado para a realização (*achievement*), o universalismo e a especificação funcional".

Assim o eminente sociólogo adota o esquema anteriormente traçado por TALCOTT PARSONS, em *The Social System* (1951) sobre "as variáveis-padrões da definição dos papéis sociais".

Resumindo de maneira prática a interpretação de HOSELLITZ, poder-se-ia formulá-la concretamente nos seguintes itens:

- 1) Na sociedade de baixo desenvolvimento, os papéis sociais

desempenhados no setor econômico são distribuídos na base do "status", da tradição, e não da competência para preencher tal função. Não há de outro lado confiança na realização (*achievement*) de esforços para o provimento de bens econômicos, eis que a "realização" é limitada a objetivos pouco relevantes.

2) A sociedade sub-desenvolvida é particularista, antes que universalista, na distribuição dos papéis sociais, é entrecortada de castas e quistos, dotada de pouca mobilidade, ao contrário das sociedades desenvolvidas sempre preocupadas em atingir o ótimo, o mais racional e o mais eficiente na colocação dos recursos disponíveis. Ele exprime em outros termos a opinião de HENRY SUMNER MAINE no *Ancient law*, segundo a qual há uma mudança do *status* para o *contractus* nas sociedades em progresso.

3 — Nas sociedades sub-desenvolvidas os papéis econômicos são genéricos e difusos, eis que o camponês das ditas sociedades quase tudo faz, desde a construção de sua moradia e utensílios até a produção de alimentos, ao passo que nas sociedades desenvolvidas o trabalhador moderno se consagra a uma só tarefa específica. O desenvolvimento econômico se acompanha destarte da crescente divisão da atividade social.

HOSELITZ ainda estuda toda uma rica temática na sociologia do desenvolvimento, indagando as alterações de estruturas das sociedades em desenvolvimento, estudando si há só um ou diversos modelos de desenvolvimento, si tal processo de transição é contínuo ou descontínuo, o que revela na verdade o variado conteúdo atual deste ramo da sociologia.

Já as interpretações psico-sociológicas do desenvolvimento são formuladas por LERNER e CLELLAND. DABIEL LERNER é o autor do livro intitulado *The Passing of Traditional Society — Modernizing the Middle East* (Glencoe, 1958, 466 páginas). Realiza uma pesquisa de campo no Oriente Próximo (Líbano, Síria, Jordânia, Irã e Iraque), operando a sua sociologia do desenvolvimento sobre a base do conceito que ele denomina de "personalidade móbil ou empática".

O que é a personalidade móbil? Ela se distingue pela sua capacidade de identificar-se com novos aspectos de seu ambiente.

A projeção facilita tal assimilação, mediante a atribuição ao objeto de certas qualidades prediletas do próprio eu.

A introjeção aprofunda a identidade pessoal mediante atribuição ao próprio eu de certos predicados desejáveis no objeto. Por sua vez, a empatia, segundo LERNER, é um conceito que sintetiza as duas dimensões da personalidade móbil, a saber, a projeção e a introjeção.

Por isso é que LERNER explica o desenvolvimento à base de tal comportamento humano: a transformação da personalidade social na direção da empatia, para conseguir o novo estilo de vida, que é a modernização, palavra ampla que se refere às anteriores de europeização e americanização.

O desenvolvimento é a marcha para a modernização.

"Hipótese central deste estudo", segundo comenta CALDERAN BELTRÃO em sua *Sociologia do Desenvolvimento* (Porto Alegre, 1965), "é que alta capacidade empática predomina como estilo de vida pessoal somente na sociedade moderna, que é eminentemente industrial, urbana, alfabetizada, e participante, isto é, só funciona através de consenso dos cidadãos. Por isso, nessa "sociedade participante" a maioria do povo frequenta a escola, lê jornais, percebe vencimentos em ocupações que têm o direito de mudar, compra mercadorias num mercado aberto, vota em eleições que decidem dentre candidatos concorrentes, exprime opiniões em assuntos que não dizem respeito a seus negócios pessoais".

Já outra teoria psico-sociológica do desenvolvimento é exposta por DAVID MC CLELLAND, na obra *The Achieving Society* (Princeton, 1961, 512 páginas), cujo conceito central se baseia na necessidade de realização (*need of achievement*), aludido por R. WINTERBOTTOM, que foi o primeiro a referir-se, em 1953, à possibilidade de um nexos entre a motivação para a realização e o desenvolvimento, a saber: a educação por parte dos pais para a independência e o controle das situações, bem como a necessidade de realização por parte dos filhos, ao que agrega as variáveis de MAX WEBER dos valores de confiança em si mesmo, próprios do protestantismo e do capitalismo. São estas 4 as principais variáveis de desenvolvimento.

A obra de CLELLAND supõe em sua essencialidade que as forças que produzem o desenvolvimento residem "no próprio homem", razão por que procura estudá-las científica-

mente, substituindo a especulação dos cientistas de poltrona (*armchair scientists*) de tradição acadêmica por uma indagação rigorosamente científica. Parece que no fundo entretanto a tese de CLELLAND se inclina a uma perspectiva puritana de entender como causa da estagnação econômica uma falta de disposição "to do well" e ao "hard work".

Outra interpretação psicológica ou psicológico-social do desenvolvimento é feita por EVERETT E. HAGEN, em sua *Teoria da Mudança Social (On The Theory of Social Change — How Economic Growth begins*, Homewood, Illinois, The Dorsey Press, 557 págs.). Ele parte de uma teoria psicológica sobre a personalidade social, afirmando que o desenvolvimento resulta da transformação da personalidade "autoritária" em personalidade "inovacional".

Tais tipos criadores ou inovadores surgem em consequência de um estado de ansiedade, que nos filhos é cultivado pelos pais e especialmente pelas mães, quando pertencem a um estrato social que tenha sofrido uma falta de consideração social (*withdrawal of status respect*). Daí resultam sucessivamente: um processo de marginalização, depois na próxima geração um estado de recessividade e numa segunda etapa ou geração um tipo de personalidade social inovadora.

Passemos agora a uma rápida exposição das teorias econômicas do desenvolvimento, das quais a mais importante se prende ao marxismo, com suas etapas do desenvolvimento previstas na passagem da sociedade primitiva para os impérios esclavagistas da antiguidade, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo.

Além disso há por mencionar a interpretação de MAURICE DOBB em seu ensaio sobre *O Crescimento Econômico* (Rio, 1965), publicado originalmente em inglês com o título *Economic Growth and Underdeveloped Countries* (London, 1963). Para êle desenvolvimento econômico significa progresso, e que na história da humanidade o progresso econômico é relativamente moderno, com o que concorda LORD KEYNES em *The Economics of our Grandchildren*.

Nos últimos 200 anos o crescimento da produção industrial do mundo, medida *per capita* da população, foi várias vês

zes superior ao que se alcançara posteriormente em toda a história humana.

DOBB estuda o desenvolvimento nos países capitalistas e nos países socialistas, advertido que nos primeiros o dito desenvolvimento não se faz suave ou continuamente, mas de forma intermitente, aos pulos, nos países socialistas o desenvolvimento se fazendo através das formas do planismo e da criação da indústria pesada nos países de maiores dimensões geográficas.

DOBB analisa também o desenvolvimento das nações que integram o terceiro mundo, e investiga o problema crucial de saber porque o desenvolvimento se detem, como ainda os diversos modelos ou caminhos de desenvolvimento.

Tais são de maneira geral as principais teorias sobre o desenvolvimento, expostas longamente pelos seus doutrinadores, na discussão de uma temática que é das mais ricas e oportunas da moderna sociologia, a saber, com a constituição de uma sociologia do desenvolvimento, indagando de per si os principais indicadores do desenvolvimento.

7. *A importância da sociologia do desenvolvimento.* — Ninguém pode desconhecer a importância da sociologia do desenvolvimento. Mesmo porque inúmeros problemas de reestruturação e de reforma nos países sub-desenvolvidos ou em desenvolvimento devem ser esclarecidos à luz de uma temática nova.

Em setembro de 1962, no V Congresso Mundial de Sociologia, SEYMOUR LIPSET inciou a leitura do seu trabalho com as seguintes palavras:

"A problemática das condições sociais que favoreçam o consolidamento de estruturas políticas estáveis e não autoritárias nas novas nações da Ásia e da África, tornou-se neste após-guerra, uma das maiores preocupações dos estadistas e do mundo acadêmico. Surgiu assim um novo campo de pesquisa em economia, em ciência política e em sociologia: o estudo do desenvolvimento. Este simples fato de que o V Congresso Mundial de Sociologia toma como seu tema principal para as sessões plenárias a sociologia do desenvolvimento, constitui precisamente um índice de sua crescente importância" (SEYMOUR M. LIPSET, *The United States — The First New Nation*, Paper for the Plenary Session on Sociology of Development for Fifth

World Congress of Sociology in Washington, D. C., September, 1962, mimeo., pág. 1).

Os diversos problemas sociais, políticos e culturais devem ser interpretados de acôrdo com as estruturas sociais e econômicas dos países. LORR KEYNES já advertia, com o seu prestígio e renome de economista mundialmente consagrado, sobre perigo de transplantação de modelos econômicos dos países industrializados da Europa para nações sub-desenvolvidas, o que também relembra PERROUX. As teses podem ser corretas, mas faltam as circunstâncias sociais para assimilá-las. Um sociólogo brasileiro, GUERREIRO RAMOS, tem insistido neste tocante, através das sugestões de uma redução sociológica, afim de conseguir uma assimilação crítica e não uma imitação formal e inútil das grandes instituições, idéias, sistemas, que precisam ser reajustadas às possíveis condições sociais e culturais de cada comunidade. Ainda no Brasil, o escritor GILBERTO AMADO sempre se pronunciou com agudeza e sensibilidade neste sentido, especialmente em seu livro *Eleição e Representação*.

A sociologia do desenvolvimento tem assim diante de si um grande futuro. Embora seja profundamente útil e necessário o conhecimento científico dos fatos sociais da Europa e da América industrializadas, bem como o conhecimento etnológico dos povos primitivos ou das sociedades naturais, assim como o estudo histórico das sociedades, é indispensável o conhecimento da realidade nacional de cada país.

Tal conhecimento e interpretação dos fatos sociológicos totais na sociedade sub-desenvolvidas ou em desenvolvimento, exige um grupo de visão global pertinente a tais problemas, que somente a chamada sociologia das regiões sub-desenvolvidas, ou mais simplesmente, a sociologia do desenvolvimento, pode permitir com resultados proveitosos.

BIBLIOGRAFIA

- Richard F. Behrendt, *Entwicklungslander*, no *Handwörterbuch der Sozialwissenschaften*, Stuttgart-Tubinger Gottingen, 13 volumes, publicado desde 1956, III, 1961, págs. 230-242.
- PETER THOMAS BAUER, *Entwicklungslander*, no *Handwörterbuch der Sozialwissenschaften*, Stuttgart-Tubingen Gottingen, 13 volumes, publicado desde 1956, III, 1961, págs. 242-258.
- WALTHER G. HOFFMANN, *Entwicklungslander*, no *Staatslexikon*, Freiburg, 1958, em 8 volumes, II, págs. 1202-1212.
- L.A. COSTA PINTO, *Sociologia e Desenvolvimento*, Rio, 1965.
- FERNANDO DE OLIVEIRA MOTA, *Manual do Desenvolvimento Econômico*, Rio 1964.
- CALDERAN BELTRAO, *Sociologia do Desenvolvimento*, Porto Alegre, 1965.
- MAURICE DOBB, *O Crescimento Econômico*, Rio, 1965.
- W. W. ROSTOW, *Etapas, do Desenvolvimento Econômico*, Rio 1964.
- LEBRET, *Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?*, São Paulo, 1960.
- GUERREIRO RAMOS, *A Redução Sociológica*, Rio, 1965.
- GEORGES BALANDIER, *Sociologie des Régions sous développées*, artigo publicado no *Traité de Sociologie*, de GEORGES GUVITCH, Paris, 1958, 2 volumes, I, págs. 332, 344.
- G. BALANDIER, (sob a direção de), *Le "Tiers Monde", sous-développement et développement*, Paris, 1956.
- G. BALANDIER, *Consequences sociales du progrès technique dans les pays sous-développés*, *Sociologie contemporaine*, volume III, Paris, 1954-55.
- G. BALANDIER, *Motivations et stimulations économiques dans les pays insuffisamment développés*, in *Bul. inter. des Sc. sociales*, Volume VI, 3, 1954.
- R. Dumont, *Revolution dans les campagnes chinoises*, Paris, 1957.
- GOUROU, *Les pays tropicaux*, 1948.
- S. H. FRANKEL, *The Economic Impact on Under-developed Societies*, Oxford, Black-Well, 1953.
- B. F. HOSELITZ, sobre a direção de, *The Progress of Under-developed Areas*, Chicago, University of Chicago Press, 1952.
- O. B. U., *Bibliographie des ouvrages relatifs aux méthodes et problèmes de l'industrialisation dans les pays sous-développés*, New York, 1954.
- Institut de Science économique appliquée, *Niveaux de développement et politiques de croissance*, Paris, 1955.

INCIDI, XXIX Sessions d'études, Le développement d'une classe moyenne dans les pays tropicaux et subtropicaux, Bruxelles, 1955.

M. CEPEDA et M. LENGELLE, Economie alimentaire du globe. Essai d'interprétation, Paris, Librairie Médicis, 1953.

A. PIATIER. Les inegalites du développement démographique et économique, in Encyclopédie Française, T. XI; La vie internationale, Paris 1957.

SIMON KUZNETS, Six Lectures on Economic Growth, Glencoe (Illinois), The Free Press, 1959, 122 páginas.

Artur Lewis, The Theory of Economic Growth, London, Allen & Unwin, 1955, 453 páginas.

VITTORIO MARRAMA, Saggio sullo sviluppo economico dei paesi arretrati, Torino, Einaudi, 1958, 396 páginas.

CAMÕES

CÉSAR LEAL

CAMÕES é um poeta demasiadamente vasto para se deixar penetrar pelas análises e interpretações de revisões críticas sumárias como esta. Contudo, se êle tem de ser julgado — e creio que se pode julgar Camões — não se deverá fazê-lo senão levando em conta o cânon de seu tempo. Se alguém tentar interpretá-lo exclusivamente à luz de valores críticos elaborados para a dissecação da sensibilidade moderna, será quase certo que errará o alvo a que se proponha atingir. O estudo da obra poética de Camões oferece muitas dificuldades. A maior delas, a meu ver, seria a ausência de uma tradição crítica que nos possibilitasse um melhor conhecimento das mudanças que se têm verificado na poesia de língua portuguesa, a partir de Camões. Temos que aceitar apenas a perspectiva que nos oferece a história da literatura como substituto de uma quase ciência que está se tornando a cada dia mais especializada: a crítica de poesia; e dentro da literatura é a poesia o gênero que constitui o núcleo mais centralizado dos interesses da crítica contemporânea. A poesia inglesa — a meu ver a melhor e a mais crítica que se cultiva no mundo presentemente — alcançou êsse elevado nível graças à tradição de grandes críticos-poetas que a têm notabilizado desde o século XVI com Ben Jonson, Dryden, Addison, Johnson, Coleridge, Wordsworth, Matthew Arnold e, mais recentemente, Richards, Empson e Eliot.

A ausência dessa tradição em nossa língua faz com que o julgamento de nossos melhores poetas, inclusive Camões, seja influenciado por idéias que não correspondem ao desenvolvimento de nossa própria poesia, além de revelar um sombrio desconhecimento do seu significado em cada época determinada da história. Não fôra a ausência dessa tradição, que nos torna

admiradores incondicionais de hábeis versejadores, cultivadores de gêneros e formas poéticas somente toleráveis pela negligência e inépcia daqueles que sustentam nas mãos os instrumentos da cultura, e a nossa crítica de poesia seria muito mais eficaz em suas apreciações.

Camões tem sido muito louvado — às vezes exageradamente mas não se pode concordar com aquêles que o criticam por haver seguido de perto a Virgílio e aos pré-renascentistas e renascentistas italianos, especialmente Dante, Petrarca e Ariosto.

Nos *Lusíadas*, Vasco da Gama segue antes o tipo heróico criado por Virgílio. Verifica-se aqui — para desespero dos eruditos que apontavam Virgílio como imitador de Homero — que Enéias e Aquiles, como personagens épicas, nada têm de comum; ou teriam muito pouco. A virtude de Aquiles e dos personagens homéricos, resulta do “equilíbrio entre a fôrça e a razão”; a de Enéias repousa exclusivamente sobre princípios éticos. O herói camoniano representa a fusão dessas virtudes características da epopéia clássica, a qual êle associa muito do espírito nacional de seu povo, inclusive a submissão do herói à disciplina militar e cega obediência ao rei. Possui também alguns defeitos que não podem ser atribuídos a um verdadeiro personagem épico. Mas, literariamente, aquêles são novos valores que a crítica tem de reconhecer como devidos unicamente a Camões. Pois em Homero o herói é livre. Aquiles rompe com Agamenon e só volta à luta para vingar a morte de Pátroclo. Diferente é o comportamento de Vasco da Gama. Ao chegar a Melinde, recebe um convite real para visitar a cidade; recusa-se, contudo, a abandonar o seu navio, pois o “regimento”, em tudo obedecido, lhe manda que não saia deixando a frota em nenhum pôrto:

E porque é de vassallos o exercício
Que os membros tem, regidos da cabeça,
Não quererás, pois tens de Rei o officio,
Que ninguém ao seu Rei desobedeça.

Os Lusíadas, embora se ressinta em grande parte do maravilhoso (quando se o compara com a *Odisséia*, o *Orlando Furioso* ou a *Eneida*) é obra perfeita do ponto de vista estrutural.

Chegam a ser quase espantosos os conhecimentos técnicos-expressivos de Camões sobre a epopéia. Isso talvez o tenha prejudicado, mas se explica pela situação histórico-cultural da Europa no Renascimento. Se as línguas nacionais deviam enriquecer-se pela atividade criadora de seus poetas, o estudo sério dos autores antigos era obrigatório. Dante já dera o exemplo ao chamar Virgílio de “mio maestro e'l mio autore”.

O poema camoniano se inicia com a esquadra de Vasco da Gama já em mar alto, no Oceano Índico. Creio ser desnecessário louvar o artífice técnico que utiliza Camões para dar matéria a mais de três Cantos de sua epopéia, ao narrar ao rei de Melinde todo o passado de seu povo até a chegada alí da expedição. E é durante esta narrativa que surge, como explosão de seu temperamento elegíaco, o episódio de Inês de Castro, intermédio trágico que, segundo o cânon da época, não devia faltar em nenhum poema de larga extensão. Geralmente, tais episódios deveriam surgir logo no início do poema; a nota elegíaca se destinava a quebrar um pouco, ou pelo menos abrandar, os efeitos depressivos desencadeados no espírito do leitor pela intensidade da ação épica ou dramática; tais episódios sendo trágicos, consequentemente são também dramáticos; mas o que se procura aqui é tornar presente no drama, na tragédia, a nota dolorosa e triste. Em Dante, a história de Francesca aparece no Canto V do Inferno, e, segundo creio, é o que de mais belo existe no gênero em toda a poesia universal.

Entretanto o episódio de Inês não se faz integralmente dentro dos princípios que levaram Dante a descrever o de Francesca, já que, ao contrário do Mondego, o Limbo é uma região intrinsecamente dramática. Em Camões, quase tudo se faz sob o signo das idéias oriundas do Renascimento. Essas idéias reintroduziram na poesia das línguas nacionais o *topos* do “lugar ameno”, que embora existindo em toda a poesia da Idade Média, só com Dante é revitalizado, quando, no Canto XXVIII do Purgatório, Matilda ao descrever o Paraíso Terrestre, faz depender dêsse lugar de eterna primavera a “paisagem ideal” cantada pelos antigos poetas.

A sensibilidade de Petrarca, Ariosto e Tasso está em parte voltada para a Antiguidade, mas são êles — e especialmente

Dante — que realmente criaram novas formas, um novo estilo na poesia européia.

A busca de originalidade renascentista nunca se converteu num caso “patológico” como vem ocorrendo a largos setores da poesia moderna; ou melhor de toda a arte moderna. Ela é procurada num determinado período, mas, uma vez encontradas, as formas, os ritmos, os metros — extratos intrinsecamente sociais passam a ser patrimônio da literatura de todas as nações. Concluídas as pesquisas, voltam-se todos ao trabalho criador. Pois é melhor criar do que teorizar apenas. Assim, os estilos do Renascimento deixam de ser “estilos históricos” para se constituir em “estilos de cultura”. Como grande poeta, Camões se serve de um *estilo de cultura*. Ele não precisava descobrir uma estrofe para os *Lusíadas*. O Cânon da época já estabelecera que a epopéia devia ser escrita na oitava de Boiardo e Ariosto. Eugênio d’Ors, em um estudo sobre o Barroco, foi dos primeiros a demonstrar que a imitação de um estilo histórico só poderia resultar num pastiche ou plágio, o que não pode ocorrer com os estilos de cultura. Spenser, Sidney, Sá de Miranda e Garcilaso não podem ser acusados de pouca originalidade ou pouca capacidade de invenção simplesmente porque introduziram na Inglaterra, Portugal e Espanha uma invenção italiana: o soneto. Entretanto, se poderia argumentar que a Espanha não tinha nenhuma semelhança com a Itália, pois é um dos poucos países que praticamente não foram atingidos pela Renascença. Pois a Renascença, o seu classicismo, se restringe exclusivamente a Boscán e Garcilaso. Mas é justamente graças ao fenômeno que os antropólogos e sociólogos chamam de “difusão” que pôde surgir naquela época um “sistema internacional” de formas literárias, ao qual se integrou Camões, sendo ele próprio um dos iniciadores de Barroco na poesia européia, antes de Shakespeare, Lope da Vega e Gongora. Mas creio que antes de analisar o barroco camoniano seria interessante estudar a influência de Garcilaso no episódio de Inês de Castro, assim como na criação da *Ilha dos Amores*.

Não me parece irrelevante a resposta que se possa dar a esta pergunta, quase automaticamente formulada, sempre que se fala de Camões: — seria ele mais importante como épico

ou como lírico? Creio que a resposta mais inteligente seria aquela que não admitisse dissociação alguma entre o Camões lírico e o Camões épico. Considerando-se isoladamente os dois gêneros, as diferenças fundamentais existentes entre ambos, acredito que o certo seria dizer-se que os *Lusíadas* e as *Rimas* bem como sua obra dramática — menos importante — formam integralmente a personalidade poética de Camões; os três gêneros constituem partes indissolúveis de uma mesma unidade: a poesia camoniana. Se ele houvesse escrito apenas os *Lusíadas* nos teria dado obra perfeita no gênero; mas revelaria pouco da enorme riqueza de seu temperamento bucólico, da multiplicidade de sentimentos — amor, arrependimento, desejo, tristeza, melancolia — expressos em apurada forma artística, de que são exemplos suas elegias, sonetos, odes, sextinas e canções.

Nos *Lusíadas*, a natureza objetiva da poesia épica, a necessidade que se tem de mostrar o poema como “uma *empresa nacional* em que se deve imprimir o gênio inteiro de um povo na aurora de sua existência heróica”, impedem que tais sentimentos façam sua irrupção, a não ser em dois momentos: a tragédia de Inês de Castro, no Canto terceiro, e a invenção da Ilha dos Amores, nos Cantos nono e décimo. Acredito que a influência de Garcilaso tenha sido decisiva para a formulação técnico-expressiva, e até mesmo afetiva, da história de Inês. O estímulo formal em Camões — como em Garcilaso — deriva do pensamento italiano dominante na literatura européia da época. Mas o que pretendo assinalar aqui, um tanto arbitrariamente como costuma ser o meu assistematismo crítico, é o que irei chamar de “permutação” entre Camões e Garcilaso, embora quase não hajam sido sequer contemporâneos; ambos, entretanto, ainda que distanciados, viveram no mesmo século; ambos foram soldados, mas menos inclinados à descrição de suas aventuras militares de que a expressão de seus temperamentos melancólicos, marcados intensamente pelo sofrimento amoroso. Essa a razão — segundo creio — que tem levado alguns críticos a considerar Camões portador de uma índole pouco épica, sobrepujada em suas limitações, pelo

“honesto estudo” das ciências, das artes, e sobretudo dos verdadeiros caracteres da epopéia heróica.

Em 1535, Garcilaso foi gravemente ferido em combate, tendo quase perdido um braço e recebido deformantes ferimentos na boca; tais fatos tiveram vaga repercussão nos poucos poemas que escreveu até sua morte, ocorrida pouco depois, em 1536. Contudo, é significativo que um de seus últimos poemas seja a *Écloga*, em que narra a morte da jovem portuguesa Isabel Freire, por quem se apaixonara e cujo desaparecimento ocorre numa espessura de erva, “cêrca del Tajo en soledad amena”. Menos de quarenta anos depois, Camões lhe oferece em troca uma composição de pêsso idêntico — a descrição da morte da bela espanhola Inês de Castro, que viera a Portugal acompanhando a princesa Constança, de Castela, e fôra morta às margens do Mondego, em sítio onde hoje “fresca fonte rega as flôres, que lágrimas são a água e o nome amores”.

Creio que a *Écloga* III de Garcilaso, tanto do ponto de vista do estilo, quanto da delicadeza dos sentimentos, apresenta valores poéticos superiores ao episódio de Inês. Negá-lo seria quase impossível. Isso não dá direito a ninguém de julgar estar eu afirmando a superioridade de Garcilaso sobre Camões. O maior nível de harmonia do conjunto em Garcilaso se explica por ser o seu poema uma composição lírica de pequena extensão; o poeta podia trabalhá-la cuidadosamente. Ainda mais quando se sabe que o jovem escritor espanhol produziu pouco e sem pressa. Apesar da enorme importância literária e histórica, a obra poética de Garcilaso é constituída de apenas trinta e oito sonetos, cinco canções, uma epístola e três *éclogas*. Camões, ao contrário, faz irromper o episódio de Inês no curso de uma ação épica que se estende por mais de oito mil decassílabos. Como ambos se serviram da oitava rima, creio que será interessante compará-los; vejamos algumas estrofes de ambos. Primeiro Garcilaso:

Todas con el cabello desparcido
lloravan una Ninfa delicada,
cuya vida mostraba que habia sido
antes de tiempo y casi en flor cortada.

Cerca del agua, en un lugar florido,
estaba entre la yerba degollada
cual queda el blanco cisne cuando pierde
la dulce vida entre la yerba verde.

Agora Camões:

Assim como a bonina, que cortada
Antes do tempo foi, cândida e bela,
Sendo das mãos lascivas maltratada
Da menina que a trouxe na capela
O cheiro traz perdido e a côr murchada:
Tal está morta a pálida donzela,
Secas do rosto as rosas e perdida
A branca e viva côr com a doce vida.

Observe-se a extrema precisão das imagens de Garcilaso ao pintar o ambiente. A Ninfa morta (Isabel Freire) teve a vida antes do tempo cortada como uma flôr. As ninfas do rio vêm chorar a jovem portuguesa, cujo corpo alvo como um cisne contrasta com o verde da erva. Em Camões, Inês é comparada a uma bonina também cortada antes do tempo. A expressão “antes do tempo” em Garcilaso é usada com maior precisão. Em Camões não ocorre o mesmo. Êle utiliza cinco versos da oitava na comparação, e segundo me parece, isso já representa uma falha expressiva em relação a Garcilaso. Sòmente nos três versos finais êle nos oferece uma imagem da jovem morta: o rosto pálido, as rosas sêcas da face e perdida a vida com a branca e viva côr. De forma um tanto imprópria, eu diria que a estrofe de Camões seria pastiche da estrofe de Garcilaso. Seria talvez mais exato dizer que Camões apenas traduziu Garcilaso nesse trecho. E se dúvida houvesse, bastaria citar alguns traços estilísticos comuns às estrofes citadas. “Antes do tempo”, “flor cortada”, “doce vida”. Nos versos emparelhados ambos se servem do mesmo verbo: perder. Escreve Garcilaso:

cual queda el blanco cisne cuando pierde
la dulce vida entre la yerba verde.

Vejamos Camões:

Secas do rosto as rosas e perdida
A branca e viva côr com a doce vida.

Na *Écloga III*, a paisagem de Garcilaso não é comum apenas à poesia renascentista. O sussurro das abelhas que se ouve no profundo silêncio do vale, ao contrário do que afirmam ilustres críticos europeus, nada tem de novo em Garcilaso, ou que pelo menos possa ser considerado puramente renascentista, pois tal zumbido já se ouvia na mais remota tradição épica da China e da Índia e especialmente na poesia bucólica grega. No *Idílio VII*, conhecido como a “rainha das *éclogas*” de Teócrito, sussurram abelhas douradas ao colherem o suco das flôres com que a deusa dos poetas preparava um saboroso mel para Comatas, pastor de cabras siciliano, encerrado num ataúde de madeira por seu amo como castigo pelos constantes sacrifícios que êle oferecia às Musas. Contudo, pôde viver assim dois meses, pois abelhas levavam à Musa Célica a substância com que ela

Doce formando, lhe acalmava a fome
Molhando o lábio em néctar delicioso.

O *topos* passa a Virgílio e a tôda a grande poesia latina medieval e do Renascimento. Em descrições como essas Camões rivaliza com todos ao inventar a *Ilha dos Amores*. Mas antes de analisar essa passagem, onde a influência de Garcilaso mais uma vez se manifesta, não posso deixar sem comentários uma das mais belas estrofes dos *Lusíadas*. Refiro-me àquela que fixa o ponto culminante da história de Inês:

Tais contra Inês os brutos matadores
No colo de alabastro que sustinha
As obras com que Amor matou de amores
Aquele que depois a fêz Rainha.
As espadas banhando e as brancas flôres
Que ela dos olhos seus regadas tinha,
Se encarniçam férvidos e irosos,
No futuro castigo não cuidadosos.

Tal estrofe “é um milagre de invenção rara”. Não por todos os seus versos, mas por dois ou três, e especialmente um que surge com súbita fôrça e ilumina todo corpo de epopéia camoniana. Refiro-me ao terceiro:

As obras com que amor matou de amores.

Acredito que êsse verso — sempre tão discutido pelos críticos — encontra sua origem no “stil novo”, designação dada por Dante no Canto XXIV do *Purgatório* ao movimento idealizado por Guido Guinizelli, em fins do século XIII e cujos fundamentos teóricos o próprio Dante desenvolve juntamente com outros poetas toscanos como Guido Cavalcanti, e Giani Alfani. O grupo elege como temas poéticos característicos do movimento renovador “noção de que o Amor somente pode encontrar-se no coração gentil e não pode haver coração nobre em que nêle não resida o Amor”. Outro tema, de certo modo ligado ao primeiro, é o de que a “idéia da mulher bela dá lugar no coração do homem a uma inata disposição para o bem, isto é, dá lugar à gentileza que se identifica com o amor, que existia antes apenas em potência e que é, portanto, instrumento de elevação da alma do amante ao Sumo Bem”. A beleza é formada na mulher pelo conjunto de seus atributos físicos e morais; mas é no rosto que ela tem de demonstrar as belas *obras* com que foi adornada pelo criador. Assim, os cabelos, olhos, sobrancelhas, dentes, bôca, lábios, nariz e sorriso de Inês de Castro formavam “as obras com que Amor matou de amores” o rei Pedro. É necessário comentar essa passagem, pois alguns críticos consideram o verso citado extremamente difícil. Acredito que esta é a chave de sua explicação. Alguns já interpretaram que as *obras* a que se referia Camões seriam os seios de Inês! Outras interpretações são aceitáveis, porém a que acabo de dar me parece historicamente apoiada em melhores fundamentos. O que não é assim tão importante, especialmente quando se verifica que a beleza do verso transcende à fragilidade de tais análises. Melhor seria aceitá-lo com um objeto sagrado; como o intraduzível verso de Dante no episódio de Francesca:

Amor, ch'a nullo amato amar perdona.

Ao criar a *Ilha dos Amores*, Camões se torna o primeiro poeta ibérico a construir uma *paisagem* ideal que ultrapassa as exigências da época e penetra profundamente o núcleo mais interno da tradição greco-latina. Como declara Dámaso Alonso, o “lugar ameno” de Garcilaso, na *Écloga III*, está impreg-

nado do pensamento renascentista, mas acrescentado da seiva nova que lhe infundem outros fatores, inclusive ecológicos. Segundo creio, o mesmo não ocorre a Camões, ainda que êle esteja influenciado pelo *estilo nôvo* e cultive com máxima eficácia todos os seus gêneros, mesmo os mais difíceis, como a sextina e o soneto. O universo camoniano não se reduz a uma pura visão da Europa, idealizada como “reflexo ou imagem platônica da Suma Beleza” (Dámaso Alonso). Dois críticos alemães, cuja erudição não deve ser subestimada — Friedrich Schlegel e Ernst Robert Curtius — ao estudarem determinados problemas relacionados à interpretação de textos poéticos, fazem apreciações que considero de importância para uma compreensão mais ampla dos *Lusíadas*. Schlegel nos lembra que o poema foi concebido sob os céus da Índia e está cheio de esplendor meridional; Curtius mostra que a “transfiguração do homem, do mundo e da terra ocidental” se inicia com Homero, e só é modificada pela tragédia ática e, mais tarde, pela poesia medieval cristã-germânica. As afirmações de Schlegel e Curtius, são suficientes para demonstrar que o universo camoniano, sua *paisagem ideal*, não se restringe “ao mundo abreviado e puro”, essencialmente renascentista, observado em outros poetas da época. Como disse antes, Camões recebeu de Garcilaso estímulos formais, que associados a certa identidade de temperamento, o conduziram a uma expressão aproximada de sentimentos relacionados ao amor, à melancolia, às descrições da natureza, que hoje as investigações sobre determinados fenômenos psicológicos rejeitam como criações puras da imaginação e da fantasia.

Na invenção da *Ilha dos Amores*, alguns se admiram de que um poeta da Contra-Reforma se mostre tão sensual, inteiramente entregue à lascívia, aos sentimentos eróticos; nada mais inconsequente do que afirmações como essas. Creio que têm o mesmo valor, do ponto de vista crítico, da afirmativa de Teófilo Braga, de que a Ilha teria sido induzida a Camões por um fenômeno de ótica, do tipo daquela que os navegadores Cook e Peyrouse deram o nome de *Terras de bruma*. Nos *Lusíadas*, a *Ilha dos Amores* tinha de surgir por duas razões exigidas pelo cânon: a primeira, a obrigatoriedade da apresen-

tação da paisagem ideal; tratando-se de poema cuja ação se desenrola no mar, era natural que essa ilha, como as Cíclades brilhantes de Horácio, surgissem no oceano; segundo, para manter a *unidade* — e uso o termo aqui em sua significação menos moderna do que aristotélica — do conteúdo moral dos *Lusíadas*. A lascívia, o erotismo camoniano, só podem interessar a uma crítica ligeira, incapaz de entender o significado de um símbolo, de uma alegoria, até mesmo quando revelados. No Canto nono, Camões não cria dificuldades aos intérpretes literários e faz prevalecer o sentido ético, a verdade: a significação da *Ilha dos Amores*, quando diz que no mundo não se ama o que se deve amar; ama-se as coisas vãs, a tirania, o dinheiro que compra as consciências e interpreta sutilmente os textos das leis:

Vê que aqueles que devem à pobreza
Amor divino e ao povo caridade,
Amam somente mandos e riquezas
Simulando justiça e integridade;
Da feia tirania e da aspereza
Fazem direito e vã severidade;
Leis em favor do Rei se estabelecem,
As em favor do povo só perecem.

Essas estrofes, como outras que surgem no final de alguns Cantos, revelam as preocupações sociais de Camões; seu interesse pela gente humilde, sem contudo, se deixar influenciar pelas pressões do mundo exterior, porquanto o gênio lírico dominante em sua natureza criadora não se submete a nenhuma lei que não emane do núcleo mais interno de sua individualidade. Êle está consciente de que o povo, em última instância, é que faz a grandeza dos reinos, dos impérios, das nações. Por isso, não poupa legisladores e magistrados. Seu poema não visa alcançar apenas um plano de beleza heróica; apesar das dificuldades que possa oferecer ao leitor, é aberto à compreensão de todo o corpo social da nacionalidade e não só às elites; foi escrito sem que lhe faltassem ambições universalistas, mas se dirige especialmente ao povo lusitano, a quem êle considera apto a entendê-lo. Dirigindo-se ao rei D. Sebastião, diz: “Mas eu falo humilde, baixo e rudo, / de vós não conhecido nem sonhado / da boca dos pequenos sei contudo / que

o louvor sai às vêzes acabado”. Se o poema épico reflete justamente o espírito nacional de um povo, sua compreensão deve ser universal e não apenas parcial e fragmentada; não se escreve um poema épico para as elites. O poeta épico não recusa ao povo uma expressão capaz de fazê-lo entendido. É um engano supor-se — como ingênuamente supõem alguns — que o *Ulisses* de Joyce não seria senão uma epopéia moderna.

Camões desferiu golpes muito fortes nos poderosos da época; por essa razão, conforme assinalou T. S. Eliot a propósito de referências de certos críticos à poesia de Wordsworth, a quem julgavam alguns menos poeta do que um “caudilho renegado”, êle podia ser também chamado assim. Ao falar tal linguagem, que o próprio Wordsworth chamaria “dos homens”, Camões estabelece conexões estreitas entre o conteúdo ético do poema e a *paisagem ideal* que iria nêle estabelecer.

Do ponto de vista poético, a *Ilha dos Amores* é de uma extraordinária riqueza. Surpreende-me o fato de um investigador tão meticoloso quanto Curtius, em famoso ensaio, não lhe fazer nenhuma referência. É certo que Curtius procurou estudar o problema apenas na poesia grega e latina e demonstrar como o *topos* penetrara na Idade Média e na Renascença pelo processo da *continuidade*. Mas Curtius não esqueceu Goethe, e isso me parece suficiente para não desculpá-lo. Não poderia Curtius alegar que estudara a questão apenas na Antiguidade, na Idade Média e nos poetas italianos, a partir do século XIV.

Na Ilha se encontram três outeiros recobertos por “gramíneo esmalte”, vendo-se, entre árvores viçosas e extremamente verdes, claras e límpidas fontes que manam do alto das colinas. Derivando entre as pedras alvíssimas, se vê a “sonorosa linfa”. Em Garcilaso, a *Écloga III* nos dá uma perfeita visão do *lugar ameno* segundo a concepção renascentista:

Cerca del Tajo en soledad amena,
de verdes sauces hay una espessura
tôda de hiedra revestida y plena,
que por el tronco, va hasta el altura,
y así la teje arriba y encadena,
que el sol no halla paso a la verdura;
el agua baña el prado con sonido,
alegrando la vista y el oido.

Entretanto, a *Ilha dos Amores* não é um *locus amoenus*; é uma passagem homêricamente elaborada. Dirá melhor hermeticamente, já que Teócrito, no *Idílio VII*, escreve:

Formoso manancial, em cujo bordo
frondosos olmos e álamos cresciam
com suas frondes formando espesso bosque
impenetrável ao sol do meio dia.

Mas na *paisagem ideal* de Camões está situado um *lugar ameno* e êle cumpre, assim, uma exigência didática que prevaleceu na poesia latina, já que não se deve confundir *lugar ameno* com *paisagem ideal*. Tampouco com simples descrições de algumas plantas ou árvores isoladas. Nos *Lusíadas*, o lugar ameno é dos mais ricos observados na poesia da época. Basta que se o compare com o levantamento feito por Curtius em poetas gregos e latinos. Exatamente mil arvoredos existem nêle, com mais de vinte espécies de plantas expressamente enumeradas: laranjeiras, com frutos da cor dos cabelos de Dafne, cidreiras, limas da Pérsia, limões cheirosos que imitam seios de virgem, pinheiros, ciprestes, mirtos, cerejeiras e uma árvore típica da paisagem hemérica: o loureiro. Também há romãs, peras, olmos e numerosas espécies de flôres. Vejamos sua aptidão em selecionar o belo e ordenar experiências que à semelhança de Garcilaso — alegam “la vista e el oido”:

Num vale ameno que os outeiros fende,
Vinham as claras águas ajuntar-se
Onde uma mesa fazem, que se estende
Tão bela quanto pode imaginar-se;
Arvoredo gentil sôbre ela pende,
Como se pronto está para afeitar-se
Vendo-se no cristal resplandescente
Que em si o está pintando próprio.

A beleza da expressão camoniana em si, a precisão das imagens e outros valores essencialmente poéticos, somente serão submetidos à análise nos períodos dêste ensaio em que pretendo estudar sua lírica. Nos *Lusíadas*, estou mais interessado em mostrar ao leitor a gênese dos elementos retóricos e, também, o seu conteúdo ético. Que o sentido moral observado em quase todos os Cantos é, também, o que predomina na

Ilha dos Amores, basta citar aqui alguns versos finais do Canto nono:

Que as Ninfas do oceano, tão formosas,
Tetis e a ilha angélica pintada
Outra coisa não são que as deleitosas
Honras que a vida fazem sublimada.
Aquelas proeminências gloriosas,
Os trunfos e a fronte coroadas
De palma e louro, a glória e a maravilha,
Estes são os deleites desta ilha.

Confesso me ser impossível aceitar a tese — se bem que defendida por críticos que levam muito a sério o seu labor — de que Camões, neste Canto, se teria entregue inteiramente aos excessos de sua sensualidade erótica.

Camões sempre foi considerado um clássico, no mais amplo sentido que se possa dar ao termo. Até recentemente, creio que apontá-lo como barroco seria um sacrilégio, uma heresia imperdoável; mas *Os Lusíadas* é um poema barroco. Negá-lo era uma atitude de defesa, em razão de velhos preconceitos dominantes no pensamento crítico dos séculos XVII, XVIII e XIX, que não perdoava o *preciosismo* de Shakespeare e o estilo “rebuscado” dos poetas espanhóis do Século de Ouro, especialmente Gôngora.¹ Shakespeare foi o que sofreu mais as consequências dessa visão crítica deformada, pois como observou Victor Hugo, em seu estudo *William Shakespeare*, foram necessários que três séculos navegassem para que êle desembarcasse no Dover e os inglêses tomassem conhecimento de suas obras. Quanto a Gôngora, foi tido como poeta extravagante, cultivador de um estilo patológico, pleno de figuras incompreensíveis. Por que os poetas barrocos teriam sido tão severamente criticados em seu tempo? Creio que a resposta é simples: o Barroco representava uma atitude espiritual em oposição ao Clássico; sempre existira em tôdas as épocas, mas só na Renascença, quando problemas de natureza religiosa influenciaram decisivamente o destino das Artes,⁽¹⁾ êle acentua suas “notas morfológicas e o sentido

1 — É preciso não esquecer que as categorias de Woelflin só foram transferidas das artes plásticas para a literatura após os conhecidos estudos de Oskar Walzel, realizados a partir de 1916.

cósmico de sua linhas”. Assim, o barroco literário meridional não é apenas uma revolução contra um classicismo medieval de origem gótica; seria, como observam alguns historiadores, inclusive Eugênio d’Ors, uma das manifestações espirituais da Contra-Reforma.

Creio que se deve a legiões de investigadores a compreensão mais ampla que se tem hoje no mundo inteiro do que seja o Barroco em suas numerosas manifestações. “Antes de Pontigny — diz d’Ors — se acreditava: primeiro que o Barroco era um fenômeno cujo nascimento, crescimento e morte se situava historicamente nos séculos XVII e XVIII, e somente se manifestara no mundo ocidental; segundo, que seria um movimento exclusivo da arquitetura e alguns setores da escultura e da pintura; terceiro, que o movimento representava a expressão de um estilo patológico, de uma monstruosidade e mau gosto inconcebíveis; quarto, que derivava de uma espécie de decomposição do estilo clássico do Renascimento”. Contribuiriam para essa visão distorcida as imprecisões sobre o emprêgo do conceito de Barroco pelo historiador suíço Woelflin.

Essa compreensão limitada de um movimento tão antigo quanto a própria arte, fêz com que uma crítica formada dentro de uma visão essencialmente caprichosa e particular do mundo, desprezasse, durante séculos, autores que somente de alguns anos para cá vêm sendo considerados como as personalidades mais representativas da poesia do seu tempo. Mas, do ponto de vista historicista, quando teria o Barroco surgido na Europa? Acredito que a resposta a tal indagação não constitui problemas, quando se trata de esclarecê-la em relação às artes plásticas. Mas o barroco literário ainda é um problema; ainda apresenta questões que a Ciência da Cultura tem obrigação de resolvê-las.

De Camões pouco se fala como poeta barroco. Talvez o sentido pejorativo do termo haja obrigado os seus zelosos admiradores a uma fuga — quase transformada em reflexo condicionado — de qualquer análise que os levassem a interpretá-lo como um dos precursores do movimento barroco na literatura europeia. Mas a verdade é que a expressão barrôca camoniana penetra numa das maiores literaturas da Europa e con-

segue influenciar seus maiores autores: a Espanha. Camões recebeu influências de Garcilaso, mas, por outro lado, influenciou vigorosamente os poetas espanhóis do Século de Ouro, especialmente Gôngora. Hoje, quando se verifica — como reconhece o próprio Eugênio d'Ors — que o barroco já se manifesta no “naturalismo pré-histórico”, no Alexandrinismo na África, nas produções materiais búdicas da Ásia, não se pode colocar da lado a observação de Schlegel, anteriormente citada, de que *Os Lusíadas* é uma epopéia concebida sob os céus da Índia, onde mais de metade da obra foi escrita, não havendo mais dúvida de que o orientalismo somente alcança a arte europeia com a descoberta dos novos mundos pelos exploradores espanhóis e portugueses.

Vejam algumas das características do barroco camoniano. Inspira-se na própria experiência, no conhecimento próprio de outros povos e costumes. Assim, ao descrever o traje do Rei de Melinde não esquece que êle vinha num batel largo, toldado de sedas de diversas côres; os nobres que o acompanham estão ricamente vestidos, vendo-se na cabeça do monarca uma fita de sêda guarnecida de ouro. E mais: “Cabaia de Damasco rico e dino / da Tyria côr entre êles estimada; / um colar ao pescoço de ouro fino / onde a matéria da obra é superada, / com resplendor reluz adamantino; / na cinta a rica adaga bem lavrada; / nas alparcas dos pés, em fim de tudo, / cobrem ouro e aljofar ao veludo”. Prossegue a descrição dos trajes dos Ministros; em tudo há aquelas características morfológicas essenciais do Barroco: colorido, movimento, multipolaridade e continuidade. Mas êle não se limita a descrever o Rei de Melinde. Reunindo os elementos dos mundos nunca vistos aos do mundo ocidental, mostra o traje de Vasco da Gama: “Vestido vem o Gama ao modo hispano / mas francêsa era a roupa que vestia, / de cetim de Adriática Veneza, / carmesi, côr que a gente tanto preza”. Aqui podemos falar de um desejo consciente de reunificação daqueles dois mundos. Eugênio d'Ors já observara que o Barroco europeu vem do extremo-ocidente do Continente, do “manuelino português” e “pode proceder dos primeiros contactos exploradores ou missionários com o Extremo-Oriente, bem como de reminiscências de um não de

todo abolido mundo celta, que anteriormente havia ficado extramuros do mundo clássico greco-romano”.

As alusões de Camões aos trajes do Gama são interessantes. A roupa é francesa, o modo como a veste é “hispano”, o “tecido da Adrática Veneza”. Observa-se aqui um certo interesse de Camões em fundar uma comunidade europeia, baseada em raízes essencialmente latinas contra o mundo anglo-saxônico, que êle considerava apartado da Cristandade pela Reforma: “Vê-de'los alemães, soberbo gado / que por tão largos campos apascenta, / do sucessor de Pedro rebelado, / novo pastor e nova seita inventa”; mas não limita suas críticas apenas aos alemães:

Vêde'lo duro Inglês, que se nomeia
Rei da velha e santíssima cidade
Que o torpe Ismaelita senhoreia
Quem viu honra tão longe da verdade
Entre Boreais neves se recreia,
Nova maneira faz da Cristandade,
Para os de Cristo tem a espada nua,
Não por tomar a terra que era sua.

Conhecendo-se a posição assumida pelo Barroco na Contra-Reforma, sente-se nas referências aos trajes do Rei de Melinde, do próprio Gama e as críticas aos alemães e ingleses, uma intenção camoniana cujos fins não estão devidamente esclarecidos e seria conveniente estudá-la. Contudo, o que pretendo demonstrar é sua condição de poeta predominantemente barroco. Vejam, pois, o colorido do traje do herói português:

De botões de ouro as mangas vem tomadas,
Onde o sol reluzindo a vista cega:
As calças soldadescas recamadas
Do metal que Fortuna e tantos nega.
E com pontas do mesmo delicadas
Os golpes do gibão ajunta e achega;
Ao itálico modo a áurea espada,
Pluma na gôrra, um tanto reclinada.

Gôngora, num poema dedicado ao biógrafo de Felipe II — Luiz de Cabrera — apesar de ser um poeta puramente barroco, não apresenta tanto colorido, quando em determinados trechos se refere ao filho de Carlos V:

Províncias, mares, reinos diferentes,
Perigrinó, gentil, pisó ceñido

de enjambres no, de ejercitos de gentes.
 Cual ya el unico pollo bien nacido,
 de crestas vuelo, de ouro coronado,
 y bien de plata y rosicler vestido,
 que de tropas de aves rodeado,
 la variedad matiza del plumaje
 el color de los cielos turquesado.

Contudo, a maior influência de Camões sobre Gôngora se faz justamente nos poemas em que o poeta espanhol se utiliza da oitava rima, como a *Fabula do Polifemo*. Esse é problema de que pretendo me ocupar noutra ocasião. Nos *Lusíadas*, o barroquismo camoniano se apresenta muito característico em dois momentos. Refiro-me às descrições de Adamastor e Tritão. O primeiro se apresenta como figura robusta e válida. Surge em pleno ar oceânico, com estrutura disforme, o rosto carregado, a barba esquelética e a postura má e medonha. A cor de sua pele é parda como a terra, os dentes são amarelos, os cabelos crespos e a boca negra. Quando êle fala “horrendo e grosso”, as carnes e os cabelos de Vasco da Gama se arrepiam; é daqui que Fernando Pessoa parece retirar muito do que se observa no Mostrengo de *Mensagem*. Todo o episódio simbolizado pelo gigante Adamastor (Cabo das Tormentas) constitui pura descrição barrôca. Quanto a Tritão, acredito que esta estrofe não pode ser classificada senão como resultado de uma expressão intelectual essencialmente nova na poesia da época:

Os cabelos da barba e os que descem
 Da cabeça e nos ombros, todos eram
 Uns limos prenhes de água, e bem parecem
 Que nunca brando pente conheceram;
 Nas pontas pendurados não falecem
 Os negros missilhões que ali se geram;
 Na cabeça por gorra tinha posta
 Uma mui grande casca de lagosta.

Poderia haver expressão mais característica do Barroco? Observem os cabelos de Tritão; são feitos de barro molhado, onde conchas e pequenos moluscos nascem e vivem ali, eternamente, como negros piolhos. Que crítico teria coragem suficiente para afirmar que um clássico descreveria assim um gigante marinho, como o fez Camões? O chapéu de Tritão é uma casca de lagosta. Possivelmente só em Gôngora o barro-

co literário encontraria expressões mais características. O fato de ser precursor do barroco na poesia européia, assegura a Camões uma posição de primeiro plano na nova crítica de poesia, já que êle tem sido apontado apenas como epígono dos modelos italianos. Cultivador apenas — dizem alguns — da oitava rima de Boiardo e Ariosto, na epopéia; na terna rima de Dante, nas Elegias; do soneto, introduzido na península por Garcilaso e Sá de Miranda; do sistema retórico de Lucano, Virgílio e Homero. Que dizer, porém, de seu próprio temperamento? Da visão particular do mundo? Da fidelidade a si mesmo e ao seu povo? De ter sido o último a escrever uma epopéia heróica válida, quando o gênero já se encontrava praticamente superado e de realização quase impossível, com o advento da novela moderna que iria iniciar-se poucos anos depois, com Cervantes?

Mostrar a importância de um autor como Camões é uma tarefa necessária à moderna crítica de poesia de língua portuguesa. Sua obra poética deve ser conhecida pelo leitor moderno e principalmente pelos estudantes e poetas jovens pois é preciso saber o que num grande poeta pertenceu apenas ao seu tempo e o que, superando o próprio tempo, alcança o futuro, como parte inseparável do espírito humano, em todas as épocas.

Quando Vasco da Gama chega a Calecut, recebe em suas náus o Regente do Reino, cujos olhos inquirentes pairam sobre as bandeiras lusitanas e os toldos vermelhos das naves. Nas cobertas de seda estão pintadas as cenas da batalha, as lutas campais, os desafios, tudo enfim que testemunha o poder de um povo cujo braço forte o transformara em cabeça da Europa. Creio que pela primeira vez na poesia da época, se procura dar à pintura um lugar próprio entre as demais artes. Ainda que a Renascença tenha sido marcada pela presença de grandes pintores, é preciso não esquecer que não se dava a êsses artistas a mesma importância que já desfrutavam socialmente outros integrantes das chamadas “artes liberais”: poetas e compositores, por exemplo. A propósito, seria interessante o leitor conhecer o estudo de Ernst Robert Curtius — *A teoria da arte de Calderón e as “artes liberais”*. Creio que tal documento lhe possibilitaria compreender melhor a posição de Camões em relação à Pintura. Enquanto em Corneille e Racine, Shakespeare, Mar-

lowe, Ben Jonson, Milton e Dryden, além de outros grandes poetas da época, a pintura não encontra quase nenhuma referência em seus poemas, Camões no final do Canto sétimo a chama de "a muda poesia", tal como a classificava também o poeta grego Simónides. E dedica aos pintores mais da metade do Canto oitavo. No momento em que o Catual é recebido por Paulo da Gama e olha admirado os painéis e figuras desenhados nas naves,

A trombeta, que, em paz, no pensamento
Imagem faz da guerra, rompe os ares;
Com fogo o diabólico instrumento
Se faz ouvir no fundo lá dos mares.
Tudo o gentio nota; mas o intento
Mostrava sempre ter nos singulares
feitos dos homens, que em retrato breve
A muda poesia ali descreve.

A épica camoniana está profundamente penetrada pela idéia de grandeza da pátria, honra e dignidade de seu povo. Uma investigação ideológica dos *Lusíadas* revelaria muito sobre as intenções de Camões, que não me parece ser um europeu tão europeu quanto Dante ou Goethe. Embora terno em sua lírica, na epopéia ele é o poeta do imperialismo lusitano. Observe-se a estrofe que acabo de transcrever. Para saudar um visitante poderoso como o Catual de Calecut, Vasco da Gama recorre a um instrumento marcial, cujo toque diabólico traz ao pensamento a imagem da guerra. E o seu canto é tão forte que assombra os deuses no fundo do oceano. A tudo o visitante está atento, mas nada o impressiona mais do que as obras dos pintores. E para descrever o que êsses quadros simbolizam do passado de seu povo, Camões se mostra tímido; pede a ajuda das Ninfas do Tejo e do Mondego, pois vai trilhar um caminho "árduo, longo e vário":

Vosso favor invoco, que navego
por alto mar com ventos tão contrários,
Que se não me ajudais, hei grande medo
Que o meu fraco batel se alague cêdo.

Camões escreve numa linguagem que não pode ocultar sua paixão. Frequentemente recorre à própria experiência que tem da luta para incentivar o espírito de seu povo, acostumá-lo ao trabalho árduo, a uma rígida disciplina que tem como fun-

damento ético a defesa da fé cristã. Não esquece de lembrar aos portugueses que êle não é apenas um poeta, mas um guerreiro que enfrenta nesses duros tempos as novas invenções da artilharia: "Qual Cãnace que a morte se condena / numa mão sempre a espada e noutra a pena". Como as descrições sobre a pintura irão ser demasiadamente extensas, e êle já se encontra no final do Canto, serve-se da tópica para dar aos poetas de seu tempo e de todos os tempos, uma lição de filosofia prática; uma aula de ética. Coloca-se em posição oposta a de certos tipos dominantes no jornalismo contemporâneo que prosperam escrevendo sobre o "bom gôsto" que caracteriza as ações da chamada "gente bem". Contudo, Camões jura às Ninfas que não cantará aos que colocam seus próprios interesses acima dos interesses da lei; os ambiciosos, os que desejam ser lisonjeados para alcançar na sociedade posições imerecidas, os adutores, os moralistas hipócritas que, à semelhança de Proteu, se mudam em mais de mil figuras para agradar a todos: "Nem creais, Ninfas, não, que fama desse / A quem ao bem comum e do seu Rei / Antipuser seu próprio interesse / Inimigo da Divina e humana Lei / Nenhum ambicioso que quisesse / Subir a grandes cargos cantarei / Só por poder com torpes exercícios / Usar mais largamente de seus vícios". Sente-se frustrado, mergulhado na pobreza, degradado em hospedarias indignas e da esperança adquirida em determinado momento definitivamente derrubado:

Agora com pobreza avorrecida
Por hospícios alheios degradado,
Agora da esperança já adquirida
De nôvo mais que nunca derribado.

Confissão dolorosa de um homem que tanto fizera pelo seu povo, não só como artista mas também como soldado. Todavia, êle jura novamente às Ninfas que o seu canto será apenas para aquêles que aventuraram a vida por Deus, pelo seu Rei, e perdendo-a na luta, dilataram a fama do Império; para os que realizaram obras merecidas. Os que desprezam as belas artes, ou as admiram apenas por esnobismo, os artistas que se associam aos mundanos para alcançar posições fáceis na sociedade, constituem motivos para que seja dobrada a sua "fúria":

Enquanto eu tomo alento descansado
Para tornar ao trabalho mais folgado.

Com êstes versos, Camões conclui o Canto sétimo. O Canto oitavo se inicia com a descrição de Paulo da Gama sobre o significado das figuras desenhadas nos toldos e nas bandeiras das naves, enquanto o Catual escuta atentamente: "Estas figuras tôdas que aparecem, / Bravos na vista e feroz nos aspeitos, / Mais bravos e mais feros se conhecem / Pela fama nas obras e nos feitos. / Antigos são, mas ainda resplandecem / Com nome entre os engenhos mais perfeitos; / Êste que vês é Luso, d'onde a Fama / O nosso Reino "Lusitânia" chama." A descrição prossegue até que o Regente, com suas próprias palavras nos põe diante de um painel de batalha: "Quem é, me diz, êste que me espanta" / Pergunta o Malabar maravilhado / Que tantos esquadrões, que gente tanta, / Com tão pouco, tem rôto e destroçado / Tantos muros aspérrimos quebranta / Tantas batalhas dá, nunca cansado, / Tantas corôas tem por tantas partes / A seus pés derribado e estandartes". A resposta de Paulo da Gama indica em Camões a posse daquela "plenitude invulgar da objectualidade do poder das imagens", a que se refere Wolfgang Kayser, ao analisar um poema de Mallarmé; também o potencial retórico que envolve o seu universo artístico, como o reconheceu Ezra Pound, num ensaio da juventude:

"Este é o primeiro Afonso" disse o Gama
Que todo Portugal aos mouros toma,
Por quem no Estígio Lago Jura a Fama
De mais não celebrar nenhum de Roma.
Este é aquele zeloso a quem Deus ama,
Com cujo braço o Mouro imigo doma,
Para quem de seu Reino abaixa os muros
Nada deixando já para os futuros".

Nas descrições dos quadros, observa-se a intenção de Camões em valorizar os trabalhos dos pintores. E isso mais de um século antes de Calderón elaborar a sua teoria da arte. Creio que se Curtius houvesse estudado a poesia de Camões veria nêle o precursor daquilo que, segundo o próprio Curtius, "desdobra-se e aperfeiçoa-se em obra de arte, pela primeira e talvez pela última vez, na poesia de Calderón". Ora, mais

de um século antes, Camões afirmara que a "muda poesia" (a Pintura) é irmã da "poesia que fala". Basta dizer que mais da metade do Canto oitavo é inteiramente dedicada à descrição de painéis e retratos. Do ponto de vista expressivo há repetições que podiam ter sido evitadas. Por exemplo, ao mostrar o retrato de Rui Pereira o faz através de uma imagem que se repete, com ligeiras modificações, três estrofes adiante:

Mas olha Rui Pereira que com o rosto
Faz escudo às galés, diante pôsto.

A mesma figura aparece ao mostrar o retrato de um Conde que lutava ao lado de D. Pedro de Menezes:

Mas de seu Rei defende a própria vida,
Pondo por muro a sua, ali perdida.

Na estrofe 39 do Canto oitavo, Camões retorna ao fundo ético que sustenta a estrutura ideológica do poema:

"Outros muito veriam que os pintores
Aqui também por certo pintariam:
Mas falta-lhe pincéis, faltam-lhe côres;
Honra, prêmio, favor que as artes criam;
Culpa dos viciosos sucessores
Que degeneram, certo, e se desviam
Do lustre e do valor de seus passados
Em gostos e vaidades atolados".

Na estrofe 43, declara que o Gama mostra as várias tintas que a mão douta dos pintores transforma em obras de extrema beleza. Olhando os quadros, o Catual fazia inúmeras perguntas enquanto escutava atentamente as respostas que lhe dava Paulo da Gama. Neste Canto, como em muitos outros, a expressão camoniana não alcança o nível de beleza que de sua reputação se espera. Raramente se encontra no poema uma estrofe realmente bela, ainda que seja mais raro encontrar um trecho que não desperte o nosso entusiasmo, a nossa admiração pelas idéias e o grande estilo do homem que foi Camões; êle é, sem dúvida, o mais alto representante do espírito lusitano, naquilo que êle deu de melhor à cultura, à civilização moderna, não tendo feito menos pela Pátria do que fizeram todos os seus reis. Como epopéia, *Os Lusíadas* é

obra perfeita; mas, como advertiu Benedetto Croce — embora as idéias de Croce só possam ser levadas em conta partindo-se de sua teoria sobre o caráter expressivo da arte — não se deve esquecer que predomina aqui uma expressão retórica em excesso.

Ao concluir as descrições sobre as pinturas, Camões o faz com verdadeiro gênio artístico. Observe-se a bela metáfora que transforma o sol em lâmpada apagada sob os céus da Índia para levar o dia ao outro hemisfério. Por faltar a luz, as côres já não apresentam o mesmo vigor; é um artifício semelhante aos que Dante costuma utilizar para pôr termo a um Canto, e o chama, na *Divina Comédia*, o freio da arte. Assim o faz Camões:

Mas já a luz se mostrava duvidosa
Porque a grande lâmpada se escondia
Debaixo do horizonte e luminosa
Levava aos antípodas o dia,
Quando o Gentio e a gente generosa
Dos Naires da nau forte se partia
A buscar o repouso que descansa
Os lassos animais na noite mansa.

Ainda que o mundo oriental esteja presente nos *Lusíadas*, além do homem e da paisagem mediterrânea anteriores ao Renascimento, Camões nunca se desligou das tradições culturais da península; da cabeça da Europa, onde o mar começa aos pés da Esfinge cujo olhar misterioso fita o mundo. Sua epopéia é demasiadamente perfeita para ser considerada uma obra prima como a *Iliada*. O mundo homérico é mais vasto, mais sublime e maravilhoso. O mundo camoniano é mais limitado, e ainda que predomine aqui uma expressão retórica em demasia, não se deve esquecer que Camões não desprezou a lição de Aristóteles de que o poema épico deve apresentar “pensamentos e beleza de linguagem”. Apesar de tudo, em vão êle clamará para que “cesse tudo o que a antiga Musa canta”.

A *Iliada* é uma epopéia-evento, cuja ação prosseguirá interminavelmente enquanto a ira mantiver o herói recolhido às naves. Ninguém poderá obrigá-lo a sair à luta, pois os heróis homérico são livres. Acredito que o prof. Wolfgang Kayser,

em seus *Fundamentos da interpretação e da análise literária*, situou bem o problema ao mostrar que o “evento que dirige a estrutura da *Iliada* é a ira de Aquiles, desde a sua causa até o restabelecimento da honra do herói e a vingança completa da morte de Patroclo, morte que foi consequência dessa ira. Esse evento torna viva as figuras e, com o auxílio de motivos que desviam e retardam a ação, permite, ainda, abrir-se-nos um vasto mundo, como convém à obra épica. Através do evento e obra ganha princípio, meio e fim, ganha totalidade e arredondamento”. O mesmo não ocorre com a *Odisséia*, epopéia de figura que é ainda, como diz Kayser, a história de um homem que parte para uma aventura e regressa ao lar. É o que ocorre a Vasco da Gama.

Mas quando digo que no poema camoniano a estrutura não se desliga da tradição ibérica, refiro-me ao fato de ser *Os Lusíadas* uma epopéia que segue uma técnica aproximada à da epopéia latina *Farsália*, do espanhol Marco Lucano, também escrita em dez Cantos, em que predomina a expressão retórica, filosófica e científica sobre o maravilhoso característico da poesia homérica. Quem analisa cuidadosamente (ou apenas com atenção) *Os Lusíadas*, cedo chegará à conclusão de que as idéias e o estilo são comandados pelo “honesto estudo”, “experiência, “arte e engenho” que acompanharam Camões desde a juventude até a morte. Sente-se que *Os Lusíadas* é obra escrita com os olhos do autor pousados constantemente sobre livros de Ciência, de Filosofia, sobre as narrativas dos cronistas da época, dos historiadores, além da própria reflexão. Isso constitui uma posição geral adotada pelos artistas da baixa, média e alta Renascença; mas não prova a índole, o temperamento épico de Camões.

Por isso afirmei, no início deste ensaio, que para conhecer-se integralmente Camões *Os Lusíadas* seria insuficiente; assim como não teria uma correta visão de sua personalidade artística quem o conhecesse apenas através de sua lírica. A experiência lhe possibilitou estrofes cujo sentido intensifica hoje o respeito que se deve ter a um poeta-soldado como o foi Camões, especialmente quando se fala nas lutas que se travem agora no Vietnam do Sul, no Delta de Mekong. Pois foi

neste local, justamente na foz do “capitão das águas”, que êle naufragou, quase perdendo a vida e os seis primeiros Cantos de sua epopéia:

Vês, passa por Cambodja Mecon rio
Que “capitão das águas” se interpreta;
Tantas recebe de outros só no estio,
Que alaga os campos largos e inquieta;
Tem as enchentes quais o Nilo frio;
A gente dêle crê, como indiscreta
Que pena e glória tem depois da morte
Os brutos animais de tôda a sorte.

Este receberá plácido e brando
No seu regaço o Canto que molhado
Vem do naufrágio triste e miserando
Dos procelosos baixos escapados;
Das fomes, dos perigos grandes, quando
Será o injusto mando executado
Naquele cuja lira sonora
Será mais afamada que ditosa.

Observe-se a aplicação prática que faz Camões dos ensinamentos de Aristóteles no plano teórico. A falta de uniformidade, a variedade dos episódios, os giros filosóficos em torno de um tema de natureza moral, constituem elementos indispensáveis à narração épica. Diz Aristóteles: “a uniformidade não tarda em gerar a saciedade, causa de fracasso das tragédias”. Hoje se pode recusar os ensinamentos da Poética. Contudo, não estou me ocupando aqui agora de Lorca ou Baudelaire, de Carlos Drummond de Andrade ou Pablo Neruda, ainda que eu não acredite que êles recusem tais ensinamentos.

Nos versos que acabo de citar, Camões se revela também como homem de luta, e nisso não encontra paralelo entre poetas antigos e modernos. Êle é uma dessas personalidades marcadas pelo destino, que “sobem à montanha da dor original”, porém nos ouvidos de seus compatriotas “nem uma só vez seu passo ressoa no insonoro destino”. Sua vida é uma dolorosa elegia em que o próprio canto ergue os olhos para as estrêlas do país da dor; tal como Baudelaire, em *Élévation*, e Rilke na *Décima elegia*, quando por técnica substitutiva retórica, revela o nome das constelações. Olha aqui o *Cavalheiro*, o *Bordão*, o denso grupo chamado *Coroa dos Frutos*, muito

ao longe, perto do polo: — *Berço, Caminho, o Livro Ardente, Boneca, Janela*. E no céu do sul, puro como o interior de uma sagrada mão, no seu limpo resplendor, o M, símbolo das Mães:

Olha por outras partes a pintura
Que as estrelas fulgentes vão fazendo,
Olha a *Carreta*, atenta a *Cinosura*,
Andrômeda e seu pai, e o *Drago* horrendo,
Vê de *Cassiopéia* a formosura,
E do *Oriente* o gesto turbulento,
Olha o *Cisne* morrendo que suspira,
A *Lebre*, e os *Cães*, a *Nau* e a doce *Lira*.

Às vezes Camões se afasta um pouco do círculo da melancolia e da tristeza. Mas tais momento são raros. À semelhança de Garcilaso, êle não possuía um temperamento apropriado as relatos épicos. Daí haver realizado um epopéia perfeita, em que o maravilhoso é substituído pelo conhecimento. No mais íntimo de sua personalidade, sente-se prêso a uma vida — ou melhor a um tipo de existência que não desejara e, assim, canta tristemente como a sereia, desnudando sua verdadeira alma na lírica e revelando-nos o poeta que verdadeiramente foi:

Presença bela, angélica figura
Em quem quanto o Céu tinha nos tem dado;
Gesto alegre de rosas semeado
Entre as quais está rindo a Formosura;

Olhos onde tem feito tal mistura
Em cristal branco e preto marchetado,
Que vemos já no verde delicado,
Não esperanças, mas inveja escura;

Brandura, aviso e graça, que aumentando
A natural beleza co'um desprezo
Com que, mais desprezado, mais aumenta.

São as prisões de um coração que prêso,
Seu mal ao som dos ferros vai cantando,
Como faz a sereia na tormenta.

A temática amorosa, a técnica e o ritmo do soneto aperfeiçoado por Dante na *Vida Nova*, encontram em Petrarca, posteriormente, as imagens e as metáforas que constituem a essência espiritual do soneto durante mais de três séculos, até o seu rompimento por Gôngora em fins do Século XVI. O soneto renascen-

tista não é uma “construção”, uma realidade apenas técnica. Há nêle uma unidade de pensamento e de forma que congrega em si numerosas fôrças. O soneto é a forma que mais rapidamente se impõe a tôda Europa. Apenas em um país — a Inglaterra — graças ao gênio de Spenser, Sidney e Shakespeare, êle perde as rígidas matrizes do “doce estilo novo” de Guinizelle e Dante.

Que dizer então do “soneto camoniano”? Será que efetivamente se pode falar de um soneto camoniano? É verdade que Camões sabia escrever melhores sonetos do que os poetas modernos? Algumas destas indagações encontram respostas noutros ensaios que tenho escrito sôbre poetas brasileiros e portugueses. De qualquer forma, tentarei satisfazer aqui a curiosidade do leitor supondo, naturalmente, que êle deseja apenas conhecer o meu ponto de vista e não a aceitar sem crítica as minhas idéias. Acredito que, como poeta lírico, a importância maior de Camões parece repousar justamente naqueles sonetos em que êle, pondo de lado os padrões da época, procura romper o círculo da temática amorosa, do metaforismo petrarquiano, com as imagens gastas do Amor como incêndio, como algo que fere, por exemplo: o ferro, o dardo, a seta e tôda uma constelação de símbolos que depois se espalharia pela Europa inteira como um bando de aves domesticadas. Aqui o *Eu é guiado* por uma norma; norma universalmente aceita e que, como demonstrei anteriormente, possibilitou a invenção e o aperfeiçoamento de gêneros perfeitos, gêneros em sentido restrito, tais como a sextina, o soneto e outras formas fixas cultivadas em seu tempo. Ainda como lírico, sua importância deve ser assinalada na busca incessante do Eterno, na expressão fiel do que lhe *dita o sentimento* (Dante) antecipando-se à angústia do poeta moderno que se reconhece “o animal espontâneo”, capaz de ultrapassar o próprio fim, tendo “diante de si apenas Deus” e quando se move é “para a eternidade” como correm as fontes. Essa angústia de Camões — o Camões que não conheceu Kierkegaard e Rilke — é expressa em confissões que rasgam de súbito o tema amoroso, tal como se pode observar neste soneto:

Pensamentos, que agora novamente
Cuidados vãos em mim ressuscitais,
Dizei-me: Ainda não vos contentais
De terdes quem vos tem tão descontente?

Que fantasia é esta, que presente
Cada hora ante meus olhos me mostrais?
Com sonhos e com sombras atentaes
Que nem por sonho pode ser contente?

Vejo-vos, pensamentos, alterados
E não quereis de esquivos, declarar-me
Que é isto que vos traz tão enleados?

Não me negueis, se andais para negar-me
Porque, se contra mim estais levantados
Eu vos ajudarei mesmo a matar-me.

Êste é um momento raro na lírica de Camões. Há no soneto uma visão nova do ser, uma novidade temática não observada ainda no soneto peninsular da época. Houvesse êle seguido êsse caminho e se poderia falar de um soneto camoniano. Pois, segundo me parece, o “soneto camoniano” só existe para quem considera a literatura portuguesa como algo dissociado da literatura européia. Creio que não é; nem na épica nem na lírica.

Contudo, Camões escreveu quando a língua portuguesa estava ainda em formação; é êle que dá ao idioma uma dicção poética própria, assegurando-lhe uma unidade de estilo que não se encontra em nenhum outro poeta português antigo ou moderno. Entretanto, não creio que a *unidade de estilo* seja elemento capaz de assegurar a superioridade de um poeta sôbre outro. Ao contrário do que pensam muitos, acredito que a unidade de estilo é mais um produto da técnica artística, da obediência a certas leis formadoras de um cânon do que uma expressão do temperamento. O mundo moderno, que paradoxalmente atomizou e até nacionalizou, se podemos dizer assim, os estilos de cultura, não assegura ao poeta moderno o encontro dessa unidade, ainda que arte e engenho o “ajudem” durante uma existência de cem anos. Isso em relação aos estilos individuais, porque de um ponto de vista global a poesia moderna tem unidade de estilo.

Mas, quando estudo a lírica de Camões, o que me interessa é revelar-lhe as características pessoais; a fisionomia própria. Por exemplo: o soneto que acabo de citar. Parece-me que, do ponto de vista crítico, essas poucas fugas de Camões aos temas já o colocam em posição de precursor do rompimento operado por Gôngora anos mais tarde, poeta que escre-

veu também alguns sonetos de Amor. Mas quando Gôngora rompe as matrizes italianas o faz de forma definitiva e creio que essa é uma das razões que me leva a considerá-lo um dos dois ou três maiores poetas líricos das línguas derivadas do latim.

Como precursor de Gôngora — a quem seguramente influenciou e por êle foi canonizado — Camões, às vezes, nos lembra Rilke, ao expressar a dor de não haver possuído senão a infância, o olhar da mãe, não o olhar da Pátria que amava mas que, sôbre êle, jamais “distendeu excitada a curva de suas sobranceiras”. É o que êle faz através de uma figura de retórica, ao transferir a Pero Moniz sua própria dor, neste soneto prosopopéico:

No mundo poucos anos, e cansados
Vivi, cheio de vil miséria dura:
Foi-me tão cedo a luz do dia escura
Que não vi cinco lustros acabados.

Corri terras e mares apartados,
Buscando a vida algum remédio ou cura;
Mas aquilo que, enfim, não quer Ventura,
Não o alcançam, trabalhos arriscados.

Criou-me Portugal na verde e cara
Pátria minha Alanquer; mas ar corruto
Que neste meu terreno vaso tinha

Me fêz manjar de peixes, em ti, bruto
Mar, que bates na Abássia fera e avara,
Tão longe da ditosa pátria minha.

Êste soneto parece ter sido escrito depois dos *Lusíadas*, pois no Canto I, estrofe 50, êle se refere à Abássia (Abissínia) enquanto sua poesia amorosa é, na opinião da maioria dos investigadores, anterior à sua épica.

À semelhança de Camões, também Fernando Pessoa acaba por descrever de tudo o que lhe possa oferecer Portugal:

Ponho na altiva mente o fixo esforço
Da altura, e à sorte deixo
E a suas leis, o verso;
Que quando é alto e régio o pensamento
Súbita a frase o busca
E o escravo ritmo o serve.

Esta comparação com Fernando Pessoa tem suas razões. Mas, possivelmente, só seria melhor entendida pelos que já leram outros ensaios meus sôbre poetas de língua portuguesa. Na Ode I, Pessoa confessa não temer o futuro, numa expressão que tem muito daquela arrogância horaciana:

Segura assento na coluna firme
dos versos em que fico,
Nem temo o influxo inúmero futuro
Dos tempos e do olvido.

Fernando Pessoa criou uma poesia que lhe permite escrever assim, como o próprio Horácio que nunca temeu a sombra de Virgílio. Eis a razão que me faz crer não ser Camões um solitário, como o foi até recentemente em nossa língua. Embora Fernando Pessoa não haja conseguido uma visão unitária do mundo, nem mesmo unidade de estilo — como observa o escritor Joel Serrão em estudo que analisa a “vivência do tédio” na poesia de Fernando Pessoa — o certo é que êle, assim como Jorge de Lima, se sentou ao lado de Camões, entre as estrêlas, e de lá, olhando o “baixo trato humano embarçado”, pode enunciar:

Que a mente, quando fixa, em si contempla
Os reflexos do mundo,
Dêles se plasma torna, e à arte o mundo
Cria, que não a mente,
Assim na placa o eterno instante grava
Seu ser, durando nela.

Procurei neste ensaio assinalar qualidades e limitações da poesia camoniana. Ao fazê-lo, tive sempre em mente a observação do Dr. Richards, de que o julgamento de um poeta requer “um conhecimento apaixonado da poesia e uma atitude para a análise desapassionada”. Creio que nenhuma das duas virtudes apontadas pelo Dr. Richards me são comuns. Posso um certo conhecimento da poesia, mas estou certo de que não é um conhecimento apaixonado; por outro lado, nem sempre sou desapassionado em minhas análises. Estabeleci comparações entre Camões e alguns poetas modernos como Fernando Pessoa e Jorge de Lima. Mostrei que êle não devia ser interpretado à luz de valores elaborados para a dissecação da sensibilidade moderna e julgo que não fui severo ou injusto quando disse

que faltava a Camões um temperamento épico capaz de dar vida aos personagens e deixar na consciência do leitor uma sombra indelével da figura dos heróis.

Na *Iliada*, ou até mesmo na *Eneida*, não se pode apagar na memória a imagem de Aquiles, Ulisses, Menelau, Diomedes, Heitor e Enéias. Quando êsses homens se lançam ao combate todo o campo ressoa como se um bando de aves levantasse vôo com estrondo. Tôda a vez que o exército grego desce das naves para atacar a fortaleza troiana, suas armaduras e lanças brilham de tal forma que se eleva ao céu um esplendor luminoso, igual a um “voraz incêndio que se propaga por vasta selva no cume de um monte”. Outro caráter dos personagens que não falta em Homero é a intensidade da ação. Tanto na epopéia grega quanto na latina, os heróis vivem intensamente. Reunem-se, discutem planos de combates; encolerizam-se; comem e bebem, lutam e descansam. Todos são bem caracterizados. Aquiles é o pés ligeiros; Heitor é o de grande penacho; Ulisses é o sábio prudente e engenhoso. Êsses acessórios em tôrno do nome de cada um visa criar no espírito do leitor a imagem poética, sem a qual o nome do herói ficaria reduzido a um simples *signum* abstrato. Enfim, caracteriza essencialmente a linguagem poética. É um engano, pois, julgar-se que a referência direta ao objeto pelo seu nome pertence a algo que se enquadra objetivamente no campo da linguagem poética.

Na *Iliada* a mais alta poesia é alcançada porque tudo se traduz em têrmos de imagens espirituais. As lanças “voam”; Heitor é chamado por Diomedes de “calamidade”. Quando o herói troiano, certa vez, aparece de súbito no campo de batalha, Diomedes avisa:

— Contra nós vem essa calamidade: o impetuoso Heitor. Ei-lo: aguardemo-lo de pé firme e cerremos fileiras contra êle.

Um mar de lanças voa sôbre Heitor, que tomba do carro ao choque violento dos dardos em sua armadura. Mas, logo firmando uma das mãos no chão, sobe de um salto e ataca de frente ao Exército grego. “O forte Diomedes que de lança na mão o perseguia, exclamou: — Outra vêz te livraste da morte, cachorro. Tiveste bem próximo à perdição, porém te

salvou Febo Apolo, a quem debes rogar quando saires aos campos antes que se ouça o estrondo dos dardos”.

Em tudo isso, se observa o maravilhoso. A retórica quase silencia ante a fôrça concreta das imagens. Quanto aos elementos musicais, uma tradução em prosa jamais poderia dar a idéia da fluência e sonoridade do hexâmetro grego. Sômente agora, quando me encontro na fase de arredondamento dêste ensaio, me chega às mãos um estudo do escritor português Antônio José Saraiva, cuja simpatia e amor à obra poética de Camões não podem ser postos em dúvida. Embora discorde dêle em muitos problemas importantes em relação à lírica e epopéia camonianas, julgo interessante sua observação de que Vasco da Gama “move-se hieraticamente, como se seguisse um rígido protocolo, que lhe tolhe a liberdade de movimentos. Serve apenas para fazer discursos de Camões. Falta-lhe inteiramente a presença e não nos deixa nenhuma recordação”.

Creio que a observação é parcialmente válida. Faz parte das limitações de Camões, não saber dar aos seus heróis uma personalidade verdadeiramente épica. Isso já foi dito noutras passagens dêste ensaio. Mas é preciso observar — como disse anteriormente — que o Gama não pretende ser um herói típicamente homérico ou virgiliano. Mostrei que êle reúne muito das qualidades dos dois, embora a índole pouco épica de Camões não haja explorado melhor tais qualidades; ao contrário, êle acrescenta elementos que de certa forma restringem a liberdade do Gama, submetendo-o a uma rígida disciplina militar e cega obediência ao rei.

Quanto aos princípios éticos, que constituem uma das características principais de um herói como Enéias, podem ser parcialmente postas em dúvida em Vasco da Gama. Não me parece digno de um herói épico destruir cidades indefesas para castigar conspirações de homens praticamente desarmados. É o que faz o chefe da expedição em Moçambique. Um ato de pirataria naval digno dos modernos colonizadores da Ásia e da África. E a isso Camões chama, numa linguagem revestida de elementos frequentemente encontrados em má prosa, de castigo “a vil malícia, pérfida”; castigo que obriga mulheres, velhos e crianças a beberem o mar, para em

seguida vomitá-lo sob o fôgo das bombardas portugêsas. Nada fica da aldeia, mesmo depois de vencida:

Não se contenta a gente portugêsa
E seguindo a vitória estrei e mata;
A população sem muro e sem defesa
Esbombardeia, acende e desbarata.

Não posso conceber heróis assim em Homero ou Virgílio. Ainda que as batalhas sejam muito ásperas e ferozes, a guerra se trava entre fôrças poderosamente equilibradas. Cada um tem necessidade de usar de ardis de tôda a espécie para vencer o adversário. Mas, como disse antes, Camões tem necessidade por temperamento, de suprir sua falta de vocação para os relatos épicos, deixando se prender demasiadamente às informações dos cronistas. Sua grandeza — como observa Saraiva — está naquilo que se relaciona à ação dos personagens mitológicos. Isso êle pôde conseguir pelo estudo cuidadoso dos mestres antigos. Contudo, há uma diferença enorme entre o que se pode dizer por haver aprendido e aquilo que somente se diz graças ao próprio temperamento.

Eis por que, sem procurar pôr de lado a importância dos *Lusiadas*, não sei até que ponto o exagerado amor que lhe votam os leitores e estudiosos do Brasil e de Portugal, tem contribuído para uma limitação dos horizontes poéticos da poesia de língua portugêsa. Ainda no início dêste ensaio me referi à ausência de uma crítica em nossa língua. Assim, Camões se transformou num *fetichê* pela ausência dessa tradição. Com tôda a sua grandeza, nem Chaucer, nem Shakespeare, conseguiram impôr-se como limites absolutos da expressão poética em sua língua. Deve-se isso àquela tradição a que me referi na primeira secção dêste ensaio. Os críticos inglêses souberam fazer um perfeito levantamento dos valores literários em cada época da história cultural do país, não permitindo que dois ou três poetas sejam elevados a um plano inacessível aos humanos...

Por isso, reafirmo — embora admitindo que possa estar equivocado —: Fernando Pessoa e Jorge de Lima são diferentes, mas tão grandes poetas quanto o foi Camões. Sim, são diferentes, mas tinham de sê-lo.

Nesta análise da obra poética de Camões, mostrei o des-

cuido de Ernst Robert Curtius ao pretender como exclusivamente de Calderón um território que já havia sido ocupado em grande parte pelo épico portugês. Quanto à lírica, considero a obra realizada por Camões decisiva, como contribuição àquilo que temos hoje de melhor em nossa língua. Pouco me interessa a solução de problemas como dos apócrifos. O prof. S. Pellegrini fala da presença de mais de trinta autores na lírica camoniana. A verdade, porém, é que Camões não passa a ser maior ou menor como lírico com a simples solução dêsse problema. Se sua obra lírica ficasse reduzida à metade, se dos duzentos sonetos que escreveu fôssem seus apenas cem, mesmo assim êle continuaria sendo a maior expressão da língua portugêsa em seu tempo; e os dois maiores poetas modernos da língua — Fernando Pessoa e Jorge de Lima — não seriam ainda, como líricos, maiores do que êle Garcilaso escreveu apenas trinta e oito sonetos. Mas quem pôde tomar na própria Espanha, tão pródiga em poetas de gênio, o lugar até hoje ocupado por Garcilaso? Talvez Gôngora, apesar de ter vivido no mesmo século de Garcilaso, pertence a um tempo cultural diferente na expressão poética espanhola.

Camões traduziu sonetos de Garcilaso. Algumas dessas composições é possível que hajam sido incluídas nas obras de Camões, pois as *Rimas*, impressas depois da morte do poeta, não representam a vontade do autor o que não ocorreu com *Os Lusíadas*, poema a que Camões sobreviveu oito anos depois de editado. De qualquer forma, poderia dizer-se que o fato de haver sido incluído um soneto de Garcilaso nas *Rimas*, diminuiria a importância de Camões? De nenhum modo. Mesmo porque algumas das traduções de Camões são superiores aos próprios originais dos autores traduzidos. Que importância tem que se elimine das *Rimas* metade de suas composições como apócrifos? Talvez alguma, quando o expurgo atingir apenas às composições menos acabadas.

Não se pode deixar de louvar nesse campo o trabalho realizado por um pesquisador tão sério quanto o Dr. Wilhelm Storck e Carolina Michaelis. Creio mesmo que tudo isso faz parte de um proveitoso esforço da crítica moderna no sentido de libertar-se de tantas lendas correntes a respeito da obra de auto-

res como Camões e Shakespeare. E também como valorização dos modernos métodos críticos.

Mas, de qualquer forma, é lamentável o exagêro de certos investigadores, e até professôres, por exemplo, S. Pellegrini, quando dizem que Camões não teria sido mais do que um "maeirista eclético, um artífice empenhado em engastar em seus próprios versos as belezas que extrai dos modelos (Virgílio, Ovídio, Horácio, Petrarca, Bembo, Bernardes, Tasso, Poliziano, Garcilaso, Boiardo e Ariosto)". Camões não fêz isso; foi de fato um grande poeta e reconhecê-lo apenas como um imitador é desconhecer, ou querer passar por cima de certos problemas relacionados com o cânon de sua época. Se é necessário acusá-lo de carente de originalidade, então se acuse também a Shakespeare e o próprio Garcilaso, tão querido e louvado pelos críticos espanhóis.

Mergulhando no centro de seu tempo, Camões alçou a cabeça e abarcou na épica todo o mundo cultural da Europa anterior a êle e grande parte do mundo oriental, projetando-se na lírica além de seu tempo, e alcançando o plano simbólico e místico do poeta moderno, que, conhecendo sua obra, possa dêle dizer:

— Ó Mar do Meio-Dia, fôrça hostil em perpétuo movimento, ondas de cujos seios chagados nasce a luz como um grito de dor, ó perpétuo triunfo — horizontes azuis que devo-ram as bandeiras dos mastros, ilhas, estranhas floras vermelhas rolando como sombras no dorso das correntes (...) Os mais puros poemas brotam de nossos sopros. Através de nossos olhos, através de nossos peitos, através de nossos pés passam os meridianos da Imortal Trindade. Subimos em espiral, e em cada volta descrita nos encontramos de nôvo, frente a frente, mais puros. As leis da gravidade foram quebradas sôbre as pedras das tumbas. Superamos o homem e o jugo horizontal: o sentido da Trindade Perfeita é para cima, para cima, para cima.

CONSIDERAÇÕES SÔBRE A FICÇÃO

FÁBIO LUCAS

1. ALGUNS PROBLEMAS UNIVERSAIS

O desafio da ficção moderna

Em três livros de crítica e ensaio (*Temas literários e juízos críticos*, *Compromisso literário e Horizontes da Crítica*) tentamos pôr em evidência o fenômeno por nós chamado "des-integração do romance". À luz das tendências contemporâneas mostramos como as personagens e os seus caracteres, o enrêdo e a sua fabulação, o espaço, o tempo, a sociedade e a natureza em que as situações imaginadas se projetavam, enfim, os elementos essenciais do romance tradicional entravam em decomposição.

É que tanto a filosofia interpretativa do homem quanto a *praxis* modificaram de modo profundo a concepção do existente. Temos de inventar uma nova forma para captar êsse nôvo ser e entregá-lo à história como produto característico de nossa época. O intenso experimentalismo de agora nada mais representa do que a busca de uma estrutura de enquadramento dessa aspiração universal.

Acontece, todavia, que estamos em plena fase de transição. Ninguém, relativamente lúcido, irá acreditar na permanência das instituições que regem o comportamento humano. Buscamos elaborar uma estrutura nova, que substitua a tôdas que sentimos estarem em desagregação.

A ficção, como uma das formas mais altas de intensificação da realidade, busca hoje em dia exprimir com o maior realismo possível a essência de alguns eventos humanos. Para tanto, elimina ideações que não passam de violências e de deformação da realidade. O caminho do despojamento visa a

banir dos caminhos os arquétipos com que a ficção tradicional se repetia e se enfraqueceu.

Já se disse que a poética dos clássicos era a da *mimesis*, da imitação da realidade, cuja condição não era o “verdadeiro”, mas o “verossímil”.

Mas, hoje, a ficção quer ser também uma realidade. Como ainda não forjou o seu modo de ser, não se deu categorias universais sancionadas por uma aceitação universal, tornou-se um campo de disputas intensíssimas, uma inércia provocada por forças contrárias, “um nada cheio de ameaças”. Diremos que ela parou momentaneamente na entrada do túnel.

Porque a literatura, além de ser uma realidade *em si*, pode facilmente tornar-se uma realidade *para*, a ficção moderna sofre a disputa dos que querem engajá-la, submetê-la ou adaptá-la a um projeto de vida. Os marxistas e os existencialistas trouxeram momentos felizes para a nova concepção literária, deixando um vinco mais pronunciado na parte crítica. Apenas para mencionar alguns nomes, basta lembrar a extraordinária influência, no mundo inteiro, de pensadores como Lucács, Lucien Goldmann, Henri Lefebvre, Sartre, Camus.

Será sempre uma fascinante aventura do espírito acompanhar as teses fundamentais desses escritores que reagiram contra a concepção meramente ornamental da literatura ou a noção hedonística de que ela serve para nos dar pequenos prazeres individuais, sede de alguns agrados e remédio para algumas correções fisiológicas.

Uma vigorosa apreensão da totalidade torna a criação literária um instante ou um segmento do todo, completando-o e completando-se nêle. Nessa linha de pensamento, por vezes a doutrina do engajamento tomou aspectos eloquentes. Bastaria lembrar, por exemplo, a manifestação de Camus — para quem o papel de consciência da época passou a ser desempenhado atualmente pelos artistas —, ao receber o prêmio Nobel.

Albert Camus, como se sabe, quatro dias depois do “Discurso da Suécia”, feito por ocasião do recebimento da láurea, pronunciou uma conferência no grande anfiteatro da Universidade de Upsala a 14.12.957, sobre *o artista e sua época*. Ali, o romancista, que viria a falecer trágicamente no

verdor da inteligência, punha em relêvo o tema de que hoje em dia criar é criar perigosamente: “Tôda publicação é um ato e êste ato a expõe às paixões de um século que nada perdoa”. Mostra incisivamente que, se a arte se conforma com tudo aquilo que a nossa sociedade exige, ela não passará, em sua grande parte, de um divertimento sem maior alcance. Teríamos uma literatura de diletantes ou de gramáticos. Em ambos os casos, uma arte alienada da realidade vivente.

Passa, então, o romancista a especular acêrca da liberdade, para manter-se firme na condenação das obras formais ou abstratas, “emocionantes como experiência”, mas opostas à verdadeira arte, “cuja inclinação é ordenar as coisas”. Eis, portanto, um destino interessado, uma função prática da arte.

O problema social tem merecido incontáveis manifestações neste século. Há um lustro, Ignazio Silone procurava justamente determinar “a função do intelectual”. Que seria o intelectual, a seu ver? Simplesmente aquêle que contribui para a formação de uma consciência crítica na sua própria época.

Do problema social e coletivo, muitas vêzes a investigação pulou para o cenário individual da consciência, palco de comunicação do todo com a unidade. Teríamos aí uma análise da interligação dos condicionamentos sociais e mesológicos com os pontos de germinação e os focos de criação e descobrimento.

O romancista mexicano Carlos Fuentes já chamou a atenção para o fato de que “o tempo não é senão uma dimensão da consciência”. Valendo-nos de uma síntese de seu pensamento, realizada inteligentemente pelo articulista Ricardo Navas Ruiz, repetiremos que, para êle, o homem é livre para escolher seu destino, mas ao escolher, defrontar-se-á com os seguintes problemas: tôda escolha implica necessariamente uma renúncia e o indivíduo não poderá impor sua opção pessoal e caprichosa aos atos decorrentes da escolha, pois a moral dos mesmos preexiste, rigidamente determinada pela sociedade. Deriva disto a responsabilidade da conduta, pois evidentemente cabe aceitar a moral imposta ou rebelar-se contra ela.

Enfim, o que temos visto é o escritor sempre em situação.

Simultaneamente ao estudo sistemático das implicações sociais da obra de arte, tivemos uma crescente confusão da literatura com a filosofia. A tese é também dos existencialistas, embora outras correntes possam ser mencionadas. O exemplo francês é mais candente, pois a divulgação da fenomenologia permitiu situar e delimitar o campo da consciência criadora, eliminando os vínculos que tornam a investigação quase impossível, tamanhos os desdobramentos e as ligações que permitem o ato de criar e as suas repercussões na sociedade.

Everett W. Knight desenvolve o tema no livro *Litterature considered as Philosophy* (The Frech example), editado em Londres, em 1959. Preocupa-se mais com o compromisso do artista ligado à sua realidade social e histórica. Mas foi a própria fenomenologia de Husserl que colocou o problema da ficção em destaque. Lá está no seu *Esbôço de uma fenomenologia pura e de uma filosofia fenomenológica*: “É pois permitido, se gostamos dos paradoxos e com condição de entender como se deve a significação ambígua desta frase, dizer que na verdade a Ficção é o elemento vital da Fenomenologia como de tôdas as Ciências eidéticas e a fonte onde se abastece o conhecimento das verdades eternas.”

O tema foi filosoficamente desenvolvido por J. P. Sartre (nos livros *L'Imagination* e *L'Imaginaire*) e por Roman Ingarden, cujos conceitos, como é sabido, foram divulgados por René Welleck e Austin Warren na sua conhecida *Teoria Literária*.

Tanto a função fabuladora quanto a apreciação crítica receberam o impacto dessa formulação filosófica, empenhando na fixação de uma realidade mais intensa e mais concreta. O “nouveau roman” francês de certa forma espelha essa modificação da matéria ficcional.

Assistimos, assim, ao embate de duas correntes no plano da criação romanesca: de um lado ficam aquêles que postulam a exploração do “herói problemático”, daquele que tem a consciência rebelada contra a moral imposta pela sociedade; de outro lado, situam-se os adeptos da opinião de que o romance moderno não deve ter herói, pois êste já morreu.

Se tomarmos o papa do “nouveau roman”, Alain Robbe-Grillet, encontraremos nêle afirmações peremptórias como

esta: “O romance de personagens pertence, bem ou mal, ao passado, caracteriza uma época: aquela que marca o apogeu do indivíduo.” (...) “O destino do mundo cessou, para nós, de se identificar, com a ascensão e a queda de alguns homens, de algumas famílias. O próprio mundo não é mais aquela propriedade privada, hereditária e comprável, aquela espécie de prêsa, que se tratava menos de conhecer do que de conquistar. Ter um nome era muito importante sem dúvida, no tempo da burguesia balzaquiana”. (*Pour un nouveau roman*, Gallimard, Paris, 1963, p. 33). Em seguida, anuncia que o romance perdeu um dos seus melhores suportes de antigamente: o herói.

Nathalie Sarraute, por sua vez, ironiza a idéia-feita de que o romance deva ser “uma história em que se vê agirem e viverem personagens” (*L'ère du soupçon*, Gallimard, Paris, 1956, p. 69).

Não obstante o romance do herói problemático e o romance sem herói, ainda persiste também a corrente que faz da ficção uma parábola, uma articulação simbólica carregada de significados, uma expressão mágica e fantástica, um nôvo Apocalipse.

O grande problema do homem ainda se encontra na limitação de seus instrumentos de conhecimento e de análise. Os sentidos são imperfeitos e precários. Mesmo assim, o homem tem tentado ir além da realidade estreita que êle percebe. Tôda vez que o tenta, cai no esoterismo, na ciência negra. A objetividade do homem tem por limite a sua capacidade de conhecer. Além dessa fronteira, êle encontra o desconhecido e cai na explicação mágica, na supra-realidade.

Enfim, a ficção moderna está dêste modo estacionada diante do túnel: três ou quatro correntes vigorosas, uma estrutura antiga esboroadada, um desejo de libertação, um vazío “cheio de ameaças”. E o conto?

Dada a sua estrutura menor, fizeram-se nesse gênero inovações mais rápidas. Aí, todavia, o êxito é mais difícil. Só os grandes talentos atravessam com pleno resultado o perigoso estreito. Impor-se literariamente como contista é emprêsa quase tão difícil quanto na poesia ser consagrado apenas como sonetista. É que, a par das bruscas inovações, fatigaram-se mais rapidamente as repetidas fórmulas herdadas da arte antiga. A

rotina e o comodismo aprisionaram o conto num cêrculo de vulgaridade e de desvalor.

A grosso modo, podemos dizer que o conto moderno se recolheu a: a) uma tensão humana; b) uma nota lírica; c) uma parábola; e, em incidência menor, por mera sobrevivência de recursos já consagrados, d) um conjunto de eventos associados, compondo um todo coerente chamado *enrêdo*.

Vê-se: não sobrou um território para o conto, resta-lhe tão somente um esconderijo. Tudo depende da capacidade criadora do contista, o seu poder de superar as limitações do gênero e as dificuldades da linguagem. Inovar formalmente, isto é, relatar um episódio carregado de conteúdo humano sem mobilizar formas gastas, eis o grande desafio do ficcionista moderno.

No Brasil, a renovação do gênero está entregue a alguns grandes nomes: Clarice Lispector, Autran Dourado, Guimarães Rosa, Lígia Fagundes Teles, Dalton Trevisan, Rubem Fonseca, para ficar apenas com os nomes de maior evidência no momento. Dêses, somente os dois últimos se dedicam exclusivamente ao gênero. Houve uma estréia promissora com Ivan Ângelo, mas não há notícia de seu trabalho posterior. Algumas experiências dignas de nota se fizeram com Nelson Coelho e Nélida Piñon.

Para onde irá o romance moderno?

Duas modificações fundamentais se processam na concepção: a abolição de *caracteres* e nova consideração do *tempo*. Essas envolvem outras, conforme veremos. Os ficcionistas modernos estão sendo levados a admitir que a criação do protótipos constitui violentação da realidade. Ninguém emprega as mesmas reações no correr de toda a vida. As determinações do momento são fundamentais. Por isso os romancistas pretendem apanhar o homem "em situação": a vida gera condições que o levam a agir decidindo-se entre opções muitas vezes limitadas. A dialética e o existencialismo enriqueceram a noção comum do existente atirado no mundo. Os artistas procuram agora recolher este esforço de totalização: buscam fixar personagens completas, incorporadas por inteiro pelo tempo. Daí também uma reforma na psicologia, montada ou-

trora em esquemas limitativos. O romance cresce assim, em grau de complexidade.

A esquematização da personagem é uma pobreza de ficção. Incapaz de englobar o homem inteiro, particulariza o seu feitio e o desenha a um só traço. Ainda hoje os romances de caracteres sofrem da limitação naturalista. Alguns romancistas atuais estão tentando descrever o homem como centro de uma constelação de sensações, sentimentos e atitudes. Daí não haver traços exclusivos; quando muito explora-se a predominância de uma linha de conduta coerente com o caráter observado ou o temperamento descrito. A par das reações gerais, todavia, impostas pela situação, há pessoas que adotam algumas que acabam por acompanhar-lhes a vida inteira.

O tempo do romancista era único, extraído exclusivamente da perspectiva do autor. O inventor de histórias procedia como demiurgo, dono de todos os destinos, onisciente e onipresente. Sua consciência moral difundia-se em todas as latitudes da criação artística. O artifício de mudar as personagens analisadas e a época dos acontecimentos não alterava a concepção estatística do tempo, sempre considerado em referência a um único observador. O recurso estilístico também mudava pouco: não passava de usos alternados de estilo direto e estilo indireto.

Machado de Assis quase sempre se limitava a observar a irreversibilidade do tempo. Proust ancorou o presente no passado: as reações do momento estavam sempre impregnadas de lembranças, sensações antigas. Vinham quando menos se esperava. Era a análise das "intermitências do coração". Seja como for, o romance para ele era retrospectivo, biográfico, estático, recomposição sentimental do passado. Pura memória. Huxley tentou com o *Contraponto* ampliar as sensações presentes e focalizar a realidade de diferentes ângulos. Fêz incursões também no futuro, abrindo as comportas do profetismo. O mais complexo de todos, todavia, ainda é Faulkner. A ficção com ele inicia a sua fase dinâmica. Aliou a análise psicológica às suspensões dramáticas do *enrêdo*. O intimismo e o monólogo somados ao rocambolesco e à estrutura policial. Seguindo a sua linha, temos, no Brasil, Geraldo Fer-

raz (com *Doramundo*) e Autran Dourado (com *A Barca dos Homens*). Aquêles preocupou-se principalmente com o aspecto plástico da ficção. Talvez convencido de que a pintura moderna procura fugir à perspectiva, mera ilusão acadêmica (Miró seria um exemplo significativo), arquitetou o seu romance trazendo também as personagens ao primeiro plano, à superfície. Ao mesmo tempo, utilizou a análise social e a técnica policial para atrair o leitor. Já Autran Dourado combinou o enredo policial a um estilo alegórico, tangenciando o realismo mágico. Fracionou o espaço na narrativa, conservando a unidade do tempo.

Aristóteles dizia que o tempo é o número do movimento. Depois dêle, uma linha de escolásticos empregou o “distingo”: espaço é ser; o tempo é modo de ser. O romance moderno é espaço mais atuação do homem no espaço. A personagem polariza os acontecimentos associados à sua vida.

Se, todavia, o tempo é modo de ser e o espaço é ser, a dominação de todo o tempo significa a apreensão de todo o espaço. Tarefa impossível para um ficcionista. Daí, a voga dos estudos fenomenológicos, empregados para analisar o vivente na essência do ato. O eu atual é carregado de significações. Quer dizer: o eu incorpora o universo de contradições presentes e soma as experiências pretéritas. A saída para o romancista moderno será a promoção da síntese emocional e expressional.

O romance continuará a ser também biografia. Mas não inteiramente. Raul de Leoni deixou inconcluído um *Diário do Espírito*, cuja maior parte foi destruída a pedido do autor. Eis uma passagem das que restaram: “A memória... jardim das sombras mortas... museu tristíssimo da alma...”

Seria o caso de definirmos o culto genial do passado de Marcel Proust como um “museu tristíssimo da alma”. O tempo do romancista francês era bergsoniano. Quando *À la recherche du temps perdu* foi escrito estava no auge o estudo da “duração”. Acontece ainda que estilisticamente Proust foi um dos grandes inovadores do romance.

Hoje, enfim, a ficção é também memória, biografia. Mas é igualmente projeto. O ficcionista não quer estar prêso apenas ao passado. Seria paralisar a ação e tornar a fabulação

estática. Pretende atirar as personagens sôbre o futuro, desde que o seu destino não se encerre com o presente. É a parte da imaginação, contrapartida da memória.

Meditemos na proposição de J. Hytier: “Le roman doit être faux, comparé à réalité, car, autrement, il se confronterait avec l’histoire, la géographie humaine ou d’autres sciences; et le roman doit sembler vrai, car créer l’illusion d’un monde est la fonction même de l’imagination du romancier”. O romancista, na verdade, acrescenta um mundo virtual ao já existente, inventando alegorias que preenchem os espaços imaginários por êle criados. A imaginação pode acrescentar alguma coisa ao mundo. Tudo, é claro, observando a técnica e os meios de tornar o nôvo produto viável, convincente. Daí a grande estima que a crítica devota à *verossimilhança*. G. de Scudery, escrevendo no século XVII a respeito do teatro, disse ser verossímil o que entra facilmente e sem prova na inteligência do espectador. (“Est vraisemblable ce qui entre facilement et sans dans l’intelligence du spectateur”). A lição aplica-se ao romance. Meras hipóteses do espírito não constroem nem a estrutura (*coerência orgânica*) nem a verossimilhança (*mimese, poder de fabulação*).

Já tentamos interpretar a novela “A Morte e a Morte de Quincas Berro d’Água” de Jorge Amado empregando a concepção de tempo de Marivaux. O nosso trabalho está incluído no volume *30 Anos de Literatura* que a Livraria Martins publicou em homenagem ao romancista. Pois bem: Marivaux perguntava — Não poderia eu dizer que a minha vida não dura, que ela começa sempre? (“Ne pourrais-je dire que ma vie ne dure, pas, qu’elle commence toujours?”). Aí temos o anti-Proust. O tempo se faz a cada momento. Parece ser isto o que procuram certos romancistas modernos, inclusive a “nouvelle vague” francesa.

Temos por enquanto: atualização do homem (presentificação do caráter), memória (passado) e imaginação (futuro e acrescentamento). Há mais: a organização, a técnica do romance. O ficcionista procede a uma seleção rigorosa e dupla de suas emoções e dos recursos linguísticos a empregar, a fim de integrá-la numa narrativa dramática.

Certa vez, disse André Maurois: “Plus une oeuvre d’art

se rapproche de la complexité de la vie, tout en gardant le caractère propre des oeuvres de l'esprit, qui est l'ordre, plus elle touche le lecteur exigeant" (*La Nouvelle Revue Française*, 1.1.1920, "A propos du style de Flaubert"). De fato, a ordem constitui a essência da arte. Hoje, porém, diríamos que a *ordem* tende ao academismo e à estática, desde que transformada no objetivo exclusivo do romance. Só o *ritmo* imprimirá uma dinâmica à obra de ficção. As qualidades da linguagem e a intensidade da situação dramática, somadas, construirão o romance do futuro, complexo e instável como a nossa própria época. A prosa de serenidade estoica, destinada ao repouso e à edificação e encantamento não serve mais ao romance de nossa época. A ataraxia é própria das classes de domínio tranquilo e duradouro no plano social. A inquietação é o traço dominante de nossa época. Daí exigirmos uma prosa de grande mobilidade e a construção de eventos densamente dramáticos. Somos analistas dos períodos críticos e a nossa prosa deve ter crispações e desdobramentos de tensões terrificantes.

Ordem compreensível e perspicácia é o que inspiram certos romances decorrentes da obra de Faulkner, inspirados nela. Daí dizer-se que a obra romanesca deve ser fiel à realidade específica do romance, contando sempre com a colaboração espontânea, às vezes inconsciente, do leitor. A coerência orgânica do romance faz dêle um corpo que se insere harmoniosamente no mundo dos objetos existentes.

E o enredo? Inútil acompanhar a vida de uma personagem. Não há recurso possível de tornar uma trajetória humana real fora do seu contexto, da própria vida. O que há de real na obra de ficção é a construção literária alcançada. Quando um autor monta uma estrutura original, consegue finalmente adicionar algo ao mundo. Daí a procedência do conceito de Aristóteles para a arte: tudo aquilo que o homem acrescenta à natureza. Portanto, o que há de original é a forma, os processos táticos postos em ação para descobrir e criar novas entidades.

E o romance tradicional, baseado na fabulação e na fixação de um percurso humano? Crônica de costumes, nada mais. O que se chamou romance foi sempre uma síntese de

costumes de uma época. Um relatório organizado e sintético. A virtude do "romancista" estava justamente na habilidade de amontoar eventos que dessem, somados, a ilusão de uma vida. Tratava-se, pois, de organizar e sintetizar. Essa ilusão era sofrida principalmente pelo leitor. Ao autor cabia tentar, no tempo do romance, suggestionar de tal modo o leitor que êste julgasse conhecer a "vida" de determinada personagem. Ora, só a personagem possui o seu próprio tempo (no fundo, o do autor). O mais são ilusões e artifícios. Na verdade, constitui brutalização da realidade querer impingir a seres imaginados uma vida autônoma.

Estática e dinâmica da ficção.

Antigamente se aprendia que as novelas de caráter e de costumes se desdobravam no espaço e que as novelas de ação se desenvolviam no tempo. No primeiro caso, os acontecimentos eram enquadrados num campo limitado, embora continuamente redistribuídos e rearticulados; no segundo caso, o argumento é construído no tempo. Prevalciam, no primeiro caso, os valores sociais, enquanto predominavam os valores individuais no segundo. A estrutura de um regia-se pelas leis da proporção e a estrutura do outro governava-se pelas leis gressão.

Tais esquemas não aprisionam mais a teoria do romance. Hoje, poderíamos introduzir uma noção de *feed-back*, pois os caracteres se modificam à medida que a ação se desenvolve, e a ação é muitas vezes desviada por imposição de certos caracteres. O assunto apresenta aspectos profundos, já desenvolvidos por Edwin Muir no livro *The structure of the novel*, cuja primeira edição data de 1928.

Por necessidades do entrecho e por tendência filosófica e social, o romance psicológico tem prevalecido na história da ficção, do século passado até há pouco. O individualismo tomou conta dessa manifestação da arte. Para o autor, tornou-se mais cômodo apresentar as variações subjetivas de uma ou de poucas personagens. O naturalismo levou à exaustão a moda de estudar patológicos condicionados por fatos perturbadores que a ciência da época apontava como determinantes

ou causadores de traumas irreversíveis. No Brasil, os exemplos são inúmeros e estão nas obras de Aluísio de Azevedo, Júlio Ribeiro, Domingos Olímpio, Inglês de Souza, Coelho Neto e outros. No século atual, a influência de Freud, frequentemente recebida indiretamente através de outros romancistas, penetrou fortemente na ficção brasileira, principalmente depois do modernismo, que acentuou o traço burguês e individualista da literatura. A trama e as situações se tecem em torno de uma, duas personagens. Têm por palco a vida interior.

O principal problema é o da estrutura, que traz a necessidade do confinamento do quadro humano, da área geográfica e da ordem temporal. É preciso situar o trecho e datá-lo. Mesmo para a análise de coletividades, os romances se fecham. Chamá-los a isso o fenômeno da *insularidade da ficção*. Não mais os enredos que se fecham para dentro, como no romance psicológico, de análise interior; mas intrigas que se circunscrevem separando-se da totalidade. Fecham-se por fora.

O bom romance psicológico é uma tradição no Brasil: Machado de Assis, Graciliano Ramos, Ciro dos Anjos, Clarice Lispector. Mas há também uma tradição de coletividades fechadas: Raul Pompéia encerra o seu mundo num colégio interno (*O Ateneu*); Adolfo Caminha (*O Bom Creoulo*) e Moacir C. Lopes se bastaram com um navio; Xavier Marques (*Jana e Joel*) e Autran Dourado (*A barca dos homens*) escolheram uma ilha para conter ali os limites da trama ficcional. Também o internato foi usado por José Lins do Rêgo (*Doidinho*) e Otávio de Faria (*Mundos Mortos*). José Lins do Rêgo comumente aprisiona a sua narrativa no espaço de uma fazenda. Jorge Amado foi fechando os seus romances cada vez mais. De unidades coletivas foi passando a unidades individuais. Com *Gabriela, Cravo e Canela* o nome da personagem preponderante começa a figurar na capa e o fenômeno se repete com *Dona Flor e seus dois maridos*. Em Fernando Sabino (*O encontro marcado*) o grupo jovem se fecha por afinidades de amizade, de idade, de cultura e vivência.

Diríamos que, em todas essas coletividades fechadas, cujo comportamento singular é isolado para efeito de análise, em destaque da totalidade de que fazem parte, formando uma es-

trutura, temos uma ficção fechada, quase sempre de *análise estática*. Por que estática? Porque os eventos têm origem e fim dentro da situação criada. Procura-se evitar uma corrente de causação anterior ao local e à situação escolhidos, assim como se omitem as consequências que seriam subseqüentes. A obra de Otávio de Faria não passa de uma soma de estruturas fechadas e singulares, quer se refira a psicologias unitárias, quer apanhe conjuntos humanos, familiares ou urbanos. Já *À la recherche du temps perdu* de Marcel Proust oferece uma só e única estrutura fechada, no seu movimento circular, com a rotação das personagens no tempo e a volta de todas elas ao mesmo local, diferente da *Comédia Humana* de Balzac e da *Tragédia Burguesa* de Otávio de Faria. Em Proust há uma dinâmica no tempo e no espaço, para que as coisas voltem ao mesmo ponto.

Entre as coletividades fechadas, onde a análise nos parece *dinâmica* por excelência é em Guimarães Rosa (*Grande Sertão: Veredas*), que alcança grupos móveis, em andanças e combates pelo sertão. Apesar do destino itinerante de cada grupo, as leis de comportamento se encerram no interior de cada um, limitadas por ele. Os limites da narrativa esbarram aí, quase sempre. Romance do ardente vazio, da luta sem espaço nem tempo, para nada, luta alienada socialmente às forças míticas e moralmente às pugnas entre o Bem e o Mal. A obra de Guimarães Rosa contém uma dose do romantismo, na medida em que se inspira na Idade Média e na Fé; tem um pouco de clássico, enquanto os heróis não buscam a renovação da estrutura social, agem cegamente no sertão, conduzidos por forças instintivas e, dentre eles, não surge nenhum "herói problemático", oposto às instituições existentes; estilisticamente, a obra se identifica com o barroco, pela efusão formal.

Já Mário de Andrade, restrito a um só herói (*Macunaíma*), imprime à novela uma situação dinâmica, desde que a personagem é móvel, "sem caráter", percorre todo o folclore brasileiro e todas as idades nacionais, não se limita no tempo e no espaço.

E o *romance aberto*? (1) Dificilmente ocorre na ficção. De modo geral, os romancistas buscam as personagens no círculo familiar, ou as circunscrevem às relações de amizade, de emprego, sociais, etc. Mesmo nas obras de cunho social, raramente a totalidade se mostra, não se tem uma visão das relações entre grupos e classes. O contexto nem sempre se define. Na tradição brasileira, talvez o exemplo mais sugestivo seja Manuel Antônio de Almeida. A ação de *Memórias de um sargento de milícia* se espalha por toda a cidade, referida a uma boa quantidade de personagens. Não há, no caso, insularidade, a ação não se prende a um local nem se arma em torno de caracteres afins. Modernamente, o mesmo se dá com *O espelho partido* de Marques Rebêlo, embora seja cêdo para se falar nessa obra, pois não se pode ainda conhecer a sua estrutura. De qualquer forma, temos, nos volumes aparecidos, o retrato de uma sociedade aberta. Os romances compreendem, simultaneamente, várias camadas sociais.

Podemos dizer que a análise dinâmica pode mostrar-se quer no romance psicológico, quer no romance social; quer na novela de caráter, quer na de ação. A variável tempo é determinante. A ficção moderna, mais lenta, analítica e estilisticamente mais sofisticada, tem procurado concentrar-se numa situação. Por isso mesmo, paraliza o tempo e delimita o espaço. Torna-se fechada e estática. Os estilos épico e picaresco são dinâmicos por natureza. Têm pouca voga no momento.

Tem-se perguntado porque S. Paulo não produziu ainda o romance do trabalhador. Acontece que, regra geral, somente a classe burguesa tem escrito ficção ali: intimista, individualista, sofredora no plano da consciência. Os operários são insuficientemente alfabetizados e disponíveis para o trabalho intelectual. Predomina ainda a influência da psicologia na literatura, fenômeno herdado do Modernismo. Talvez a crescente influência da Sociologia faça despertar o interesse pelo movimento dos grupos, das grandes unidades sociais. Aí, então, se alargará o espaço social para o universo da ficção. Espaços

1. Não se trata de "obra aberta" de Umberto Eco, isto é, aquela de múltiplas possibilidades, criada eternamente na intimidade dos apreciadores, dentro de uma filosofia relativista e fenomenológica.

abertos, dinamicamente considerados, eis o território do romance social, que ainda não veio.

O que é estático induz à permanência. Ora, vivemos numa sociedade em mudança. Nada, todavia, incompatibiliza os pequenos espaços e os tempos infra-curtos com a criação social, é bom que se afirme. Para efeito de análise e de eficácia metodológica, muitas vezes se tem de colocar um segmento da realidade entre parênteses, na busca de uma saída qualitativamente melhor. Que o digam os fenomenologistas.

As personagens no terraço

Lemos na "Revista de Cultura", excelente publicação do Ministério da Educação da Venezuela, o artigo de Rodolfo Izaguirre, "Venezuela y el tiempo de su novela" (no. de set./dez. 1961). Admirou-nos perceber que o crítico cinematográfico venezuelano medita sôbre vários problemas do romance moderno empregando conclusões semelhantes às que temos divulgado no Brasil.

Rodolfo Izaguirre vê o romance tradicional com as suas personagens no terraço a exercitarem-se calmamente na sua paixão burguesa da análise, "prisioneiras de sua própria inteligência". Quando o mordomo anuncia a presença de outro conviva, o tempo, por arte de mágica, deixa de girar em torno dos presentes e desloca-se para o recém-chegado. Romance de uma só janela, diante da qual as preocupações psicológicas e metafísicas do autor se projetam sôbre o mundo. As personagens, no fundo, não possuem vida própria, estão amarradas aos estereótipos e designios do criador, são "simples figuras da alma, os produtos de sua analítica formação burguesa".

Segundo Rodolfo Izaguirre, a primeira revolução na técnica do romance convencional, do século XIX, europeu, foi obra da "geração perdida" dos anos 20 da novelística norteamericana, na qual se destacaram John Dos Passos, Steinbeck e Hemingway. Os romancistas passaram a empregar a receptividade do olho cinematográfico e dotar a concepção técnica da narrativa de um dinamismo surpreendente pela sua força trepidante. Enquanto isso, as personagens — acentua Rodol-

fo Izaguirre — abandonam o terraço e os conflitos da alma e enfrentam a realidade frenética das ruas. Pouco a pouco, sente-se o desaparecimento do autor das páginas de seu livro. A vida apresenta-se no romance despojada do individualismo do romancista, manifestando-se fora do criador, que não exerce poder algum sobre ela.

O articulista termina por desejar a formação de um corpo novelístico nacional, “capaz de conter valores intrínsecos de estilo, linguagem e atitude interpretativa da realidade venezuelana”. Condena ainda a novela tradicional de seu país, quer a que fazia da paisagem uma personagem “estática, imóvel, exterior às contradições e conflitos das pessoas”, quer a que se subordinou a uma projeção sociológica, “espécie de explicação e texto de sociologia do homem venezuelano”.

O trabalho de Rodolfo Izaguirre acentuou a nossa convicção de que mudanças profundas se devem operar na concepção novelística contemporânea, especialmente revelando na sua estrutura a congênita instalabilidade social de nossos dias. Além disso, o drama nacional estampa-se no cenário intelectual dos espíritos mais sensíveis. As nações dominadas, de economia e mentalidade reflexas, esperam prosperar por conta própria, empunhando o leme de seu próprio destino. Por isso, tendem a formular uma obra de arte representativa de seus anseios e sua capacidade. Desejam fundar um novo estágio da concepção novelística.

Alguns elementos

O enrêdo — Deixemos de lado as atuais discussões levantadas pelo “nouveau roman” francês, as inteligentes considerações de Robbe-Grillet e Nathalie Sarraute, os problemas da desintegração da ficção, do herói problemático, das personagens no aquário, da vida contemplada do terraço, das personagens na ilha, do monólogo interior, da ação irresistível, a desconversa, o tachismo verbal, o engajamento, enfim, as discussões com que a crítica se tem excitado ultimamente. Os autores franceses se mostram contra o escritor onisciente, pretendem que o engajamento dêste consista na plena consciência de sua lingua-

gem, consideram a forma como invenção, não como receita; o realismo socialista se revelou anti-revolucionário, tradicionalista, conservador de formas peremptas, reanimador do herói carlyleano desde que mudada a crença; os romancistas da ilha e dos espaços fechados traduzem uma sensibilidade doentia, um ensimesmamento de timidez e inibição; a ficção psicológica acabou se diluindo em angústia e monotonia paralizantes; o mais são técnicas para suplantar o convencional.

Recordemos as lições da boa crítica: o enrêdo aparece como dicção, linguagem, ação, algo que impulsiona a novela para o seu objeto. Que objeto? O relatório não-poético de uma verdade poética (esta, um achado de Elizabeth Bowen — “Notes on writing a novel”, em *Myth and Method*, Nebraska, 1960 —, não teve da autora exata definição). A verossimilhança é uma das pedras de toque do enrêdo.

A ação, face dinâmica do enrêdo, comumente se divide em duas expectativas nos fortes contextos dramáticos: não predizível no início, torna-se inevitável no fim. Simplificação de uma trama complexa, traz um constante problema crítico para cada autor, ao exigir que, a cada ato, determinado número de alternativas seja rejeitado. A só presença das alternativas aumenta o interêsse da narrativa (talvez disso resulte a vivacidade intensa dos contos de Rubem Fonseca, cujas personagens optam rapidamente e em breve tempo sofrem as consequências de sua opção).

E os contos de Osman Lins? Ambicionam apresentar um simultaneismo de eventos, de diálogos, de cenários e de monólogos, tentando a instauração de tensões multipolarizadas. É a sua originalidade. A totalidade de cada conto é menos uma soma de diversos elementos vivenciais e técnicos de que a compactação de tudo em torno de conflitos que se repetem em níveis, contextos, instâncias e situações diferentes. Daí, a multiplicação de recursos tipográficos, para situar cada polo em seu compartimento.

Em decorrência do simultaneismo, seguem-se as ramificações em que a narrativa central se desborda. Têm uma importância reforçadora da trama principal, divertem o leitor, descansam a sua atenção. Funcionam como o “subplot” (“counterplot” eventualmente) de que falam os críticos de li-

teratura inglesa: ação secundária, na história ou na peça teatral, coincidente com a principal. O "subplot" pode ainda não ser relacionado com o enredo, ou ser mero reflexo dele, ou variação. As ramificações de Osman Lins ocorrem às vezes em contraste com a ação principal, abrem um canal a mais nos meandros de compreensão que a obra irradia. (Na prosa de Nathalie Sarraute, a "desconversa" de acessória passa quase sempre a parte principal).

Se o contista bem distribui a sua complexa composição no, vamos dizer, espaço, o mesmo não ocorre no tempo. Vê-se, às vezes, que, para integrar o tempo inteiro, os anos todos de uma vida humana, tem de rodar a manivela mais rapidamente, e saem-lhe trechos ciclóticos (v., por exemplo, num dos seus melhores contos — "Retábulo de Santa Joana Carolina", — a nosso ver o mais novo e o mais antiquado de todos, ao mesmo tempo — os encadeamentos da p. 127).

A personagem — Diz-se que a personagem não é criada, mas reconhecida pelo autor. E mais: num ciclo trágico, ela surge em meio a múltiplas alternativas até que, no final, se vê despojada de todas. Numa prosa menos intensa, mais equilibrada, a narrativa descreve uma curva em hemisférios: o ponto culminante constitui o climax. A novela esquemática, quadrada, geralmente, se desenvolve de princípio ao fim com a mesma alternativa. É a plenitude. A antiga história de costumes forjava caracteres quadrados, projetados num cenário amolgável. A insólita receita: personagem quadrada, novela plana.

A personagem de Osman Lins (*Nove Novena*, S. Paulo, 1963) quase sempre exige outra que a complementa, pois, a "verdade poética" nasce do mundo de relações; raramente um dos agentes prescinde de outro, mostra um caráter tão forte que os demais, por contraste, apenas servem para realçar as suas invariáveis qualidades (neste caso, mencione-se apenas a personagem central de "Retábulo de Santa Joana Carolina", um conto "forte").

Várias alternativas se abrem para cada indivíduo e para a astúcia do leitor, pois algumas não são claramente reveladas, ficam em suspensão numa ordem metafórica. Cada personagem carrega o seu destino como um problema cuja solução pre-

cisa ser encontrada; daí o sentido de busca, de repetição, de transformação, de silêncio perante as verdades não encontradas. Todo o livro é um desdobrar de perguntas, uma indecisão entre fórmulas e caminhos.

Já assinalamos nos caracteres traçados por Osman Lins a sua escassa individualidade, dependentes que são, ora de forças superiores, ora de atmosfera especulativa e das compulsões linguísticas do autor. Monologam no mesmo diapasão, no qual as idéias são mais surpreendentes do que as imagens, se se pode falar assim.

O diálogo — Basicamente, o diálogo tem por função prover os meios necessários à materialização das personagens. Deve ser, na lição de Elizabeth Bowen, incisivo, intencional, relevante. Deve cristalizar uma situação, exprimir o caráter, impulsionar o enredo, de modo que cada sentença falada por qualquer personagem seja parte insubstituível da narrativa, plena de funcionalidade, quer por cálculo, quer por involuntária auto-revelação. Cada peça do diálogo tende a ser "algo acontecendo".

Quase o mesmo pode ser dito quanto ao monólogo, embora, sendo este mais descritivo da consciência, muitas vezes se torne redundante e monótono.

Nos contos de Osman Lins tal não acontece, pois frequentemente a sucessão de monólogos indica apenas a mudança de ângulo visual pelo qual se filtra a relação humana nos seus diferentes índices de profundidade. Se defeito existe, é na parte artesanal e estilística, quando todos os universos linguísticos são mais ou menos correspondentes.

Os diálogos, no esquema de composição adotado, perdem muito de função tradicional, pois são mais ilustrativos de situações, prolongamento de um conflito interior já denunciado; o jogo não é de palavras, mas crispação no plano da consciência, onde a linguagem procura inaugurar-se e compreender o destino do homem, investigar as origens humanas, a finalidade da existência. As personagens vivem, narram e inspeccionam muito mais as causas de sua tragédia ou de seu vazio do que transmitem a um interlocutor a essência de suas apreensões. Sintomático é o falso, desencontrado diálogo de dois velhos namorados no conto "Noivado", um dos melhores. Algo tão

sedição, tão velho, que se confunde com as idades, seu desate parece regido por uma cruel lei natural. O desfêcho de uma derrota. A destituição do vencido é simbolizada num longo parêntese: "(Certos parasitas invadem os formigueiros, comem tôdas as larvas e nem os ovos escapam à sua fome. Degradam as colônias invadidas, segregando um mel que não nutre as formigas e embriaga-as. Estas, alheias a tudo, dedicam-se aos invasores. Outras se tornam escravas de formigas guerreiras. Servem às conquistadoras, alimentam-nas, dobram-se em cuidados ante a postura de suas inimigas. Elas próprias, contudo, não se reproduzem.)" (p. 191). Outro parêntese, no mesmo contexto, dá a idéia da inutilidade do esforço continuado, quando movido pela cobiça. (p. 195).

Personagens de ficção

Ante a pergunta do colunista: "Quais as personagens de ficção que mais o impressionaram?", julgamos por alto que a coisa fôsse muito fácil. Levamos a pergunta para casa e vimos com surprêsa que o problema começou a crescer nas nossas mãos. É que tocava uma série de outros problemas, se desdobrava num mundo de associações infindáveis. Deliberamos, de tor-na-viagem, após larga divagação em tôrno do assunto, reduzir o campo sugestivo da pergunta ao caminho estreito de uma estrada percorrível.

A primeira conclusão a que fomos levado é que somos de uma infidelidade extrema para com os autores, livros e personagens. Transitamos de um gôsto para outro, com a maior naturalidade, mudamos surpreendentemente de preferências e admirações. A vida literária é feita de revisões cotidianas, num infatigável processo de seleção. Há escritores que nos enganam como certas amizades: rápido em nos envolver como prestos em nos decepcionar. São os mistificadores, os que sabem falsificar virtudes e empolgar com barretadas. Na fase de iniciação, o ardor das descobertas adere com facilidade às veemências gesticulatórias. Depois, então, é que começa o lento trabalho do processo de escolha.

A biblioteca particular é a única província em que somos

efetivamente ditadores. Alí, deuses se elevam e se destroem; são evidenciados e obscurecidos; são postos e depostos. Há a idade de se ler Alencar, há a época de se ler Machado: há outra fase em que estudamos só os modernos, há outra em que (talvez o imprescindível de se fazer uma citação) convivemos com os clássicos. E, enquanto isto, o que vamos fazendo é nomear, depor, readmitir, exonerar. Títulos de aposentadoria são emitidos diariamente...

E a pergunta? E a resposta? Bem: falar de personagem de ficção não é fácil, porque há o conto e há o romance, há ficção nacional e ficção estrangeira. Tudo isto sem contar o drama, a tragédia, a comédia. De onde partir? Melhor trilhar o caminho estreito: começemos pela prata de casa.

O romance nacional oferece cinco nomes pelo menos que julgamos da maior importância: Raul Pompéia e Machado de Assis; Graciliano Ramos, Ciro dos Anjos e Guimarães Rosa. Dois do passado; três do presente.

Pompéia empreendeu o primeiro estudo psicológico do menino na puberdade, na fase colegial. As reações de Sérgio diante de um meio social tremendamente hipócrita, de uma organização fingidamente honesta mas, no fundo, interessada só por dinheiro e atolada na verdade, foram estudadas com mão de mestre. Restou um tipo tanto mais completo quanto difícil de fixar-se. Um menino doente, franzino, impotente e revoltado. A sua crítica ainda hoje não se perdeu. Interessante observar que, depois de Raul Pompéia, a infância tornou-se um tema fascinante para os nossos escritores: basta ver os contos de Mário de Andrade, Marques Rebêlo, Otto Lara Resende, os romances de Octávio de Faria, José Lins do Rêgo, Fernando Sabino, Rêgo de Carvalho, etc.

Já com Machado, as personagens vivem mais das frases, da extraordinária capacidade verbal do criador, do que do sangue de suas próprias veias. Alí o que interessa é a filosofia, não o tipo que a encarna. Mais psicológico do que romancista, Machado fêz de sua arte menos um ato de criação do que um trabalho de análise. O instrumental, os recursos através dos quais Capitu, Rubião, Brás Cubas se manifestam estão mais fora da índole, do caráter de cada um, do que imanente na sua feição, na sua individualidade. São as observações do autor

a respeito de suas atitudes que mais engrandecem os respectivos romances.

Da mesma forma, Graciliano e *Ciro dos Anjos*, seguindo o exemplo anterior, foram mestres antes em explorar situações do que em criar tipos. As personagens não arrastam consigo as fôrças e as tintas do ambiente para com elas se enriquecerem e completarem. Vivem do fio de situações que definem apenas as peculiaridades de seus caracteres. São feitas de conflitos particularíssimos, herdados, muitas vêzes, dos próprios autores.

Certo que há em Graciliano figuras estranhas e originais: *Angústia* é a história de um criminoso em estado de auto-análise, recapitulando com extrema excitação o próprio crime; em *Vidas Sêcas*, temos Fabiano, o herói sem feitos, a personagem sem inteligência, o homem pobre que acaba por ser também um... pobre homem. Sêco, despojado, falando pouco: nisto tem muito do próprio Graciliano. Como Belmiro e Abdias, vivendo a sua burguesia limitada de funcionário público e o lirismo de uma vida na província, têm muito de *Ciro dos Anjos*.

O que se observa, a êsse respeito, é que a nossa melhor literatura, por ser herdeira dos processos criados por Machado de Assis, não cuidou de fixar tipos fortes, que marquem as retinas do leitor. É literatura que se impõe pelas sutilezas, não pelas arremetidas épicas. Novas tendências, é certo, se manifestaram: Érico Veríssimo, José Lins do Rêgo, Octávio de Faria. José Lins, o mais vigoroso, é rico em narrativas, mas pobre na fixação dos acontecimentos que narra. Mais filiado ao tipo de leitura oral, irá criar algumas figuras decisivas. Não deixará, no entanto, de ser herdeiro da literatura romântica — muito talento e pouca técnica — com seu inteiro desaprêço pela construção formal da obra.

Guimarães Rosa já é um turbilhão, uma presença perturbadora. A sua atividade literária desnortou a crítica, cujos padrões não puderam servir para medi-lo. Daí a perplexidade que provocou, cheia de expressões de espanto e raiva. Em *Grande Sertão: Veredas* não existe uma personagem, mas dezenas, tôdas importantíssimas: Diadorim e a sua candura; Riobaldo e seu drama; Joca Ramiro e sua autoridade; Ricardão e sua doentia sofreguidão; Hermógenes e sua crueldade; José

Bebelo e sua intrepidez; e assim por diante, indefinidamente.

A literatura regional, com Guimarães Rosa, ganhou novas dimensões, porque êle soube unir vista panorâmica a profundidade psicológica, cultura clássica a linguagem dialetal, beleza formal a talento criador. As suas personagens vivem, no sertão, os dramas eternos. E os vivem com intensidade.

Na ficção estrangeira, vemos que Proust, objeto de nossa particular admiração, não deixou tipos especiais. Deixou um mundo, onde todos funcionam admiravelmente. Ali não há figurantes principais: todos participam de determinados tipos de vida que êle desejou fixar. Personagens importantes são todos, desde o narrador, que inunda com sua presença mais de uma dezena de volumes, até a mais passageira, a mais lateral de tôdas elas.

Em Dostoiewsky, difícil esquecer o velho e o seu cão, no *Humilhados e Ofendidos*; o príncipe que vive *O Idiota*; Karamazoff e seu drama em tôrno da liberdade; e, mais que todos, o ser humano que suporta na carne uma vida capaz de inspirar um livro como *Recordações da Casa dos Mortos*.

Balzac deixou-nos gravado o Pai Goriot, na miséria de uma velhice sem respeito. Faulker deu-nos a figura respeitosa do prêto Lucas, a enfrentar a brutalidade do preconceito de raça entre os americanos, em *O Mundo não perdoa*.

Não podemos esquecer Lenora, estranha mulher, vivendo, de uma só vez, em Adolfo, de Benjamin Constat, o maior amor e a maior tragédia de sua vida. Já madura, é envolvida por uma paixão que não pode ser duradoura. Impugnada pela sociedade, vê o amor do rapaz a quem ela se devota se transformar em mera paixão.

De Hemingway, ficaram duas personagens impressionantes: Francis Macomber um pulha, um infeliz, um mesquinho, que morre miseravelmente em meio a uma determinação infantil de mostrar-se forte perante a espôsa que o traía, mulher histérica, cruel, imbecilizada pelo culto do heroísmo; o Velho, de *O Velho e o Mar*, vivendo perigosamente a última fase de uma vida de trabalhos sem recompensa. (Aqui entra outro velho, de uma leitura antiga: aquêle que vive *O caso de um Coração*, de Stephan Zweig. Deixou-nos viva impressão, há alguns anos. Hoje se daria o mesmo?).

Digno de menção também é o ímpeto de vida de Golovin, cujo nome dá título à novela de Jacob Wassermann, e cuja história é a de um homem bravo que, no meio da guerra, encontra a fortaleza de uma mulher excepcional.

Bem, ficamos apenas nos romances. Não pudemos falar do teatro e do conto. A literatura está cheia de grandes autores que souberam atribuir relêvo a uma, duas personagens. Mas poucos souberam, com profundidade, conceber, como figurante capital, uma coletividade, com sua vida e suas lutas. Poucos souberam amar o povo com intensidade e interpretá-lo com brilho. O que se tem feito, no mais das vezes, é transferir os traços psicológicos do autor para a figura da personagem. Um é a projeção disfarçada do outro. Frequentemente, o que se conta é o Homem, enquanto ser social, integrado, e a História. Ora, a vida não se exprime apenas pela cronologia, mas também pelos valores, pela intensidade dos acontecimentos. Mas isto são problemas cujas dimensões só os gênios enfrentam. Eis por que pouquíssimos são os que podem escrever *A Comédia Humana, Em busca do Tempo Perdido, D. Quixote de la Mancha e Guerra e Paz*.

2. A FICÇÃO NACIONAL

Determinismos literários

Um tema para análise: os diversos determinismos que orientaram a prosa de ficção no Brasil em seus diferentes ciclos. Vejamos, em linhas gerais, os caminhos percorridos não apenas pelo romance, mas, principalmente, pelos estados de espírito que atuaram na formação do romance brasileiro.

A evolução do romance entre nós reflete um caminho ininterrupto em direção à disciplina intelectual. Começamos com a história contada arbitrariamente: romances de enredo, narrativas fluentes e imaginosas. Nada de complexidade interior. O romancista era aquele que tinha um "caso" a contar: urdida a trama, passava-a maquinalmente ao papel. Porque era dado a imagens, comparações, tornava-se o escritor, o literato. Pouco importavam a harmonia das partes, a unidade do enredo,

a preparação literária, os riscos da construção, o acabamento. O romancista havia contado sua história, eis tudo.

Com os ficcionistas românticos, manifestaram-se as pressões ideológicas da burguesia em ascensão; por isso é que a exaltação individualista encontrou acolhida também na produção literária. Cada um fizesse o que bem entendesse, até mesmo com certo desprezo pelas regras tradicionais de composição. Dessem largas à imaginação e o mais seria completado com os sentimentos. Desnecessários os artifícios técnicos, o artesanato. Tudo deveria ser fluente, natural, espontâneo. Se quisessem modelo aceitável, procurassem os campos, a vida primitiva e natural. O muito da natureza e a paixão sem freios condimentaram a criação romântica. Os escritores eram cansativamente descritivos e delirantemente imaginosos.

O naturalismo constituiu o primeiro grilhão do escritor: que se narrassem as histórias, mas se justificasse o comportamento das personagens. A grande voga dos estudos antropológicos, dos determinantes da conformidade física e psicológica dos indivíduos, forçou a implantação do *determinismo biológico*. Esse determinismo promoveu-se a condicionante da atividade artística. Certos romances de Aluizio Azevedo ilustram com propriedade a crença nos fatores condicionantes da personalidade. Da mesma forma o célebre romance *A Carne*, de Júlio Ribeiro. *Inverno em Flor*, de Coelho Neto, defendendo a tese inexorável de que, houvesse o que houvesse, filho de maluco era maluco, é outro exemplo dos mais característicos.

O modernismo, inicialmente, girou em torno do *determinismo psicológico*. Freud fazia fortuna e os estudos a respeito da alma, das neuroses e psicoses dominavam os espíritos. O psicologismo foi a nota dominante nos primeiros modernistas. Basta lembrar Mário de Andrade, que só no fim de sua carreira literária, quando pronunciou a conferência sobre o *Movimento Modernista*, percebeu que sua geração havia exagerado demais na análise dos casos particulares, numa época em que as condições sociais exigiam urgentemente estudos e análises globais de grupos, classes, nações. Mário de Andrade em página de dramática auto-flagelação, acusava-se de ter omitido o plano sociológico em sua obra literária. E confessava, com uma ponta de amargura, não haver mais tempo de consertar o que

estava feito, de rever o passado, de passar a limpo as inúmeras obras já publicadas. As cartas que dirigiu a Manuel Bandeira mostram-nos o orgulho que lhe causava a habilidade em descobrir sutilezas na obra dos outros, em descer fundo as sondas da investigação psicológica. Chega a jactar-se do poder que tinha de surpreender intenções subjacentes. Num levantamento que tivemos oportunidade de realizar, verificamos que nas cartas e nos trabalhos de críticas a palavra "psicologia" e suas variantes constituíram uma das chaves-mestras com que Mário de Andrade abria tôdas as dificuldades no terreno da análise literária e da apreciação crítica.

Fato significativo do determinismo psicológico dos modernistas de primeira hora foi a reabilitação que empreenderam das obras de Machado de Assis e Raul Pompéia, mestres preferidos por êles em nosso passado literário por encarnarem o tipo do escritor que pretendia ser. O romance introspectivo que se seguiu tornou-se consequência inevitável. *Amar, Verbo Intransitivo* é um requintado estudo psicológico. Os dois maiores romancistas do movimento, Graciliano Ramos e Ciro dos Anjos, são ainda analistas de situações individuais. O paroxismo iria ser atingido por Cornélio Pena, que intentaria a descida aos mundos do inconsciente, fazendo uma ficção de interioridade turva, misteriosa, fantástica.

Ao lado dessa inclinação, parte da geração modernista enveredou pelo estudo das reações coletivas: o *determinismo sociológico*. O romance nordestino deu a nota que, tempos depois, encontraria ressonância no país inteiro. Com Jorge Amado, a ficção participa formalmente da crítica social. Nessa fase, houve também a reabilitação de Manoel Antônio de Almeida e Lima Barreto, escritores presos ao ambiente em que viveram, opostos ao mundo oficial, rebelados da ordem constituída, antíteses dos valores vigentes, o último dos quais mártir e censor da sociedade, a que infringiu fortes castigos com a ironia impiedosa e a sátira mordaz.

Diante disso, qual a perspectiva para o escritor do futuro? Naturalmente, a promoção da síntese daquilo que de melhor nos legaram os ciclos anteriores. O ideal tende a apresentar-se sob a forma de síntese do homem global, analisado em seus diversos aspectos de diferenciação. A mais alta manifestação do

romance moderno caminhará certamente para a exploração da densidade psicológica dos indivíduos, relacionada com suas condições de vida e seus contatos sociais. Ao mesmo tempo a valorização estética enriquecerá êsse nôvo romance.

No campo do *determinismo estético*, que não chegou a impor-se do mesmo modo que os demais tivemos tôda uma gama de experimentalismo, assinalado por livros como *Macunaíma*, de Mário Andrade, *Os Condenados*, de Oswald de Andrade, *O Anjo*, de Jorge de Lima, e recentemente, com *Doramundo*, de Geraldo Ferraz. O romance moderno terá de incluir, entre as suas descobertas, novas técnicas de narração e novas concepções estéticas.

Um exemplo da tentativa de romance nessa linha de síntese temos em *Grande Sertão: Veredas*. Nêle podem-se encontrar configurados o determinismo biológico, o determinismo psicológico, o determinismo sociológico, e o determinismo estético. É lícito, pois, afirmar que Guimarães Rosa, armado de inumeráveis recursos que seu gênio e sua cultura propiciaram, realizou, com êxito, a análise plural do homem e da humanidade, enveredando por um caminho riquíssimo de possibilidades.

O sequestro da ficção

A concepção primária do romance requer sempre um enredo atraente, urdido em função de um epílogo: trágico ou feliz. A intriga arma-se de artifícios lançados para alimentar o leitor até a saciedade completa, encaminhá-lo pela estese à perplexidade final. O mau romancista procura apenas inventar um assunto complicado, supostamente interessante. A literatura brasileira está entulhada de autores de casos, anedotas, melodramas, situações grotescas ou cândidamente ideais. Os nossos grandes romancistas caracterizam-se pela trama complexa de sua narrativa ou pela criação efetiva de tensões psicológicas e sociais. Os autores rocambolescos ainda se beneficiam de importante aura favorável. Um universo de episódios e momentos culminantes é ligado pelas façanhas de um herói. Êste apresenta-se com as suas etiquetas morais, é *típico*. A arte de desenhar caracteres capricha nos seus contornos. Temos protagonistas, protótipos.

Este sentido pluriépisódico do romance vem da novela cavalheiresca e do seu contrário: do romance picaresco. O vértice da linha rocambolesca deve estar em Hemingway. Os seus romances caminham para a mais pura e essencial urdidura. Ação intensa e dinâmica, somada ao despojamento mais severo de enfeites e reforços. O trabalho de poda e supressão mantém o romancista no cerne das tensões criadas. E estas são social e psicologicamente válidas, encerram uma interpretação convincente da vida.

Os teóricos da literatura definem a narração, assim concebida, como a parte dinâmica da ficção. O descritivo seria a parte estática. Entre nós, esta se encontra nos romances regionalistas e nas novelas citadinas de costumes. O apogeu dessa tendência está no chamado romance psicológico, hoje técnica de dessoramento das personagens, aprisionamento das energias vitais. O romance de costumes pende algumas vezes para a narrativa, o lado dinâmico, a efusão de episódios: *O Encontro Marcado* de Fernando Sabino é um exemplo. Poucos, pouquíssimos tentaram tornar dinâmica a própria estrutura do romance. Frequentemente, as novelas mais bem sucedidas apresentam-se com um parte fixa, quase rígida: a visão do espectador. Visão arbitrária e intransitiva, infinita e eterna. As personagens se agitam, mas a verdade está com o autor onisciente.

Suponhamos os pontos altos da ficção brasileira: Machado de Assis, Raul Pompéia, Graciliano Ramos, Ciro dos Anjos. Estes nomes representam bem as mais expressivas conquistas da literatura e da inteligência nacional. Pois bem: encerram uma perspectiva semelhante, algo tradicional. Não descortinam horizontes para a história do romance, embora possam lançar infinita influência sobre gerações de epígonos. Indicam uma reação contra o romance improvisado, escrito sobre as bases de um intriga arranjada e com os elementos de uma psicologia elementar. Constituem oposição ao fácil, ao uso desrespeitoso da língua, à criação de tipos sem complexidade interior. Manipularam a prosa artística, valorizaram estilisticamente o seu trabalho literário. Fizeram paciente ou rivesaria, garantiram o culto da língua nos cimos da inteligência. Enfim, preservaram as nobres tradições. Daí a tese: ar-

rumaram a casa sem abrir janelas, notabilizam-se pelo que conservaram.

Diferem da grossa maioria por terem feito romance artístico. Nas mãos dos bons herdeiros do romance de intriga, os artifícios são dirigidos ao desenlace e visam a tornar agradável a chegada ao fim. Com o romance artístico, o importante é a trajetória, toda ela cuidadosamente trabalhada. O desfêcho não passa de um ponto final, a interrupção da sequência; não tem o dom de polarizar as tensões.

Aquêles nomes podem perfeitamente sustentar o nosso romance. A estrutura de suas narrativas é antiga. Os tipos são lançados na sua simplificação psicológica: cada um representa uma família de seres de comportamento semelhante e todos se mantêm fiéis à sua epígrafe. Cada enrêdo abriga uma tese implícita, desenvolve uma causalidade. Êsses romancistas são superiores porque, explorando conflitos psicológicos e sociais, interpretam coerentemente a vida, encaminham uma verdade conceitual e propositiva. Sua obra é quase toda realizada no plano do autor (quase nunca no plano do objeto narrado, essência do romance realista). Daí, a importância do comentário do autor, tácito ou explícito. Pode-se dizer que o seu trabalho presta-se mais às análises de texto do que à crítica de estruturas. Além disso, transparecem nas obras dos quatro grandes romancistas os elementos autobiográficos (toda obra autêntica é de certa forma autobiográfica, mas há mil modos de se fazer autobiografia...), sempre acompanhados ora de confissão, ora de depoimento. Sua influência levou infelizmente aos romances exageradamente introspectivos e derrotistas, à corrente mais alienada do romance brasileiro. Essa literatura de deprimidos tornou-se moda, digamos mania, nas mãos de revendedores de emoções transplantadas. Quer nas obras inteiramente despreziosas, quer nas de mais requintado acabamento a novela medieval estêve e está presente em nossa literatura. A corrente do romance psicológico e poético deveria ser a reação contra o que existia. No conjunto, porém, temos hoje uma ficção de um lado prisioneira do passado e, de outro lado, amarrada a preconceitos e sugestões das nações envelhecidas, cujos homens, no esplendor das conquistas técnicas, se encontram sem saída. Sofrem a nostalgia da dominação.

Houve a paralização da ficção pela psicologia. Concebe-se o romance em que só vive o protagonista. Não há episódios. Quando muito, desenvolve-se um episódio para sustentar o argumento. Estrutura de um só peça. As emoções procuram situar-se nas palavras: os trechos poéticos é que envolvem a situação, enfeitando-a, intensificando-a, calçando-a. Enfim, a personagem oprimida, a revoada de frases, as intenções confusas, cinzentas, geram a *atmosfera*, a estufa literária viciada, o recinto pseudopoético. Um talento superior consegue ainda tirar dessa literatura *A Maçã no Escuro*, obra notável sobre uma personagem sem pátria, mas o processo pára aí. Que saída promete Clarice Lispector, cujas personagens emergem de uma paisagem ideal, abstrata?

De outro lado, no quadro de nossa literatura projetou-se Guimarães Rosa. *Grande Sertão: Veredas* é um misto de inovações, saídas, e de conservação, tradicionalismo. Impressionam as suas experiências linguísticas, a psicologia de personagens e grupos humanos. A estrutura, entretanto, parece ter sido buscada nas novelas medievais. Riobaldo é um rapsodo. A estória cavalheiresca, novela do esforço inútil, tem de ser lembrada. Aqui, a propósito, cabe uma aproximação dessa forma, condensada por uma realidade antiga, com a que Guimarães Rosa escolheu para cantar os grupos nômades do sertão brasileiro.

O cangaço no Brasil, expressão de grupos de camponeses sem terra e sem interesse na produção agrícola, esvaziados de apêgo ao mundo pelas duras instituições jurídicas, une-se para as aventuras desordenadas. Urge viver ao nível da subsistência, custe esta o que custar. Tanto o sistema feudal da Idade Média quanto o latifúndio brasileiro podem gerar os mesmos tipos de reação: os grupos de erradicados, insubmissos, revoltados, nômades, na sua gratuita agressividade (Rui Facó tangenciou este problema no livro *Brasil Século XX*).

Pois bem: Guimarães Rosa fixou essas hordas no seu vazio exercício de viver. Os grupos atacam-se sem motivo, apenas porque esta é a lei do sertão. A obra é uma rapsódia. Não se trata de *novela*, pintura da vida dos costumes, mas de *romance*, na acepção de Clara Reeve: história desenvolvida num "estilo alto".

Podemos dizer, em suma, que o melhor de nossa ficção está ancorado na tradição. Não atingimos ainda a fase dinâmica do romance moderno nem experimentamos uma técnica genuinamente nacional. Temos estruturas imóveis, simplificadas pela linha do despojamento ou enriquecidas pela prosa artística, o máximo, enfim, que logramos neste terreno.

Os problemas do romance nacional

Não temos uma "teoria geral do romance" e raramente assistimos à floração de um conjunto de obras regidas pelos mesmos princípios de composição. Vale dizer: os nossos romancistas não se dirigiram ao gênero através de um processo racional de decisão, não manearam preceitos artesanais anteriores à elaboração literária, não se conduziram por uma opção vocacional mediante a realização de "preparatórios" exigidos nos vestibulares de qualquer profissão liberal.

No máximo tivemos coincidência de temas, coação dos mesmos apelos dramáticos. A corrente nordestina do romance moderno reflete sempre o mesmo contexto social, mas como são diferentes os romances! A distância entre Graciliano Ramos e Amando Fontes, por exemplo, é significativa. Não há uma "escola" no bom sentido, isto é, obediência aos mesmos princípios doutrinários. Inexiste um modelo de romance nordestino, uma estrutura romanesca que distingue a produção do grupo. Talvez a ficção romântica apresente maior unidade estilística, pôsto que referida a cânones elaborados fora do País e condizentes com uma realidade distante. Romance de uma elite intelectual subordinada, desde a própria formação cultural, aos centros hegemônicos da época. Uniforme, por isso mesmo.

Para onde estará indo a ficção brasileira de agora? Embora tenhamos consultado os mais frequentes analistas a fim de cobrir a nossa relativa incapacidade, nada de convincente encontramos acêrca dos rumos de nossos prosadores.

Quer-nos parecer que a ficção brasileira caminha a êsmo, ao impulso espontâneo de algumas experiências de larga envergadura. Esforços isolados, não raro antagônicos. Guimarães Rosa não faz escola, embora constitua uma enciclopédia

inesgotável para a análise literária. E o *Espelho partido* de Marques Rebêlo? Não se juntaram ainda os fragmentos, mas quem poderá seguir na mesma trilha? Será preciso ter muito arquivo, profunda vivência e larga memória. E principalmente o talento verbal que sempre escorou as aventuras literárias de Marques Rebêlo. Ciro dos Anjos, outro expoente, muito de indústria refugiou-se na memória para continuar a sua excepcional carreira literária. Convenceu-se de que o romance-tipo-século-XIX já morreu. Com que perspecácia mudou de barraca, levando consigo os notabilíssimos instrumentos de sua prosa. No fundo, Marques Rebêlo e Ciro dos Anjos andam fazendo a mesma coisa. Converteram o estilo literário exclusivamente no retrato das vivências psicológicas. Que é do Spitzer brasileiro para analisar êsse fenômeno, quando a matéria-prima é excepcional?

No segundo número da revista "Cadernos Brasileiros" (ano V) Walmir Ayala tenta, a nosso ver inútilmente, situar um "nôvo romance" nacional. Cremos estar ainda vivendo a fase dramática do romance experimental, soma do exotismo calculado com a originalidade buscada. Mesmo utilizando os autores por êle arrolados (melhor, as autoras, pois a renovação atual vem, a seu ver, da ala feminina), o que encontramos é espantosa descontinuidade de concepção, aliada a uma linguagem desarmoniosa, quase caótica. Isto de um lado; do outro, contempla-se o progresso vegetativo de um sem número de escritores que ainda persistem na exploração da herança, numa incapacidade radical de atirar fora os preconceitos das sobrevivências.

É verdade que há um grupo escravizado a sobrevivências de padrões futuros, que tentam se desenhar no conjunto atual, de relativa e indefinida conformação. Há profetas demais no cenário e escasso número de aderentes. Os convictos por antecipação enredam-se nas celebrações místicas e fazem das hipóteses de trabalho verdades axiomáticas, inatacáveis e indiscutíveis. De qualquer modo, a unanimidade está perdida, os projetos estão cindidos em número infinito de proposições, as diferenciações quantitativas se confundem com as distinções qualitativas e vice-versa. Os que se crêem revolucionários e coletivistas se acham empenhados em tenaz labor personalista, vítimas do

estrelismo, à procura de oportunidades providenciais. No fundo, empregam reação de elite e formam, no combate aos cânones oficiais, o outro polo da cultura de massa: oposição prevista, calculada e necessária ao progresso do cetecismo burguês.

Pior ainda os que fazem "arte popular": deixam de ser artistas e acabam por não ser populares. Dirigem-se a uma categoria "povo" concebida nos terreiros da ideologia liberal, recebem aplausos de letrados, estudantes, desocupados, pequenos burgueses. E o povo real, a massa operária e camponesa?

A verdade é que o romance brasileiro está abandonado à sua sorte, aos caprichos das preferências do momento. Grande parte dos romancistas escreve "para", não escreve "porque". Não há padrões nem pontos de referência. Não se desenhou a estrutura do romance brasileiro moderno, dentro da qual os diferentes estilos possam realizar-se livremente. O contrário do que está acontecendo na poesia, onde alguns movimentos implantaram padrões. Aceitos ou combatidos, ficaram êstes como referência, polarizando o jogo das contradições e da controvérsia. Nenhum romancista está preocupado em ser modelar, em abrir perspectivas para uma prosa extenuada de falsificar a realidade, disciplinando o tempo, traçando caracteres, saltando espaços... A prosa tem de ser criadora, ela própria precisa transformar-se numa realidade, numa criação, num acréscimo. Muitos já se compenetraram disso e se convenceram de que escrever memórias vale mais do que repetir os truques do romance antigo. Mas, as descobertas, as explorações produtivas? Onde estão as saídas? Os artifícios também não convencem: quebrar a sequência antiga, embaralhar as unidades, as câmaras retrospectivas, o deslocamento dos objetos, o movimento dos olhos, tudo é a mesma coisa, a essência permanente. Boa parte das tentativas esbarrou na confusão de experiência com ilusionismo. Daí o aspecto exótico dos mais avançados.

E há os desertores da prosa de ficção, refugiados lamentavelmente nas crônicas mundanas, numa exploração predatória do talento, fenômeno sem precedentes na história literária nacional. Essa espoliação dos recursos naturais da inteligência atinge grau extremo, torna-se mal crônico. Fruto da cultura

de massa? O público que pode e tem vontade de pagar está satisfeito, os escritores se repetem, fazem a mesma coisa, apresada e incansavelmente. O crítico do futuro que archive e classifique essa descontinuidade de assuntos e estilos, êsse automatismo da obrigação de ser interessante e mostrar brilho todos os dias. A indústria matou finalmente o artesanato!

A ficção, parece, progride para explorar as tensões do momento, as situações dramáticas. Modestamente vai trabalhando quadros e instantes de emoção total. Tentativas aparecem no mundo inteiro e por tôda parte cuida-se de sair do impasse criado para a prosa literária. Por enquanto, vivemos de sobrevivência. Algumas de real valor e de notável poder de encantamento. Outras...

SÔBRE A EXEMPLARIDADE DO DIREITO ROMANO (*)

NELSON SALDANHA

I

O que se impõe, antes de tudo, tanto ao romanista quanto ao não-romanista, é a persistência histórico-cultural do Direito Romano. Aquêl sistema, que os homens que o formaram e o *viveram* não sabiam provavelmente quantos séculos ia perdurar, permaneceu até hoje como padrão e ponto de referência; e não houve, através da história intelectual do Ocidente, nenhum grande estágio na evolução do pensar jurídico em que o saber jurídico romano não fôsse presente, como fonte ou como exemplo. Aquela continuidade da experiência cultural, que uns dizem ser do Ocidente, outros dos povos mediterrâneos, teve nas formas do Direito Romano um lastro eficiente de duração. Spengler, é verdade, situou o mundo helênico-latino fóra e antes da cultura ocidental, com razões que considero em grande parte aceitáveis; mas o fato é que o *adoção* de conteúdos e de estilo faz com que a experiência jurídica romana (como outros modos de vida helênicos e latinos) se incluisse, e definitivamente, na gênese e no desdobramento da civilização dita européia e hoje mundial. Quando digo experiência jurídica romana, menciono evidentemente o lado interno e o externo, as intuições e as formas.

A idéia de continuidade cultural é sem dúvida falaciosa. Ela tem servido de ponto de discussão para tôdas as grandes teorias da história em nosso século. E quando um autor eminente

* Comunicação ao Encontro de Direito Romano realizado na Fac. de Direito da Paraíba em outubro de 1967)

como Curtius, em sua obra monumental sobre a literatura européia e a Idade Média latina, pretende constatar e apresentar uma continuidade que vem de Homero a Goethe, o leitor que esteja algo avisado desconfia de que o panorama talvez não seja assim tão “íntegro”.

Isso porém não impede, voltando agora ao ponto inicial, de encarar o Direito Romano, perante os interesses culturais de hoje, como algo que perdura. Primeiro, porque essa perduração se inicia tão somente com uma certa época da história de Roma, a época em que a elaboração do saber jurídico chega ao apogeu; segundo porque ela, sendo paralela à da língua latina, só atua em certa faixa da vida cultural européia, o que faz com que o legado não sofra maiores deformações nem maiores desgastes.

II

Poderíamos distinguir, como formas de manifestar-se a partir da Idade Média, o romanismo como *programa* e o romanismo como *exemplo*.

Não é demais lembrar que Roma sempre foi ponto de referência para o pensamento europeu. Se os modelos gregos adquiriram prestígio intelectual mais refinado, se o ideal ateniense ficou significando valores especialmente apurados perante os historiadores modernos, o modelo romano, ou antes, o conceito “Roma”, impôs-se com indelével cunho diante de quem quer que, desde os primeiros séculos da cristandade, olhasse o curso dos tempos. Isto ocorreu com Santo Agostinho o Políbio, do mesmo modo com Mommsen e Toynbee.

Como “programa”, ou como intenção, o modelo romano atuou, *verbi gratia*, em Dante, que em seu *De Monarchia* quiz devolver à grande urbe a antiga condição de centro do mundo, se bem que agora em versão cristã. Como “exemplo”, ou como modelo, o ideal romano aparece em Carlos V, cuja idéia imperial tomava para decalque a concepção do *Imperium* como forma mais perfeita de sociedade humana. Por sinal, no renascimento o ideal romanístico se apresentou em vários prismas, inclusive influenciou Machievelli, sempre prêso aos clássicos

latinos — cujo convívio era seu grande apêgo —, e sempre pretendendo um *retôrno* à idéia de Roma.

A posição paradigmática de Roma e do Direito Romano, na época do humanismo e do renascimento, se reflete imediatamente, como se sabe, dentro do processo das “recepções” do direito romano (tema que um não-romanista não deve discutir). Nas recepções ocorridas em Estados monárquicos, os legistas utilizaram enfaticamente os textos favoráveis ao poder pessoal do soberano: *princeps est legibus solutus, lex est quod principis placuit*, etc. O que não impede que, ainda no século XVI, e no XVII, os monarcômanos ingleses e franceses garimpassem textos opostos (alguns dos quais já vinham em autores medievais, inclusive Bracton), e dissessem que *salus populi summa lex esto* e que *lex facit regem*. O problema é longo e complexo, há inclusive a discussão levantada sobre as *leges regiae*; não nos deteremos nêle.

Deve-se notar o fato de que o pensamento medieval foi predominantemente prêso a modelos, mediante os quais, e com base a uma metodologia vinculada à metafísica do estático, se construíram doutrinas estáveis. A ligação a modelos fixos deu ao pensamento medieval, mesmo na fase em que se abandonou o platonismo, um sentido tópico e arquetípico, que a doutrina das *auctoritates reflete*. Ora, ocorre que o Direito Romano ficou, de certo modo, como o primeiro caso de “direito” plenamente tal — porque “sistema” e porque “ciência” correlativamente —, e isso o entronizou como tipo por excelência de ideal jurídico. Daí a impressão que os séculos sucessivos guardariam, de que os romanos “só foram fortes em direito”; daí que se pudesse, na Idade Média, mencionar o Direito de Roma como “o direito” *tout court* e as categorias como categorias universais.

III

E entretanto, o estudo do direito romano, pelos tempos posteriores ao influxo efetivo do mundo romano, sofreu modificações. No *mes gallicus* foi filologia; na geração de Montesquieu foi reexame das “leis” latinas; no século XIX foi esquema evolucionista.

Um fato entretanto, salvo engano, pode ser registrado. É que, passadas as ocasiões em que se fizera necessário invocar textos políticos, textos referentes ao príncipe ou à coisa pública, o estudo do direito romano veio concentrar-se gradativamente sobre o lado *privado*. Certo que se continuaria estudando o direito público; Mommsen publicaria seu livro sobre o Direito Público Romano, os historiadores contemporâneos incluiriam a referência às “instituições políticas” em seus manuais. Mas na verdade o “Direito” Romano, que na Idade Média tinha sido “o” direito *in genere*, foi aos poucos significando sobretudo o direito privado. É certo que o *jus civile* tinha sido o corpo principal do legado, e que as outras partes do sistema tinham girado em torno dele ou saído de suas costelas; isto justifica a coisa em parte. Mas o que realmente a explica, é a conjunção das duas seguintes circunstâncias. Primeiro, a influência do modo como foi feita a reconstituição histórica daquele direito; havia uma tradição calcada no *Corpus Juris* e casada a uma prática em que os materiais privados interessavam preponderantemente. Segundo, em conexão com isso, a intenção “sistemática” com que a reconstituição histórica foi retomada a partir da Escola Histórica: tratava-se de fazer do conhecimento do direito uma *Wissenschaft*, e para tal trabalho a arquitetura do direito privado era possivelmente mais propícia.

Omito aqui o problema de saber se a idéia de direito público (como ciência; fóra do sentido escrito do *publicum jus* de Ulpiano) não será de certo modo uma idéia moderna, existente depois do liberalismo. O inegável todavia é que hoje, como ontem, não há privatista que não tenha de ser um tanto romanista.

IV

Há porém romanistas e não romanistas entre os juristas. Seria um tema digno de detença a caracterização do romanista atual, incluindo-se aí a sua situação como *jurista*.

Antes de mais, o romanista pode estar provido de uma intenção dogmática ou de uma intenção histórica. No primeiro caso, a sua motivação é o sentido de sistema tomado como

forma, através da qual os materiais romanos serão manipuláveis no mesmo plano que os materiais contemporâneos; no segundo, move-o um ponto de vista histórico que o capacitará, inclusive, a captar a problemática dos fatores reais que intervieram na experiência romana, e as mutações concretas que afetaram o modo como as sucessivas gerações foram “vendo” o direito romano. Em nenhum caso, é claro, teremos o romanista como mero arqueólogo. Se utilizarmos um conceito meramente racional para a idéia de “jurista”, teremos o segundo caso descartado, mas não é esta a meu ver a solução correta: não são de dogmática os maiores trabalhos de alguns insignes romanistas de hoje — um Koschaker um Kaser, um Jolowicz.

O digno de nota é que estão superadas certas questões, como a querela entre o romanismo e germanismo; por outro lado, as motivações práticas que existiram no século XIX (quando *ousus modernus pandectarum* foi efetividade vivida além de ser tema estudado) já existem, e isso faz com que, de certo modo, o problema do romanista seja agora mais predominantemente teórico. Dominantemente teórico em relação à motivação prática que ficou eliminada, mas de uma teoriedade não exatamente maior do que a da época de Windscheid. Já não temos a condenação que surgiu entre os nazistas contra o direito romano, mas temos o atrito das rápidas mutações do mundo real.

Destarte, o romanista deve estar consciente do enorme valor *exemplar* do direito romano, mas deve estar ciente de que o significado desta exemplaridade sofreu alterações. O direito romano proporcionou formas e conceitos para o desenvolvimento do pensar jurídico com todo o seu orbe de problemas e de figuras. Se o romanista estiver tão cômico disso, como do fato de que o pensar jurídico se tornou depois algo mais do que aquilo que o direito romano lhe deu, êle não será apenas um saudosista do direito de Gaio; será um jurista apto a viver as contingências do real. Êle está ligado à exemplaridade do real. Êle está ligado à exemplaridade de um sistema cuja concretude viva se deu no passado, e cujas categorias, mantidas no direito moderno, sofreu cada vez mais o processo transformador trazido pelos novos tempos e pelas cir-

cunstâncias novas que afetam a condição do jurista. Porisso seu trabalho deverá incluir a cada passo, no plano teórico e no didático, a revisão histórica dos temas e o reexame dos métodos que fizeram a elaboração culta da "ciência" romanista; e porisso, também, não deverá permanecer debruçado o tempo todo sobre as edições das Pandectas e sobre o fraseado das glosas. O crescimento de novos problemas jurídicos refaz o repertório de conceitos da ciência, e esta, refletindo sobre sua situação presente, recoloca os dados de sua relação com o passado. O passado em grande e insubstituível parte, é o direito romano. Esta parte grande e insubstituível do direito romano na modelação do direito ocidental e da respectiva ciência, dá a medida da parte do romanista nos trabalhos teóricos que continuam a abrir-se aos juristas; mas êle terá de ser capaz de compreender as novidades.

REFERÊNCIAS

- PAUL KOSCHAKER, *Europa y Derecho Romano*, trad. José Teijeiro, Madrid 1955.
- H. F. JOLOWICZ, *Roman Foundations of Modern Law*. Oxford 1957.
- F. BRUNO, *Romanità e Modernità del pensiero di Macchiavelli*. F. Bocca, Milano, 1952.
- A. J. CARLYLE, "Some aspects of the relation of roman law to political principles, in the middle ages", em *Studi in onore di Eurice Besta*. vol. III, Milano, 1939.
- F. CALASSO, *Storicità del diritto*, Milano, 1966.

OS CONCURSOS DE SÍLVIO ROMERO NO RECIFE

VAMIREH CHACON

A Escola do Recife não teve, de início, muita sorte na Faculdade de Direito do Recife; só após vários anos, a geração de Clóvis Beviláqua e Faelante da Câmara conseguiu obter as honras da cátedra, amaciadas as arestas, tornando-se possível aos bem pensantes festejá-los.

Antes do concurso de Tobias, em 1822, coube a Sílvio Romero abrir caminho, reprovado em 1875, em defesa de teses de doutoramento, o que demonstra, mais uma vez, a veracidade da afirmação de Sílvio que era companheiro, e não discípulo, de Tobias, para êle convergindo e não afluindo. E mesmo depois do triunfo de Tobias, Artur Orlando não conseguiu passar em 1885, em concurso, para provimento de cátedra.

Desde, pelo menos, as polêmicas de Sílvio com José Veríssimo, Lomelino Freire e Lafaiete Rodrigues Pereira, e desde também sua entrevista a João do Rio, inserida no *Momento Literário*, que êle localizou as origens do seu Germanismo nos tempos de preparatórios no Rio de Janeiro, antes da guerra franco-prussiana, que induziu depois Tobias a entrar na Livraria Laillacard, no Recife, e aí adquiriu um exemplar de uma gramática alemã e da *Geschichte des Volkes Israels*, por Ewald, onde começou a aprender o idioma tedesco.

Muita gente já se referiu ao célebre diálogo sobre a morte da Metafísica, entre Sílvio Romero e Antônio Coelho Rodrigues, porém jamais ninguém o transcreveu na íntegra, nem o comentou em pormenor. Conseguimos encontrá-lo, e o reproduziremos, em apêndice, ao nosso próximo livro, *Da Esco-*

la do Recife ao Código Civil, que recebeu o Prêmio Cidade do Recife, em 1964.

Através da “Cópia autentica da acta da Sessão da Congregação de 13 de março de 1875”, podemos acompanhar todo o incidente. “Presentes os Srs. Drs. Rêgo, Figueiredo, Silveira, Aprígio, Pinto Júnior, Drummond, Coelho Rodrigues, Belfort e Graciliano Baptista, faltando os Srs. Drs. Aguiar, Portella, Bandeira, Tarquínio, João Thomé e Pinto Pessoa”.

Aberta a sessão, pelo presidente, o Conselheiro Batista, então diretor interino da Faculdade, foi lida e aprovada a ata do recente concurso. Nela se vê que a banca examinadora não sabia se mais admirasse “os modos bruscos, os gestos descorteses e o tom desrespeitoso do seu autor”, ou “o dogmatismo do seu estylo”: “o desprezo com que fallava de todas as opiniões que não eram suas”, “as invectivas que por todos os pretextos dirigia aos escriptores, sôbre tudo portuguezes e brasileiros”, “ou finalmente se as acerbas allusões com que, em uma passagem, principalmente se referia às Faculdades de Direito do Império”.

Sílvio não foi adiante do segundo examinador.

O primeiro, Tavares Belfort, escolheu o seguinte aspecto, para argüir-lhe: “Entre valor e trabalho há relação necessária?” E tentando explicar suas perguntas, Sílvio interrompia o bruscamente, dizendo: “Ouça-me, Sr. Dr., não vá adiante. Quero que cada argumento seu seja imediatamente destruído”. Aumentando as interrupções, o candidato terminou forçando o examinador a calar-se. Logo em seguida, coube a Antônio Coelho Rodrigues a vez.

O mestre piauiense era homem culto e viajado, sendo mais tarde autor de um projeto do Código Civil, deputado geral sob o Império e prefeito do Distrito Federal na República.

Não foi longe a sua argüição.

Levantada uma dúvida de Direito Eclesiástico, Sílvio julgou tê-la respondido, embora Coelho Rodrigues não aceitasse. A temperatura continuou subindo na sala, aumentava o azedume, de parte a parte. Passando ao tema seguinte, após uma surpreendente confissão de humildade do arguente (“Não tenho a presumpção de vir aqui ensinar-lhe alguma coisa. Se insisto nisso é somente por que tenho necessidade de formar o meu

juízo”), foi perguntado se “*O jus in re* compreende também a posse”, desencadeando-se então o incidente, que vale a pena reproduzir textualmente: “...e depois de uma discussão mais moderada que as duas precedentes, pergunta aquelle Dr.: Qual a acção que garante êsse direito real no seu entender? Isto não é argumento, responde o doutorando. Porque, repergunta aquelle. — Porque, responde-lhe êste, não se pode conhecer a causa pelo effeito. — Pois admira-me, torna o primeiro, que tendo-se mostrado o Sr. tão contrário ao methodo metaphysico na epigraphe das suas theses (aqual repetio, tradusindo o inglez em que estava escripta) recusa-me agora um argumento aposteriori. Nisto não ha metaphysica, Sr. Dr., diz o segundo, a logica, replica o arguente, não exclue a metaphysica. A metaphysica, tréplica o doutorando, não existe mais, Sr. Dr., se não sabia. Não sabia, repetio êste — Pois vá estudar e aprender para saber que a metaphysica está morta — Foi o Sr. que a matou, pergunta-lhe então o Sr. Dr. Coelho Roiz — Foi o progresso, foi a civilização — responde-lhe o Bacharel Sylvio Romero, que, acto continuo, ergue-se, toma um dos livros que estão sôbre a meza — diz — Não estou para aturar esta corja de ignorantes que não sabe nada e retira-se vociferando por esta sala afora donde não podemos mais ouvi-lo”.

Aberto o escândalo, o examinador Vasconcelos Drummond, pediu a palavra e urgiu punições, contra êste e outros candidatos (o que, mais uma vez, comprova a frequência dêste tipo de incidentes), segundo as disposições do art. 117 do “Regulamento Policial interno do Curso Jurídico de Olinda”, e do art. 213 dos Estatutos da Faculdade, “isto é, sugitados os graduados concurrentes à disciplina acadêmica desde os respectivos actos até dois annos depois”. Foi imediatamente aprovada a proposta.

Para não liquidar a carreira do candidato, a Congregação, generosamente, decidiu levar o incidente ao conhecimento do Governo Imperial, “sobre saber se o referido Bacharel Sylvio Romero pode ainda defender theses perante as Faculdades de Direito do Império”.

A resposta, transcrita por Franklin Távora, foi a seguinte: “Não me parece extensiva aos doutorandos a disposição do art. 12 do Decreto citado que se refere a estudantes. Penso que os

doutorandos não estão sujeitos à Polícia acadêmica”. “Penso também que o Bacharel em questão não está impedido de defender these perante as Faculdades de Direito do Império”.

Neste ínterim, Sílvio dirigira-se, pessoalmente, ao Imperador, em documento também reproduzido no processo, lembrando a pobreza em que vivia, suas esperanças de jovem, e reclamando contra a demora de cinco meses para efetuar-se o seu concurso. Em seguida, acusou Coelho Rodrigues de “homem conhecido por violento em todo o paiz, o qual provoca-me de um modo descomunal no acto de minha defesa de theses para doutorado”.

Temerosas as bancas, diante do temperamento de Sílvio Romero, foi adiado *sine die* o julgamento de um outro concurso seu, desta vez para preenchimento da cadeira de Filosofia no curso de preparatórios anexo à Faculdade de Direito do Recife. A Congregação não queria vê-lo por perto...

Encerrando, com um elogio ao “heróico Príncipe”, que “tantos males reparou em nosso glorioso exercito, debaixo do Seu brilhante commando”, o petiçãoário alega que o motivo das perseguições estava no “character mais scientifico e despreocupado de minhas idéias mais adiantadas do que as do meu contendor”.

O resultado foi que, embora classificado Sílvio em primeiro lugar, o diretor interino, Paula Batista, em “officio reservado”, anexo, dava “informações circunstanciadas” ao Conselheiro José B. da Cunha e Figueiredo, desrecomendando sua nomeação, pois, embora “de reconhecido talento, e mostrando-se igualmente adiantado no estudo da philosophia, revelou-se, pelo contrário, sectario da doutrina positivista, e adverso à christã, donde resulta que falla de todos os systemas philosophicos, sem nada construir sobre algum delles”. E, o pior, refere-se à “irascibilidade de genio”, de Sílvio, compartilhada, aliás, por outro candidato.

Há males que vêm para o bem, diz há muito a sabedoria popular...

No caso de Sílvio Romero, a reprovação e posterior preterição, noutro concurso, decidiram seu futuro, obrigando-o a ir para o Rio de Janeiro, onde melhor êxito teve sua carreira, e onde viveria concursos mais felizes...

Todavia, Sílvio nunca mais esqueceu os incidentes, e, muito tempo após, assim se pronunciou sobre sua *alma mater*, nos *Estudos de Literatura Contemporânea*: “A Faculdade de Direito do Recife tem o privilégio do estacionamento. Há cinquenta anos agita-se o mundo científico por fora e ainda ali não se ouviram os ruídos de tantas pugnas. Há cinquenta anos a sua Congregação togada vai recebendo, como religiosa herança, o mesmo punhado de princípios vertidos nas mesmas fórmulas *programáticas*. Quem intentasse escrever a História daquêlê instituto da Ciência achar-se-ia, de pronto, diante do fato anômalo de um corpo docente que repete as mesmas noções, repisa as mesmas idéias, declama as mesmas decrepitudes, e, ao todo, ordena as mesmas *dissertações* no vasto período de meio século. São estas últimas uma série limitada de teses caducas, que se hão de guardar santamente para o *zêlo* dos estudantes e o *tormento* dos doutorandos. Sempre idênticas no fundo, são alteradas na forma, segundo as preocupações estilísticas de seus autores”.

Sílvio exagerava...

Tanto assim que, por ser escrita a História da Faculdade de Direito do Recife, por um companheiro seu, Clóvis Beviláqua, não foram esquecidas as contribuições de Autran, Paulo Batista, Adolfo Cirne e doutros, à Cultura brasileira.

E o mais interessante está no facto doutros professores da Faculdade adotarem posições também agnósticas (Aprígio Guimarães, José Higino, Vieira de Araújo, entre vários), sem com isto atraírem a ira dos bem pensantes, para surpresa de Tobias, que se interrogava na polêmica com os padres do Maranhão: “Eu não sou o único lente da Faculdade do Recife que não subordina a sua intuição às prescrições do *ripanso*. Por que razão se atiram sobre mim somente ou sobre mim com maior gana? Êste facto tem um sentido profundo e entrego a outros o mister de o descobrir”.

A pergunta é fácil de ser respondida.

Tobias e Sílvio eram audaciosos, querendo, provocantemente, derrubar as muralhas da fortaleza, em vez de conquistá-las de dentro para fóra. Daí a reacção do ambiente, agravada pela mediocridade também hostil.

Apesar de tudo, Tobias alcançou a almejada cátedra, em

1882, no concurso memorável, testemunhado por Graça Aranha, em página famosa.

Depois dêle, Artur Orlando ousou os seus, não sendo aprovado, no primeiro por anulação, e, no segundo, por retirar-se, “depois de experimentar a má vontade da Congregação, que pretendeu ver inconveniência em uma proposição sôbre ordálias, e levou a mal a linguagem do Haechkelismo aplicada ao Direito”, segundo o testemunho de Beviláqua. Era sempre a atitude insólita, escandalizando.

A tese de Orlando intitulava-se *Phisiophilia processual. O momento histórico das leis* (Typografia Central, Recife, 1885) e seu próprio autor descreve a reação dos examinadores: “A propósito de *entogênese e filogênese*, devo lembrar o grande espanto, que causou à Congregação da Faculdade de Direito desta cidade uma das minhas proposições. ‘As *ordálias* no processo, dizia eu, são *provas ontogenéticas do desenvolvimento filogenético do Direito por meio da luta*’. Houve um lente que quase perde os sentidos diante desta tecnologia a ponto de confessar em público que não sabia o que era *ordália*, se não tivesse ouvido o seu colega da esquerda, e de pedir-me que lhe explicasse o sentido daquela proposição que êle *não compreendia*. Em face de tanta needade, conheci a figura que estava fazendo, e arrependi-me amargamente de ter posto o meu espírito em prova perante tal gente. Estive para dar a devida resposta, dizendo que aquela confissão não me era senão sintoma de uma afecção mórbida, espécie de moléstia, que costuma atacar os cavalos, e que manifesta-se por uma indiferença completa para os alimentos e para tudo que os cerca; mas não quis paracer malcriado a um imbecil. Alguns dias depois, Tobias Barreto, com tôda a sua largueza de vistas, com tôda a generosidade do seu grande coração, vingava-me escrevendo o seguinte: ‘A Ciência do Direito é uma Ciência de seres vivos; ela entra por conseguinte na categoria da *fisiofilia* ou *filogenia* das funções vitais. O método, que lhe assenta, é justamente o método *filogenético*, do qual Eduardo Strasburger diz ser o único de valor e importância para o estudo dos organismos viventes. Se o leitor entende, tanto melhor para si; caso, porém, não entenda, não é culpa nossa. Talvez nos perguntem: quem é êsse senhor Eduardo Strasbur-

ger? Só podemos responder que não é lente da nossa Faculdade, nem candidato a deputado geral.”

A linguagem rebarbativa e agressiva, da Escola do Recife, escandalizava tanto, ou mais, quanto o conteúdo das suas idéias. A Escola acabaria, contudo, vencendo pelo cansaço, num ambiente onde a reação tomista não conseguia organizar-se. Nem a reação também nítida doutros grupos, fora do contraditório Evolucionismo em moda.

Tempos depois, Faelante da Câmara poderia escrever aquelas linhas célebres sôbre a posse final da fortaleza e a patrulha das ameias, pela nova geração já formada, e com vários catedráticos na Congregação.

RESENHAS

"ESTADO E CAPITALISMO" — Estrutura Social e Industrialização no Brasil
— Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro 1965. 270 páginas. Por
Octávio Ianni.

A fase de desenvolvimento sócio-econômico que o Brasil atravessa nesta década é das mais interessantes para ser estudada pelas ciências sociais. Isso é verdade, não somente porque as mudanças que se operam em ritmo especialmente acelerado nos países em fase de desenvolvimento são um excelente campo para o estudo e teorização sobre o funcionamento e evolução da Sociedade em geral, como também pelo agudo grau de consciência que a sociedade nacional alcançou do fenômeno que está vivendo. Com efeito, o desenvolvimento econômico aparece no Brasil de hoje em dia como a idéia-fôrça propulsora do país. Os jornais falam quase diariamente do tema que alimenta a ação política, preocupa os movimentos sindicais e estudantis, e divide as opiniões em nacionalistas, desenvolvimentistas, socialistas, moralistas etc.

Esse interesse felizmente não tem passado despercebido dos cientistas sociais estrangeiros, principalmente norte-americanos, e sobretudo nacionais, que têm trabalhado, particularmente nos últimos 10 anos, sobre importantes facetas dos problemas surgidos com o desenvolvimento. (1) Um dos livros que fazem parte desse estudo do caso brasileiro de desenvolvimento, é o que queremos comentar aqui.

Como o autor sublinha no início do livro, a interferência do Estado na vida econômica já não é discutida em termos de *conveniência*, se o Estado deve influir na vida econômica, mas sim em termos de *modo*: *como* o Estado deve atuar. Discordando da classificação do desenvolvimento econômico em "autônomo" e "induzido" feita por Hoselitz, Ianni apresenta o problema central do seu estudo: uma contribuição à interpretação do desenvolvimento capitalista tal como ocorre, no Brasil, onde ele procura "descobrir como o Estado se vincula ao sistema de produção mercantil". (pág. 9) A interpretação marxista da sociedade e do processo de desenvolvimento sócio-econômico brasileiro é a escolha pelo autor, como já havia ficado patente em seus trabalhos anteriores.

As interferências do Estado na economia, mesmo quando efetuadas através da

(1) Ver, entre outros: Celso Furtado: "Desenvolvimento e Subdesenvolvimento", Rio 1961; Guerreiro Ramos: "Introdução Crítica à Sociologia Brasileira", Rio 1957; Florestan Fernandes: "A Integração do Negro na Sociedade de Classes", São Paulo 1965; L. A. Costa Pinto: "Sociologia e Desenvolvimento", Rio 1963; Pessoa de Moraes: "Sociologia da Revolução Brasileira", Rio 1965; Roberto Moreira: "Educação e Desenvolvimento no Brasil", Rio, 1960; Pedro Caldeiran Beltrão: "Sociologia do Desenvolvimento", Pôrto Alegre 1965; Octávio Ianni: "Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil", Rio 1963; Fernando Henrique Cardoso: "Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico" São Paulo, 1964; Fernando de Oliveira Mota: "Manual do Desenvolvimento Econômico" Rio 1964, entre os estrangeiros. Entre os estrangeiros confira: Jacques Lambert: "Os dois Brasis" Rio, 1959; Roger Bastide: "Brasil, Terra de Contrastes" São Paulo, 1964; LynnSmith: "Brazil, People and Institutions" Baton Rouge, 1963; Charles Wagley: "An Introduction to Brazil New York — London, 1963.

criação de empresas estatais de produção, não visam diretamente o lucro, que só aparece indiretamente a ser realizado pela empresa privada. "Como o lucro é um elemento básico do sistema de motivações e expectativas no capitalismo, toda atuação governamental se destina à produção, ou acaba engendrando reflexivamente, a produção do lucro no âmbito da sociedade" (pág. 16). Os outros dois fatores que fundamentam o desenvolvimento econômico — progresso técnico e força de trabalho — são aceitos teoricamente como tal pelo Estado, o qual, apesar disso, concentra sua ação em facilitar a acumulação e a concentração do capital.

Dessa e de outras argumentações o autor deduz que o Estado pode ser interpretado como um órgão que concretiza as determinações do Capital, perdendo sua aparência de autonomia e liberdade. Aí "está sempre em jogo o significado das relações entre o intervencionismo governamental e a configuração da estrutura de classe constituída" (pág. 26).

O estudo de Ianni não tem, porém, a pretensão de ser uma teorização original sobre o desenvolvimento econômico em geral, nem sequer sobre o caso brasileiro em particular. Isso é o que aparece da explicação metodológica que o autor faz no fim do mesmo. A interpretação da sociedade brasileira é feita partindo-se do pressuposto que ela é uma parte integrante do sistema capitalista mundial, e só cria sentido se estudada sob o ângulo do sistema global. "Quando as categorias do capitalismo estão descobertas, o problema se reduz à busca de suas particularizações, inclusive quando estas revelam desdobramentos ou modificações substanciais". (pág. 260). Para encontrar as relações entre as diversas partes e o todo, o autor tenta chegar a uma "configuração iluminada internamente", através da retomada sucessiva dos fatos à medida que vão sendo postos em relação entre si. O método, muitas vezes fecundo, não se caracteriza, porém, pela clareza e compreensibilidade. Os diversos planos superpostos com que o autor teve de trabalhar, às vezes se confundem e terminam em imagens isoladas, que dominam por alguns instantes, sendo depois substituídas por outras. Além disso, a volta sucessiva aos mesmos temas, imprime ao livro uma sensação de repisamento, que o torna um tanto monótono.

Apesar dessas observações, e de outras que se seguirão, o livro é de grande valor para a compreensão dos acontecimentos mais recentes, vividos sob a égide da transformação do capital agrícola em capital comercial e finalmente industrial.

A burguesia é apresentada pelo autor, algumas vezes como um todo que obedece aos interesses do capital, e outras vezes como facções em luta entre si: a burguesia agrícola, com os maiores interesses em conjugação com o capitalismo exterior, e a burguesia industrial, cujo capital foi uma transformação do capital agrícola cafeeiro, mas que hoje se apoia no mercado interno. Essas diversas correntes da burguesia produzem seu tipo de ideologia, que é a desenvolvimentista, a qual se apresenta radicalmente nacionalista, ou racionalmente pragmática, segundo os "momentos" das relações entre o capitalismo interno e o internacional.

Seria com essa ideologia globalizadora que a burguesia estaria tentando acelerar o processo de desenvolvimento, "diante dos riscos que as classes assalariadas assumam a direção do processo político e optem por outro tipo de desenvolvimento".

A revolução de 1930 e a ditadura de Getúlio Vargas são interpretadas como uma ascensão ao poder da incipiente classe industrial, surgida, aliás, das crises do capitalismo internacional, que obrigaram o Capital, menos produtivo no café, a se exprimir como capital industrial. Para ele a inclusão nas forças revolucionárias de setores outros da sociedade que não a burguesia, deu ao governo daí surgido maior sensibilidade para as reivindicações desses setores, inclusive do proletariado. O estabelecimento de normas para evitar a luta de classe se fundamentaria na concepção do Estado como um garantidor da continuidade do sistema capitalista de apropriação da *mais valia relativa*, que deveria evitar, por um lado, a pauperização, e por outro a subversão da ordem. O Estado como poder moderador "é, a um tempo, mediação preservadora das relações hierarquizadas." (Pág. 151). A política do operariado, porém, estaria influenciada pela pouca consciência que os operários brasileiros têm de sua situação de vende-

dores da força de trabalho, operariado de que 60% é de origem recente (1940-1950) e a maior parte ascendeu socialmente quando saiu da zona rural para a cidade. Essas experiências psicológicas fariam com que eles se identificassem mais com outras classes, que desejam integrar pela continuação da ascensão social, do que com a classe operária, que para eles não passa de degrau na escalada. Seria essa configuração que teria possibilitado a prática da política de massa, corporificada no getulismo, que inseriu o operário na lógica da classe burguesa, ao mesmo tempo que correspondia às necessidades psicológicas dos recém-proletarizados, apresentando o governante como *pai dos pobres*.

Essa dualidade da estrutura sócio-econômica — um Brasil arcaico, rural, e um novo Brasil, industrial — que está aceita pelo autor para algumas interpretações da política da sociedade e da economia brasileiras, e que tem sido enfatizada pelos que estudaram o país nos últimos anos, sobretudo por Jacques Lambert ("Os dois Brasís"), é porém, reinterpretada, como sub-sistemas de um só sistema geral, porque, segundo ele, as economias de subsistência se conservam como reservas ou "bolsões" com os quais conta o mercado em suas expansões necessárias. Parece-me que essa explicação, que economicamente poderá ser correta, não é válida para uma análise mais ampla da vida social, onde entram os demais elementos da análise como usos, costumes, técnicas, organização da família, etc.

Depois de examinar a estrutura da atividade estatal, Ianni chega ao fim do livro demonstrando o panorama político e as opções possíveis. Essa análise, que se apresenta particularmente lúcida, mostra as tendências ideológicas das diversas facções que interferem na luta política, e que procuram, através dos sistemas de aliança, defender seus interesses e somar forças em torno deles. Também o aparato burocrático, que é o veículo e o realizador das decisões tomadas pelo governo, faz parte da racionalidade possível no sistema capitalista, do qual o Estado aparece como o integrador das partes aparentemente desarmônicas, e, portanto, como agente máximo da racionalidade possível no sistema. Para que o Estado realize essas funções, Ianni apresenta quatro "determinações na atividade estatal". (pág. 253) 1) Coordenação central do mercado contra as "Tendências anárquicas do sistema capitalista". 2) Eliminação e controle dos desequilíbrios entre as diferentes atividades produtivas que são necessariamente complementares. 3) Tomada de decisões políticas consequentes à divisão social do trabalho e 4) Coordenação e tomada de decisão para a realização de uma das gradações de racionalidade possíveis ao sistema.

Essas teses centrais, e mais algumas outras laterais, fazem com que o livro "Estado e Capitalismo" deva, de agora por diante, aparecer como um dos pontos de discussão dos especialistas que estudam o processo de desenvolvimento econômico, não só no Brasil, que é tomado como "caso", não só no mundo capitalista, que é tomado como sistema global de interpretação, mas também no mundo socialista, que o autor conserva sempre, embora às vezes veladamente, como elemento de contraste com a realidade que analisa — *Tarcizio do Rêgo Quirino*.

NECROLÓGIO

CARLOS DE LIMA CAVALCANTI

Faleceu no Rio de Janeiro onde residia desde alguns anos, o Dr. Carlos de Lima Cavalcanti que, no período entre a vitória da revolução de 1930 e a implantação do regime de 1937, esteve à frente do Estado, a princípio como Interventor e, depois, como Governador eleito.

Uma simples resenha do que fez a administração Lima Cavalcanti em prol de estabelecimentos que hoje integram a Universidade Federal de Pernambuco, basta para justificar o registro dessa morte em *Estudos Universitários*.

Em seus *Apontamentos para a História da Escola de Engenharia de Pernambuco*, o Prof. Newton Maia assinala que, já em 1931, quando correu o risco de se extinguir o Curso de Química Industrial mantido pela citada Escola, o então Interventor Federal possibilitou a sua continuação através de subvenções que lhe concedeu. "Não apenas nessa ocasião — diz o mesmo Professor — o Interventor Lima Cavalcanti fez jús ao título de benemérito da instituição, como ainda, mais tarde, pelo decreto 271, de 9 de fevereiro de 1934, tendo em vista a futura criação da Universidade do Recife, resolveu oficializar a Escola de Engenharia".

Medida idêntica tomara o Governo, em maio do ano anterior, com relação à Faculdade de Medicina. No entanto, depois, segundo informa Otávio de Freitas na *História da Faculdade de Medicina do Recife* — "uma disposição do Governo Federal tornando incompatíveis os lugares de professores das escolas estaduais com outra qualquer colocação federal, estadual ou municipal", deu motivo a que a própria Faculdade promovesse a revogação do decreto que a oficializara. À mesma Faculdade doara o governo Lima Cavalcanti "uma grande área de terreno no Dérbi para nêle ser edificado o seu hospital de clínicas"; não sendo possível à escola efetivar a construção, a doação ficou sem efeito.

Mas, a Escola de Engenharia, mantida a providência tomada em 1934, veio a ser transformada em instituto estadual, mediante a lei 282, de 22 de outubro de 1937.

Foi também nesse ano de 1937, às vésperas da interrupção do seu mandato pelo golpe de Estado de 10 de novembro, que o Governador Lima Cavalcanti adquiriu o prédio onde, pagando aluguel, funcionava a Escola de Belas Artes, e doou-o à Sociedade que a criara e mantinha.

Ao mesmo Governo devem-se as medidas que, assegurando a continuidade do ensino superior agrícola e veterinário em Pernambuco, quando os Padres Beneditinos não o podiam mais sustentar no Engenho Tapera, preservaram o núcleo da futura Universidade Rural. O Governador Carlos de Lima Cavalcanti comprou as duas escolas e fez construir para elas em Dois Irmãos nova sede com adequadas instalações.

Nem deve ser esquecida a criação do Instituto de Pesquisas Agrônomicas, estabelecimento de melhor nível, para o qual vieram alguns técnicos de renome internacional. Os trabalhos do Instituto visavam a dar base científica ao desenvolvimento de nossa agricultura, representando o primeiro passo de uma orientação inteiramente nova que outra administração suprimiu alegando ser excessiva para os nossos recursos a pesquisa feita com semelhante rigor.

Os estudos, realizados na mesma época, para conhecimento das condições não somente sanitárias mas biológicas em amplo sentido, do homem nordestino, tiveram repercussão no país indo da biometria à psicologia e constituindo va-

liosa contribuição às pesquisas biotipológicas. Partiram da Brigada Militar e logo se ampliaram para as escolas públicas.

Com referência ao ensino primário, cumpre ressaltar o que foi feito em matéria de educação artística — sobretudo com os orfeões escolares que rivalizavam com o movimento de Vila Lobos no Rio de Janeiro —, e com adaptação ao ambiente rural, através dos Clubes Agrícolas, sem quebra da estrutura básica. Preparando uma elite no seio do magistério primário para os cargos de responsabilidade maior, funcionava a Escola de Aperfeiçoamento, como se fôsse uma Escola Normal Superior.

O Serviço de Assistência a Psicopatas foi outro ramo administrativo que no governo Lima Cavalcanti se revestiu de grande cunho científico, fazendo-se escola de prestígio nacional.

Tais exemplos sumariamente indicados mostram como, no período entre 1930 e 1937, a administração pública adquiriu em Pernambuco um caráter todo especial, fugindo à rotina e sendo um simultâneo esforço de cultura que se juntava ao trabalho diretamente realizado no campo do ensino.

Carlos de Lima Cavalcanti assumira o governo em 4 de outubro de 1930, na qualidade de principal articulador, entre nós, do movimento revolucionário que explodiu em Pernambuco, na Paraíba, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Mas, enquanto nos outros Estados a revolução fôra organizada pelos governos locais contra a política federal, aqui possuiu caráter diferente, apontado, aliás, pelo escritor Hélio Silva, o historiador de *O Ciclo de Vargas*, ao dizer: “foi o povo pernambucano, a população do Recife guiada por menos de cem revolucionários, civis idealistas e exaltados, que marcou esse aspecto inapagável, dando a Pernambuco a glória da revolução civil e emprestando ao movimento que se alastrava, dominador, por todo o país, a participação do povo tomando armas para combater” (vol. III: 1930 — *A revolução traída*, pág. 297).

Qualquer que seja o julgamento que se possa ou deva fazer sobre a rebelião de 1930, o certo é que só em Pernambuco foi desapojada de qualquer poder e lutou contra ambos, o federal e o estadual. E esse ímpeto vitorioso alcançou em todo o norte uma repercussão que desorganizou o equilíbrio político em que se estearia o legalismo. Foi, portanto, decisivo. Ora, toda a preparação dessa luta se fizera em torno de Carlos de Lima Cavalcanti, sobretudo depois de haver ele fundado, em 1927, o *Diário da Manhã* que era, por sua feição gráfica e por sua qualidade intelectual, um dos mais bem feitos jornais de todo o país.

Ascendendo ao poder, foi talvez o revolucionário mais intransigente na fidelidade ao idealismo anterior — e terão nascido daí muitos dos incidentes que foram numerosos em sua carreira política.

Muito se tem salientado sempre, mas principalmente, depois de sua morte, a honestidade pessoal que acabou levando-o à pobreza. Isso não o singulariza, porém, na política pernambucana, embora se tenha feito quase lenda a sua rigidez de atitudes a tal respeito. Mais característica terá sido a sua luta para que não desmerecessem os princípios inspiradores e justificadores do movimento. Foram, então, as suas qualidades pessoais que deram a Pernambuco o melhor retrato desse seu filho: o embate do ardoroso idealismo reformador com a vocação da tolerância humana. Desde o primeiro dia, procurou resguardar os vencidos contra a paixão dos vencedores. Mandou proceder a inquéritos, sim, porém jamais promoveu e aprovou perseguições.

Poucos dias depois de sua morte, um antigo prefeito de município do interior deu-me o telegrama que recebera dele, ao ser nomeado, em outubro de 1930. É um documento expressivo: “Levo ao vosso conhecimento fostes nomeado prefeito desse município. Trata-se cargo em que vos deveis ocupar exclusivamente administração, sem quaisquer preocupações partidárias ou idéias chefia política que o momento não comporta. Assim, deveis integrar-vos por completo tarefa organizar negócios municipais, pondo fim anarquia administrativa que foi herança governos passados. Ao mesmo tempo procurareis coligir elementos documentando-os quanto possível, a fim promovermos responsabili-

dades dos que desserviram política e administração regime vencido. Tocante manutenção ordem pública, deveis ser rigoroso assegurar proteção pessoas e bens dos derrotados, punindo severamente quem quer que desrespeite esta determinação emanada do governo civil e militar”.

A este espírito foi ele cada vez mais fiel durante todo o seu governo, do qual veio a ser afastado em 1937 por se ter manifestado contra o golpe de Estado.

— *Luiz Delgado.*

JACI BEZERRA

ROMANCES

Edição de "Estudos Universitários"

Revista de Cultura da Universidade
Federal de Pernambuco

1 — *Jaboatão*

*Nutrida palha cortante
como um gume de navalha
o canavial é um canto:
— um canto feito de palha.*

CÉSAR LEAL

É, e sempre foi assim,
juro a vossa senhoria
minha cidade, esquecida
da gente das cercanias.

Não conhece essas histórias
líricas, que o senhor disse
sobre os casarões e o povo
da cidade do Recife.

Não sabe de baronesas
e bacharéis, afinal
ela não saiu da infância
e nem do canavial.

Conheceria de belo
as suas planícies verdes,
não existissem os defuntos
com que mata a fome e a sede.

Os quais (o vento nos diz)
perdendo as feições humanas,
renascem depois na terra
como dúcteis pés de cana.

E o vento ainda nos diz,
com voz ondeante e clara,
que os mortos renascem verdes
como os olhos de uma Yara.

E movem as palhas, trêmulos,
indo para lá e cá,
acenando como braços
verdes e móveis de mar.

Vê, assim, Vossa Senhoria,
que estas planícies, com fome,
comem a própria beleza
à medida que nos comem.

Aqui a gente a desdobra
como uma toalha, na mesa
onde se servem usinas
(duas, nessa redondeza)

e o usineiro de óculos,
sapatos, roupa de listas,
igual a um homem que vi
na capa de uma revista.

O menino do usineiro,
louro, delgado e franzino,
vestido como se fôsse
modelo de figurino.

E o rio, bravo ou pacífico,
que tantas cidades têm,
pois quando deseja, a invade
sem pedir ordem a ninguém.

Pode Vossa Senhoria
comigo não concordar,
mas quem a conhece um dia
jamais a apaga do olhar.

E nunca a atravessará
com o receio de quem passa
por uma rua molhada
erguendo as pernas das calças.

Ao contrário, em suas ruas,
livre, com ela a guiá-lo,
como um escoteiro, a decora
inteira: da flor ao talo.

Saiba Vossa Senhoria
que esta cidade, franzina,
à noite, prosa com bichos,
rios, sobrados, usinas.

E por isso, o vento aqui
deixa sempre o dismantêlo
na roupa de quem se envolve
nos fios dos seus cabelos.

Pois o vento, o mesmo vento
que sopra onde quer que queira,
é quem nos conduz, às vêzes,
por serras, montes, ladeiras.

Peço a Vossa Senhoria
o favor de não pensar
que o cidadão que lhe fala
já começa a divagar.

Querendo, Vossa Senhoria
pode, comigo, escutar
a prosa dessa cidade
e dos bichos do lugar.

Verá, como os vi, sentados,
na vasta planície, juntos,
abordando longamente
os mais agrestes assuntos.

Uma cabra mastigando
a grama do chão enxuto
e um galo de crista longa
bicando a casca de um fruto.

Indiferente à maneira
de como estejam sentados,
Vossa Senhoria ouvirá
sombriamente, calado.

Assim ouvirá a usina
recordar um engenho antigo,
que morou nesta planície
e era, creio, seu amigo.

Perto do engenho existiam
homens, plantas, animais
e uma vila desolada
que já não existe mais.

Embora de longe, a vila
não lhe parecia bela,
porém tinha suas casas
e gente morrendo nelas.

Era vila conhecida
na agreste Zona da Mata,
com suas moças morenas
e os seus homens de alpercatas.

Havia sempre um menino
magro, conduzindo um cão,
ou uma cabra enfeitando
sua vasta solidão.

E dois homens se encontrando
à porta de um baracão,
jogando a existência inteira
no gume do seu facão.

A usina nos conta ainda
que, assim como viu nascer,
viu em pouco tempo a vila
encolher-se até morrer.

Não sei se é certo, aliás,
dizer que a vila morreu:
foi uma sêca bravia
que um dia a viu e comeu.

A usina ainda acrescenta
com voz pausada e tranquila:
Só depois de esvaziá-la
a sêca comeu a vila.

Depois ela diz mentindo
que não deseja rever
enquanto viva, outra vila
nesta planície morrer.

Aí é um rio quem fala
e lembra à gente outro rio
que, de perto, conhecia
marujo, barcos, navios.

E tinha a roupa azulada
e desbotada do céu
que os homens dessa cidade
carregam sôbre o chapéu.

Sendo rio nordestino
dizia ter uma mágua:
não poder chegar ao mar
por sofrer de falta d'água.

E o próprio rio nos diz
nunca poder encontrar
nenhum rio que resista
ao apêlo azul do mar.

Às vêzes, dizia em vão
que já ouvira contar
ser um partido de cana
a cópia fiel do mar.

O nosso rio, assombrado,
vislumbra no seu caminho,
o mar entrar pela bôca
dos engenhos, seus vizinhos.

Vê ainda, enquanto vai
fluindo sinuosamente,
o mar de cana engolindo
um imenso mar de gente.

De onde conclui ser o mar
a bôca enorme e maior
dos engenhos que devoram
dois mares de uma vez só.

Daí em diante o rio
fica a murmurar consigo:
não sei se fala da gente
ou do rio seu amigo.

Um galo, então, diz do mêdo
que sente quando levanta:
teme que a manhã não brote
clara de sua garganta.

E nos relembra outro galo
cinzento, seu companheiro,
que se finou trespassado
pela manhã, no terreiro.

Foi daí que concluí
um tanto contrariado,
ser êste ofício de galo
ofício muito arriscado.

Também nos diz dos olhares
trocados na sacristia
de uma igreja, entre o vigário
e uma filha de Maria.

Mas acrescenta em seguida
não saber se aquilo é exato:
sòmente escutou e o povo,
aqui, vive de boatos.

E um boi relatando a vida
que leva numa fazenda,
diz da mulher sua dona,
senhora de grandes rendas.

Conta que viu, quando ia
a caminho do celeiro,
ela entregar-se ao vizinho,
também rico e fazendeiro.

E conta que sendo amante
só do seu capim, discreto,
cerrou os olhos redondos
e retirou-se de perto.

Diz também que aqui é má
o viver de um boi, ou touro,
mesmo antes de achar a bôca
aberta de um matadouro.

Pois embora um boi trabalhe
do nascer ao pôr do sol,
não acha, quando escurece,
água e feno no paiol.

É boi de cria e não pode
ter uma vida pacata
pois não lhe sai da cabeça
o fio azul de uma faca.

Pachorrentamente afirma
que é de muito longa idade:
êle é um boi muito sério
e não falta com a verdade.

Assim palestram os bichos
e esta cidade, diria
que prosam como prosamos
eu e Vossa Senhoria.

Acredito, se estivesse
onde está Vossa Senhoria,
ouvindo coisas como essas
de igual modo sorriria.

Mas é assim a cidade
que estou aqui a contar:
cabe a Vossa Senhoria
apenas me acreditar

Mesmo Vossa Senhoria
pode, quando eu terminar
minha prosa, ir confirmá-la
com os moradores de cá.

Muito melhor prosseguirmos
com o nosso cavaquear,
dizendo as coisas que ouvi
e as que vi com meu olhar.

Esta cidade parece
que já nasceu diferente
e, não sei por qual motivo,
dói sempre dentro da gente.

E hoje sente vergonha
dos que a fizeram nascer:
só vergonha do que é,
não do que devia ser.

Muitíssimo a preocupa
a indumentária que traz:
bichos, praias, chalés, gente
e muitos canaviais.

Sabe que dessa maneira,
apenas de véu e capa,
não pode fazer figura
entre as cidades do mapa.

Ela adora o alfaiate
que sofre de hipocondria,
e à tarde se sente à porta
de sua alfaiataria.

Talvez porque êle conhece
e lhe conta o dia inteiro
estórias de retirantes,
engenhos e cangaceiros.

Às vêzes, quando anoitece,
à sombra de um oitizeiro,
êste alfaiate conversa
longas horas com os carreiros.

Êle é quem nos conta o caso,
com um risinho gaiato,
daquele usineiro morto,
à faca, dentro do mato.

O qual, durante o velório,
descrente de sua sina,
ordenou a um retirante
que lhe calçasse as botinas.

E dêsse ouviu, espantado,
do fundo do seu caixão,
que morreria também,
mas não as calçava, não.

Ela conhece o soldado
moreno da fraguesia,
o que ama e faz a côrte
à viúva da olaria.

Aquele que ao vir a noite
tira os coturnos e a farda
e dorme com a viúva
acesa, numa mansarda.

A mim já fizeram crer,
não uma, mais de uma vez,
que êles dois nessa mansarda
apenas jogam xadrez.

Para mim êste é assunto
de muito pouca valia,
mas talvez tenha importância
para Vossa Senhoria

Esta cidade menina
ama, mais do que supomos
aos homens, gêmeos das canas,
e também feitos de gomos.

É uma cidade humana
e nela dói, como em mim,
o viver de sua gente
coberta de escuro brim.

Um poeta do Recife,
se o meu entender não falha,
diz ser o canavial
um canto feito de palha.

Acho, de palha cortante
como um gume de navalha:
fere a existência da gente
que dentro dêle trabalha.

E isso me leva a pensar
sentado entre o sul e o leste,
que morrer é privilégio
das cidades do Nordeste.

Pois só nelas tem a gente,
sempre, o depressivo aspecto
de quem vai ser engolido
pela bôca de um deserto.

Veja Vossa Senhoria
que o povo dessa cidade
tem o olhar de quem só vive
a vida pela metade.

O olhar de quem já perdeu
tudo tudo tudo tudo
E tem, como o bôlso, a vida
vazia de conteúdo.

O canavial aqui
lembra à vista um oceano
que Deus deixou no caminho
por indolência ou engano.

E causa, por isso mesmo,
a seu dono, só enfado
os homens que crescem nele
e morrem nele afogados.

Cena que dilata os olhos
e cresce e recresce em mágua,
a dos homens se afogando
na palha de suas águas.

Perdoe-me Vossa Senhoria
mas o nosso conversar
por me lembrar essas coisas
já me começa a pesar.

E por causa disso mesmo
deixo Vossa Senhoria
com meu abraço mais forte
e o meu mais limpo bom dia.

Dizendo que a minha prosa,
como esta cidade, está
ao dispor de quem quiser
aprender ou escutar.

2 — *Capibaribe*

Trôpego, como uma cabra
cega, a caminho do mar
vai levando a areia rala
e as coisas do nosso olhar.

Andando a paisagem clara
e mórbida do lugar,
(Recife), fala com bichos,
gente, plantas, casas, ar.

Raríssimo ir ligeiro
no diário retornar,
vai prosando o dia inteiro
que ofício melhor não há.

De manhã cedo recebe
notícias de cá e lá:
cartas que lê e bebe
apenas com as tocar.

Amizade dos carteiros
que vestem bruma e neblina,
e o tratam como se fôsse
adolescente menina.

E às suas águas atiram
com um vão remorso no olhar
as cartas que deveriam
entregar noutro lugar.

Assim o Capibaribe
lê notícias de Isabel,
aquela que ardeu à noite
e hoje usa hábito e véu.

Irmã de Sandra, a que dava
despida à sombra do nicho,
junto com milho e sabugos,
pernas e seios aos bichos.

E sabe também notícias
daquele velho Manoel
de quem, com ajuda do vento,
engoliu sombra e chapéu.

Sabe do menino claro
que fica de sol a sol
prosando com um boi manso
no silêncio do paiol.

E do cego, seu amigo
vestido em calças de listas,
que canta e toca viola
na Ponte da Boa Vista.

O cego moreno e triste
de voz pausada e tranquila,
que leva, quando anoitece,
o Recife na mochila.

Demais, para quem levava
apenas na correnteza
façanhas de coronéis
e estórias de baronesas.

E as famílias agarradas
no fundo do seu quintal:
homens, mulheres, meninos
dentro do canavial.

Assim ajuda aos carteiros
tão cansados do lugar,
transportando aquelas cartas
que não puderam levar.

Quando a época é de inverno
seus passos são mais ligeiros,
e êle deixa por semanas
seu ofício de carteiro.

Mas a pressa não o impede
de com outros rios prosar:
pedir-lhes que levem um pouco
de suas águas ao mar.

Então o mar que o hospeda
desde o sol de sua infância,
também saudará a gente
com ondas calmas e mansas.

Falasse, o Capibaribe
teria muito contar
de gente, peixes e bichos
no diário caminhar.

Como a da moça que vem,
manhã cedo, se mirar
no seu espelhinho verde,
com ela mesma a conversar.

E sôlta nas suas margens,
discretamente velada,
molhando os seios ovais
torna-lhe as águas douradas.

A do camelô retórico
que vende em seu armarinho
fios e pingos de chuva
apanhados no caminho.

O mesmo que à tarde oferta
uma flor, feita com os fios
da chuva sêca, à viúva
que habita um chalé vazio.

Ou se não a dêses homens
de cana, seus inquilinos,
que o canavial engole
desde os dias de menino.

Artesãos das fôlhas verdes
do fundo de seu quintal,
plantados dentro das canas
como outro canavial.

A existência debulhada
inteira, entre o chão e a franja,
chupada pela moenda
como um bago de laranja.

Porém, segundo o que diz
êle em sua correnteza,
a usina sempre fez isso
aos homens da redondeza.

Tanto que por causa disso
houve briga e insulto já,
entre os donos das usinas
e o vigário do lugar.

E muitíssimo calado
depois só tem a contar:
coisas de malassombrados,
de barões e dêsse ar

leve, de moça e de rio,
que sempre foi êsse ar
impaciente, de espera,
de quem tem muito a contar,

e acaba contando menos
do que promete no olhar:
porém sempre mais um pouco
do que ousamos esperar.

Como todo rio manso
conhece engenhos, usinas
e retirantes que levam
o sol nas costas franzinas.

Assim como bacharéis
de fraque e flôr sôbre o peito
que dormem com as baronesas
desbotadas, no seu leito.

Existe um homem que sabe
as suas águas de côr,
e o conduz à sua frente
como um cão tão tranquilo e só.

E cão êle agora conta
a qualquer hora do dia,
estórias que não contava
à gente da freguesia.

E como cão se enovela,
olhos maduros de sono,
ao assovio discreto
ou acenar do seu dono.

O homens se chama João
e, de suas margens, despe
gente, cemitérios, bichos
da região do Nordeste.

Foi João que o desfiou
como linha de novelo
e viu os homens de lama
morrendo nos seus cabelos.

E mostrou que além de belo,
êle, robusto ou franzino,
mastiga diàriamente
mulheres, homens, meninos.

Trôpego, como uma cabra
cega, a caminho do mar
vai levando a areia rala
e as coisas do nosso olhar.

Andando a paisagem clara
e mórbida do lugar,
(Recife), fala com gente,
bichos, plantas, casas, ar.

3 — *Mangue*

Saiba Vossa Senhoria,
mesmo em época de estio,
o vento não sopra alí
como em Recife, macio.

Nem tange o azul dêsse céu
e o sol, para assim tornar
bichos, casebres e gente
mais vivos ao nosso olhar.

Alí não espere nunca
ver as morenas bonitas
com quem prosa, em Dois Irmãos
ou no Cáis de Santa Rita.

Essas, de olhos andaluzos
brilhando por trás do véu,
cujas sombrinhas, abertas,
são como céus sob o céu.

Alí o senhor encontra
distante, a paisagem nua
e um garotinho puxando
com longo cordão, a lua.

Mas não encontra mocinhas
adolescendo nas telas,
penteando tranças negras,
nuas, em frente a janelas.

Que o mangue, quando não entra
livre, em nossa solidão,
planta bem dentro da gente,
e sempre, a desolação.

Aí fica mastigando
a nossa imaginação,
devagar, como se fôsse,
a gente um osso e êle um cão.

Primeiro nos come os olhos
e a seguir a escuridão
que não o deixou entrar,
inteiro, no coração.

Depois que nos come os olhos
e a escuridão, nos invade
de modo que também fica
no fim, com a nossa metade.

Só assim é que se explica
porque rói tão dentro e fundo,
como se aguçasse os dentes
no desespero do mundo.

Aprendendo que é difícil
dizer o quanto consome
de homens, a extensão exata,
medida, de sua fome.

Pois assim como devora
um sirí ou um guaiamum,
êle devora aos pedaços
a angústia de cada um.

Talvez por isso quem vive
no lugar, dá a impressão
de equilibrar-se no gume
afiado de um fação.

E pode, ao menor descuido,
ande descalço, ou calçado,
ter a vida decepada
pelo seu gume afiado.

Daí ter dado meu crédito,
quando me contaram um dia
que o mangue não é cão manso
mas cão com hidrofobia.

E é possível que, açulado,
sem grandes gestos e alarde,
possa abocanhar os prédios
e o povo dessa cidade.

Que a bôca de um mangue lembra
as guelras de um rio em cheia:
engole, tritura, arrasta
e depois transforma em areia.

A morte alí despe a vida
do homem com o absoluto
descaso de quem descasca
apressadamente um fruto.

Porque no mangue é a morte
a ração menos pior
na cuia de quem mastiga
sòmente lama e suor.

Digo a Vossa Senhoria
que não sei a que o compare,
mas êle dói como as côres
de um quadro de Portinari.

Numa quarta-feira, a morte
abortou o homem franzino
que no Bar Savoy vendia
bonecos de Vitalino.

No lugar onde enterrou-se,
foram, um dia, encontrados
dois carangueijos azuis
e um marinheiro afogado.

Interessantíssimo em tudo:
o marinheiro afogado
era o homem a quem a morte
tinha, no mangue, abortado.

No mangue o que mais nos fere
o olhar, inicialmente,
é a sua flora encardida
de bichos, casas e gente.

A desolação que o veste,
de tanta, chega a ser rara
e se agita sôbre a lama
como um lençol numa vara.

E tanto está nos mucambos
fincados na areia mole,
como no povo caído
na massa escura que o engole.

Eu diria que à medida
que a gente vai conhecendo,
o mangue dá a impressão
de uma rosa apodrecendo.

E deixa por causa disso
naquele que o vê de perto
um sofrimento comprido
e vasto como um deserto.

Justificando o que é dito
pelos camelôs do Cáis:
quem morre dentro do mangue
morre, meu Senhor, demais.

O lugar sempre conhece
banguês, engenhos, usinas:
as coisas que um rio sabe
e, às vezes, conta em surdina.

Pois é nele que se abrigam
diariamente os retirantes:
gente que a usina libera,
tendo-a resumido antes.

E indo de uma a outra usina
vêm a ser os caminhantes
a quem o Nordeste nega
o nada, o pouco e o bastante.

Geralmente têm no rosto
o impossível desespero
de quem sôbre os ombros curvos
carrega o sertão inteiro.

É quando o mangue os convida
para repousar um dia,
como, a exceção da usina,
qualquer um de nós faria.

E onde eles vão prolongando,
para sempre, essa hospedagem,
que o mangue é o pouso final
de um retirante em viagem.

Alí é que se acendeu
com agreste melancolia,
o girassol que enfeitava
a pureza de Maria.

E talvez, por isso mesmo,
ela ficou diferente,
com um tédio enorme da vida
e um tédio maior da gente.

Menina virgem, Maria
tinha um ar mais divertido
e dois peitinhos dormindo
atrás do azul do vestido.

Hoje tem, se eu bem me explico,
êsse aspecto distraído,
ou vago, se assim prefere,
das senhoras sem marido.

E isso não consta, desculpe
a minha agressividade,
nos desenhos sôbre o mangue
que o senhor viu na cidade.

Que dos desenhos que ví
sôbre o mangue, até agora,
impressionaram-me apenas
os do Abelardo da Hora.

Principalmente os que mostram
longe, casas sem janelas
é, além, mulheres arfando
como peixes na gamela.

Claro que Vossa Senhoria
notou, já, que eu não lhe disse
de modo exato e completo
como o mangue é no Recife.

Tenho cá minhas razões,
pois o mangue, dito inteiro,
sempre, para quem o escuta
não é nunca o verdadeiro.

Que alí, quando nós julgamos
ter achado a dor pior,
é sinal de que por perto
se encontra outra dor maior.

Assim, Vossa Senhoria
se quer conhecê-lo bem
deve sair da cidade
e ir visitá-lo também.

Porém, antes de partir,
quero por bem lhe avisar
que se não tiver cuidado
esquece a metade lá.